



Textos
Graduados
n.2 | v.6 | 2020



Gênero, Religião, Migração e Mídia:
ensaios, artigos e resenhas sociológicas



Textos Graduados

Número 2 | Volume 6

Copyright © 2020

by Revista Textos Graduados

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christane Girard Ferreira Nunes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição

Amanda Carolina de Oliveira

Evellyn Caroliny de Jesus

Gabriela da Costa Silva

João Roberto dos Reis de Souza

Júlia Guimarães Stoimenoff Brito

Revisão

Amanda Carolina de Oliveira

Evellyn Caroliny de Jesus

Gabriela da Costa Silva

João Roberto dos Reis de Souza

Júlia Guimarães Stoimenoff Brito

Diagramação

Amanda Carolina de Oliveira

Evellyn Caroliny de Jesus

Gabriela da Costa Silva

Capa

Gabriela da Costa Silva

Homepage: <http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

E-mail: textosgraduados@gmail.com

[facebook.com/revistatextosgraduados/](https://www.facebook.com/revistatextosgraduados/)

Bases de dados:

SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

EQUIPE EDITORIAL

Amanda Carolina de Oliveira
Evellyn Caroliny de Jesus
Gabriela da Costa Silva
João Roberto dos Reis de Souza
Júlia Guimarães Stoimenoff Brito

CONSELHO EDITORIAL

Professora Ana Cristina Murta Collares
(Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo
(Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves
(Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques Ibáñez
de Novion (Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleischer
(Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein (Univer-
SIDADE DE BRASÍLIA)

CONSELHO CONSULTIVO

Professor Alexandro Henrique Paixão
(Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez
Martín (Universidad Nacional de Co-
lombia)

Professor Camilo Braz (Universidade
Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fer-
nandes (Universidade Federal de Juiz
de Fora)

Professora Elaine Meire Vilela (Uni-
versidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade (Universi-
dade Federal do Rio Grande do Norte)

Professor Fernando Correia Prado
(Universidade Federal da Integração
Latinoamericana)

Professor Helio Afonso de Aguiar
Filho (Universidade Federal do Rio
Grande do Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo
Noreña (Universidad de Cordoba - Ar-
gentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto
(Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe
Farias Rufino (Universidade Federal
do Amazonas)

Professor Mario Ayala (Universidad
de Buenos Aires)

Professora Martha Célia Ramírez-
Gálvez (Universidade Estadual de
Londrina)

Professor Ricardo Mayer (Universi-
dade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nasci-
mento (Universidade de São Paulo)

PARECERISTAS DO VOLUME

Aliziane Bandeira Kersting (Mestra
em Antropologia Social pela Universi-
dade Federal do Rio Grande do Sul)

Bruno Araújo Oliveira (Doutor em
Ciências Sociais pela UNICAMP)

Eduardo Leite Souza (Mestre em Ar-
quitetura e Urbanismo pela Universi-
dade Federal de Santa Catarina)

Emilia da Silva Piñeiro (Doutoranda
em Política Social pela Universidade
Católica de Pelotas)

Joelma da Conceição da Silva Hen-
rique e Souza (Mestra em Estudos da
Linguagem pela Universidade Federal
Fluminense)

Jonatas Dornelles (Doutor em Antropo-
logia Social pela Universidade Federal
do Rio Grande do Sul)

Josimar Silva (Doutorando em Ciência
Política pela Universidade de Brasília)

Juddy Garcez Moron (Mestranda em
Relações Internacionais pela Univer-
sidade Federal da Integração Lati-
no-Americana)

Juliana Cristina da Silva (Mestra em
Educação pela Universidade La Salle -
Canoas)

Larissa Cykman de Paula (Doutoranda
em Antropologia Social pela Universi-
dade Federal do Rio Grande do Sul)

Leonardo Lacerda Campos (Mestrado
em Educação pela Universidade Estad-
ual de Campinas)

Leônia Cavalcante Teixeira (Doutora
em Saúde Coletiva pela Universidade
do Estado do Rio de Janeiro)

Lucas Nunes Nora de Souza (Mestran-
do em Direito e Inovação pela Univer-
sidade Federal de Juiz de Fora)

Manu Souza Rodrigues (Doutoranda
em Linguística pela Universidade de
Brasília)

Michele Alexandre Gomes Alves (Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA)

Ramony Pereira Batista (Doutoranda em geografia pela Pontifícia Católica de Minas Gerais)

Ricardo Henrique Alvarenga Cunha (Mestre em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito)

Stefânia Rezende Moreira (mestra em em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Tamara Rossweiler Marques Cardoso (Pós-graduanda em Direito da Mulher latu sensu)

Tânia Brabo (Pós-doutora em Educação pela Universidade do Minho-Braga-Portugal)

Tathiana Chicarino (Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP)



Textos Graduados

Número 2 | Volume 6

**Gênero, Religião, Migração e mídia:
ensaios, artigos e resenhas sociológicas**

Revista Textos Graduados - Número 2,
Volume 6, Julho de 2020.



Sumário

8 EDITORIAL

11 CARTA À EDITORA

17 ARTIGOS

18 Literatura na Educação Infantil: Possibilidades Pedagógicas

Hildegard Susana Jung
Louise de Quadros da Silva
Tuélen da Silva de Lima

33 Redes Migratórias: A Importância das Famílias no Processo Migratório Haitiano.

Lara Noronha Xavier

47 Modernismo, Segregação e Identidades Urbanas no Distrito Federal.

João Antônio Gouveia e Silva

64 Controle e Cidadania: Controvérsias na Implantação do Registro de Identidade Civil (RIC) no Brasil.

Fabiana Lopes Corrêa

78 Mídia e Parlamento: O Caso do Impeachment de Dilma Rousseff.

Aryell Calmon

92 O Desaparecimento Civil de Pessoas: Incongruências Narrativas entre a Polícia e a Família.

Luiza Baó Sobreira

108 Na Esteira do Capitalismo Neoliberal Estadunidense: Desregulamentação Econômica e Punição Social.

Matheus Guimarães de Barros

119 Entre Alunos e Professores: Per-

cebendo os Níveis de Realidade da Democracia.

Melissa Bevilaqua Sampaio Contreiras

131 RESENHAS E ENSAIOS

132 Ciências Humanas e Sociais: Implicações, Perspectivas e Singularidades.

João Daniel de Lima Simeão

137 Suicídio entre Jovens e o Mundo Digital: A Potencialidade dos Avanços Tecnológicos.

Camila Penaforte

145 O Conto da Aia: As Construções de Masculinidades e Feminilidade Baseadas na Religião.

Victória Moura



Editorial

Editorial

Nós, do corpo editorial da Revista Textos Graduados, temos o prazer de apresentar mais uma edição da Revista. O volume 7, número 2 de 2020 reúne um compilado de oito artigos, uma resenha, dois ensaios e, a convite da equipe editorial, a Carta à Editora. A seguir, expomos uma variedade de temas, discussões e análises muito pertinentes aos estudos das Ciências Sociais.

A começar pela Carta à Editora, “Sobre caminhos e descaminhos da pesquisa - o processo não linear da pesquisa”, escrita pela mestranda do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Mariana Simões - antiga integrante desta Revista -, que desenvolve um diálogo franco acerca da experiência de pesquisa e escrita da monografia. O contato com o trabalho de campo e os desafios que se apresentam no percurso são destaque da discussão. A autora apresenta uma experiência que pode ser lida e compartilhada por diversos graduandos.

O debate crítico acerca das dinâmicas de pesquisa também é destaque na resenha “Ciências Humanas e Sociais: implicações, perspectivas e singularidades”, de João Daniel de Lima Simeão. O autor escolheu a obra de Pedro Demo, “Introdução à Metodologia da Ciência” (2012), de modo a analisar suas contribuições metodológicas na formação dos estudantes de Ciências Sociais. Segundo este, ainda muito atual, a obra se faz necessária nos cursos de metodologia de todo Brasil.

Em seguida, o artigo “Literatura na educação infantil: possibilidades pedagógicas” - construído a três mãos, pela graduanda Louise de Quadros da Silva e as pós-graduandas Hildegard Susana Junge Tuélenda Silva de Lima - aborda as possibilidades do uso da literatura no processo de aprendizagem infantil. O trabalho visa apontar como a literatura pode e deve ser aplicada na educação infantil, fortalecendo o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

A ênfase no tema da educação ganha força nesta edição com o artigo “Entre alunos e professores: percebendo os níveis de realidade da democracia” - de Melissa Bevilaqua Sampaio Contreiras - ao observar como os princípios de gestão democrática, garantidas

pela legislação educacional brasileira, são exercidos. Realizado a partir de um trabalho de campo em um escola do Distrito Federal, a autora acompanha reuniões de conselho e observa seu objeto em questão.

Em termos de análise sobre cidadania, o trabalho da graduanda Lara Noronha, intitulado “Redes Migratórias a importância da família no processo migratório haitiano”, tem por intuito analisar o processo migratório haitiano para o Brasil a partir das redes familiares, observando como estas são fundamentais para a realização da migração ao Brasil. A autora Fabiana Lopes Corrêa soma as noções de cidadania com seu artigo “Controle e cidadania: controvérsias na implantação do Registro de Identidade Civil (RIC) no Brasil”, que visa compreender as dinâmicas de controle e direito à cidadania brasileira através do Registro de Identidade Civil.

Em diálogo com os trabalhos acima, a graduanda Luíza Bão Sobreira discute, em “O desaparecimento civil de pessoas: incongruências narrativas entre a Polícia e a Família”, o fenômeno do desaparecimento civil de pessoas a partir de duas óticas centrais: a família e a polícia. Ambas as instituições são fundamentais em suas análises acerca de um debate complexo e necessário.

A edição conta ainda com contribuições sobre segurança pública através do artigo, “Na esteira do capitalismo neoliberal estadunidense: desregulamentação econômica e punição social”, de Matheus Guimarães de Barros, que observa a influência da dinâmica neoliberal dos Estados Unidos em suas políticas de segurança pública e encarceramento. Paralelamente, Aryell Calmon se faz presente retomando em seu artigo “Mídia e parlamento: o caso do Impeachment de Dilma Rousseff, o cenário do impeachment da ex-presidenta brasileira a partir do discurso dos deputados no dia da votação e a narrativa presente nos jornais O Globo, Folha de São Paulo e o Estadão sobre o processo de impeachment.

As contribuições da Sociologia urbana contemplam essa edição com o trabalho “Modernismo, segregação e identidades urbanas no Distrito Federal”, de João Antônio

Gouveia e Silva, que se volta para a análise do espaço urbano e a história da construção de Brasília a partir dos ideais modernistas. O autor destaca que a cidade planejada anos depois vive uma realidade distinta do planejado, com inúmeras outras experiências, como a segregação urbana.

Em relação aos ensaios, o primeiro, chamado “O conto da aia: as construções de masculinidade e feminilidade baseadas na religião”, de Victoria Moura, analisa a construção social dos papéis de gênero e sua relação com a religião no livro *O conto da aia*, de Margaret Atwood (1995), enquanto que o segundo ensaio intitulado “Suicídio entre jovens e o mundo digital: A potencialidade dos avanços tecnológicos”, da graduanda Camila Penaforte, trata da observação do avanço da tecnologia e seu impacto positivo e/ou negativo sobre suicídio de jovens no Brasil ele reúne críticas e observações pertinentes a um cenário que se estende há algum tempo no Brasil.

Esperamos que os trabalhos a seguir contribuam com a formação e interesse dos nossos leitores e leitoras. Desejamos uma boa leitura a todos e todas, sempre destacando nosso compromisso com a produção de graduandas e graduandos nas Ciências Sociais.

Cordialmente,

Equipe da Revista Textos Graduados.

CARTA À EDITORA

SOBRE CAMINHOS E DESCAMINHOS - O PROCESSO NÃO LINEAR DE UMA PESQUISA

Recebido em: 22/006/2020

Aceito em: 29/06/2020

Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então, tudo se passou como se tivesse tentando fazer da “participação” um instrumento de conhecimento (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157)

Prezada Editora,

Venho por meio desta carta falar-te um pouco sobre os caminhos que me levaram ao desenho “final” da minha pesquisa de graduação em Ciências Sociais – habilitação em Antropologia. Refletir sobre os processos de pesquisa, sobre nossas escolhas e nossas empreitadas, mesmo depois de “finalizar” uma monografia, por exemplo, é fundamental para entender como se deu e como se dá um processo de pesquisa. Contudo, antes de prosseguir, faço um apelo, cara Editora: não estranhe as aspas, elas estarão presentes ao longo de minha carta. Isto porque não acredito que uma pesquisa, um desenho ou um projeto tenham em si um fim; até mesmo a mais final das versões finais, quando relidas atentamente, são passíveis de mudança e continuação. Espero que meu relato possa sanar inquietações de outrem, que já me foram – e ainda são – tão caras.

Em agosto de 2018 apresentei, no Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, minha monografia de graduação, intitulada “As alteridades querem vozes: o

uso de plantas medicinais em um contexto espírita”. Antes de ocupar o lugar de pesquisadora, eu lia os títulos e trabalhos de colegas e não imaginava o quanto o processo de pesquisa, a delimitação temática e todas as minúcias que envolvem um trabalho de campo tendiam mais ao caos que ao equilíbrio. Porque isso, na maioria das vezes, não nos é dito, mas deveria. A escolha por um tema pode perpassar questões pessoais; o seu projeto de pesquisa pode sofrer alterações e enveredar por uma linha que não condizia com suas expectativas; um tema que inicialmente te fazia feliz, pode acabar gerando insatisfação. Minha experiência me mostrou isso e é sobre esse assunto que quero lhe contar, cara Editora.

Isabel Rose escreveu que “não é raro que os antropólogos que pesquisam religiões sejam participantes ou simpatizantes das religiões que constituem seu objeto de estudo” (ROSE, 2007, p. 333), o meu caso não foi exceção. Contudo, posso dizer que tanto a simpatia pelo espiritismo quanto a escolha pelo objeto de estudo se deram graças a uma figura singular em minha vida: minha mãe, Eliana.

Eliana se encontrou no espiritismo e acabou levando práticas e conhecimentos adquiridos em seu Centro[1] para nossa casa, foi a partir dela que comecei a conhecer melhor a Doutrina e a me identificar com alguns de seus pressupostos. Em meados de 2013 ela conheceu o trabalho de um grupo de espíritas que promovia atendimentos, manipulava e distribuía fitoterápicos, tendo iniciado tratamento com eles; na época eles tinham uma atuação itinerante e se denominavam apenas de “Botica”. Em 2015, esse grupo veio a fundar um instituto espírita, na cidade de São Sebastião, no qual passaram a desenvolver esse trabalho fitoterápico: Instituto Langerton Neves da Cunha (ILANC). Mas eu só viria a conhecer o Instituto em 2016.

Em fevereiro de 2016 eu e minha irmã nos envolvemos em um acidente de carro e, apesar de não termos sofrido nenhuma lesão física grave, nas semanas posteriores ao ocorrido eu passei por um período de isolamento em casa, às vezes me via chorando e comecei a sentir um medo que não sabia explicar do que. Eu não estava emocionalmente bem e minha mãe percebeu isso. Em razão desse meu mal-estar ela sugeriu que eu fosse ao tal Instituto, “tomar um passe e conversar com Joaquina” – Joaquina é a médium[2] responsável pelo atendimento e pela prescrição dos medicamentos fitoterápicos. Como ela já havia relatado ter sentido melhoras com o tratamento que vinha fazendo e como eu realmente não estava bem, achei oportuno dar uma chance. Foi então que, em março de 2016, eu tive meu primeiro contato com o Instituto Langerton.

Era uma quarta-feira e precisei faltar a aula que seria ministrada às dez horas na UnB para poder ir ao Instituto. Eliana foi comigo. Chegamos lá às nove e pouco, entramos por um portão grande de metal e nos

dirigimos à construção no centro do lote; havia entulho no chão – acredito que pela recente inauguração ainda estavam fazendo alguns ajustes – e móveis do lado de fora do salão principal, percebemos que este estava vazio e as pessoas que deveriam estar ali dentro se encontravam atrás da construção, sentadas em cadeiras numa posição circular. Fomos muito bem recebidas, nos convidaram para compor o círculo, se desculparam pela bagunça e disseram que o chão tinha sido encerado e por isso, naquele dia, teríamos que fazer o estudo e o atendimento do lado de fora. Na hora subsequente foram feitas as leituras de alguns livros, seguida de discussões sobre os conteúdos e significados dos textos; encerrada a parte do estudo, houve uma oração e, por fim, iniciaram os atendimentos. Minha mãe falou com alguém que eu queria “passar pelo atendimento”, esperei até chegar minha vez. Quando fui chamada por Joaquina lembro-me de ter chorado mais do que falado, findado o atendimento fui instruída a esperar pelos remédios. Fiz uso dos fitoterápicos por quase três meses e senti melhora: a crise de choros diminuiu, assim como o medo, e eu estava “voltando ao normal”.

Confesso, cara Editora, que fiquei intrigada em saber mais sobre como esses medicamentos eram confeccionados, quem os manipulava, quais plantas medicinais eram utilizadas e onde eram coletadas, não apenas pelo meu interesse por medicina alternativa, mas porque achei diferente uma casa espírita com esse tipo de atividade. Para mim, até então, os tratamentos que a Doutrina dos Espíritos oferecia eram os passes[3] e as desobsessões[4], apenas. Apesar da curiosidade, finalizado o uso dos fitoterápicos, não retornei ao Instituto e a possibilidade de abordar essas questões como tema de pesquisa veio depois.

Ainda no primeiro semestre de 2016, quando cursei a disciplina de Métodos e Técnicas em Antropologia Social (MTAS), ofertada pelo DAN na UnB, logo nas primeiras aulas o professor nos propôs um exercício de delimitação de um objeto de pesquisa, com uma justificativa pela nossa escolha. Como meu interesse pelas plantas medicinais começou cedo e sempre considerei abordar questões referentes a esse universo num possível trabalho acadêmico, essa foi a primeira ideia que passou pela minha cabeça. Mas pesquisar o que? Foi então que me lembrei do Instituto Langerton. Como a minha ida ao ILANC era recente e como algumas questões referentes a ele pulsavam em minha mente, pensei “por que não?”, foi aí que minha pesquisa deu seu primeiro suspiro.

Minha ideia inicial, produto do trabalho final de MTAS, consistia na realização de uma etnografia do/no Instituto Langerton tendo como foco principal – e quase único – investigar a utilização de plantas medicinais, ou seja, a prática da fitoterapia, nesse contexto específico. No primeiro semestre de 2017 quando me matriculei em Seminários de Pesquisa Antropológica – primeira matéria especificamente de orientação na graduação em Ciências Sociais, habilitação em Antropologia –, na medida em que fui amadurecendo e refletindo sobre o que havia me proposto a pesquisar, concomitantemente com as reuniões de orientação, percebemos – orientador e orientanda – que seria interessante ampliar o leque de investigação, tendo em vista que o “objeto” em questão – fitoterapia – se apresentava apenas como uma parte, que estava inserida em um contexto muito maior – o Instituto. Assim sendo, ao finalizar a referida disciplina, o projeto de pesquisa final passou a privilegiar uma

investigação do Instituto Langerton Neves da Cunha, a partir da qual se tornaria possível abarcar essa questão das plantas medicinais; cogitou-se também a possibilidade de tentar desenvolver um resgate biográfico de Langerton Neves da Cunha, figura que dá nome ao instituto.

Contudo – e novamente –, cara Editora, vi meu projeto de pesquisa ser remodelado, dessa vez devido a três fatores, quando da minha inserção em campo. Primeiro em consequência de uma situação vivida em campo, ilustrada no terceiro capítulo da minha monografia, e que acabou me privando de executar o que eu imaginava de início no que se refere à investigação e divulgação de dados a respeito dos fitoterápicos. Segundo pela descoberta de dois trabalhos que abarcam o uso terapêutico que o espiritismo fez durante um bom tempo da homeopatia, o que me permitiu pensar em uma nova abordagem que, de certo modo, manteria o foco no que eu havia inicialmente desenhado. Terceiro, em virtude da percepção da complexidade das relações que se constroem no Instituto e da tomada de consciência de que a reconstrução de uma biografia demandaria tempo e trabalho exclusivos, conclui que não haveria tempo para realizar as duas empreitadas com primazia e decidi abrir mão do resgate biográfico. Assim sendo, reestabeleci meu tema e meus objetivos.

Em meu trabalho “final”, houve um foco maior na parte histórica sobre o espiritismo, no qual se pretendeu um entendimento acerca do percurso e da configuração da Doutrina no Brasil; somado de um estudo etnográfico do Instituto Langerton, cujo enfoque se deu na Botica, parte voltada aos fitoterápicos, mas agora na busca por uma compreensão das relações que se constroem quando de sua atuação. Antes de iniciar o campo recorri

a bibliografias sobre a Doutrina Espírita e sobre a fitoterapia; quando em campo a leitura continuou. No dia 09 agosto de 2017 dei início à minha empreitada, tendo encerrado a coleta de dados no dia 28 de fevereiro de 2018.

Minha pesquisa teve caráter descritivo e exploratório, o método de investigação utilizado foi o da observação participante e eventualmente realizei algumas entrevistas. O uso do diário de campo se deu de maneira particular: em campo, por razões de delimitação e montante de tarefas, eu não tinha tempo para escrever, então após um dia inteiro no Instituto, eu chegava em casa, abria o Word e começava a digitar. Enfim, a pesquisa foi composta basicamente por três momentos: contextualização da doutrina espírita; etnografia do Instituto; enfoque no local e no significado dados ao local onde se manipulam os medicamentos fitoterápicos.

Reforço aqui, cara Editora, que optei por desenhar todo esse percurso visando demonstrar que os processos que permeiam a construção e, principalmente, a execução de uma pesquisa não são lineares. Antes de empreendermos o campo criamos quase que um projeto utópico e torcemos para dar certo, mas esquecemos que é somente a partir do momento em que iniciarmos nossa excursão que saberemos os rumos que nossa empreitada irá tomar. Quando eu aparentava desespero e/ou ansiedade nas reuniões de orientação, meu orientador falava “o campo vai te guiar” e só fui entender a veracidade dessa frase depois.

Favret-Saada (2005) escreveu que quando um etnógrafo aceita ser afetado isso não implica na sua identificação com o ponto de vista nativo, mas em assumir o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Sabe, Editora, durante meu campo me vi sem saber ao certo

o que eu estava fazendo, me senti desmotivada por achar que meu projeto de pesquisa não estava mais de acordo com aquilo a que havia me proposto de início. E, realmente, houve mudanças, mas tudo bem: tudo bem não seguir o planejamento inicial, tudo bem não estar 100% com o formato e os rumos que sua pesquisa tomou. Mas findado o campo e iniciado o processo de escrita, tomei consciência de que muitas das inquietações que haviam surgido foram sanadas. Escrevendo minhas palavras finais, percebi que diversas questões estiveram presentes, mesmo que de forma inconsciente, durante toda a minha incursão em campo.

É normal que nos sintamos perdidas, sozinhas e frustradas com qualquer etapa que perpassa uma pesquisa – ou que dê tudo certo logo de primeira. O que não podemos fazer, cara Editora, é desistir da empreitada. Acredito, no entanto, que temos a solidão minimizada em nosso caso, isso porque por sorte – ou não –, o ofício da antropóloga, da socióloga, da cientista social e de tantas outras profissionais, é participativo. Assim sendo, tal qual Favret-Saada (2005) escreveu, sugiro fazermos da nossa participação um instrumento de conhecimento, nos permitirmos afetar e sermos afetadas, pelos interlocutores, pelo campo, até mesmo por nossas inquietações e inseguranças. Fazendo isso, quem sabe o campo realmente nos guie?!

Enfim, a tentativa aqui foi trazer minha experiência passada para elucidar as referidas questões e reforçar que não há linearidade num processo tão complexo como uma pesquisa. Todavia, tendo lançado mão do passado, não posso deixar de trazer o presente para os “finalmentes” desta carta, Editora. Isto porque, como deve ser de seu conhecimento, estamos enfrentando uma pandemia, sem mencionar as questões políticas e sociais que assolam o

Brasil. No que tange a pandemia, muitas já morreram; a desigualdade social estrutural do nosso país já matou e infectou milhares de brasileiras. Estamos com medo, receosas, ansiosas, saudosas. Não irei me aprofundar sobre essas questões, gostaria apenas de reforçar a importância de respeitarmos nossas limitações neste momento. Falei acima sobre a não linearidade de uma pesquisa, mas nossa produção também não é linear, tal qual nossas emoções e nossa disposição. E está tudo bem!

Na esperança de que esta carta lhe encontre bem e reverbere em outros cantos.

Mariana Alves Simões

Brasília, junho de 2020.

NOTAS

[1] O centro espírita é uma entidade religiosa constituída em torno de atividades doutrinárias tais como reuniões de estudo, sessões mediúnicas, e obras sociais, sem fins lucrativos (GIUMBELLI apud ARAUJO, 2007, p. 4).

[2] No Livro dos Médiuns, Capítulo 14 item 159: “Toda pessoa que sente, em um grau qualquer, a influência dos Espíritos, por isso mesmo, é médium. Esta faculdade é inerente ao homem e, por consequência, não é privilégio exclusivo (...). Pode-se, pois, dizer que todo mundo é, mais ou menos, médium. Todavia, usualmente, esta qualificação não se aplica senão àqueles nos quais a faculdade mediúnica está nitidamente caracterizada, e se traduz por efeitos patentes de uma certa intensidade, o que depende, pois, de um organismo mais ou menos sensível. (...) [A mediunidade] não se revela em todos do mesmo modo (...). As principais [manifestações] são: os médiuns de

efeitos físicos, os médiuns sensitivos ou impressionáveis, audientes, falantes, videntes, sonâmbulos, curadores, pneumatógrafos, escreventes ou psicógrafos.” (KARDEC, 2008, p. 135).

[3] No site da Federação Espírita Brasileira o passe é definido como “uma transmissão conjunta, ou mista, de fluidos magnéticos – provenientes do encarnado – e de fluidos espirituais – oriundos dos benfeitores espirituais (...)”. A aplicação do passe tem como finalidade “auxiliar a recuperação de desarmonias físicas e psíquicas, substituindo os fluidos deletérios por fluidos benéficos; equilibrar o funcionamento de células e tecidos lesados; promover a harmonização do funcionamento de estruturas neurológicas que garantem o estado de lucidez mental e intelectual do indivíduo”. (<http://www.febnet.org.br/blog/geral/colunistas/o-que-e-passe-espirita/>).

[4] No Livro dos Médiuns, Capítulo 23 item 237, a obsessão é definida como: “O império que alguns Espíritos sabem tomar sobre certas pessoas. Ela não ocorre senão pelos Espíritos inferiores que procuram dominar”. (KARDEC, 2008, p. 208). Dessa maneira, a desobsessão apresenta-se como a cura espírita da obsessão, baseada na “conscientização do enfermo e do espírito agressor, posto que o paciente é o agente da própria cura” (ARAUJO, 2007, p. 5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Eveline Stella de. Médicos, médiuns e mediações: um estudo etnográfico sobre médicos-espíritas. Paraná, 2007. 150 páginas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná/UFPR.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. In: Cadernos de Campo. Tradução Paula Siqueira. São Paulo: PPGAS, USP, n. 13, p. 155-161, 2005.

KARDEC, Allan. O Livro dos Médiuns / Allan Kardec; tradução de Salvador Gentile, revisão de Elias Barbosa. Araras, SP, IDE, 85ª edição, 2008. 352 p.

ROSE, Isabel. Entre colinas verdes: Trabalhos espirituais, plantas e culinária. Reflexões sobre experiências de campo numa comunidade do Santo Daime. In: Alinne Bonetti; Soraya Fleischer. Entre Saias justas e jogos de cintura. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: UNISC/ Editora Mulheres, 2007, pp. 331-354.



Artigos

LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

LITERATURE IN CHILD EDUCATION: PEDAGOGICAL POSSIBILITIES

*Hildegard Susana Jung

**Louise de Quadros da Silva

***Tuélen da Silva de Lima

Recebido em: 22/09/2019

Aceito em: 02/04/2020

Resumo

O tema da pesquisa versa em torno da ação didática na Educação Infantil. O objetivo consiste em refletir sobre o uso da literatura como recurso didático para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de alunos da educação infantil. Trata-se de um estudo qualitativo, o qual buscou seus dados por meio de uma revisão de literatura pertinente ao tema. Os achados foram examinados à luz das orientações da Análise de Conteúdo. Os resultados apontam para: a) a literatura estimula a imaginação e a criatividade das crianças; b) a literatura facilita o trabalho do professor na educação infantil. Concluímos que os benefícios associados à literatura infantil e o estímulo do hábito da leitura desde a primeira infância são de extrema importância para o desenvolvimento integral da criança, bem como auxiliam de forma significativa na compreensão dos conteúdos abordados durante as aulas e no processo de ensino e aprendizagem como um todo.

Palavras-chave: Educação Infantil; prática pedagógica; literatura como recurso didático.

Abstract

The theme of the research revolves around didactic action in Early Childhood Education. The objective is to reflect on the use of literature as a didactic resource to aid in the teaching and learning process of children's education. It is a qualitative study, which sought its data through a literature review relevant to the topic. The findings were examined in the light of the Content Analysis guidelines. The results point to: a) literature stimulates children's imagination and creativity; b) literature facilitates teacher work in early childhood education. We conclude that the benefits associated with children's literature and the stimulation of the habit of reading from early childhood are extremely important for the integral development of the child, as well as helping in a meaningful way the comprehension of the contents covered during the lessons and in the teaching and learning process as a whole.

Key-Words: Child Education; pedagogical practice; literature as didactic resource.

1 Introdução

A educação infantil é uma etapa extremamente importante para o desenvolvimento das crianças. Nesta fase, o aprendizado é constante e a criança está sempre em contato com um mundo cheio de descobertas,

encantos e magia, mas que também é repleto de regras e deveres, começando a descobrir-se como indivíduo pertencente a uma sociedade. Todo o aprendizado construído nesta fase escolar se reflete ao longo da vida

e cabe aos professores a missão de fazer com que este processo seja prazeroso, divertido e significativo para os pequenos, de modo que seus reflexos futuros sejam positivos e contribuam para a vida destes indivíduos.

Segundo estudos realizados pela Organização Pan-Americana De Saúde (2005. p. 11), com abrangência internacional, o desenvolvimento infantil “é um processo que vai desde a concepção, envolvendo vários aspectos, indo desde o crescimento físico, passando pela maturação neurológica, comportamental, cognitiva, social e afetiva da criança”.

Este desenvolvimento ocorre de maneira mais significativa nos primeiros anos de vida, uma vez que é neste momento que o desenvolvimento da rede neuronal, responsável pelas competências e habilidades humanas, mostra-se mais intenso. Em relação a isso, Evânia Reichert (2011, p. 35) destaca que os neurocientistas descobriram que “durante os três primeiros anos de vida ocorre um extraordinário aumento na produção de sinapses. Em consequência disso, o cérebro infantil se torna superdenso, com o dobro de sinapses de que vai precisar no futuro”. Como sabemos, as sinapses são as conexões entre os neurônios.

Com relação a este mesmo tema, a Oficina de Educação e Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio do estudo Primeira Infância: um olhar desde a neuroeducação, concluiu que “os primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento vital de uma pessoa, já que nesta etapa a genética e as experiências com o entorno perfilam a arquitetura do cérebro e desenham o comportamento humano” (OEA, 2010, p. 07).

Diante de todas estas possibilidades de aprendizado, uma das estratégias mais utilizadas pelos

professores de educação infantil é o uso da literatura como um recurso didático, desenvolvendo atividades lúdicas que surgem através da leitura de livros. No entendimento de Rocha (1987, p. 40), este método de ensino auxilia no processo de construção do conhecimento por parte das crianças pois, segundo o autor, “a leitura pelo seu próprio mecanismo de reflexão e percepção influencia na formação do indivíduo. Como possibilidade reflexiva age na ativação da memória e da criatividade, na expressão oral e escrita”. Na opinião do autor, com a prática diária, a leitura torna-se cada vez melhor em qualidade.

Os livros, portanto, são aliados em uma dimensão ampla do processo de ensino e de aprendizagem. Ao mesmo tempo, a literatura surge como recurso para tratar de assuntos que por vezes são mais complicados de serem abordados como, por exemplo, o preconceito, o medo, a separação dos pais e até mesmo a morte. Dessa forma, quanto mais cedo acontecerem os primeiros contatos com o mundo da literatura e o hábito de ler, maiores serão as contribuições para que aquela criança se torne um leitor no futuro (ROCHA, 1987).

Muitas crianças não possuem o incentivo à leitura dentro de seu ambiente familiar, sendo assim, cabe ao professor apresentar o fantástico mundo dos livros aos pequenos, fazendo com que a literatura infantil auxilie no processo de formação do leitor. De acordo com Ferreira e Dias (2002), a própria sociedade espera essa postura da escola enquanto introdutora da criança no mundo da literatura. Entretanto, as mesmas autoras alertam que os adultos têm “o papel de orientar a criança, servindo-lhe de guia e suporte para a sua aprendizagem; suporte este que deve ser retirado paulatinamente, à

medida que a criança conquista a sua independência enquanto usuária da língua escrita” (FERREIRA; DIAS, 2002, p. 40). Em outras palavras, a escola deve também guiar os futuros leitores para a autonomia, de maneira que consigam eles mesmos ler suas histórias.

É sabido que todos os professores de educação infantil, em algum momento, utilizam a leitura como recurso didático em suas aulas, seja pelo encantamento que este momento gera nas crianças, seja pelo amplo leque de possibilidades que surgem a partir de momentos de leitura. Dessa forma, o presente artigo busca refletir sobre o uso da literatura como recurso didático para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de alunos da educação infantil.

A arquitetura do artigo segue a seguinte trajetória: após esta breve introdução apresentamos a metodologia do trabalho, seguida da sua fundamentação teórica. Na sequência, figuram os resultados e discussões, e fecham o trabalho as considerações finais e as referências que embasaram as reflexões.

2 Metodologia

A pesquisa tem abordagem qualitativa, a qual Gil (2008) define como aquela que não faz uso de recursos matemáticos na análise de seus dados. Bardin (2006) caracteriza a pesquisa qualitativa como aquela que lança mão de temas subjetivos, como é o caso do presente estudo, que busca refletir sobre a literatura enquanto recurso didático para a facilitação da aprendizagem na educação infantil.

A coleta de dados foi realizada através do método bibliográfico, discorrendo sobre o que os autores conceituados na área de educação falam sobre o tema e analisando o que diz a legislação vigente. Para tanto,

seguindo as orientações de Bardin (2006) e Gil (2008), realizamos uma busca em plataformas de periódicos científicos como Scielo, Capes Periódicos e Google Acadêmico. Além disso, tivemos acesso à biblioteca da Universidade na qual se desenvolveu a pesquisa, bem como utilizamos obras do acervo particular das autoras.

Seguindo os passos de Gil (2008, p. 133), concordamos com o autor quando este explica que a pesquisa pode ser caracterizada como “uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (GIL, 2008, p. 133). Dessa maneira, realizamos a escolha dos materiais a serem analisados a partir de seus resumos, obedecendo as quatro regras de Bardin (2006): exaustividade; representatividade; homogeneidade; pertinência. Após a redução dos dados, realizada pela leitura flutuante (BARDIN, 2006), passamos à sua categorização, a qual constou em leitura minuciosa e atenta, buscando os pontos em comum entre os autores, de onde emergiram as categorias, as quais Bardin (2006, p. 37) identifica como uma “espécie de gavetas ou rubricas, significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem”.

No caso desta pesquisa emergiram duas categorias principais: a imaginação e a criatividade desenvolvidas pela literatura e a facilitação do trabalho docente por meio da contação de histórias. A fase seguinte foi a interpretação desses dados e a redação do artigo, segundo orientações de Gil (2008).

3 Referencial Teórico

No Brasil, o acesso à educação infantil é um

direito de toda criança e cabe ao Estado a obrigação de fornecer uma educação de qualidade e gratuita. Tornou-se um dever, a partir da implementação da Lei nº 12.796 (BRASIL, 2013), que estabeleceu que todas as crianças com idade a partir de quatro anos devem ser, obrigatoriamente, matriculadas no nível da pré-escola.

Salientamos que, antes do surgimento desta norma, apesar de o Estado possuir o dever de oferecer Educação Básica, o preceito de matricular a criança em uma escola de educação infantil não era corriqueiro. Seja por escolha pessoal dos pais, ou pela ausência de vagas na rede pública de ensino, geralmente as crianças iam à escola mais tarde, por volta dos cinco ou seis anos de idade. A falta de vagas na escola pública implica na necessidade de realizar a matrícula na rede privada, à qual a maior parte da população não tem acesso.

No entanto, esta obrigação de inserir a criança na educação infantil também passa a estender-se para a família. Os pais ou responsáveis legais de crianças que tenham de quatro a seis anos de idade serão obrigados a matricular seus filhos na pré-escola, fazendo com que a lei não se restrinja mais apenas ao Estado, como estabelece a Constituição Federal de 1988 em seu art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Esta obrigação encontra-se também fixada na Lei nº. 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Base (LDB), pontualmente em seu art. 2º, o qual determina que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos

princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Sabemos que os conhecimentos adquiridos durante a educação infantil serão a base para o adulto que essa criança se tornará no futuro, sendo assim, introduzir o prazer pela leitura desde cedo poderá ser uma brilhante estratégia para que no futuro ela continue apreciando os livros. Dessa forma, Frantz (2011, p. 33) afirma que o contato com variados tipos livros desde cedo é importante, porque “cada um revelará ao leitor uma faceta diferente da relação texto-mundo”. Este hábito deve ser criado aos poucos, de uma forma divertida, mostrando todas as possibilidades que a literatura pode trazer para a nossa vida, pois ela “é essencial para a formação social do aluno, visto que nela está presente a cultura, contada de uma forma lúdica, que possibilita o indivíduo solucionar questão do seu cotidiano” (DE SOUZA; SANTOS; FERREIRA, 2018, p. 2).

Regina Zilberman (2003, p. 41) destaca que “nós temos que discutir o que é literatura, pois ela é um fenômeno cultural e histórico e, portanto, passível de receber diferentes definições em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais”. A autora menciona a importância de esclarecer o conceito de literatura e de contextualizá-lo de acordo com a época e o ambiente social em que o leitor está inserido, tornando o professor um mediador deste processo.

Sobre o conceito de literatura infantil a autora cita que:

A literatura infantil [...] é levada a realizar sua função formadora, que não se confunde com uma missão pedagógica. [...] Aproveitada em sala de aula na sua natureza ficcional que aponta a um conhecimento

de mundo, e não enquanto súdita do ensino de boas maneiras (de se comportar e ser ou de falar e escrever) ela se apresenta como elemento propulsor que levará a escola à ruptura com a educação contraditória e tradicional (ZILBERMAN, 2003, p. 25).

De acordo com André (2004) e Nogueira (2018), o gosto pelos livros deve ser despertado aos poucos, contando histórias que condizem com a faixa etária e o desenvolvimento cognitivo das crianças. Precisa ser um momento de diversão e não deve surgir como algo obrigatório dentro das aulas, pois mesmo na educação infantil pode gerar uma reação contrária daquela que foi planejada e esperada pelos professores. Tudo deve ser feito no tempo de cada criança, fazendo com que ela queira participar dos momentos de leitura e sinta interesse pelos livros, como explica a autora:

A relação com o livro antes de aprender a ler auxilia a criança a torná-lo significativo como um objeto que proporciona satisfação. Isto ocorre porque, ao tocar, manusear, olhar, alisar o livro e brincar com suas folhas e gravuras, a criança sente um prazer similar ao proporcionado por um brinquedo (ANDRÉ, 2004, p.18).

De acordo com Paulo Freire (1989), a criança já está em contato com a leitura do mundo e a escrita antes mesmo de entrar para a escola e começar o processo de alfabetização. Na verdade, o mundo está repleto de letras e palavras e, desde muito cedo, ocorre o contato com estes símbolos que as ajudam a identificar o que está acontecendo à sua volta.

Desta forma, os pequenos necessitam apenas ser apresentados ao mundo da literatura para conhecer e decifrar os códigos da língua escrita. Na escola, esse processo deve acontecer de uma forma lúdica, sem parecer

uma obrigação, para que a criança perceba este contato com o mundo letrado como algo positivo, tornando-se naturalmente construtivo e motivador para a continuação de seu desenvolvimento como leitor (NOGUEIRA, 2018; SOUZA, 2016). Nas palavras de Freire (1989, p. 13):

Refiro-me que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. [...] De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

Na maioria das escolas, a tradicional “hora do conto” é um momento muito aguardado pelas crianças pois, além de ser divertido, desperta a imaginação e a criatividade dos pequenos, apresentando um mundo repleto de magia e possibilidades, com histórias que permitem a construção do aprendizado de forma lúdica (SILVA; SAN MARTIN; TADDEI, 2017). O contato com o mundo da literatura desde cedo é de suma importância para que as crianças aprendam, inclusive, a manusear os livros, sendo que muitos chegam à escola sem ter tido um contato de qualidade com a literatura através de sua educação familiar. Este fenômeno faz com que toda a responsabilidade de formar um leitor recaia sobre os professores que, por sua vez, precisam tornar esta relação agradável e interessante para o pequeno leitor que está se formando. Sobre este aspecto, Canto, Nunes e Smaniotto (2017, p. 2) discorrem que:

A orientação e o acompanhamento do educador, com a finalidade de incentivar o interesse do aluno pela leitura, não deve ser de forma ‘obrigatória’, pois o leitor necessita de liberdade. Quando imposta,

cobrada e avaliada por meio de provas ou fichas de leitura, com certeza, este tipo de avaliação afastará o educando da leitura. O professor deve escolher livros que tenham identificação, diretamente relacionada com a vida de seus alunos, para aproximar e resgatar o interesse, a magia, que há nos livros e suas histórias.

De acordo com Reis, Torres e Costa (2016) a ausência do gosto pela leitura nos adultos pode ser explicada através da falta de incentivo à leitura durante a infância e a tendência é que esse ciclo se repita. Ou seja, essa pessoa provavelmente não dará importância para o cultivo do hábito da leitura em seus filhos e sem o exemplo de um leitor dentro de casa é difícil que a criança venha a romper com este paradigma no futuro.

Como relata Almeida (2008, p. 33) “A criança não aprende através da instrução, ela aprende através do exemplo” e segundo Barreto (2019) a escola é espaço adequado para o fomento a leitura e cabe ao educador propor atividades neste sentido. De acordo com Abramovich (1999, p.17) “É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, é viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve [...]”. Neste sentido, autores da área das Ciências Sociais, como Bourdieu (1993; 1997), Coleman (1990) e Loury (1977) sistematizaram os conceitos de capital social e capital cultural. O pioneiro na busca destes conceitos foi Bourdieu (1993, p. 41):

os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional

também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos.

Como podemos perceber, o autor engloba no conceito de capital cultural a variável educacional. Ainda que não se limite a essa variável, a importância atribuída é primordial pois, segundo Bourdieu (1997), a escola é um mecanismo de manutenção da ordem pré-existente, fazendo a seleção entre os que detêm capital cultural e os que não o detêm. Tem-se, portanto, o que Bourdieu (1993) definirá como habitus, ou seja, as classes menos favorecidas de capital econômico tendem a mostrar-se mais humildes, cultivando um sentimento de incompetência e de aceitação da ordem posta. Esses sentimentos provêm de um “conformismo lógico, de um sentimento do seu lugar que representam um ajuste da personalidade às condições objetivas e às chances reais desses grupos sociais” (BOURDIEU, 1997. p. 549).

Sem a intervenção de um professor ou algum outro personagem para romper este habitus, muitas famílias seguirão por gerações sem conhecer o brilho e a magia do mundo da literatura. Quanto à leitura que é realizada em casa, pela família, a criança cria uma relação de afeto com os livros e as histórias, pois remetem a lembranças de uma época alegre de suas vidas, gerando uma memória afetiva que fará com que ela queira passar isso adiante, para seus filhos e netos. No mesmo sentido, Barreto (2019, p. 24) afirma que “escola e família podem contribuir de maneira significativa na formação de leitores”. A este

propósito, Almeida (2008, p. 32) também destaca que:

A escola e a família são elementos básicos para a orientação de leitores críticos. Ao estabelecermos uma relação entre a família, a escola e a sociedade, onde todos falam a mesma língua sobre a leitura, isto é, fazem da leitura uma atividade cotidiana, fazem do livro um objeto da casa, da rotina da família, dando exemplo, lendo junto, onde o prazer de ler vire um instrumento de estudo e pesquisa e os pais e professores funcionem como faróis que iluminem a leitura de qualidade para conseguirmos resultados positivos, ‘pessoas leitoras’.

Através do contato com a literatura, as crianças se tornam íntimas das letras, descobrindo suas formas e aos pouquinhos reconhecendo as palavras. Todo este processo que ocorre na educação infantil terá um reflexo muito positivo no processo de alfabetização que ocorrerá no ensino fundamental, facilitando o aprendizado e tornando-o prazeroso. Gregorin Filho (2009, p.77-78) complementa que “[...] trabalhar com literatura infantil em sala de aula é criar condições para que se formem leitores de arte, leitores de mundo, leitores plurais”.

Levando em consideração o que disse Alexander Romanovich Luria podemos acrescentar e confirmar o fato de que, na educação, o processo de alfabetização deve ser oferecido para a criança de maneira interessante, lúdica e prazerosa, trazendo significados e fazendo uma relação com a realidade em que ela se encontra. Neste sentido, para facilitar a compreensão da criança, tudo deve ser apresentado de uma forma funcional, facilitando assim o controle de seu próprio comportamento e auxiliando o seu desenvolvimento. Segundo o autor,

Para uma criança ser capaz de escrever ou anotar alguma

coisa, duas condições devem ser preenchidas. Em primeiro lugar, as relações da criança com as coisas ao seu redor devem ser diferenciadas de forma que tudo o que ela encontra inclua-se em dois grupos principais: a) ou as coisas representam algum interesse para a criança, coisas que gostaria de possuir ou com as quais brinca; b) ou os objetos são instrumentais, isto é, desempenham apenas um papel instrumental ou utilitário, e só tem sentido enquanto auxílio para a aquisição de algum outro objeto ou para a obtenção de algum objetivo, e, por isso, possuem apenas um significado funcional para ela (LURIA, 1988, p. 145).

Assim, os momentos de contação de histórias permitem aos alunos o contato com a linguagem escrita padrão, diferente da linguagem oral com a qual eles estão habituados, bem como auxiliam na ampliação do vocabulário das crianças (SILVA, 2018). Essas atividades apresentam palavras novas que só serão descobertas a partir das leituras realizadas pelas professoras durante o período de permanência na educação infantil. Deste modo, os momentos de leitura devem ser planejados com cuidado, tanto na escolha dos livros quanto na criação das atividades que serão realizadas após a roda de leitura.

O professor pode buscar histórias que visem solucionar problemas que tenham surgido na turma ou, simplesmente, para abordar questões mais amplas, como o cuidado com o meio ambiente ou lendas folclóricas, por exemplo. Nesse sentido, o educador deve oferecer livros para que as crianças possam manuseá-los, com pequenas bibliotecas, trocas de livros, livros em lugares diferentes, livros em meio aos brinquedos, leituras em duplas e outras possibilidades que chamem a atenção dos educandos (SILVA, 2017). Quanto a isso, afirma o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil que:

Ter acesso à boa literatura é dispor de uma informação cultural que alimenta a imaginação e desperta o prazer pela leitura. A intenção de fazer com que as crianças, desde cedo, apreciem o momento de sentar para ouvir histórias exige que o professor, como leitor, preocupe-se em lê-la com interesse, criando um ambiente agradável e convidativo à escuta atenta, mobilizando a expectativa das crianças, permitindo que elas olhem o texto e as ilustrações enquanto a história é lida (BRASIL, 1998, p. 143).

Revistas e gibis também devem ser oferecidos aos pequenos e não somente os livros, pois ao aumentarmos a oferta de materiais de leitura, maiores serão as chances de a criança descobrir qual o gênero literário que mais chama a sua atenção. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 135) dispõe que “[...] o ato de leitura é um ato cultural e social”. Sendo assim, todas as escolhas feitas pelos professores devem ser cuidadosas, buscando contribuir ao máximo com a formação social das crianças.

O hábito de ler histórias auxilia no desenvolvimento emocional e na capacidade expressiva das crianças, fazendo com que elas se tornem adultos mais criativos, com maior capacidade de imaginação auxiliando, inclusive, na formação de um leitor mais crítico e consciente das leituras que escolhe. Um fator de extrema relevância é proporcionar que as crianças tenham contato direto com livros, manuseados por elas mesmas. Na maioria das escolas os livros apenas são lidos pelos professores e poucas vezes o contato com o papel é permitido aos pequenos, por medo que eles acabem estragando o material.

Mas como as crianças aprenderão a manusear os livros se não tiverem a oportunidade de realizar este

contato? Por isso, como explica Carvalho (2008), é necessário que existam minibibliotecas à disposição dos pequenos nas salas de aula, ou que exista na rotina da escola um momento em que os alunos possam visitar a biblioteca, para usufruir deste contato direto e particular com os livros. Permitindo-lhe o manuseio, a criança aprenderá a cuidar dos livros que está utilizando, como esclarece a autora:

A criança pode até divertir-se por algum tempo com a leitura e jogos em torno dela, mas, sem um quadro de referências culturais compartilhadas, o ato de ler dificilmente significará alguma coisa essencial em sua vida. A biblioteca escolar pode, sim, ser o local onde se forma o leitor crítico, aquele que seguirá vida afora buscando ampliar suas experiências existenciais através da leitura (CARVALHO, 2008, p.22).

Segundo Abramovich (1999), quando a criança ouve histórias, ela passa a refletir e valorizar de forma mais significativa os sentimentos que tem em relação ao mundo à sua volta. A literatura infantil permite o despertar de diferentes emoções, fazendo com que ela se descubra, se conheça melhor e amplie suas visões de mundo. Este contato com o mundo da fantasia permite que a criança também compreenda melhor as suas emoções, bem como as emoções das pessoas que estão à sua volta, como a raiva, o medo, a alegria e o amor. Esse mergulho no mundo dos sentimentos faz com que ela se torne um ser humano mais sensível aos sentimentos alheios.

É ouvindo histórias que se pode sentir emoções importantes como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, pavor, a insegurança, a tranquilidade e tantos outros mais, é viver profundamente tudo que as narrativas provocam [...] Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário (ABRAMOVICH, 1999, P. 17).

Nesse sentido, para gostar de ler a criança precisa, inicialmente, aprender a gostar de ouvir as histórias que lhe são contadas. Neste sentido, o professor faz o papel de mediador do processo de leitura e precisa fazer isso com destreza e empenho para que as crianças se interessem pelas histórias. Quanto a isso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil estabelece que: “A criança que ainda não sabe ler convencionalmente pode fazê-lo por meio da escuta da leitura do professor, ainda que não possa decifrar todas e cada uma das palavras. Ouvir um texto já é uma forma de leitura” (BRASIL, 1998, p. 141).

Dessa forma, as crianças precisam ser incentivadas a fazer esta passagem de ouvinte a locutor para que, ao crescerem, possam dar continuidade à imersão ao mundo dos livros com autonomia. Assim, ao chegarem à vida adulta, poderão tornar-se leitores ávidos e críticos. Outro fator relevante para garantir a atenção dos alunos e garantir que o momento seja um sucesso é a forma como o professor irá contar a história. Sabemos que as crianças se distraem com facilidade, pois qualquer coisa que esteja ou aconteça ao seu redor faz com que a atenção seja perdida. O professor precisa ser criativo e utilizar métodos que sejam atraentes aos olhos dos pequenos, a leitura oral pode contar com a imitação das vozes dos personagens, como, por exemplo, o som dos animais.

Também é necessário explorar ao máximo todas as possibilidades de recursos, sejam eles sonoros e/ou visuais, utilizando gravuras, fantoches, bonecos e o que mais estiver ao seu alcance, tudo para fazer com que este momento seja encantador para os pequenos ouvintes. Sobre a riqueza de benefícios que o uso da literatura na educação infantil pode trazer ao processo de ensino e aprendizagem,

De Sousa e Bernardino (2011, p. 237) concluem que:

A contação de histórias é uma estratégia pedagógica que pode favorecer de maneira significativa a prática docente na educação infantil e ensino fundamental. A escuta de histórias estimula a imaginação, educa, instrui, desenvolve habilidades cognitivas, dinamiza o processo de leitura e escrita, além de ser uma atividade interativa que potencializa a linguagem infantil. A ludicidade com jogos, danças, brincadeiras e contação de histórias no processo de ensino e aprendizagem desenvolvem a responsabilidade e a auto expressão, assim a criança sente-se estimulada e, sem perceber desenvolve e constrói seu conhecimento sobre o mundo. Em meio ao prazer, à maravilha e ao divertimento que as narrativas criam, vários tipos de aprendizagem acontecem.

Contudo, como explica Souza (2018), toda essa preocupação com uma literatura adequadamente voltada para o público infantil é algo muito recente em nossa sociedade. No passado não havia essa definição de infância que existe hoje, pois as crianças eram vistas como mini adultos, que tinham as mesmas percepções de mundo e necessidades que os mais velhos, participando de todos os momentos da vida em sociedade presenciando, inclusive, guerras e mortes. As primeiras literaturas voltadas para o público infantil foram as fábulas religiosas que surgiram na Idade Média, as quais tinham o objetivo de educar as crianças para o mundo da religiosidade.

Dessa forma, a partir do século XVII começaram a surgir escritores preocupados em produzir histórias voltadas para o público infantil. Entre eles, o que mais se destaca é o escritor e poeta francês Charles Perrault, autor do clássico Os contos da Mamãe Ganso, publicado em 1697. A coletânea contava com histórias como A Bela

Adormecida, Gato de Botas e Chapeuzinho Vermelho, clássicos dos contos de fadas que ainda hoje fazem sucesso entre as crianças. Daquela época para hoje em dia, a visão sobre infância vai se tornando cada vez mais minuciosa e fazendo com que a atenção aos pequenos se torne maior. Inclui-se a isso as preocupações pedagógicas trazidas pelo surgimento da escola como instituição voltada para a formação da burguesia. A partir do século XIX, além de as concepções de criança mudarem, mudaram também as relações familiares, que antes não eram tão íntimas e significantes. Neste cenário surgem também os Irmãos Grimm (Jacob e Wilhelm), autores da obra Contos de Fadas para Crianças e Adultos que, como já dizia o nome, agradava a todas as idades e trazia histórias clássicas como Branca de Neve e os Sete Anões, João e Maria e Os Músicos de Bremen (ÀIRES, 1978).

Segundo sugere Zilberman (2015), durante o século XX e já no século XXI as preocupações dos autores de literatura infantil estão voltadas para questões complexas como o bem-estar social, meio ambiente e até mesmo assuntos mais delicados de serem abordados, como a morte, o divórcio dos pais, e os preconceitos, que estão cada vez mais enraizados em nossa sociedade. Em relação ao tema, a autora esclarece que:

[...] a concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessitando de uma formação específica, só acontece em meio à Idade Moderna. Esta mudança se deveu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto

entre seus membros (ZILBERMAN, 2015, p. 13).

Dessa maneira, o cenário da produção de literatura infantil passou a mudar. Atualmente, os escritores produzem materiais cada vez mais diversificados, o que tem ampliado as possibilidades para os professores desenvolverem projetos que abordem temas transversais, contribuindo para a construção integral das crianças de forma lúdica, divertida e encantadora.

4 Análise e Discussão dos Dados

Neste tópico apresentamos a análise e discussão dos dados à luz da teoria, a partir da qual emergiram as inferências das autoras-pesquisadoras.

4.1 A literatura como potencializadora da imaginação e criatividade

Como vimos, a literatura tem a potencialidade de despertar a imaginação e a criatividade das crianças, contribuindo no processo de aquisição de conhecimentos. É através do imaginário que a criança vai experimentando novas possibilidades, vivenciando situações diversas, as quais talvez não tivesse a oportunidade de experimentar, a não ser através do mundo fantástico da literatura. Sendo assim, anuindo aos argumentos de Coelho (1986, p. 27) podemos dizer que a literatura infantil é, “antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e real, os ideais, e sua possível/impossível realização”. Neste sentido, Santana e Brandão (2016, p. 4) argumentam:

[...] os livros com as narrativas visuais podem constituir-se

em ferramentas para estimular o interesse das crianças pelos livros e pela leitura. Como sabemos, as imagens atraem os pequenos antes do texto escrito possibilitando, assim, que eles construam suas próprias histórias, ampliando sua capacidade de expressão verbal. [...] o contato com livros de imagem esteticamente bem construídos certamente também favorece o desenvolvimento de um olhar mais atento e crítico em relação ao que veem no mundo.

Como vimos, é possível observar o quanto a literatura infantil contribui para o desenvolvimento da imaginação e da criatividade nas crianças, permitindo que elas se conectem com as histórias vivenciadas pelos personagens. Significa que “[...] somos capazes de sentir no texto os cheiros, os gostos, os sons, as cores e as formas do mundo, tocadas pela magia das palavras” (JOSÉ, 2007, p. 20). Dessa forma, vemos que a leitura contribui em aspectos pedagógicos, no processo de alfabetização e letramento, bem como em aprendizagens de cunho social. Algumas destas histórias apresentam situações de transformação e de superação por parte dos personagens. Tais transformações fazem parte da vida em sociedade e do processo de transição da infância à adolescência e, depois, para a fase adulta. A literatura, portanto, pode contribuir muito para este momento de mudanças.

Concordamos com Nunes (2017, p. 16) quando destaca que “a literatura infantil tem tudo a ver com a infância, pois infância é ser criativo, imaginar um mundo fantástico, é sempre estar criando ou recriando uma história”. Mais do que ensinamentos, a leitura começa a trazer prazer às crianças e assim se formam os futuros leitores. Este tipo de leitura é denominado por Oliveira (1996, p. 28) de leitura-prazer, a qual a autora caracteriza como

[...] aquela capaz de provocar riso, emoção e empatia com a história, fazendo o leitor voltar mais vezes ao texto para sentir as mesmas emoções. É aquela leitura que permite ao leitor viajar no mundo do sonho, da fantasia e da imaginação e até propiciar a experiência do desgosto, uma vez que esta é também um envolvimento afetivo provocador de busca de superação.

O mundo mágico da literatura envolve tanto as crianças, que elas passam a imaginar-se como seus personagens favoritos dos livros. Assim, de repente, os pequenos se tornam príncipes defendendo o seu reino, princesas corajosas em busca de liberdade, ou até mesmo um super-herói com poderes incríveis. Todo esse processo de imaginação contribui para o desenvolvimento pedagógico das crianças, pois ao se tornarem mais criativas agregam essa capacidade a todo o seu desenvolvimento educacional, emocional e social. Diante disso, estamos de acordo com Oliveira (1996, p. 27) quando a autora afirma que “[...] a literatura infantil deveria estar presente na vida da criança como está o leite em sua mamadeira.”.

Assim, notamos que é possível influenciar “[...] de maneira indireta, o aprendizado e o desenvolvimento dos modos, gestos e ações embrionários do ato de ler, como prática histórica, discursiva e culturalmente constituída” (SOUZA, 2016, p. 58). A literatura infantil tem a capacidade de encantar o leitor através do potencial criativo que desenvolve. Ao entrar em contato com as produções literárias criadas especificamente para a sua faixa etária, as crianças identificam os seus anseios, facilitando a ampliação de seus horizontes, despertando alegria, diversão e, claro, muito aprendizado.

4.2 O trabalho do professor na educação infantil é facilitado pela literatura

A literatura, quando utilizada como recurso didático na educação infantil, auxilia o professor a abordar temas de nível mais complexo e delicado como a morte, possível separação dos pais e até mesmo questões ligadas à inclusão de alunos com deficiência. Entretanto, para que estas situações sejam possíveis, o professor precisa estar devidamente preparado para utilizar a literatura da melhor maneira durante as aulas, atrelando os livros aos conteúdos programados e às necessidades de intervenções que possam vir a surgir no dia a dia da turma. Como salienta Souza (2016, p. 58) “tal afirmativa sugere um cuidado didático-pedagógico redobrado por parte dos educadores dos pequenos”, uma vez que o professor assume o papel de mediador/leitor.

Quanto a isso, vale salientar a importância de uma formação de qualidade para os nossos professores, para que eles tenham conhecimento da importância de utilizar a literatura como mediadora do processo de aprendizagem e que saibam os meios para fazer isso da maneira mais eficiente possível. A LDB nº 9.394/96 destacou a relevância da formação de educadores competentes e comprometidos com sua prática cotidiana para atuar na Educação Básica, considerando-a como forma de garantir a todos os alunos em idade escolar o acesso a uma escola de qualidade.

Quanto à importância da formação de professores capazes de se tornarem mediadores de leitura para seus alunos podemos destacar que:

Em primeiro lugar, é necessário que o professor esteja munido de conhecimentos teóricos sobre a importância e a função da literatura infantil na formação da criança.

É preciso, também, que ele tenha estabelecido objetivos claros para o trabalho que irá desenvolver. De posse desses requisitos, pode, então, partir para a análise das obras que pretende selecionar (SARAIVA, 2001, p. 75).

Mas existe um fator que pode ser determinante para que todo esse processo de desenvolvimento seja possível. Trata-se do perfil do professor, que precisa ser um leitor crítico e isso vai muito além de dominar os conhecimentos pedagógicos que estudou durante a graduação. O professor precisa ter esse brilho no olhar, que busca encontrar em seus alunos, afinal, as crianças aprendem pelo exemplo (ALMEIDA, 2008; SILVA, 2017), e se o professor não acreditar naquilo que está fazendo, as crianças também não irão acreditar.

É preciso que esse mundo do “faz-de-conta” seja vivido pelos dois lados, o de quem lê e o de quem escuta a história, oportunizando momentos de contato prazeroso com a literatura e contribuindo para que tais momentos se tornem cada vez mais apaixonantes e importantes para as crianças. Assim, vemos que “quando a criança vive isso desde cedo, interessar-se-á a ouvir histórias, porque as fazem sonhar e entrar no mundo da fantasia acompanhada pelos seus heróis e princesas favoritos” (NUNES, 2017, p. 16).

5 Considerações Finais

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo refletir sobre o uso da literatura como recurso didático para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de alunos da educação infantil. É perceptível o fato de que o uso da literatura como recurso didático desde a educação infantil contribui para o processo de ensino e aprendizagem das crianças em todos os aspectos,

sejam eles pedagógicos, facilitando a compreensão dos conteúdos curriculares apresentados durante as aulas, auxiliando no processo de alfabetização e letramento, bem como para a abordagem de assuntos de cunho social, os quais acabam sendo mais difíceis de trabalhar na escola.

Nesse sentido, percebemos também a importância da formação docente nessa temática. Só poderemos usar da literatura como aliada ao desenvolvimento de diversos aspectos, a partir de docentes que estejam bem preparados para tais ações. Portanto, a literatura infantil se apresenta benéfica para o desenvolvimento de crianças, desde que seja guiada por bons e bem preparados professores. Cabe ressaltar também a importância de docentes que saibam elaborar aulas e atividades com a literatura de forma criativa, lúdica e divertida, que atraia o interesse das crianças. Somente educadores leitores serão capazes de inspirar os seus alunos a desvendarem o mundo mágico, repleto de diversão e aprendizado que existe entre as páginas dos livros.

Desse modo, concluímos nossa pesquisa indicando como principal limitação a falta de uma pesquisa empírica com crianças e professores que utilizam da literatura no processo de ensino-aprendizagem. Assim, indicamos tais estudos para futuras pesquisas nesta temática.

NOTAS

*Doutora em Educação.

**Mestra em Educação e graduanda em Pedagogia.

***Graduada em Pedagogia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. 5 ed. São Paulo: Scipione, 1999.

ALMEIDA, Maria das Graças Queiroz. A construção do gosto pela leitura: uma contribuição pedagógica para a formação de leitores. 2008. 61 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/30>. Acesso em: 23 out. 2018.

ÀRIES, Philippe. A História social da criança e da família. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1978. Disponível em: <http://bit.do/e5qj6>. Acesso em: 22 nov. 2018.

ANDRÉ, Tâmara Cardoso. Literatura Infantil: Práticas adequadas ajudam a despertar o gosto pela literatura. Revista do Professor, Porto Alegre, n.78, p. 18-21, 2004.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Editora Edições 70, 2006.

BARRETO, Lilian Bertelli. A Importância da literatura infantil na formação de alunos leitores. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Capital Cultural, Escuela y Espacio Social. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 25 nov. 2018.

_____. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 22 nov. 2018.

CANTO, Fernanda Soares Godoi Yano do; NUNES, Jéssica Cristina; SMANIOTTO, Jessyka Kelly Martins. A importância da leitura nos anos iniciais para a formação do leitor crítico. *Revista Uniesp*, p. 1-9, 2017. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602124725.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

CARVALHO, Maria da Conceição. *A Biblioteca Escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

COELHO, Betty. *Contar Histórias: uma arte sem idade*. São Paulo: Ática, 1986.

COLEMAN, James S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DE SOUSA, Linete Oliveira; BERNARDINO, Andreza Dalla. A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental. *Educere et Educare*, v. 6, n. 12, 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view-File/4643/4891>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DE SOUZA, Jossimara; SANTOS, Joelma de Jesus Oliveira; FERREIRA, Júlio Flávio Vanderlan. A importância da literatura na educação infantil e a formação social do aluno. In: *Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional*, 2018. *Anais... Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional*, v. 11, n. 1, 2018.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. A escola e o ensino da leitura. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 39-49, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000100007&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 29 nov. 2018.

FRANTZ, Maria Helena Zacan. *A literatura nas séries iniciais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. *Literatura Infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

JOSÉ, Elias. *Literatura infantil: ler, contar e encantar crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007. 116p.

LOURY, Glenn C. A Dynamic Theory of Racial Income Differences. In: WALLACE, P. A.; LAMOND, A. M. (Eds.). *Women, Minorities, and Employment Discrimination*. Lexington, MA: Lexington Books, 1977.

LÚRIA, Alexander Romanovich et al. O desenvolvimento da escrita na criança: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem, v. 12, 1988.

NOGUEIRA, Rita de Cassia Oliveira. *Ler nos anos iniciais: caminho para a formação do leitor*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18101>. Acesso em: 10 nov. 2018.

NUNES, Maria Janaína Horácio. *A importância da literatura no desenvolvimento e aprendizagem da criança: olhar dos pais*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Fed-

eral do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5940/3/ImportLiterDesenv_Monografia_2017.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

OEA, Oficina de educação e cultura da organização dos estados unidos da américa. Primeira Infância: Um Olhar da Neuroeducação. Washington, 2010.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. Leitura Prazer: Interação participativa da criança com a Literatura Infantil na escola. São Paulo: Paulinas, 1996.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Manual Para Vigilância do Desenvolvimento Infantil no Contexto da AIDPI. Washington, 2005.

REICHERT, Evânia. Infância, a idade sagrada. São Paulo: Edições Vale do Ser, 2011.

REIS, Mariana Pereira dos; TORRES, Eneida Pena Pereira; COSTA, Beethoven Hortencio Rodrigues da. Infância, escola e literatura infantil: livro para criança não precisa ser educativo. Revista Psicopedagogia, v. 33, n. 101, p. 184-195, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000200008. Acesso em: 10 nov. 2018.

ROCHA, José Carlos. Políticas Editoriais e Hábito de Leitura. 2. ed. São Paulo: Com Arte, 1987.

SANTANA, Fabiana Andrade de; BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. Como crianças leem livros de imagem? Revista Inter Ação, v. 41, n. 1, p. 165-188, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/36431>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SARAIVA, Juracy Assmann. (org.). Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUZA, Aline Keyla de. Práticas de Leitura na Bibliote-

ca Infantil Maurício de Sousa do Colégio Motiva de João Pessoa. Trabalho de conclusão de curso (Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13830/1/AKS20.02.2019.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SOUZA, Renata Junqueira de. Literatura infantil e primeira infância: políticas e práticas de leitura. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, n. 17, p. 43-59, 2016. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/fronteiraz/article/view/28941>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SILVA, Vanessa Alves Franco. A literatura na Educação Infantil e sua contribuição para a formação de leitores. Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia - Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Jaguarão-RS, 2017.

SILVA, Maiara Azevedo da; SAN MARTIN, Thalita Bittencourt; TADDEI, Mônica. HORA DO CONTO: CONTAR, ENSINAR E (RE) ENCANTAR. Revista Educar Mais, n. 1, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/718>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SILVA, Emanuel Mateus da. A Literatura na Educação Infantil: A Formação de Leitores em uma Escola de Educação Infantil no Distrito de Cariutaba-Farias Brito-CE. Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 12, n. 42, p. 76-92, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1274>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SOUZA, Renata Junqueira de. Literatura infantil e primeira infância: políticas e práticas de leitura. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, n. 17, p. 43-59, 2016. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/fronteiraz/article/view/28941>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 11 ed. São Paulo: Global, 2003.

REDES MIGRATÓRIAS: A IMPORTÂNCIA DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO MIGRATÓRIO HAITIANO

MIGRATION NETWORKS: THE IMPORTANCE OF FAMILY IN THE HAITIAN MIGRATORY PROCESS

*Lara Noronha Xavier

Recebido em: 07/04/2020

Aceito em: 19/05/2020

Resumo

O presente artigo visa compreender como as redes migratórias haitianas se constituem em todo seu processo. Dando uma maior ênfase em como se constituem e se organizam as conexões feitas por familiares. Pretende-se compreender, a partir de uma análise bibliográfica, como essas redes se constituem e qual a importância delas no processo como um todo. Sabendo que a migração é uma atividade coletiva, o migrante deve um retorno aos que o ajudaram a cumprir a projeto migratório, normalmente esse retorno é dado por meio de remessas de dinheiro ou pela migração de parentes para a localidade que o sujeito está migrado.

Palavras-chave: Família; Migração haitiana; Redes migratórias.

Abstract

This article aims to understand how haitian migration networks constitute themselves in the whole process. Knowing that, family is an important issue at this theme, it is given a greater emphasis in how parents can make this connection work or not. It is intended to comprehend how these networks are constituted and what is their importance in the whole process. Having the knowledge that migration is collective activity, the migrant owes a return to the people who helped him to accomplish the migratory project, and this return can be given by money remittances or the migration of relatives to the destiny place of the migration project.

Key words: Family; Haitian migration; Migration networks.

1 Introdução

O presente artigo visa compreender como as redes migratórias compostas por familiares influenciam no projeto diaspórico haitiano. A partir desse ponto principal pretendo discutir o que torna o processo migratório bem sucedido ou não, como as relações baseadas em parentesco se inserem na migração, ainda que alguns membros permaneçam no país de origem.

A questão que mobiliza o presente trabalho

é entender a centralidade das famílias nas redes migratórias de haitianos. A partir dos dados bibliográficos coletados, percebe-se a constância em que migrantes citam suas redes migratórias e sua importância para que conseguissem chegar ao seu país de destino. Então, a partir desses dados surge o interesse de tratar com uma maior profundidade e sensibilidade essas redes, para compreender como se fundamentam e também qual o

nível de influência dessas conexões no projeto migratório.

Sendo uma pesquisa de base bibliográfica, tem-se como base a obra de Joseph Handerson, que atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Handerson é haitiano e dedicou sua produção acadêmica para compreender o processo migratório haitiano. Em sua tese de doutorado “Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa” (2015), o autor descreve a rota migratória que realizou junto aos seus compatriotas haitianos para entender, por completo, os seus processos. Ao longo da sua obra, Handerson coloca um enfoque nas redes familiares de migração, sua grande influência na idealização e concretização de projetos migratórios. Além do trabalho de Handerson, servem como objeto de análise as obras “Voy después de ti: Aproximación etnográfica de las redes migratorias haitianas en Venezuela” de Carlos Romero Bermúdez (2017), “Migraciones haitianas en la región Andina” de Iréri Ceja Cárdenas (2015) e “Travellers of the Caribbean: Positioning Brasília in haitian migration routes through Latin America” de Gutavo Dias, João Carlos Silva e Sidney Antonio da Silva (2020).

A mobilidade sempre foi um fator constitutivo da sociedade haitiana, sendo assim, um fator importante culturalmente para essa sociedade. Na década de 1990 os fluxos migratórios haitianos se intensificam no espaço transnacional. Atualmente, um dos grandes objetivos do cidadão haitiano é conseguir ter uma migração bem sucedida, para que consiga viver bem no exterior e também emigrar familiares que tenham permanecido no Haiti.

Outro ponto que se faz necessário para a compreensão do artigo, é a utilização do termo migração,

que é empregado sem o “i” ou o “e”. De acordo com Dias, Silva e Silva (2020) o processo migratório é composto por diversos deslocamentos, assim, não sendo uma rota com início e fim. Logo, como não podemos afirmar qual será o destino final do processo, não se pode falar em emigrante ou imigrante, mas sim, migrante, o indivíduo que migra.

Para uma maior compreensão da migração haitiana é necessário conhecer o país antes do terremoto de 2010. Uma nação, que foi pioneira no processo de independência na América Latina, de acordo com Neiburg (2010) vive uma crise antiga, que se agrava no ano de 1986 com o fim da ditadura dos Duvalier. De acordo com o autor, no período pré-terremoto, já possuía, em Porto Príncipe, a capital do país, um índice de 80% de desemprego e 80% de importação de alimentos. Neiburg (2010) afirma que existem três elementos base para a retroalimentação do sistema de pobreza e desigualdade instalado no Haiti que são o peso da força estrangeira, a denúncia da ausência de um Estado haitiano e a necessidade urgente de ajuda à população local. Além dos pontos abordados pelo autor é necessário incluir os impactos colonialistas que pesam na construção da nação. Um país que, tanto antes quanto após o terremoto, possui como os dois principais itens do PIB (Produto Interno Bruto) as divisas geradas pela cooperação internacional e as remessas enviadas pelos haitianos em diáspora.

Ainda pensando no contexto pré-terremoto, Cárdenas (2015) define duas ondas de migração haitiana. A primeira ocorre no início do século XIX, com a queda da indústria açucareira, os haitianos têm como destino, principalmente, Estados Unidos, Canadá e França. A segunda, ocorre em 1957, quando o Duvalier assume o poder e se declara

presidente vitalício, e tem como destino os Estados Unidos.

A centralidade no que tange os projetos migratórios no Haiti se dá, de acordo com Handerson (2015), a partir da célula familiar, que é de onde se transmite a identidade. Nesse sentido, a ligação com a família faz com que o indivíduo saiba seus deveres para com a comunidade que ele deixou em seu país e também se lembre de onde veio e o porquê de sua migração. É importante perceber que a família possui um papel de memória, para mostrar como aquele indivíduo chegou a seu lugar de destino e atingiu seus objetivos. É na célula familiar que se encontra o apoio, mas também a cobrança de devolver o investimento que lhe foi feito e também de ajudar aos próximos que migrarão.

Para conseguir explorar alguns aspectos que envolvem a temática das redes migratórias e analisá-los de forma a cumprirem com os objetivos específicos desse trabalho, o presente artigo divide-se em três partes principais. A primeira trata sobre a diáspora[1] haitiana, como esse termo é conceituado e como as redes familiares constroem um ser diáspora.

Posteriormente, será analisada em específico a rede familiar, e como esta se insere no processo migratório, buscando compreender quais são as suas funções e verificando o tipo de apoio dado para que os migrantes consigam obter sucesso em sua trajetória.

Por fim, à luz desses projetos migratórios, com ativa participação da rede familiar, será feita uma breve análise, a partir de dados bibliográficos, da imigração haitiana para o Brasil a fim de entender, especificamente nesse fluxo, qual seria o papel das famílias nas redes migratórias haitianas, e por que o Brasil se torna um destino para os haitianos, tendo em vista a longevidade do processo migratório haitiano

e a recente inserção do Brasil como rota neste fluxo.

2 Diáspora haitiana

Para iniciar a seção sobre diáspora é necessária a contextualização e conceitualização do termo. Começando por Hall (2009), o autor traz a diáspora, a partir do contexto africano, como resultado do processo colonizador europeu, que introjetou a ideia de uma superioridade frente às suas ex-colônias, fazendo com que os países emergentes desenvolvam o desejo de ser como os países ditos desenvolvidos. Para o autor, essa mentalidade de inferioridade perante aos países desenvolvidos, faz com que os indivíduos que residem nas ex-colônias acreditem que os produtos produzidos no exterior sejam de melhor qualidade. Sendo assim, essas localidades poderiam prover uma melhor condição de vida para esses sujeitos, e a solução desse processo é a migração. Outro ponto a ser abordado é o da esperança do retorno, essa volta se faz necessária para que haja uma confirmação de que o indivíduo está vivendo melhor no exterior do que estaria em seu país, assim, confirmando a máxima de que os países desenvolvidos estão aptos a darem melhores condições de vida. Por fim, o autor afirma que a diáspora conecta múltiplas comunidades de uma população dispersa, ou seja, não se possui apenas uma cultura dentro desses seres diáspora e eles as ressignificam para utilizá-las em contextos distintos.

Pensando o conceito de Hall (2009), o autor argumenta que os migrantes são portadores de identidades múltiplas além das trabalhistas, estando vinculados a diversas localidades, não necessariamente, restritas aos locais de partida e chegada. Bermúdez (2017) traz o conceito de campos sociais transnacionais, que seriam

exatamente o conjunto de relações transnacionais estabelecidas pelos migrantes haitianos, no qual eles conseguiriam manter suas conexões com os indivíduos que permaneceram em seu país, mas também estabelecer novos contatos com indivíduos de novas localidades.

Ainda discutindo o termo diáspora, de acordo com Clifford (1999), nos movimentos diaspóricos os indivíduos são bilocalizados e habitam uma fronteira. Um local de travessia, lugar esse que é regulado não somente pelo país que ele será recebido, mas também pelo seu local de origem. O autor sugere que os pontos principais da diáspora são: a sua história de dispersão, a alienação no país que o recebe, o desejo do regresso, os mitos e memórias que o mantêm conectado com sua terra natal, o apoio ao seu país de origem e a identidade coletiva como base da relação entre os que migram e os que ficam. É trazido como marco do movimento descrito acima a diáspora judia, na qual não se tem um centro único de origem de deslocamento, mas sim de destino, são indivíduos vindos de diversas localidades unidos pela sua identidade étnico religiosa. Aqui, o ponto mais importante é como a cultura forma o pertencimento diaspórico. Ainda pensando sobre o vínculo identitário, sabe-se que existe uma separação física entre o migrante e sua terra natal, porém seu compromisso com as pessoas que lá estão não acaba, logo, há uma sensação de copresença, viver aqui, nesse país para o qual migrei, porém recordar e desejar esse lugar que deixei.

Para além da noção tradicionalmente conhecida de diáspora, no Haiti, esse termo possui uma utilização específica. De acordo com Handerson (2015), é também utilizado para designar os compatriotas

residentes no exterior, que por muitas vezes retornam temporariamente ao país, para logo em seguida voltarem ao exterior. O campo semântico e polissêmico do termo está articulado por três verbos associados à diáspora: residir no exterior, voltar ao Haiti e retornar ao exterior.

Dessa forma, percebe-se que diáspora não é um movimento para os haitianos, mas sim um ethos. Uma pessoa que está dentro de um estilo de vida, que é constituído por três fases: ir para o exterior, retornar ao Haiti durante um período delimitado, normalmente nas festas de final de ano, e depois voltar ao estrangeiro para o país no qual trabalha. Não existe uma expectativa de retorno permanente para o Haiti, diferente do que se propõe no conceito de diáspora clássico no qual se almeja o retorno definitivo. No contexto haitiano, se ocorre esse tipo de volta ao país significa que o diáspora não foi bem sucedido no exterior. Outros elementos que são ligados a esse migrante também são denominados diáspora, como as grandes festas dadas por eles a fim mostrar o seu poder aquisitivo. Como mostra Handerson (2015):

a volta deve mostrar sucesso pessoal e coletivo da diáspora. Não há diáspora haitiana sem volta temporária, não é um retorno, mas sim uma nova chegada. Essa última ideia deve ser explicada nas próprias categorias e expressões nativas. Os haitianos não usam a palavra créole *tounen*, significando retorno, para descrever a experiência da nova chegada da pessoa diáspora, mas sim as expressões *diáspora rive*: (diáspora chegou) ou *diáspora vini*: (diáspora veio), do ponto de vista dos que ficaram. Os viajantes utilizam a expressão *diáspora pral vizite Ayiti* (diáspora vai visitar o Haiti) ou *diáspora ap desann Ayiti*, literalmente “diáspora vai descer para o Haiti”. (Handerson, 2015, p.10).

Ao analisarmos a expressão diáspora vai descer para o Haiti, percebe-se um ponto dito por Hall (2009), no qual esse processo diaspórico é criado pelos países europeus colonizadores e mostra a vontade dos haitianos de migrarem para o norte global. Mais uma vez enfatizando as diferenças entre uma migração Sul-Sul, que muitas vezes, faz parte de um projeto migratório para chegar ao destino final, que seria um país do norte global. Para que nesse momento, ele se torne um migrante de sucesso, que cumpriu com seu projeto migratório.

Além disso, percebe-se que o termo diáspora é de autodesignação e de alteridade, ele trabalha com a função de mostrar para a sociedade haitiana não somente o sucesso pessoal, mas também do coletivo da diáspora. Contudo, nota-se também que, existem diversas regras para que um indivíduo tenha o direito de possuir o termo diáspora. Primeiramente ele tem que voltar ao Haiti para datas festivas, como natal, ano novo e dia de ação de graças, no intuito de visitar a família, se ele não volta é um sinal de que não possuiu algum tipo de regularização e não consegue sair do país que está imigrado sem a certeza da volta ao estrangeiro. (Handerson, 2015, pp. 13)

Do ponto de vista dos que ficam, a volta da pessoa diáspora constitui um ato e uma demonstração de fidelidade ao Haiti e aos familiares (Handerson, 2015). Essa fidelidade no retorno, remessas e afins é encontrada também em outros contextos migratórios, como o analisado por Lobo (2014) na ilha da Boa Vista, em Cabo Verde. De acordo com a autora, essas relações de cooperação constroem identidades e pertencimento, ou seja, por mais que esse indivíduo não more em seu país, ele se faz presente a partir de outras vias, sendo uma

forma de reforçar continuamente os laços de pertença.

Essa nova chegada pode ser entendida de acordo com Turner(1974) como a fase liminar de um ritual. Tendo em vista que o autor desenvolve que os rituais são constituídos por três fases, a pré-liminar (antes do ritual acontecer), a liminar (durante o ritual) e a pós-liminar (após o ritual). Sendo que a segunda é o período em que o indivíduo está em evidência, que o observam, para analisar qual é o seu desempenho em tal atividade. Para que após o fechamento do ciclo, possam avaliar tal processo migratório como bem sucedido ou não, dando ao sujeito uma melhor posição no estrato social haitiano.

Essa relação dos diaspora com os seus familiares é pautada por diferentes níveis de dádivas, sendo trocas materiais ou de favores. Sendo uma relação dadivosa, ela é pautada no seu “caráter voluntário”, a partir de Marcel Mauss (2013[1924]), temos que:

o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações. Elas assumiram quase sempre forma de regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, e quando há, no fundo obrigação e interesse econômico. E não obstante indicarmos com precisão os diversos princípios que deram esse aspecto a uma forma necessária da troca – isto é, da própria divisão social do trabalho (MAUSS, (2013[1924]), p.10-11).

Tendo como base essa passagem de Marcel Mauss (2013[1924]) e a força dos laços de sangue[2], trazidos por Joseph Handerson (2015), é possível perceber que esses laços tem base em uma materialidade. Exemplificados nos presentes que os migrantes oferecem aos familiares

e amigos que permaneceram no Haiti, trocas essas que parecem assumir caráter obrigatório. Entretanto, se não há essa troca, o migrante torna-se um fracassado, pois não tem condições de presentear quem o ajudou a migrar e perde o título de diáspora, pois um diáspora sempre possui uma migração bem sucedida. Assim, nota-se que esse regalo é algo obrigatório no processo migratório, para que ele seja concluído com sucesso e todos os indivíduos da comunidade saibam que esse resultado foi positivo, tanto para o migrante quanto para a sua rede.

Analisando essas materialidades e obrigatoriedades de troca a partir de Lobo (2014), compreende-se que esses câmbios são afetividades. Faz parte do projeto migratório que ambos os lados mandem presentes, do lado de quem fica, são mandados objetos ou cartas para que o migrante lembre-se de sua casa, de seu país, de sua família. Do lado de quem partiu se espera bens de valor para que ajude quem ficou no país, essas atribuições mostram afeto e que uns se importam com outros.

Para exemplificar como se organizam essas relações no Haiti, Handerson (2015) traz que:

É necessário perceber que existe um ritual para mostrar o quão bem-sucedidos são os seres diáspora no exterior. Compram-se vestidos, tênis, sapatos, perfumes, presentes, além de juntar dinheiro para levar ao país, a viagem de volta é planejada com bastante antecedência. Quando chegam, os que possuem um maior poder aquisitivo alugam carros de última geração; exibem os vestidos de marca, os cordões de ouro; financiam festas para familiares, amigos e conhecidos, sendo chamados normalmente de gwo diáspora (grande diáspora) (HANDERSON, 2015, p.13).

Todavia, não necessariamente esse diáspora está em boas condições fora do Haiti, exigindo uma

preparação para a nova chegada ao território haitiano. Todo esse ritual é feito anualmente para mostrar que o sucesso foi alcançado no exterior, e para mostrar aos indivíduos da comunidade que ainda não migraram que o estrangeiro provê melhores condições de vida que o Haiti, que se ganha muito mais dinheiro fora do que dentro do território haitiano. Assim, trazendo a migração como a solução dos problemas sociais e econômicos.

É de fundamental importância analisar o ser diáspora também como indivíduo social, que se encontra no topo hierárquico dentro do sistema de hierarquias sociais haitianas, e na base se encontram os que falharam em seu projeto migratório e retornaram ao país de origem. Pelo fato de que no Haiti desde criança a migração aparece como objetivo, quando se migra e ainda se obtém sucesso sobre tal, o indivíduo merece o mais alto nível de prestígio social. Notoriedade essa não dada somente pela comunidade de civis, mas também por grandes autoridades haitianas.

Para colocar o debate sobre linguagem, tem-se como base a obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” de Frantz Fanon (1952). Primeiro, é necessário compreender que falar é assumir a cultura de uma civilização, assim, a partir do momento que se expressa em outro idioma, o indivíduo está também reproduzindo traços culturais dessa nova oralidade. De acordo com Fanon (1952) é uma questão de status falar francês como os franceses, com o sotaque típico da localidade, pois isso mostra que ele absorveu a cultura do país, e agora está mais perto daquela civilização, ele está cada vez mais branco.

O migrante possui uma oralidade perfeita está tão habituado com essa forma de linguística que se

esqueceu como se fala algumas palavras em creole. Pelo fato não ter contato com tal idioma há muito tempo, o que nos dias atuais não é uma realidade, pois como se faz o processo migratório em redes e com o avanço das tecnologias, os migrantes falam com seus conterrâneos diariamente. Para exemplificar a questão da oralidade, Handerson (2015) traz que:

É característica de sua linguagem, a pessoa diáspora incorporar, por exemplo, quando fala o créole, palavras em língua estrangeira. Os vindos dos Estados Unidos usam *but, so, what*; os da Guiana Francesa, *mo, to*, pronomes do créole guianense; os da França, *maison, monsieur*. Os comportamentos, os valores morais do sucesso e a hierarquia social, características da pessoa diáspora no Haiti, criam, no imaginário dos que residem nesse país, viver no estrangeiro ser melhor do que *lakay* (literalmente a casa, mas aqui significando a terra natal). Mesmo entre aqueles com empregos no país, ocupando cargos no governo, nas agências internacionais, possuindo empresas particulares, ganhando salários entre US\$ 1.000 a US\$ 3.000 por mês – valores altos para os padrões haitianos – boa parte escolhe ir ao *peyi etranje* (país estrangeiro) para um dia ser diáspora. Assim, a mobilidade é cultivada como recurso para alcançar o progresso social, cultural e econômico do indivíduo (HANDERSON, 2015, pp.13).

Por fim, é necessário sabermos que todo esse processo ritual é cíclico e repetitivo e de acordo com Turner (1974) é esse o motivo de ser um ritual. É dado um significado a todos os estágios do processo. Para compreendermos melhor esse processo ritualístico é preciso entender como essas redes agem no projeto migratório.

3 As influências das redes familiares no processo migratório.

Como visto até agora, não há diáspora sem a célula familiar, pelo fato de ser por meio dela que se transmite a consciência identitária e os laços de pertencimento. Tampouco não há diáspora sem laços de parentesco, ultrapassando as fronteiras estatais. Estes laços familiares, permitem ao exilado não sucumbir ao isolamento destrutivo e não ser totalmente absorvido ou assimilado pela sociedade de acolhida. As redes de diáspora se apoiam, primeiramente sobre as redes familiares. (Bruneau, 2004, p. 45 apud Handerson, 2015). A partir dessa afirmação presente no texto de Joseph Handerson (2015), entende-se que a família é o pilar construtor do processo migratório e que, reside nessa instituição o maior apoio para o migrante. É parte das funções dessas redes familiares organizar como o diáspora irá chegar ao país desejado, desde a organização da sua primeira estada, onde irá dormir, etc. Todos esses aspectos são organizados pela célula familiar[3].

Para entendermos o que são essas redes familiares, Bermúdez (2017) conceitua que são uma forte expressão de solidariedade entre membros de distintas unidades domésticas vinculadas por relações de parentesco, que tem como objetivo fazer com que um determinado membro da família tenha êxito no movimento migratório. Esse tipo de conexão tem peculiaridades como seu acionamento antes que o indivíduo saia do Haiti, a possibilidade de financiamento da viagem, hospedagem e também o contato contínuo. Assim, percebe-se que as redes familiares apresentam vantagens que as redes baseadas em amizades e construídas durante o processo, não oferecem como hospedagem e financiamento da viagem, que são pontos que podem definir o sucesso ou não do projeto migratório.

Ao analisar redes migratórias, em geral, Krissman

(2005) critica muito o fato de ser traçadas as familiares como as principais. De acordo com o autor, deveriam ser incluídos nesse processo os empresários que estão em busca da mão de obra migrante. Pelo fato de que eles montam um novo tipo de redes entre migrantes, que faz com que indiquem e saibam onde há empregos para outros migrantes. Outro ponto abordado pelo o autor é que os laços ditos como mais fortes são os longínquos, para ele, os laços fortes são os feitos no dia a dia, que se apoiam e mostram os melhores caminhos a serem seguidos.

É necessário compreender que os laços de sangue são vínculos de familiares mais próximos, não necessariamente sendo de sangue. Podendo possuir como participantes desses laços sogras/noras, essas redes são pontes construtoras de relações, se investe no que se pensa que pode dar retorno. Logo, a família e os amigos investem no processo migratório de um parente para que ele possa migrar outras pessoas dessa mesma rede migratória. E, possuindo alguém no país destino, a migração possuiria menos barreiras, ou seja, assim seria mais fácil conseguir ser bem sucedido. Todo esse pensamento também se baseia na lógica de Marcel Mauss (2013[1924]), no qual é abordada a questão da reciprocidade, para que esse processo possua admiração deve ocorrer a troca, nesse caso, a troca do apoio das redes pela migração de um parente, nesse caso atribuindo uma similaridade com o kula descrito por Malinowski (2018[1922]) uma vez que não se devolve a dádiva diretamente para quem lhe oferece, mas se dá prosseguimento a uma rede.

Há uma relação indissociável entre família e diáspora. Mais do que enviar dinheiro e objeto, muitos daqueles no Haiti esperam do viajante *fi l* (solicitar visto permanente

para familiares próximos, pais, filhos e irmãos), “mandar buscar” (*voye chèche*); “entrar” (*antre*) alguns dos que ficaram. Esses verbos são utilizados e conjugados para descrever um “dever” (talvez o principal) de quem viaja. É comum a primeira pergunta feita a uma pessoa diáspora no Haiti: “quando vai ‘mandar buscar’ seu irmão?” (*kilè w’ap voye chèche frè’w la?*); “quando vai ‘entrar’ sua mãe?” (*kilè w’ap antre manman’w?*); “quando vai ‘fi l’ para seus filhos?” (*kilè w’ap fi l pou pitit ou yo?*). Os verbos *fil*, *voye chèche* e *antre* em crioulo podem ser utilizados tanto para as viagens por meio legal de uma solicitação de visto quanto para uma viagem clandestina financiada. É comum a pessoa diáspora receber críticas de alguém no Haiti por residir dez anos ou mais aletranje tendo filhos, irmãos ou pais no Haiti. Entrar, *fil*, mandar buscar algum membro da família constitui um valor moral da pessoa diáspora, é honrar a família diante dos vizinhos e dos familiares (Handerson, 2015, p. 10).

No caso etnográfico trazido por Joseph Handerson (2015), torna-se claro que é necessário para honrar o processo familiar de migração, que o migrante consiga levar do Haiti um parente ou amigo próximo, porque faz parte do seu dever como migrante. Caso ele não consiga e seja um diáspora, ou seja, retorna ao seu país para datas importantes, ele será bastante criticado, pois se ele tem sucesso o bastante para conseguir visitar sua família no período de férias, ele também deveria ser capaz de levar consigo algum parente próximo. Todos esses elementos circundam a teoria da dádiva de Mauss (2013[1924]), pois nada é dado simplesmente pelo prazer de ver o sucesso desse indivíduo, mas sim se espera que o sucesso dele possa afetar os seus de forma positiva. Nesse caso, uma migração bem sucedida, é um circuito de dádivas e contra-dádivas que são prestadas através das relações de parentesco.

Nota-se que existem dois tipos de laços familiares

base, o primeiro é o laço de família, um laço que é forte, um laço baseado na instituição familiar, no crescimento familiar, esse laço conta com o sucesso do migrante. E o segundo são laços mais distantes, de amigos que migraram e que podem ajudar o migrante de alguma forma na manutenção desse novo migrante no seu país de destino.

Portanto, pode-se dizer que os migrantes melhor sucedidos no seu projeto migratório possuem redes pessoais mistas e integradas: de um lado, um núcleo de laços fortes, baseados nas relações de parentesco mais imediatas capazes de garantir uma variedade de tipos e estratégias de apoio social, tanto de ordem emocional quanto material; de outro lado, relações de parentesco estendidas, amizade, vizinhança e colegas de trabalho que através dos laços fracos possibilitam maior vantagem quanto à busca de trabalho e moradia no destino, além de contribuir também para as estratégias de travessia (FAZITO, 2005, p.10).

Ao analisar laços nas redes migratórias, é necessário pensar como essas teias se constituem e quais comportamentos são esperados deles. Nesse sentido, Fazito (2005) afirma que:

as redes migratórias consist[e]m de laços sociais que ligam comunidades expulsoras a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços unem migrantes e não migrantes em uma teia complexa de papéis sociais e relações interpessoais complementares, mantidos por conjuntos informais de expectativas recíprocas e comportamentos prescritos. (...) [mas, além disso] Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas antes adaptados a ele, sendo reforçados, ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes (Fazito, 2005, p.04; grifos nossos).

Assim, o autor deixa claro que esses laços que formam a base das redes migratórias não são formados

por causa do elemento migração. A família, por exemplo, é algo dado, o indivíduo nasce com uma família, não se forma uma instituição familiar com base no processo migratório. Porém, as interações familiares se fortificam a partir da migração, elas unem os indivíduos para obter um sucesso ao final do processo, sucesso esse que pode beneficiar tanto a família quanto ao migrante.

Se faz necessário compreender que a migração não é um conceito estático e fechado, como às vezes é apresentado, sendo ele, um conceito que passa por diversas mudanças constantemente. É preciso saber que com as tecnologias atuais o contato entre as redes migratórias se dá a partir das redes sociais que eles operam, assim, se encontra com maior facilidade os migrantes em outras localidades que podem ajudar no processo migratório. Esses migrantes normalmente são parentes longínquos ou até mesmo amigos de amigos, mas essa rede de solidariedade é tão grande que é alimentada de forma muito espessa. (COGO, 2013).

Ao pensarmos a influência do advento tecnológico na vida social do migrante, é perceptível, como em Appadurai (2004), perceber que esse processo muda completamente as relações do migrante com seu país de origem. As notícias chegam muito mais rapidamente, e ele pode, por exemplo, assistir o telejornal que é transmitido em sua cidade. Outro fator de extrema mudança é o da comunicação, agora, os contatos são feitos com uma maior frequência e com mais detalhes por ser muito facilitada.

A partir dessa leitura, percebe-se que não é de grande utilidade possuir somente um tipo de laço. É necessário contar com laços fortes, pois eles podem não estar no exterior com o migrante, porém eles podem dar um apoio tanto econômico quanto emocional que os laços

mais fluídos não darão. Todavia, isso não quer dizer que os laços dotados de maior fluidez são desnecessários, pois esses estarão com o migrante no exterior, e poderão ajudar a conseguir um emprego e até mesmo encontrar um local para morar. O ideal é saber do que é necessário para se estabelecer e conseguir encontrar um equilíbrio entre as redes.

Ao analisar como essas redes migratórias se constituem, Silva (2017) apresenta que não são indivíduos que migram, mas sim a rede migratória, pois é a partir dela que se terá um estabelecimento no país destino. Esse migrante tem o papel de dar um retorno financeiro para as pessoas que o ajudaram a obter o sucesso migratório. Essa ideia, mais uma vez, retoma aos laços de sangue de Handerson(2015) e a ideia de dívida de Mauss(2013[1924]), todo o investimento feito no possível diáspora não é realizado por bondade, mas sim porque se espera algo em troca. Sendo esse objeto de troca uma casa no Haiti ou uma migração para o país que o migrante está imigrado.

Embora o projeto migratório concentre tanto laços fortes quanto fracos, a família participa ativamente na reprodução, distribuição e expansão de ambos tipos de vínculos entre migrantes e não-migrantes, na origem e no destino. Deste modo, as funções desempenhadas pelos arranjos familiares de migrantes parecem um tanto complexas e variadas (Fazito, 2005, p.11).

Percebe-se, que as famílias não somente constituem um apoio para quem está migrando, mas também criam oportunidades para que novas pessoas possam migrar. Em um país que possui em uma de suas bases a migração, essas redes são de extrema importância, pois elas se cruzam em diversos momentos e assim se ampliam. Fazendo com que o processo migratório se torne algo mais fácil de ser alcançado.

Ao analisarmos as redes domésticas de acordo com Boyd (2013) elas são a sustentação dos migrantes e definem quem migra ou não e são de extrema importância. Também vimos que o retorno é algo almejado no processo, mesmo que seja algo temporário no caso haitiano, pois o retorno traz novas informações para os migrantes. Assim, eles atualizam suas redes, vínculos e laços. E, no caso haitiano, entre 2010 e 2014, o país que se tornou parte da rota migratória foi o Brasil.

4 Imigração Haitiana no Brasil

O fenômeno da imigração haitiana iniciou no Brasil em 2010, após o terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro do mesmo ano. A entrada desses imigrantes no país se deu a partir da tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, na cidade de Tabatinga- Amazonas; pela fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru, na cidade de Brasileia, Acre; e pelos aeroportos brasileiros, com maior concentração no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. É importante salientar que o Brasil não era a principal rota no fluxo migratório de pessoas de nacionalidade haitiana. A princípio, o país representava uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa e, também, uma forma de “corredor” para obter vistos para países como Estados Unidos ou Canadá (Handerson, 2016).

Sabendo que o Brasil é um país de passagem desses migrantes, pode-se trazer para debate a expressão diáspora desde trazida anteriormente no artigo, mostrando que, o real objetivo é chegar em um país do norte global. Alguns países do Sul global fizeram parte do momento de ascensão e acúmulo de capital desses indivíduos para que posteriormente eles possam

ser bem-sucedidos em um país dito desenvolvido.

Muitos migrantes haitianos visavam chegar à Guiana Francesa, que é Território Ultramarino Francês, e por esse fato, tem como sua moeda o euro. Dessa forma, as remessas enviadas da Guiana tem um maior valor ao chegarem ao Haiti, diferentemente das brasileiras, que por ter como moeda o real, torna essas remessas desvalorizadas.

Se a emigração não é uma novidade na história migratória do Haiti, em território brasileiro sua presença constituía um fato novo, que foi assumindo diferentes significados, à medida que tal fluxo foi aumentando nas fronteiras brasileiras. Num curto espaço de tempo, esses imigrantes se encontravam em todos os estados do Norte e Centro-Sul do Brasil, inserindo-se em diferentes atividades do mercado de trabalho. (SILVA, 2017).

Ao pensarmos na migração haitiana para o Brasil, Dias, Silva e Silva (2020) definem três fatores para que ela aconteça, o primeiro é o fato da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti), que conta com tropas brasileiras, estar presente no território haitiano desde 2004, o segundo fator trazido pelos autores são as campanhas brasileiras que mostram o país com hospitalidade e crescimento econômico e o terceiro é o fechamento de fronteiras nos países como Estados Unidos e França e ações hostis com haitianos na República Dominicana. Quando colocamos em questão a MINUSTAH, é uma missão que tem suas contradições. Enquanto Cárdenas (2015), traz essa organização como um ponto positivo comparado a outros batalhões, por ser mais acessível, Maroni da Silva (2019), traz que essa missão não estava em condições de proteger os cidadãos, era uma força de violência no Haiti e violava a soberania haitiana. Os pontos trazidos

por Maroni da Silva (2019) podem ser um resultado dessa acessibilidade e abertura facilitada dos haitianos para com as forças armadas brasileiras. Logo, percebe-se que a MINUSTAH dividia opiniões entre os haitianos, assim, não podendo afirmar que ela possui uma influência positiva massiva para que os haitianos migrem para o Brasil.

Essa percepção sobre o Brasil muda com base nas grandes obras de infraestrutura que estavam sendo feitas no país – as da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – que se tornaram atrativos para aqueles que buscavam melhores condições de trabalho, pois, à época, o país passava por um bom cenário de crescimento econômico, estando entre os 10 maiores PIBs do mundo. As razões que possibilitaram a chegada desses imigrantes ao Brasil são das mais diversas: motivações políticas, sociais, econômicas, educacionais e etc., logo, o terremoto foi mais um motivo, dentre outros, a estimular o fenômeno da migração haitiana (Handerson, 2016).

Ainda assim, de acordo com Handerson (2015), o Brasil ainda era tratado de uma forma paradoxal, muitos o achavam um país muito bom, com grandes oportunidades de emprego, considerando que tinha uma economia emergente e estava em uma grande fase econômica. Momento esse que facilitava a entrada no Brasil, acrescentando-se do mito de que o país é uma grande democracia racial, um país que por sua grande miscigenação, não teria preconceitos, e assim, todos seriam tratados da mesma forma, independentemente da cor da pele. Outros já dizem que o salário mínimo é realmente mínimo, comparado aos dos Estados Unidos. Outro agravante da questão monetária, o custo de vida no Brasil, que é muito alto para quem

recebe apenas um salário mínimo por mês, esse fator somado a desvalorização do real perante as outras moedas causa nos migrantes uma frustração quando se trata de poder aquisitivo no Brasil. Especialmente para as capitais que eles iam, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília são cidades com o custo de vida muito elevado.

É importante ressaltar que a visão sobre o Brasil não muda apenas por causa das redes sociais no processo migratório. Porque sempre há uma imagem sendo vendida nessas redes, e normalmente, uma imagem que favorece o Brasil, trazendo o país como acolhedor, sem preconceitos. E fornecerá emprego para todos os migrantes, no qual eles poderão ter uma boa qualidade de vida.

Quando se trata da questão empregatícia, os haitianos foram durante muitos anos, principalmente de 2013-2016, os estrangeiros que estavam mais presente no mercado de trabalho formal brasileiro. É importante também analisar, a partir do gráfico 1 localizado no final do artigo, a queda dos vínculos empregatícios dos haitianos, principalmente por causa da crise que o país vivia na época, assim, causando queda na oferta de empregos.

Esses migrantes nos anos de 2014-2017 possuíam uma relevância *sui generis* no contexto da imigração no país, visto que, além de ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil—o setor da construção civil e o final da cadeia produtiva do agronegócio foram os principais responsáveis pela contratação de haitianos (Cavalcanti; Tonhati, 2017).

Embora ainda não tenha conseguido alcançar o patamar dos outros destinos haitianos, como Estados Unidos e França. O Brasil é uma possibilidade de migração para os haitianos, mesmo não sendo a ideal. Como aponta

Maroni da Silva (2019), é importante perceber que o Brasil não se torna ponto principal dessa rota por diversos fatores ligados ao emprego e também aos estudos, pois no país existe muita inconsistência de status, o migrante, na maioria das vezes não atua no país o que ele está capacitado a fazer, sempre é colocado para ele um emprego de menor status. Outro ponto importante é que muitos migrantes haitianos migram com a intenção de trabalhar e estudar, porém no Brasil, a vulnerabilidade desse indivíduo se torna um alvo fácil para a exploração trabalhista, logo, a prioridade migratória que seria o estudo não consegue ser atingida.

5 Considerações finais

Neste artigo, demonstrou-se que para que o processo diaspórico haitiano conclua seu ciclo e obtenha sucesso, a rede familiar é de extrema importância. Pois as trocas principais feitas do exterior para o Haiti visam chegar à família do migrante, e também pelo fato de que as redes familiares podem facilitar o processo migratório e aumentar as chances de sucesso.

Retomando o pensamento do ritual da volta ao Haiti, e posteriormente o retorno ao exterior, trazida por Joseph Handerson (2015), o migrante deseja sim mostrar seu sucesso para toda a comunidade com que ele convive. Porém, seu objetivo maior é mostrar a sua família que o processo migratório foi concluído de forma completa, e que agora ele está honrando a família dele tanto dentro quanto fora do país de origem.

Sobre o processo ritual da volta é importante perceber a diferença do exercício haitiano para os demais. No processo de diáspora conceituado por Hall (2009) existe um desejo de um retorno permanente ao país de origem, para

finalizar o projeto, diferentemente do haitiano, que prevê sim o retorno, porém temporário, apenas para visitar familiares e mostrar para todos como o projeto foi bem sucedido.

As redes familiares também são de extrema importância para adquirir contatos e dar apoio ao indivíduo que vai migrar. As conexões familiares não são núcleos solitários sem ligações com outras instituições, elas se comunicam entre si, criando pontes cada vez maiores, logo se cria uma grande conexão que facilita, cada vez mais, a chegada do migrante em seu país de destino.

É importante ressaltar também que os laços fortes e fluídos se comunicam, muitas vezes o primeiro que encontra o segundo para que haja uma interação e uma facilitação para na hora que o migrante chegue a seu país destino. Ou seja, os laços familiares são fundamentais para que o processo migratório seja bem sucedido.

Por fim, é necessário destacar que os projetos migratórios são específicos de cada projeto nacional, cada um possui suas peculiaridades e suas semelhanças. Não se pode analisar um projeto migratório sozinho, pois ele perde seu sentido, é necessário comparar os sistemas, e assim, compreender como cada um deles funciona.

NOTAS

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília.

- [1] O termo diáspora aparecerá em negrito quando estiver tratando da diáspora haitiana.
- [2] Tendo em vista que no Haiti, os laços sanguíneos não são apenas aqueles marcados pelo sangue, mas também os de afinidade. Exemplos: esposa, sogra e cunhado.
- [3] Célula familiar trazida como os laços sanguíneos,

os laços também constituídos por afetidades.

ANEXOS

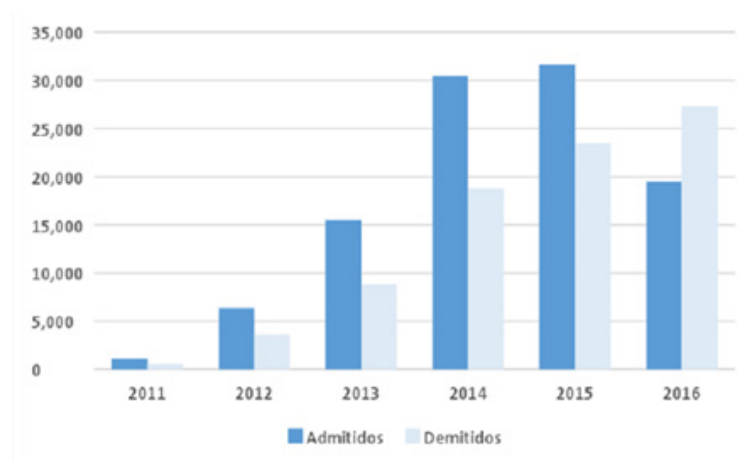


Gráfico 1. Total de haitianos admitidos e demitidos por ano no Brasil.
Citado na página 15 do artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. Imigração haitiana e a relação com comunicação, consumo e trabalho. In: TRA-VESSIA - Revista do Migrante. Dossiê migração haitiana e políticas públicas. Nº 80, p. 105-121, 2017.
- APPADURAI, Arjun. Dimensões Culturais da Globalização. 1996. Editora Teorema. 2004, pp.11-39.
- BERMÚDEZ, Carlos. “Voy después de ti.” Aproximación etnográfica a las redes migratorias de haitianos en Venezuela. 2017. In: Espacio Abierto, Cuaderno Venezolano de Sociología, vol.26, no.3, pp. 139-163.
- BOYD, Monica. Family and personal networks in International migrations: Recent Developments and New Agendas. 2013. In: International Migration Review, Vol. 23, No. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's (Autumn, 1989), pp. 638-670.
- CÁRDENAS, Iréri. Migraciones haitianas en la región andina. 2015. In: Boletín del Sistema de Información sobre Migraciones Andinas, no. 19, pp.2-13.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia. Considerações Finais: características sociodemográficas e laborais da imigração haitiana. In: CAVALCANTI, Leonardo;

CLIFFORD. James. 1999. “Las Diásporas. In: Itinerarios transculturales. Editora Gedisa, pp. 299-442.

COGO, D. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. 2013.

DIAS, Gustavo; SILVA, João Carlos; SILVA, Sidney. Travellers of the Caribbean: Positioning Brasília in Haiti migration routes through Latin America. 2020. In: Vibrant, vol.17.

FAZITO, Dimitri. A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação.

FANON, Frantz. “Pele negra, máscaras brancas”. 1954. EDUFBA Salvador, 2008, pp. 33-53.

Fonte do gráfico: Dados do Ministério do trabalho, CTPS, CAGED.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. 1992. 11ª edição. DP&A Editora, pp. 07-66; 77-90.

_____. Da Diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 25-48. 2009.

HANDERSON, Joseph. A Historicidade da (E)migração Internacional Haitiana: o Brasil como novo espaço migratório. In: CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcio de (orgs.). A Imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região Sul e no Distrito Federal. 2017. p. 85-106. Disponível em: https://laemicceppac.files.wordpress.com/2017/12/livro_v3_sumario_atualizado.pdf

_____. Diaspora. Sentidos Sociais e Mobilidades Haitianas. Horizontes Antropológicos.

(UFRGS), v.21, p. 51-78, 2015b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n43/0104-7183-ha-21-43-0051.pdf>>

KRISSMAN. Fred. Sin Coyote ni Patrón: why the “migrant network” fails to explain international migration. 2005. In: IMR Volume 39 Number 1 (Spring 2005): pp.4-44.

LOBO, Andrea. “Just bring me a little letter”: the flow of things in Cape Verde transnational family relations », Etnográfica, vol. 18 (3) | 2014, pp. 461-480.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1922. Ubu Editora, 2018, pp.149-176.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. 1924. 1ª edição Cosac Naify Portátil 2013, pp. 19-111.

MASSEY, D. et al. Words in motion: understanding international migration at the end of the Millennium. New York: Oxford University Press, 1998.

MARONI DA SILVA, Paloma. 2019. Um olhar sobre as dinâmicas de mobilidade: imigrantes haitianos como força de trabalho nas indústrias alimentícias de Encantado, RS. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, pp. 141-362.

NEIBURG, Federico. O Haiti antes e depois do terremoto. O Globo. 24 de janeiro de 2010. pg. 34.

SILVA, Sidney. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População. Abril, 2017. Vol 34.

TURNER. Viktor. O processo ritual. 1974. Editora Vozes 1974, pp. 13-60; 201-245.

MODERNISMO, SEGREGAÇÃO E IDENTIDADES URBANAS NO DISTRITO FEDERAL

MODERNISM, SEGREGATION AND URBAN IDENTITIES IN THE FEDERAL DISTRICT

* João Antônio Gouveia e Silva

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 04/06/2020

Resumo

Este artigo levanta uma breve história do Distrito Federal revisitando os ideais urbanos modernistas em suas contradições ao analisar a produção de espaços segregados na capital federal do país desde seu ato fundacional. Com isso, realizando algumas comparações e distinções entre Brasília e as demais Regiões Administrativas com ênfase no planejamento urbano moderno, na formação de identidades sociais com base na construção dos espaços citadinos e traçando relações entre algumas concepções do urbanismo modernista com o fenômeno mais atual dos enclaves fortificados. Bem como esse novo fenômeno toma vigor nos últimos anos na região. Por fim, o objetivo deste trabalho consiste em levantar questões e proposições para o estudo do Distrito Federal, suas Regiões Administrativas e territórios.

Palavras-chave: Sociologia urbana; Espaço urbano; Modernismo; Brasília; Segregação social; Segregação urbana;

Abstract

This article raise a brief history of Federal District reviewing the modern urban ideals in their contradictions and analyzing the production of segregated spaces in the federal capital of the country's since its founding act. With that, making some comparisons and distinctions between Brasília and others Administrative Regions with an emphasis on modern urban planning, in the formation of social identities based on the construction of urban spaces and tracing relationships between some conceptions of modernist urbanism with the most current phenomenon of fortified enclaves. Just as this new phenomenon has taken strength in recent years in the region. Finally, the objective of this work is to raise questions and proposals for the study of the Federal District, its Administrative Regions and territories.

Key words: Urban sociology; Urban spaces; Modernism; Brasília; Social segregation; Urban segregation.

1 Introdução

Atualmente, o Distrito Federal divide-se legal-administrativamente em 33 Regiões Administrativas (RA's) 1. Cujas estruturas funcionam praticamente como cidades, devido à forma como são divididas: guardando elas correspondências com as estruturas de cada núcleo urbano que abrangem. Permitindo

também uma relativa autonomia pela descentralização dos serviços administrativos-urbanos de cada Região Administrativa (DISTRITO FEDERAL, 2009). Proporcionando ambientes específicos de “relações sociais, de cultura e, sobretudo, de instituições político-administrativas de autogoverno; isto é, um ambiente onde

os cidadãos mantêm algum controle sobre sua própria vida.” (LIMONAD e RANDOLPH, 2002).

Além disso, o Distrito Federal possui seu território marcado por diversos assentamentos e espaços sob constante urbanização. Também apresentando em sua dinâmica social, econômica e cultural, uma rede integrada com regiões vizinhas ao longo de seu entorno, conformando uma incipiente e crescente área metropolitana, abrigando uma população de pouco mais de 3 milhões de habitantes², que realizam um intenso movimento pendular entre as periferias e, em especial, a zona central de Brasília com seu Plano Piloto modernista: a utopia concretizada de seus arquitetos e da campanha de Juscelino Kubitschek.

Foi nesse espaço que o urbanismo modernista encontrou uma de suas maiores expressões concretizadas. Firmou-se, por um lado, como grande projeto do nacional-desenvolvimentismo nacional: a cidade planejada de um país moderno, fundada em um planalto “vazio” do centro do país em um curto lapso de tempo, que fez surgir também a imagem simbólica da construção da capital federal. E, por outro, como utopia da realização arquitetônica-urbanística do moderno racionalista e das aspirações de seus idealizadores como a cidade de um novo Brasil futurista. De um modelo urbano com espaços abertos à res publica, que abrigaria em um mesmo bloco de apartamentos, o alto funcionalismo e os estratos populares da pirâmide socioeconômica da cidade.

A desapropriação de 92 fazendas no território de Goiás abriu espaço para a formação do pequeno quadrilátero do Distrito Federal, cujo espaço abrigaria em primeiro lugar a cidade de Brasília: cujo corpo urbano seria composto pelo Plano Piloto. E, apenas ao atingir essa

cidade, o número estimado de 500 mil habitantes, abriria-se espaço para fundação de outras cidades contíguas ao Plano Piloto, as intituladas “cidades-satélites” no plano original de Lúcio Costa.

Entretanto, tão logo de sua inauguração em 21 de abril de 1960 – e ainda antes –, os programas de planejamento para o que figurariam as futuras “cidades-satélites” (chamadas hoje de Regiões Administrativas) do Distrito federal e as utopias de Brasília já se poriam em imenso atrito: o grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras da construção da nova capital incorporou novas dinâmicas sociais e populacionais à nascente capital federal. E, se um polo central da racionalidade arquitetada e da utopia desenvolvimentista simbolizava a fundação de um Brasil moderno e futurista, seu bojo guardaria as tão antigas e contumazes dinâmicas das desigualdades sociais e raciais brasileiras, ofuscadas pelas segregações urbanas, pelas míticas imagéticas e representações sociais criadas sobre Brasília e o Distrito Federal (DF).

2 As fundações do Distrito Federal: breve histórico e questões iniciais

O plano urbanístico-arquitetônico da nova capital, elaborado essencialmente por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, punha grande ênfase na rede de vias automotivas, distintividade artístico-arquitetônica e áreas setorizadas para certas atividades. Admitia também grandes ambientes gramados e monumentais, e abria amplo espaço ao público – como expressam os pilotis das áreas residenciais propostas. Todo esse planejamento deveria compor a manifestação de uma nova racionalidade social urbana: da cidade que se fundasse não apenas como

uma urbs moderna, mas como uma civitas: tramada para o ordenamento e eficiência do trabalho e da vida pública em seus sentidos administrativos e subjetivos (COSTA, 1991). Uma composição urbana referencial, berçaria e indutora de uma novo modelo espacial que buscava tornar tênues as delimitações entre o público e o privado, onde a monumentalidade figural dos edifícios destacados por planos de fundo “abertos”, erigem a totalidade da cidade de Brasília como “um monumento aos esforços coletivos do planejamento urbano e do Estado que o apoia” (HOLSTON e COELHO, 1993). Os auspícios desse pensamento coletivista, também buscava integrar em um mesmo ambiente compartilhado, indivíduos das distintas classes socioeconômicas, mitigando a indesejável estratificação social na civitas do futuro, oferecendo “conforto social a todos que têm direito” (COSTA, 1991).

Foram esses os termos que a utopia da cidade modernista buscava lograr na fundação de Brasília: consubstanciação do ordenamento racionalista dos fluxos citadinos e da vida societal expressas na harmonização entre as escalas urbanas, residencial, monumental, gregária e bucólica. Ainda dentro desse referencial, Brasília foi pensada por Lúcio Costa como uma espécie de “cidade limitada”. Limitada no sentido de que o essencial objetivo da nova capital deveria ser, como posta por sua motivação original, a função político-administrativa. Por isso, na intenção de não desvirtuar seu ordenamento primordial, haveria de se considerar uma população limite para não transformar a capital em algo que não a interessava: uma grande metrópole (COSTA, 1991).

A partir dessa caracterização, se pressupôs a cidade que se arquitetou para abrigar e servir, essencialmente,

aos funcionários político-administrativos do Estado e, consequentemente, aos básicos e eventuais outros setores da população que manteriam e tornariam possível a função prioritária de Brasília. Dentro dessa visão, ao longo dos anos, com o crescimento vegetativo da cidade, também foram previstas a fundação de “cidades-satélites”, (por orbitarem o eixo central do Plano Piloto), segundo a idealização de Lúcio Costa, a partir do momento que essa última cidade atingisse uma população de cerca de 500 mil habitantes (que se previa atingir 40 anos após sua fundação pelos cálculos do planejamento original).

Todavia, as ideias da Brasília moderna-comunitária e as previsões de quando e como deveriam se montar as chamadas “cidades-satélites”, esbarraram-se em conjunturas e estruturas constituintes da sociedade brasileira, afetando a criação desse inédito “sonho nacional”. Sonho esse, cujo desenvolvimento também leva a crer certa dose de ingenuidade dos planejadores urbanos em relação a aspectos mais pragmáticos sobre os quais se desdobrariam as dinâmicas e implicações de um empreendimento social daquele porte. Ao citar essas dinâmicas sociais, busco pôr em evidência a questão populacional na fundação do Distrito Federal, e seu eixo específico que corresponde ao fenômeno da migração nacional interna no escopo de sua construção e à problemática que se estabeleceu com esse fenômeno.

A implantação de um projeto tão grandioso como o da fundação da nova capital, com o grande apoio da publicidade à época, agia sobre os indivíduos no intuito de mobilizar a participação da população neste imenso projeto integrador nacional. E, muito além desse discurso, mobilizava por necessidades mais pragmáticas, uma

população que procurava por melhores condições de vida, renda e trabalho. No caso específico da construção da capital – diferente de outros grandes projetos nacionais da época –, a obtenção de postos de trabalhos em uma iniciativa pública que permitiria melhorias em termos de renda, se acrescia ao fato de que a consolidação de uma nova cidade, propunha elementos adicionais decorrentes da natureza do próprio projeto brasileiro: como a possibilidade de se inserir em uma infraestrutura urbana com transportes e comunicação, além da simples oportunidade de aquisição de um posto de emprego mais duradouro. Fatores esses fomentadores e centralizadores das possibilidades objetivas de mudança de estatuto socioeconômico almejada por essa população migrante e empobrecida rumo ao planalto central (KOHLSDORF e NUNES, 1999).

Componentes também desse contexto, a crescente industrialização a qual o país vivenciava (redefinindo as dinâmicas da acumulação do capital naquele período) e a seca de 1958 integrariam as motivações para o crescente fluxo migratório rumo a nova Brasília. Coadunados esses elementos, a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras que chegaram, até aquele momento, na região do planalto central somava uma mota de mais de 64 mil pessoas, dos quais, cerca de 90% eram migrantes, como aponta o censo experimental de 1959. Esse número, ainda haveria de se acrescer ao dos e das profissionais burocrático-administrativas ocupantes da capital quando esta estivesse concluída. Entretanto, mesmo com as crescentes ondas migratórias, as expectativas oficiais eram de que, assim como em outras obras nacionais de grande porte do período, parte dos(as) migrantes-trabalhadores(as)

deixariam os canteiros de obras uma vez finalizados os projetos.

A maior parcela desses(as) migrantes pioneiros(as) se viam alocados(as) na região do Plano Piloto, enquanto outros acampamentos e cidades, como Taguatinga e Brazlândia, retinham fatias também expressivas de população, fundando os germens das chamadas “cidades-satélites” que Lúcio Costa previa erguer num futuro ainda distante de acordo com seu plano. Nesses últimos locais, em especial, o crescimento migratório e demográfico interno era acelerado em comparação ao polo do Plano Piloto. O que se deveu em – larga escala – às políticas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) para conter o crescimento populacional no núcleo central do Plano Piloto.

Nesses termos, já tomavam rascunho duas características em choque com o planejamento inicial da cidade moderna de Lúcio Costa e Niemeyer. Em primeiro lugar, a consolidação de “zonas sedentárias”, ou seja, as cidades e acampamentos de migrantes trabalhadores(as) em núcleos residenciais exteriores à infraestrutura central do Plano Piloto (e anteriores a sua própria fundação). E, em segundo lugar, as políticas de Estado que conteriam e/ou afastariam o crescimento e alocação popular no próprio Plano Piloto formador de Brasília, contrariando as suposições de um urbanismo que propunha aplicar preceitos comunistas ao incluir as classes mais baixas nas estruturas da cidade moderna. Todavia, essas duas contradições iniciais, marcariam indelevelmente as dinâmicas sócio-espaciais do Distrito Federal a partir de uma lógica segregacionista.

2.1 Políticas de Segregação

A dinâmica segregacionista na nova capital, será marcada pelas práticas do biopoder e necropolítica desempenhadas por políticas de Estado vinculadas com o mercado durante a construção e desenvolvimento do Distrito Federal ao buscar submeter corpos empobrecidos, migrantes e negros a determinadas posições sociais e espaciais. Sendo essas posições em muito precarizadas em suas estruturas físicas de bem-estar urbano básico, bem como no suporte social e inserção econômica adequada para permanência digna dessas populações nos locais que ocupam. A partir da criação e manutenção dessas situações de precarização, o biopoder se combina com a necropolítica, onde o “fazer” ou “deixar morrer” não se dá “apenas com assassinatos diretos, mas também com assassinatos indiretos: expondo à morte, multiplicando os riscos, expulsando, re-jeitando e ignorando” esses sujeitos. E, onde essa dinâmica de bio e necropolítica, encontra seu ponto articulador na estrutura de divisão racial e em seu racismo subjacente que tornam aceitáveis as eventuais mortes numa sociedade que normatiza “a morte de um ‘tipo racial’ para assegurar a vida de outro” (FOUCAULT apud LEMOS, 2017).

Diante disso, essas políticas de controle populacional no interior espaço urbano da capital se destacam ao ter como alvo principal, e em momento inicial, os sujeitos galvanizados sob o signo dos(as) candangos(as). Isto é, aqueles indivíduos que migraram, principalmente do norte do país, para a construção de Brasília, mas que sobretudo representam o estrato de uma população empobrecida e, em ampla medida, de negros e negras. E, aqui, faço a distinção proposta por Holston

(2010) e Lemos (2017) entre as representações sociais diferenciais entre as categorias de “candango” (colocado imagetivamente como o trabalhador braçal popular, mão-de-obra bruta e recorrentemente racializado) e de “pioneiro” (que aparece como o funcionário técnico e administrativo, planejador e diretor da capital, identificado com as classes médias e altas embranquecidas pelos longos processos históricos de exploração dos corpos não-brancos, e a quem prioritariamente se destinavam as posições sociais e o espaço urbano da nova capital).

Neste percalço, pelo lado do governamental, as políticas da NOVACAP e outros órgãos procuraram controlar o nível e ocupação da massa popular “candanga” nas regiões internas e próximas ao Plano Piloto pela transferência rumo às periferias dessas “populações pobres para ‘erradicar’ as favelas e invasões formadas no anel central (Plano Piloto, Lagos Sul e Norte)” e, posteriormente, até mesmo de algumas Regiões Administrativas em processos mais nítidos de gentrificação, “por exemplo, a favela Boca da Mata, em Taguatinga, que foi transferida para Samambaia em 1989” (FERREIRA e PENNA, 1996).

Ainda nessa acepção, as políticas de afastamento da “população candanga” do centro de Brasília, se reforçam com a maior “permissividade” governamental quando da ocupação realizada por essa mesma população em assentamentos espontâneos ou organizados (como no caso da Campanha de Erradicação de Invasões) fora do eixo Plano Piloto e do que foi delimitado como sua respectiva “Faixa de Segurança Sanitária” 3, cristalizando os atos segregacionistas na fundação da capital.

Consequentemente, estas políticas do Estado,

redimensionando o espaço urbano através da realocação e afastamento progressivo das camadas mais pobres e racializadas do polo infra-estrutural, habitacional e econômico corporificado pelo Plano Piloto (e, mais tarde, por certa quantidade de RA's que incorporariam melhorias socioeconômicas e processos mais intensos de gentrificação), provocaria a produção de espaços urbanos periféricos distantes dos locais que mais proporcionam postos de emprego para esses sujeitos e exclui “boa parte da população dos requisitos do urbanismo contemporâneo” (FERREIRA e PENNA, 1996). Resultando em “restrições da produção de negras e negros para o mercado nas zonas brancas, proibições de residências negras nos setores brancos, controle do fluxo urbano e rejeição da cidadania” (MBEMBE apud LEMOS, 2017), bem como a rejeição ao fornecimento de recursos básicos à manutenção da vida digna.

2.2 Pressões do Mercado Imobiliário

Pelo lado do mercado, os mecanismos imobiliários-especulativos, que tão cedo se imprimiriam sobre a nova capital, se instituíram também como instrumento funcional desse sistema de biopolíticas que administrariam os corpos nos espaços urbanos da capital.

Como apontado na introdução, o empreendimento fundante da capital foi viabilizado pela desapropriação de 92 fazendas no planalto central. As terras desapropriadas, a partir de então, passaram para as mãos do poder público. Em especial sob os auspícios da NOVACAP e da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), órgão responsável pela administração do patrimônio imobiliário

no DF. Esperava-se que com tal controle das terras públicas se evitariam muitos dos problemas relacionados à habitação e à urbanização na capital federal.

No entanto, mesmo o Estado detendo o monopólio das terras, este se inseriu dentro do sistema dominante do mercado capitalista, atuando “pelas leis de acumulação do capital, ao reter e controlar os lotes visando maior lucro” (DOYLE, 1996). Dessa forma, tanto as terras em sua posse, como suas políticas habitacionais encontram-se reguladas e orientadas pelo mesmo mercado que movimentam as iniciativas privadas. E por sua vez, neste caso, como as estruturas do mercado encabeçam as diretrizes estatais, o desenvolvimento da gestão do Estado sobre a questão imobiliária, não chega a propriamente regular e controlar a questão imobiliária para seu uso social. Mas, tão apenas, desenvolve as dinâmicas do próprio mercado, que movido pela essencialidade de gerar valor em forma de lucro, incrementa, por exemplo, a especulação imobiliária, ociosidade de terrenos à espera de valorização e concentração de terras para fins pecuniários.

Esses mecanismos acarretam uma constante elevação dos preços imobiliários, afastando progressivamente as camadas mais populares dos núcleos urbanos mais bem equipados e que passam então a concentrar fatias mais homogêneas em sua população interna. Posto que a segregação urbana tende “à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também hierarquia” (CASTELLS apud DOYLE, 1996). Com isso, não somente produzindo um espaço, mas reproduzindo-o sob certa condição de classe e raça, tendendo ao aprofundamento da segregação social urbana.

O que ocorre especialmente no Plano Piloto devido à sua destinação habitacional para as classes burocrático-administrativas do Estado e pelo ganho de lucro imobiliário que suas infra-estruturas básicas, serviços e postos de empregabilidade auferem. Fenômeno que tão logo se dispersa para zonas proximais e algumas Regiões Administrativas.

Assim, à guisa de conclusão dos dois últimos tópicos, Brasília, mesmo que idealizada por seus projetistas a agregar distintos grupos sociais em seu corpo urbano e civilizatório planejado, seria tangida, desde seu ato fundador, pelas estruturas históricas e gerais da sociedade brasileira, cujos principais elementos constituintes (o racismo e o classismo) apareceriam através da expressão do segregacionismo urbano da nova capital. Estruturas essas que atuariam na direção de higienizar o Plano Piloto, dedicado aos funcionários político-administrativos (em geral, detentores de rendas médias e altas), da presença de classes mais empobrecidas e racializadas. Configurando, portanto, a dinâmica social do Distrito Federal como resultante da interação entre as idiossincrasias internas de seus espaços e a estrutura geral da sociedade capitalista brasileira moderna. Contudo, não modernista segundo o ideal pleno de seus autores.

3 Problemáticas das representações e identidades no Distrito Federal

Se por um lado as estruturas classistas e racistas da sociedade brasileira compuseram um quadro que imbricou, no sonho da ideação dos modernistas brasileiros, a contradição de excluir os grupos populares da cidade planejada e retê-los em assentamentos e “cidades-satélites”

segregadas, mas que apenas deveriam ser elaboradas (segundo o plano original) quando do esgotamento da capacidade habitacional do Plano Piloto e integradas a ele. Por outro, a consequência desse processo, foi que: uma vez apartadas sócio-espacialmente da cidade de Brasília (que identifico aqui como o Plano Piloto e outras áreas contíguas previstas no plano primário da capital), outras cidades e assentamentos no território do Distrito Federal tornaram-se entes sócio-espaciais e identitários pouco reconhecidos devido às representações sociais dominantes que imprimem destaque ao histórico, espaço e identidade da Brasília-Plano Piloto.

Nesses outros espaços, as distintas composições e realidades socioeconômicas das Regiões Administrativas e outras zonas ainda em pleno desenvolvimento, bem como as memórias e culturas regionais que os(as) pioneiros(as) migrantes trouxeram para a capital e deixaram como legado, são ingredientes de uma prolífica produção identitária das Regiões Administrativas que integram o Distrito Federal, criando diferentes modos de produção sócio-espaciais e de produção cultural.

Contudo, a representação social contumaz sobre o que consiste o Distrito Federal (que envolve então, tanto a cidade “inicial” planejada do Plano Piloto, como outras Regiões Administrativas dispersas em seu mais amplo território), se confunde com a identidade da Brasília-Plano Piloto, cuja história traz à tona a imagem mitificada de sua fundação vinda do grande esforço nacional, do patrimonialismo que evoca sua distintividade como cidade modernista e planejada. Além de sua fama por abrigar a presidência da República, o alto escalão do funcionalismo público e parte significativa das decisões políticas do país.

Essas representações a povoar o imaginário nacional sobre o DF, apenas se tornaram possíveis, e em primeiro lugar, devido ao segregacionismo interno de seus espaços e povos, que frente a uma diversidade sócio-espacial identitária, concede maior notoriedade à representação da Região Administrativa da Brasília-Plano Piloto como centro cultural, histórico e patrimonial de toda região do Distrito Federal, ocasionando não só que sua identidade pareça se sobrepor a de outras Regiões Administrativas, mas também monopolizar a representação social que constrói a imagem social do espaço físico e das realidades sociais e culturais do Distrito Federal como um todo, invisibilizando suas outras identidades, povos e histórias.

Desse modo, os sujeitos exógenos à realidade do Distrito Federal (re)produzem uma imagética social acerca desse espaço, não condizente com os referenciais identitários elaborados pelas experiências quotidianas, afetivas e da existência coletiva dos habitantes do DF a respeito dele mesmo. Essa digressão de visões exógena e endógena, parece fazer surgir dois modos gerais de atribuições identitárias culturais diferentes ao território do DF que Cordeiro e Costa (1999) chamam de “efeito de sobreposição desfocada das imagens identitárias”.

Consequentemente, se o efeito da “sobreposição desfocada das imagens identitárias” entre as visões endógeno-exógeno, aparece de maneira mais sobressaltada em relação à representação da visão exógena (neste caso, a reafirmar as “visibilidades” e “invisibilidades” dos espaços sociais na capital), sua influência na própria construção representativa e imaginária social endógena do DF, auxilia na manutenção de invisibilizações das histórias e identidades de outras cidades ou regiões do DF, que

aparecem como encobertas ou desconhecidas para seus próprios habitantes, uma vez que as imagens coletivas dominantes

sobre o que se constitui como o Distrito Federal se confunde com a história e identidade particular da Brasília-Plano Piloto.

Reiterados esses pontos, e partindo da perspectiva da construção social e identitária dos espaços, se poderia intitular o espaço social da cidade de Brasília, correspondendo aos espaços do Plano Piloto e algumas áreas adjacentes como os Lagos Sul e Norte. Ou seja, aproximadamente os espaços designados pelo planejamento inicial de Lúcio Costa para compor o projeto brasiliense e que continuam mantendo sua identidade social mais ou menos contida nesses espaços, em grande parte, por conta de sua constituição patrimonialista. Enquanto as tantas cidades componentes do DF (tanto as Regiões Administrativas como alguns espaços urbanos ainda não estabelecidos legal-administrativamente, porém já dotados de identidades sócio-espaciais), seriam caracterizados por suas particularidades e certa autonomia identitária e histórica uma vez constituídas por processos socioeconômicos e produções do espaço coletivo peculiares a suas distintas realidades.

Dessa forma, se busca delimitar a identidade particular à cidade de Brasília, como um dos distintos e singulares espaços identitários e administrativos abarcados pelo DF, evitando a invisibilização de outros contextos sócio-urbanos (pontuados por composições socioeconômicas e raciais distintas) pela sobreposição da imagem social da cidade de Brasília como representação identitária totalizante do próprio Distrito Federal.

4 O esvaziamento do sonho dos espaços públicos

Voltando aos anseios do projeto modernista da capital, deparamo-nos com a preocupação em relação à dimensão da vivência e ocupação dos locais urbanos pelo público. Os ideais sociais de Lúcio e Oscar e a crítica modernista à sociedade capitalista, observou como resultado a tentativa de superar as delimitações entre o público e o privado na estrutura urbanística-arquitetônica. No caminho disso, os pilotis dos blocos de apartamentos de Lúcio Costa, abriam nas bases dos edifícios residenciais (representantes por excelência do âmbito privado da vida urbana) espaços comuns livres para a circulação e reunião de pedestres. Somado a esse artifício, de maneira mais categórica, a arquitetura moderna travava uma peleja com a característica arquitetônica dominante das urbs até então: a “rua-corredor”: caracterizada, de acordo com HOLSTON e COELHO (1993), como um continuum de fachadas de lojas e edifícios.

A “rua-corredor” historicamente assinalou-se como uma forma da organização urbana a marcar com contundência os limites entre os locais públicos e privados nas cidades. Isso, pois o continuum de fachadas de lojas e edifícios se apresenta como um bloco sólido compondo um fundo preenchido indiferenciado em relação aos espaços “vazios” das ruas e dos eventuais edifícios (geralmente públicos, pelo menos na estrutura clássica da rua-corredor) e monumentos isolados por esses vazios, que distinguem os espaços públicos destacados dessa massa de fundo comercial e residencial estabelecidos como o âmbito privado.

A essa lógica distintiva entre público-privado,

que a organização modernista da cidade buscou subverter. Nela, os amplos espaços vazios destacavam cada edificíosingularmente, uma vez eles desconexos de uma fachada contínua e indistinta de edificações em relação às “linhas” traçadas pelas ruas. Desse modo, particularizados pelos vazios entre as edificações, se erige a monumentalidade de cada uma das construções, criando uma incerteza arquitetônica acerca de sua modalidade enquanto edifício público ou privado, haja visto que a monumentalidade das edificações os “publicizavam”

Como consequência, a tradicional composição visual discriminativa entre o público e privado, havia sido posta aos avessos. Por outro lado, a “rua-fachada” também era vista pelos modernistas como um impeditivo para o progresso, não sendo ela capaz de acomodar as necessidades da era da máquina. Assim, o balão e o trevo substituíram a esquina e as ruas por vias de condução expressas e becos residenciais (HOLSTON e COELHO, 1993). Enfim, a rua-corredor estava destituída dos espaços de Brasília.

As decorrências dessas novas configurações, a partir da execução monumental-arquitetônica, ao criar grandes espaços vagos, a priorização das vias expressas e a setorização dos polos e regiões de serviços e atividades urbanas (agravadas pelas distorções do plano urbanístico, principalmente, durante a ditadura civil-militar), proporcionaram, portanto, enormes distâncias entre os espaços internos da Brasília-Plano Piloto. Esse modelo que delimitava distâncias criadas pelos vazios monumentais entre os locais, e o cartesianismo setorizador do mapa urbano em zonas pensadas para cumprir determinadas finalidades, impõem um limite para o raio de ação do

pedestre (representante do agente social que substancia a civitas sob a urbs). Este por sua vez, se vê, então, obrigado a utilizar

meios automotivos – tão valorizados pelo modernismo – para se locomover de forma eficiente na cidade.

A ampla setorização e monumentalidade dos espaços, assim, privilegiam mais uma vez – além da centralidade que as vias expressas ocupam no traçado citadino – a automação, que isola, desestimula ou torna limitada, na pressurização individual e não interativa do automóvel, a capacidade do indivíduo de desfrutar das possibilidades da vida urbana como civitas, ou seja, em contato direto com outros sujeitos (pedestres) nas próprias relações coletivas no espaço urbano. A consequência final dessa orquestração da urbe, tem efeito no que HOLSTON e COELHO, (1993) tipifica como a “morte da rua” em Brasília, onde seu tão idealizado espaço público encontra-se drasticamente esvaziado por um “balanço de forças que [...] tende a simplesmente eliminar o pedestre” (HOLSTON e COELHO, 1993) e, com isso, suas possibilidades de interações sociais no locus público.

Apesar das contradições preñes no próprio projeto brasiliense e das disparidades entre os modos de sociabilidade idealizados com as maneiras concretas pelas quais ela se realizou através do mesmo projeto, “a morte da rua”, como um quadro radical tão característico à Brasília, não logra generalização enquanto fenômeno considerando o quadro integral do Distrito Federal. Pois, desprovidas do mesmo planejamento urbano modernista-racionalista que pautou a construção de Brasília-Plano Piloto, muitas das Regiões Administrativas do DF também se organizaram e cresceram sob distintas orientações e diretrizes de planos

urbanos, ou simplesmente se consolidaram de forma mais “espontânea”, ao longo de suas histórias. Com isso, a consubstanciação dos espaços urbanos das outras RA’s do DF

usufruem de organizações e traçados urbanos distintos, onde, até mesmo a “rua-corredor” – tão combatida pelos modernistas na proposta brasiliense – logrou ocupar novamente seu lugar nos espaços urbanos.

A intensa racionalização cartesiana modernista, que mais inflexivelmente “subordinam os moradores à sua própria lógica” (FREITAG, 2006), levada à cabo no espaço citadino do Plano Piloto por elementos como: a setorização das funções urbanas, o drástico privilégio da locomoção mecanizada e a criação de espaços distantes e amplos a monumentalizar a arquitetura dos edifícios – provocadores da “morte da rua” –, não encontram o mesmo eco no arranjo urbanístico das Regiões Administrativas, que mobilizaram uma lógica relativamente menos setorizada, mais gregária e “orgânica”. Dessa maneira, suas ruas apresentam-se mais habitadas e os espaços comuns se estruturam como pontos relativamente intensos de interação pública entre os e as cidadãs. E a esquina, como metonímia do local urbano representante não apenas da interseção de ruas, mas dos locais comuns possíveis à interseção entre os indivíduos na construção de relações e convivências sociais, não deixou de se lograr, como local social da ocupação dos espaços públicos nessas cidades.

Não obstante, em relação ao esvaziamento dos espaços públicos, outras dinâmicas – que não aquelas relacionadas com as concepções modernistas – operam em contribuição para esse fenômeno em cidades materializadas com outras lógicas de desenvolvimento urbano. Nisto,

vale citar o processo do estabelecimento das Regiões Administrativas como “cidades dormitório” em relação aos centros empregadores e infra-estruturais centrais (como o próprio Plano Piloto) e a sensação de maior insegurança urbana como fatores outros que colaboram no movimento de esvaziamento dos espaços públicos das cidades por seus e suas habitantes. Ou seja, ressalta-se aqui que um dos motivos essenciais do esvaziamento da ocupação do espaço público na Brasília-Plano Piloto liga-se intimamente com seu próprio plano urbanístico modernista, enquanto em outras Regiões Administrativas do DF, o mesmo fenômeno se deve menos a sua expressão urbanística, que a outros fatores.

5 Enclaves urbanos e cidades enclaves no Distrito Federal

Nesta última sessão, dá-se enfoque ao fenômeno cada vez mais intenso dos enclaves fortificados: espaços residenciais privados fixados no interior das áreas urbanas centrais ou alocados em regiões relativamente periféricas em relação aos principais centros. Caracterizados por sua obstrução à interação com a urbs pública e por abrangerem, em suas próprias delimitações, funções do consumo, lazer e/ou trabalho (CALDEIRA, 1997). Assim como se dará atenção a maneira com que elementos da lógica arquitetônica modernista proporcionam como resultado prático, mas não como intenção de sua proposta, vários dos arranjos estruturantes desses enclaves urbanos e suas consequências para o incremento da segregação urbana e sua incompatibilidade com os valores democráticos da vida pública fundada pelos espaços urbanos modernos.

Com notável crescimento a partir dos anos 80 no

Brasil, os enclaves fortificados se consolidaram como uma modalidade arquitetônica de organização urbana ao longo de todos os pontos cardeais do território nacional, simultaneamente se matizando aos arranjos da segregação sócio-espacial como um fenômeno que desafia a organização dos espaços citadinos. Se em muitos contextos e períodos a segregação social se deu através das distâncias físicas que os entes sociais ocupavam no mapa territorial, essas distâncias foram aproximadas por uma sociedade progressivamente mais gregária e densificada. Resultado, entre outros fatores, do aumento populacional concentrado nas zonas urbanas, estimulando o crescimento de capital do setor imobiliário, bem como pelo incremento do capital de produção de bens e serviços, que mobilizam seus mecanismos para aproveitar novas e potenciais rentabilidades de mercado com o desenvolvimento urbano provocando graças à expansão extensiva e intensiva da malha urbana. Todavia, todo esse processo de expansão e concentração urbana que ocasiona essa maior aproximação física e gregária, se deu sem que se cambiasse significativamente a relação entre as distâncias sociais que apartam indivíduos no que diz respeito à condição que os dividem racial e socioeconomicamente.

Nesse movimento, não encontrando mais distinção nas distâncias geográficas que separavam centros urbanos bem equipados infra-estruturalmente, das periferias precárias; os enclaves fortificados firmam suas distâncias sociais segregacionistas como “bolhas” muradas, fragmentando o espaço urbano em descontinuidades seletivas. Assim, eles se qualificam como espaços urbanos “privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. [E] encontram no

medo da violência uma de suas principais justificativas” (CALDEIRA, 1997), atraindo um crescente público de classes médias e altas que, em muitos casos, passam a ver nos ambientes públicos, re-presentações do caos urbano, das interações humanas conflituosas, violentas e heterogêneas. Nesse imaginário, a “rua”, ou, o espaço público, transforma-se num local de status desprivilegiado ocupado por indivíduos de classes menos abastadas e racializadas (apreendidas por essas elites sob a ótica do marginalismo, da pobreza, da delinquência e da favelização).

No intuito de alcançar seu propósito como local de status social distinto, os enclaves fortificados sistematizam-se a partir de algumas prerrogativas urbanístico-arquitetônicas: notável e inicialmente, impõem barreiras físicas com muros e grades, ou, à semelhança modernista, amplos espaços vazios que os isolam e distanciam de sua vizinhança. Em adesão a isso, por ter seu projeto tonificado pelo apelo à segurança, empreende o uso ostensivo de equipamentos e material humano para monitoramento e controle das zonas internas e proximalmente externas. Ademais, ao identificar também nas áreas públicas o perigo à segurança e da (re)produção de seu status privilegiado, os enclaves possuem todos os seus focos de interação e vivência voltados aos seus “átrios” internos dotados de serviços, atividades, e equipamentos privados para o uso coletivo de seus beneficiários. Objetivando, desse modo, produzir e sustentar um simulacro controlável e exclusivo das mesmas atividades, equipamentos e serviços essenciais ao modo de vida urbano encontrados nos âmbitos da vida pública das cidades. Sem, entretanto, se subordinar a eles.

Em último lugar, os enclaves tendem a se

tornar ambientes sociais homogêneos na medida em que podem ser adaptados para incluir o controle dos corpos (principalmente dos pobres) e a erradicação da heterogeneidade so-cial e racial em seu espaço interior. Ao mesmo tempo que eles se apresentam como uma nova alternativa de vida e símbolo de status das classes médias e altas que elaboram distinções (ou seja, desigualdades) sociais e modos de habitação como um valor social (CALDEIRA, 1997) dos estratos socioeconômicos que o desfrutam por seus “méritos” de classe.

Ainda sobre a produção urbanístico-arquitetônica dos enclaves fortificados, esses utilizam, objetivando seu isolamento e distanciamento, diversas ferramentas desenvolvidas pelo itinerário urbanístico modernista. Isso, pois – sem que possuíssem as mesmas intenções motivadoras – vários dos efeitos das concepções urbanas modernistas acabam por corresponder aos objetivos práticos dos enclaves fortificados de isolamento e segregação.

Como já visto anteriormente, a crítica do modernismo à sociedade industrial-capitalista e suas expressões urbanas, atacaria a noção das “ruas-corredores” da cidade industrial como obstáculo ao progresso das máquinas e como consubstanciação da divisão radical entre os âmbitos público e privado que buscava-se superar. Entretanto, ao consumir seu projeto pela exclusão da “rua-corredor” e da criação de “ruas só para o tráfego de veículos, ausência de calçadas, fechamento e internalização das áreas de comércio e espaços vazios isolando edifícios esculturais e áreas residenciais” (CALDEIRA, 1997), os modernistas lançaram configurações de arranjos urbanos, que, na prática e contrária a sua proposta idealizada, criam

e mantêm relações entre os indivíduos e o espaço público, onde aqueles se distanciam desse. Seja, entre outros, pela setorização dos espaços, modificando a fluidez de interações diversas e deslocamento no ambiente urbano; ou pelas amplas distâncias que os espaços vazios entre os edifícios, instrumentos e serviços urbanos impõem à capacidade de deslocamento e usufruto desses instrumentos e serviços pelo cidadão em sua qualidade básica enquanto pedestre e ocupante desse espaço comum.

Assim sendo, vários desses mesmos arranjos, foram instrumentalizados pela lógica de produção do mercado imobiliário privado. Em vista de anunciar um novo tipo de empreendimento residencial de alto custo que “sanasse” os problemas urbanos cotidianos por sua oferta de conforto, praticidade e segurança. Nesse sentido e apoiados em certos arranjos urbanísticos modernistas, os enclaves fortificados fortalecem a lógica de uma zona privada fechada em si mesma que cumpra as antigas e indispensáveis funções públicas dentro de suas próprias delimitações espaciais e de maneira restrita a seu público homogeneizado em termos de classe e raça. Consequentemente, desarticulado a interação social e política de seus sujeitos com o espaço público em função do mercado privatizante.

Assim sendo, vários desses mesmos arranjos, foram instrumentalizados pela lógica de produção do mercado imobiliário privado. Em vista de anunciar um novo tipo de empreendimento residencial de alto custo que “sanasse” os problemas urbanos cotidianos por sua oferta de conforto, praticidade e segurança. Nesse sentido e apoiados em certos arranjos urbanísticos modernistas, os enclaves fortificados fortalecem a lógica de uma zona privada fechada em si mesma que cumpra as antigas e indispensáveis funções

públicas dentro de suas próprias delimitações espaciais e de maneira restrita a seu público homogeneizado em termos de classe e raça. Consequentemente, desarticulado a interação social e política de seus sujeitos com o espaço público em função do mercado privatizante.

Ao seguir esse caminho, no tangente aos princípios e valores evocados pela conformação da vida democrática moderna e urbana, ao rejeitar a esfera interativa com as áreas públicas, da livre circulação e do usufruto dos equipamentos e serviços coletivos (ao retê-los em sua fortificação murada), os enclaves fortificados operam destituindo os fundamentos essenciais da vida pública moderna dos espaços da cidade: abertos para serem usados e manifestados por indivíduos de diferentes origens sociais (CALDEIRA, 1997).

Sob a luz explicativa do fenômeno dos enclaves fortificados (e principalmente sua relação com o modernismo), torna-se mais claro também, como a cidade de Brasília-Plano Piloto consolidou-se sob o estatuto da segregação social que a permeia histórica e atualmente. Posto que esse espaço urbano agrega em suas formas de expressão arquitetônica, alguns dos elementos essenciais presentes no mais recente fenômeno urbano dos enclaves fortificados. Seu próprio arranjo organizacional e arquitetônico urbano modernista (com a construção de edifícios e vias expressas isolando as ruas, zonas setorizadas e edifícios voltados “de costas” para as ruas, firmando uma estrutura isolacionista, fechada sobre si na tentativa de se estabelecer como auto suficiente), de maneira conjunta com os mecanismos de mercado e as ações de bio e necro políticas do Estado exercidas na capital, corroboraram no esvaziamento dos espaços públicos e homogeneização do

perfil socioeconômico do centro Brasília-Plano Piloto. Consolidando-a como uma cidade segregada (tanto social, como fisicamente através de suas distâncias) das outras regiões do DF. Onde, ainda, nessa relação de distâncias físicas denotadoras de distâncias sociais, as cidades que surgem mais próximas à Brasília reproduzem de certa forma, seu perfil socioeconômico, com poucas exceções. De modo que, as regiões mais precárias socioeconomicamente encontram-se relativa e progressivamente mais distantes do Plano Piloto em sua maioria. Alicerçando assim, Brasília como um centro urbano bem equipado em suas estruturas urbanas, rodeada por uma periferia empobrecida ou não detentora de semelhante status simbólico que Brasília retém.

Fora o “comportamento” arquitetônico-urbanístico da Brasília-Plano Piloto, em muitos pontos, se assemelhar aos efeitos dos novos enclaves fortificados, hodiernamente, veio a se proliferar intensamente, em outras regiões do DF, empreendimentos típicos à qualificação de enclaves fortificados. Em cidades fora do eixo de Brasília (mais bem equipadas em infraestrutura e serviços públicos básicos, como segurança) a lógica de apelo ao medo dos espaços públicos como inseguros e desregulados, encontra forte reverberação e iniciativa em construtoras que trazem a esses espaços periféricos projetos de enclaves fortificados, que têm se propagado com rapidez nos últimos anos, principalmente em Regiões Administrativas que alojam classes médias ascendentes e/ou em processos mais visíveis de gentrificação, como Taguatinga, Águas Claras, Guará e algumas regiões de Samambaia.

Neste sentido, o caso de Águas Claras parece se compor como um dos exemplos dessa lógica no Distrito

Federal, já que esta cidade possui sua disposição urbana calcada essencialmente na edificação vertical de enclaves fortificados: isolada das cidades vizinhas por vias expressas, amplos espaços vazios e fachadas de lojas e edifícios voltadas para o “átrio” interior da cidade. Mesmo os espaços públicos são delimitados por prédios residenciais ou comerciais circunscrevendo muitas das ruas como uma forma de “apêndice” estendido da área privada de uma certa quadra residencial, ou, os espaços de deslocamento para pedestres são diminuídos frente à área ocupada por pistas de rolamento e delimitações prediais.

Dessa forma, como uma de suas justificativas, o sentimento de medo social discriminatório – que correlaciona determinadas tipologias identitárias e condições de classe e raça à insegurança e crime – e o apelo à segurança, conformam, a forma de organização arquitetônica dessas cidades em uma homogeneização em termos classes mais abastadas e embranquecidas em certa medida, semelhante ao empreendimento de enclave fortificado. Essa noção homogeneizante – característica essencial do enclave –, mostra-se mais evidente comparativamente aos dados [4] que apontam as constituições relativamente mais variáveis em relação à diversificação socioeconômica e racial das demais regiões próximas à Águas Claras, tomado esse exemplo. Dessa forma, caberia apontar para um outro tipo de fenômeno, onde cidades inteiras, passariam a se comportar e estruturar – de maneira geral – como uma “cidade-enclave”. Expressando uma nova lógica de “urbanismo fortificado”, ao estender as lógicas de pensamento social e maneiras de organização urbanístico-arquitetônicas dos enclaves fortificados, para organização de áreas urbanas mais amplas.

6 Considerações Finais

Ao perpassar a história e as estruturas sociais do Distrito Federal, expõem-se as digressões e contradições que tomaram conta desse espaço fundado como símbolo de um novo, futurista e moderno Brasil. Desta capital que, mesmo dotada de um projeto arquitetônico-urbanístico inovador, cuja pretensão procurava fundar a representação exemplar de um novo modelo societal igualitário, funcionalista e potencializador do espaço público em sua dimensão moderno-democrática (através de sua ocupação por indivíduos de distintos estratos socioeconômicos, da expressão política e da livre circulação), foi fendida pelos elementos de sua própria execução concreta, que constituíram e entram em contradição com os valores modernistas pretensos. O que ocorreu devido ao próprio arranjo arquitetônico modernista, que acabou por gerar uma estrutura urbana que colabora com a degradação da ocupação dos espaços públicos pelos seus habitantes, e pelo não planejamento da locação dos(as) trabalhadores(as) de forma adequada na nova capital, apartando a massa populacional da utopia e estrutura urbana central do Plano Piloto de Brasília.

Além disso, o planejamento urbano instigador de um novo protótipo comunitário chocou-se com uma sociedade já sistemática e historicamente organizada de modo profundamente desigual, propiciando um choque entre as estruturas sociais vigentes e o ideal reorganizador da racionalidade moderna materializada urbanisticamente em Brasília. O resultado desse choque entre a estrutura social real e o potencial reestruturante prototípico almejado pelo plano modernista, recriou nesse novo espaço - com suas particularidades e modificações - as antigas formas

e dis-positivos de segregação urbana, fundamentadas na interseção fundamental entre raça e classe, consolidando um território extremamente desigual e segregado.

Ainda, o mais recente fenômeno dos enclaves fortificados aparece como uma nova maneira de (re)produzir as estruturas de segregação urbana. Em especial em meio a zonas gregárias onde não são mais possíveis marcar o distanciamento socioeconômico através de grandes distâncias físicas (com o foram nas primeiras décadas do Distrito Federal) devido ao crescimento populacional e da progressiva ocupação do território. Entretanto, ao longo de sua história e ainda prenhe de espaços não ocupados, as estruturas sociais segregacionistas da capital, conjugados com as lógicas do fenômeno dos empreendimentos de enclaves fortificados, vem propiciando o desenvolvimento não apenas de edifícios e condomínios “fortificados”, mas de cidades ou regiões inteiras que reproduzem os mecanismos dos empreendimentos em sua “arquitetura urbana e social”, como nova forma de manter sua distintividade de status e segregação sócio-econômica em meio a uma vizinhança empobrecida e racializada.

Por fim, esse trabalho busca traçar relações entre o projeto modernista urbano, a história do Distrito Federal, suas dinâmicas espaciais e apontar para a questão das identidades territoriais e a diversidade de sua configuração social, opondo-as à representação hegemônica de Brasília como espaço social e identitário representativo e totalizante do Distrito Federal que trespassa o imaginário nacional e também é absorvida como representação social pelos habitantes do DF. As discussões trazidas neste trabalho, possuem o objetivo maior de propor questionamentos acerca da formação, disposições atuais, estruturas e re-

apresentações referentes ao Distrito Federal, funcionando como meio preliminar para maiores discussões sobre as temáticas aqui abordadas.

NOTAS

*Graduando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UnB.

[1] O Distrito Federal se encontra dividido em 33 Regiões Administrativas (RA's) segundo a Secretaria Executiva das Cidades do Governo do Distrito Federal até a data de confecção deste artigo. Mas ainda se discute sobre a criação de novas RA's. Disponível em: <<http://www.cidades.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>>.

[2] O IBGE estima em 3.015.268 a população do Distrito Federal em 2019 a partir do último censo populacional realizado em 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>.

[3] A “Faixa de Segurança Sanitária” foi um aparato institucional fixado em 1958 que delimitou a distância pela qual, a partir do Plano Piloto, se estabeleceu como passível a ocupação populacional visando a preservação das fontes hídricas de Brasília. Porém, tal dispositivo firma contribuição ao quadro segregacional provocado pelas distâncias entre o núcleo urbano central da Brasília Plano-Piloto e os núcleos urbanos periféricos ao se observar que, sobre seu pretexto de preservação hídrica, as ocupações da Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Morro do Querosene foram deslocadas das proximidades do Plano Piloto, rumo a outras regiões do DF (como a Região Administrativa hoje conhecida como Ceilândia, fundada a partir dessa transferência populacional). Isto, ao mesmo tempo em

que grande parte do próprio Plano Piloto ficaria sem estrutura sanitária adequada até 1977 e o tratamento de água viria apenas na década de 90. E, simultaneamente, as áreas interiores da faixa de segurança sanitária e proximidades do Lago Paranoá, foram progressivamente urbanizadas e também ocupadas ilegalmente por classes mais abastardas para construção imobiliária, por exemplo. Quadro que vêm se revertendo desde 2016 com o projeto “Orla Livre”. Para mais informações ver: LEMOS, G. O. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo, v. 18, n. 18, 11; e Decreto Nº 37.860, de 16 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/2f062a36d2d845ee9a9e25ebb29ec099/exec_dec_37860_2016.html>.

[4] Fonte: Mapa Racial do Brasil. Disponível em: <<http://patadata.org/maparacial/>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos estudos CEBRAP*, v. 47, p. 155-76, 1997.

CASTRO, Rosana. Economias políticas da doença e da saúde: população, raça e letalidade na experimentação farmacêutica. *Ayé: Revista de Antropologia* - ISSN: 2674-6360, [S.l.], v. 1, n. 1, may 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/281>>.

CODEPLAN. A Área de Influência de Brasília e Proposta de Ampliação da RIDE do DF e Entorno. Distrito Federal: [s.n.], 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/%C3%81rea-de>>.

Influência da Anclagem de Brasília e Proposta de Ampliação do Plano Piloto de Brasília e Entorno. pdf>.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. Bairros: contexto e intersecção. Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 58-79, 1999.

COSTA, Lúcio. Brasília revisitada. Brasília: Diário Oficial do Distrito Federal–Decreto, n. 10.829, 1987.

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957. Brasília, cidade que inventei, 1957.

DE BRASÍLIA, RELATÓRIO do Plano Piloto. elaborado pelo ARPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: GDF, 1991.

DOYLE, Patricia Colela. Comercialização de habitações populares em Brasília. Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 1955-1958, 1996.

FEDERAL, Distrito. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal–PDOT. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.seduh.df.gov.br/plano-diretor-de-ordenamento-territorial/>>. FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Brasília: novos rumos para a periferia. Brasília: moradia e exclusão. Brasília, Ed. UnB, 1996.

FREITAG, Bárbara. Teorias da cidade. São Paulo. Papirus. 2006.

HOLSTON, James; COELHO, Marcelo. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACCOUD, Luciana de Barros; MACHADO, Maria Salete; SOUSA, Nair Heloísa de. Taguatinga: uma história candanga. Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Editora UnB, p. 53-79, 1996.

LEMONS, G. O. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo, v. 18, n. 18, 11.

LIMONAD, Ester; RANDOLPH, Rainer. Cidade e lugar: sua representação e apropriação ideológica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 5, p. 9-22, 2002.

NUNES, Brasilmar Ferreira; KOHLSDORF, Nara. Sociologia do espaço social de Brasília o descontrole planejado. Edunb, 1999. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Sociologia/artigos/espaco_social.pdf>.

OLIVEIRA, Lui Antônio Pinto de. Em 1959, o censo experimental na alvorada de Brasília. Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, p. 123-139, 2010.

STUMPF, Ricardo; SANTOS, Zilda M. Habitação: novos enfoques e perspectivas. Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Ed. UNB, p. 27-52, 1996.

CONTROLE E CIDADANIA: CONTROVÉRSIAS NA IMPLANTAÇÃO DO REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL (RIC) NO BRASIL

CONTROL AND CITIZENSHIP: CONTROVERSIES IN THE IMPLANTATION OF THE CIVIL IDENTITY REGISTRY (RIC) IN BRAZIL

*Fabiana Lopes Corrêa

Recebido em: 25/06/2019

Aceito em: 07/05/2020

Resumo

O presente trabalho analisa as ambivalências em torno do Registro de Identidade Civil (RIC) no Brasil a partir das prerrogativas de garantia da segurança nacional, bem como do pleno exercício da cidadania. Interessa-nos compreender como se dão as utilizações multifacetadas desse dispositivo por parte do Governo Federal. À luz da literatura dos estudos sociais de ciência e tecnologia, pretendemos compreender em que medida a narrativa de garantia da cidadania através do RIC constrói uma opacidade diante de seu potencial para o controle.

Palavras-chave: Controle; Cidadania; Registro de Identidade Civil (RIC).

Abstract

This paper analyzes the ambivalences in surrounding of the New Civil Identity Register (RIC) in Brazil based on the prerogatives of guaranteeing national security, as well as the full exercise of citizenship. We are interested in understanding how are the multifaceted use of this device by the Federal Government. The light of the literature of social studies of science and technology, we intend to understand to what extent the narrative of guarantee of citizenship through the RIC builds an opacity before its potential for control.

Key words: Control; Citizenship; Civil Identity Registration (RIC).

1 Introdução

O presente trabalho objetiva discutir a unificação de dados de identificação civil no Brasil a partir do Registro de Identidade Civil (RIC) considerando as controvérsias que o envolvem, a saber, a possibilidade de sua apropriação para a vigilância e controle em oposição à prerrogativa de extensão e garantia da cidadania a todos os brasileiros. Para tanto, faz-se necessária a percepção do RIC enquanto

artefato intrinsecamente político, nos termos de Winner (1980), com consequências para nossas práticas cotidianas e e relações sociais.

O RIC é o registro de identidade civil, regulamentado pela Lei nº 9.454 de 07 de abril de 1997, que pretendia unificar os dados de brasileiros natos ou naturalizados de maneira integrada entre as 27 unidades

federativas e o Distrito Federal. Embora tenha sido sancionada em 1997, somente em 2010 a lei em questão entrou em vigor. Entretanto, o site oficial do Ministério da Justiça junto a Secretaria Nacional de Segurança Pública pouco nos esclarece sobre os procedimentos de implantação do RIC, disponibilizando o acesso somente a um número reduzido de relatórios técnicos desenvolvidos pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Universidade de Brasília – CDT/FUB em conjunto com o Ministério da Justiça. Em julho de 2015 os estudos técnicos e pesquisas relacionadas aos trâmites de implantação do RIC foram suspensos. Os relatórios técnicos ainda estavam em andamento quando a interrupção dos trabalhos ocorreu em virtude da apresentação do Projeto de Lei nº 1.775, de 28 de maio de 2015 pelo Poder Executivo e pelo Tribunal Superior Eleitoral, que propunha a criação do Registro Civil Nacional – RCN, a ser implementado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Em 2017 o então presidente da república Michel Temer, sancionou a lei nº13.444 que transformara o Registro Civil Nacional em Identificação Civil Nacional – ICN. Embora a lei que regulamenta o RIC[1] tenha sido alterada por novas legislações, ela inaugurou o debate sobre a unificação de dados de identificação civil no cenário brasileiro.

Desse modo, compreender o RIC nos oferece subsídios para entendermos de forma analítica as propostas de unificação da identidade civil que o sucederam. Todavia, embora haja uma mudança na nomenclatura, a ICN mantém características comuns ao RIC como a narrativa antrifraude justificada pelo cruzamento e armazenamento das informações de cada indivíduo em um banco de dados único, a prerrogativa de exercício da cidadania e o seu

caráter de “artefato intrinsecamente político” (WINNER, 1980, p.2). Assim, alguns questionamentos quanto à elaboração e planejamento do RIC se tornam pertinentes. De que maneira seu “código técnico”, como diria Andrew Feenberg (2010), foi pensado? O que Feenberg define como código técnico está relacionado à mediação do processo de produção do objeto e propicia uma resposta ao horizonte cultural “hegemônico” da sociedade, no nível do desenho técnico. O autor destaca ainda que “parâmetros técnicos como a escolha e processamento de materiais, em grande medida, são especificados socialmente por tal código” (FEENBERG, 2010, p.88). E acrescenta que

as tecnologias são selecionadas a partir de interesses entre muitas possíveis configurações. Na orientação do processo de seleção, estão códigos sociais estabelecidos pelas lutas culturais e políticas que definem o horizonte sob o qual a tecnologia atuará. Uma vez introduzida, a tecnologia oferece uma validação material do horizonte cultural para o qual foi pré-formada. Isso pode ser chamada de “viés” da tecnologia: aparentemente neutra, a racionalidade funcional é engajada em defesa de uma hegemonia. Quanto mais a sociedade emprega tecnologia, mais significativo é esse engajamento. (FEENBERG, 2010, p.84)

Pode-se perguntar também, de que forma o impacto provocado nas relações sociais pela introdução do que Winner (1980) chamaria de um “artefato intrinsecamente político”, de grande abrangência como o RIC, foi considerado? Por artefato intrinsecamente político entendemos os objetos que, de diversas maneiras incorporam formas específicas de poder e autoridade. Considerar a política incorporada nos objetos, sobretudo no RIC, é perceber “por trás dos dispositivos técnicos, as

circunstâncias sociais de seu desenvolvimento, emprego e uso” (WINNER, 1980, p.2). Chamamos a atenção para estes dois pontos centrais para o desenvolvimento da pesquisa, pois, uma vez compreendida a política incorporada no objeto, torna-se possível explorar também seu código técnico, abrir sua “caixa preta”, isto é, compreender as controvérsias políticas em torno dos processos de instituição e regulamentação do RIC.

A adoção do RIC para objeto de estudo se origina da percepção de que em consonância à necessidade de segurança, emerge a submissão à sociedade de controle considerando que o exercício da cidadania através do mesmo objeto não demonstre concretude. Desse modo, a fim de ampliar o nosso campo analítico, discutiremos o RIC a partir da revisão bibliográfica de Marta Kanashiro (2009), que tem se dedicado ao estudo dos processos de implantação do RIC analisando-o como instrumento favorecedor das práticas de vigilância e controle, bem como à luz dos conceitos trabalhados por Feenberg (2010) e Winner (1980). É possível ainda correlacionarmos o RIC - enquanto objeto político – com as definições de sociedade disciplinar e sociedade de controle abordadas respectivamente por Foucault (2002) e Deleuze (1992), assim como fazem outros artefatos, como destaca Fernanda Bruno (2004). Somente a partir da compreensão do RIC enquanto objeto político relacionado a modos de vida específicos é que será possível contrastá-lo com o conceito de cidadania, pensado a partir da realidade brasileira, abordado por José Murilo deCarvalho (2002).

De todo modo, dentre tantas disparidades sociais e de acesso à tecnologia no Brasil, o que justifica a adesão de um artefato altamente tecnológico para identificação

civil dos brasileiros? A escolha por um cartão de fácil transporte, dentre outras características, não deve ser lida através da ótica funcional, mas interpretada através seu papel político, partindo da

crença de que algumas tecnologias são, pela sua própria natureza, políticas numa forma específica. Segundo esta visão, a adoção de um dado sistema técnico traz junto, inevitavelmente, condições para relações humanas de distintos tipos políticos, por exemplo, centralizadas ou descentralizadas, igualitárias ou diferenciadas, repressivas ou liberais. [...] A ideia que precisamos examinar agora é a de que certos tipos de tecnologia não tem essa flexibilidade e que escolhê-las significa escolher, inalteravelmente, uma forma particular de vida política (WINNER, 1980, p.9).

Acreditamos que a proposição da implantação do RIC ou de quaisquer outras formas de identificação civil unificada se dá em congruência com a racionalidade da sociedade de controle, em que “o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha [...]. A linguagem numérica do controle é feita de cifras que marcam o acesso à informação, ou a rejeição” (DELEUZE, 1992, p.222). Cartões magnéticos com números de série para a identificação civil são, por sua vez, a expressão material do arranjo de poder que faz do domínio da técnica um instrumento de controle.

2 RIC: mediações entre a técnica e o controle

Considerando o desenho técnico do RIC, que é um cartão magnético com tamanho semelhante ao de um cartão de crédito, discreto, leve e de fácil transporte, percebemos que o “desenho das máquinas reflete os fatores sociais operantes em uma racionalidade predominante.”

(FEENBERG, 2010, p.83). Predomina na racionalidade do séc. XXI o apelo por praticidade e eficiência e o RIC atende bem a tais demandas.

O RIC deveria conter a impressão digital do usuário e chip eletrônico que incluiria informações como nome, sexo, data de nascimento, foto, filiação, naturalidade e assinatura, ou seja, todas as informações necessárias para movimentar de forma cômoda a vida econômica e cidadã (considerando o exercício de direitos nas esferas política, civil e social). Dentre outros dados, o cartão possuiria um código de leitura óptica composto por números e letras alternadas, sendo que o nome do usuário também estará contido nesta sequência. Com o uso do RIC, documentos de identificação essenciais como RG (Registro Geral), CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), bem como os secundários, que é o caso da carteira de habilitação, tornariam desnecessários, pois todas as informações sobre cada cidadão estariam contidas em um cartão único, possibilitando o cruzamento entre as bases de dados de cada um dos documentos mencionados. Entretanto, poucas são as informações disponibilizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública a respeito da implantação e desenvolvimento do registro.

Dessa forma, pretendemos analisar como o RIC está associado a uma série de práticas de vigilância e monitoramento que operam a partir de uma lógica político-tecnológica, pois se vale de bancos de dados unificados compostos por micro informações pessoais, o que favorece o monitoramento dos fluxos de cidadãos. Entretanto, o número de informações reduzidas disponibilizadas ao público a respeito da implantação do RIC pelo referido Ministério dificulta uma análise crítica, pois nos condiciona

a uma leitura técnica somente no que tange a composição do objeto em questão. A análise sociológica, ao contrário, sem desconsiderar a técnica do objeto se propõe, além disso, a interpretar seu código técnico, decodificando assim o seu papel político manifesto também em seu design.

De outro modo poderíamos, precipitadamente, interpretar a adoção do RIC como o bom desempenho governamental que adere a tecnologias digitais, facilitadoras da vida moderna. Assim, o RIC não seria mais que um elemento representativo da evolução humana em termos tecnológicos e uma saída prática para evitar o acúmulo de documentos. Da mesma maneira que os manuscritos foram substituídos por máquinas datilográficas e estas por computadores e outros aparelhos tecnológicos que favorecem o registro de dados. O Brasil estaria avançando continuamente rumo ao progresso e o desenvolvimento tecnológico, como deve ser. Entretanto, a adoção de tal parâmetro nos distancia da percepção de que há no RIC, bem como em outros objetos, uma política que não se restringe ao seu caráter utilitário. Ao contrário, é necessário que analisemos o RIC a partir do jogo de manutenção do poder que extrapola o universo do que seria puramente “técnico” e se personifica nas necessidades materiais do cotidiano, através de artefatos políticos.

O RIC e os seus processos de implantação foram pouco debatidos em espaços acadêmicos, da mesma maneira. Considerando o desenho técnico do RIC, que é um cartão magnético com tamanho semelhante ao de um cartão de crédito, discreto, leve e de fácil transporte, percebemos que o “desenho das máquinas reflete os fatores sociais operantes em uma racionalidade predominante.” (FEENBERG, 2010, p.83). Predomina na racionalidade

do séc. XXI o apelo por praticidade e eficiência e o RIC atende bem a tais demandas.

O RIC deveria conter a impressão digital do usuário e chip eletrônico que incluiria informações como nome, sexo, data de nascimento, foto, filiação, naturalidade e assinatura, ou seja, todas as informações necessárias para movimentar de forma cômoda a vida econômica e cidadã (considerando o exercício de direitos nas esferas política, civil e social). Dentre outros dados, o cartão possuiria um código de leitura óptica composto por números e letras alternadas, sendo que o nome do usuário também estará contido nesta sequência. Com o uso do RIC, documentos de identificação essenciais como RG (Registro Geral), CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), bem como os secundários, que é o caso da carteira de habilitação, tornariam desnecessários, pois todas as informações sobre cada cidadão estariam contidas em um cartão único, possibilitando o cruzamento entre as bases de dados de cada um dos documentos mencionados. Entretanto, poucas são as informações disponibilizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública a respeito da implantação e desenvolvimento do registro.

Dessa forma, pretendemos analisar como o RIC está associado a uma série de práticas de vigilância e monitoramento que operam a partir de uma lógica político-tecnológica, pois se vale de bancos de dados unificados compostos por micro informações pessoais, o que favorece o monitoramento dos fluxos de cidadãos. Entretanto, o número de informações reduzidas disponibilizadas ao público a respeito da implantação do RIC pelo referido Ministério dificulta uma análise crítica, pois nos condiciona a uma leitura técnica somente no que tange a composição

do objeto em questão. A análise sociológica, ao contrário, sem desconsiderar a técnica do objeto se propõe, além disso, a interpretar seu código técnico, decodificando assim o seu papel político manifesto também em seu design.

De outro modo poderíamos, precipitadamente, interpretar a adoção do RIC como o bom desempenho governamental que adere a tecnologias digitais, facilitadoras da vida moderna. Assim, o RIC não seria mais que um elemento representativo da evolução humana em termos tecnológicos e uma saída prática para evitar o acúmulo de documentos. Da mesma maneira que os manuscritos foram substituídos por máquinas datilográficas e estas por computadores e outros aparelhos tecnológicos que favorecem o registro de dados. O Brasil estaria avançando continuamente rumo ao progresso e o desenvolvimento tecnológico, como deve ser. Entretanto, a adoção de tal parâmetro nos distancia da percepção de que há no RIC, bem como em outros objetos, uma política que não se restringe ao seu caráter utilitário. Ao contrário, é necessário que analisemos o RIC a partir do jogo de manutenção do poder que extrapola o universo do que seria puramente “técnico” e se personifica nas necessidades materiais do cotidiano, através de artefatos políticos.

O RIC e os seus processos de implantação foram pouco debatidos em espaços acadêmicos, da mesma maneira que, em muitos espaços extra-acadêmicos ele não chegou a ser apresentado. Isso porque se trata de um objeto carregado de controvérsias. Se, por um lado, sua finalidade estava voltada para a garantia da segurança pública nos condicionando a uma vigilância constante, por outro, em que medida poderíamos associá-lo ao fomento da cidadania, como foi apregoado pelo Ministério da Justiça?

Nisto consiste a dualidade do RIC, quando a necessidade de segurança se converge em controle? Quando a necessidade de segurança intimida o exercício da cidadania? Portanto, em que medida o RIC pode ser dissociado da racionalidade da sociedade de controle, tal como pensada por Gilles Deleuze, voltada ao gerenciamento constante de riscos?

A unificação de informações previstas no RIC favorecerá um rápido e eficaz cruzamento de dados originados, como destaca Fernanda Bruno (2008), de perfis computacionais chamados *profiling*. Tais perfis sugerem indicadores de características como resultado da ocorrência de certos comportamentos. Como todos os dados civis dos cidadãos brasileiros estariam contidos no RIC, seria possível acompanhar todas as movimentações do indivíduo/ pessoa física. Desse modo, não é difícil inferir quais os lugares mais frequentados, o perfil de loja a que determinado cliente tem preferência, sua classe social ou atividades de lazer, pois o caráter vigilante do RIC consiste justamente em armazenar dados e posteriormente, relacioná-los mutuamente emitindo informações que resultam na construção do perfil. Percebamos então que

Os padrões e regularidades daí extraídos permitem visualizar domínios com certa homogeneidade interna e fronteiras externas – de interesses, comportamentos, traços psicológicos – que de outro modo ficariam indefinidos ou fora do nosso campo de atenção. Assumem assim um formato mais dócil, calculável, legitimando e orientando intervenções diversas. Perfis de criminosos, consumidores, profissionais, doentes físicos ou mentais, tipos psicológicos ou comportamentais apresentam-se como padrões que ao mesmo tempo ordenam e objetivam a multiplicidade humana, legitimando formas de governá-la. (BRUNO, 2008, p.13)

Os documentos de identificação propostos após o RIC preservam como característica o armazenamento de dados e a possibilidade de monitoramento dos indivíduos em suas transações econômicas para além da dimensão de práticas cidadãs. Este processo pode ser caracterizado como a transformação de uma sociedade interiorizada para uma sociedade exteriorizada, que marca a transição da sociedade disciplinar definida por Foucault (2002) para a sociedade de controle de Deleuze (1992). Na sociedade disciplinar, Foucault (apud BRUNO, 2004, p. 111) identifica o *panóptico* como um dispositivo arquitetônico de vigilância, um instrumento que implica aos indivíduos uma postura disciplinada. Disposta no centro das prisões ou em qualquer outra instituição, a torre possibilita uma visão ampla das celas a sua volta. No entanto, de dentro das celas não se tem visão clara e precisa sobre quem está no interior da torre. Por isso, ainda que não haja ninguém na torre, a sensação compartilhada pelos indivíduos é de que estão sendo vigiados constantemente. Sendo assim, suas ações visam atender às expectativas de quem os observa, mesmo que não haja ninguém a observá-los. Bauman (1999) destaca ainda que, a função do *panóptico* estava pautada na necessidade de garantir que ninguém escaparia do espaço vigiado, enquanto que o banco de dados visa a seleção de quem existe no ciberespaço. Assim, o banco de dados é um instrumento de separação e exclusão.

A sociedade de controle não necessita de presença física revestida de autoridade. O poder é exercido de forma subjetiva e ao livre, quer dizer, transcende os muros da prisão, da escola, do lar. A sociedade de controle se impõe através das câmeras de segurança, GPS assim como em tantos outros dispositivos tecnológicos. Sua presença se

tornou tão familiar em aparelhos tão úteis como o celular, que, por vezes, somos nós mesmo que clamamos por sua presença e ao mesmo tempo, com tamanha exposição demonstramos nossa vulnerabilidade em ser controlados. Desse modo, cada login nas redes sociais ou movimentação financeira via cartão de crédito amplia os dados fornecidos pelos usuários no ciberespaço, constituindo assim, o que Poster (apud BAUMAN, 1999, p.58) chamou de superpanóptico. O superpanóptico se expressa na elevação do panóptico a um nível superior de vigilância, revestido de autoridade e esvaído de imposição. O superpanóptico estabelece seu plano de ação através do convencimento. É preciso creditar essa forma de controle.

Para tanto, é necessário que os indivíduos sob o controle se sintam livres do cárcere e com autonomia suficiente para decidirem aonde ir. Na era do superpanóptico, as pessoas não são levadas a ele como outrora, e sim, vêm até ele e o legitimam ainda que sem a percepção de que o fazem. Segundo Poster (apud BAUMAN, 1999, p.59), a diferença entre o superpanóptico e o panóptico outrora definido por Foucault é que no primeiro modo, os vigiados são fatores primordiais e voluntários da vigilância. As formas de monitoramento se reconfiguram a partir daí em uma dimensão que transcende a visão do panóptico. Como este fora superado pelo superpanóptico, podemos citar então o sinóptico como característica complementar de tal superação.

As práticas de vigilância se reconfiguram a partir de então em uma oposição visto que, o sinóptico é o modelo de controle que permite ver de uma só vez, as várias partes de um todo, enquanto o panóptico é marcado por uma visão fragmentada. O sinóptico é a expressão da liberdade

se comparado ao panóptico, já que neste, as pessoas eram condicionadas a uma posição (em termos de localização no espaço) em que a vigilância se tornasse possível. Assim, era necessário estar no campo de visão da torre para ser controlado. O sinóptico ao contrário, propicia movimento e flexibilidade. Adéqua-se a mobilidade dos vigiados. Assim, o superpanóptico é a superação em extensão do panóptico, enquanto que o sinóptico está relacionado à sua mobilidade.

Sendo assim, convém pensar o RIC como operacionalização do sinóptico. Com efeito, a sociedade de controle instrumentalizada em aparelhos móveis de comunicação, por exemplo, se pauta no controle, mas também na seletividade. Essa racionalidade remete-nos ao que Deleuze (1992) entende como um caráter auto deformante ou de “modulação” típico dos dispositivos da sociedade de controle, que se ajustam conforme os fluxos e movimentos constantemente monitorados. (Micro) informações diversas (curtidas nas redes sociais, transações financeiras, utilização de recursos de geolocalização) são o tempo inteiro processadas no intuito de compor perfis e padrões de comportamento de indivíduos e populações.

A composição de profiling segue uma lógica que, segundo Bennett (apud BRUNO, 2004, p.13), visa “deter-minar indicadores de características e/ou padrões de comportamento que são relacionados à ocorrência de certos comportamentos.” Logo, trata-se de algoritmos complexos capazes de criar perfis a partir do agrupamento e classificação de alguns comportamentos. Portanto, o termo profiling está dissociado da composição de identidade. A partir de tal compreensão é que

Podemos, grosseiramente, falar de dois conjuntos de dados: os relativamente estáveis, com pouca ou nenhuma variação ao longo do tempo, e os dados móveis ou circunstanciais. No primeiro estão, por exemplo, dados geodemográficos, biométricos, relativos a gênero, etc. No segundo, dados comportamentais (BRUNO, 2004, p.12).

Embora ambos os conjuntos de dados configurem a sociedade de vigilância, é o primeiro conjunto que descreve sumariamente os aspectos de documentos de identificação civil unificados, como o RIC. Sua implantação não está relacionada à inclusão digital, de forma a garantir que todos os brasileiros se insiram no universo tecnológico, ao contrário, eles tão somente serão envolvidos em um sistema de controle eficaz em prever ações, arquivar documentos e traçar perfis.

Por outro lado, podemos pensar que o uso de artefatos digitais gera a sensação de modernidade e de progresso tecnológico. Dessa forma, a aparente ascensão do país à modernização tecnológica pode favorecer a aceitação da população quanto à unificação de dados em cartões magnéticos para a identificação civil. Afinal, como destaca Marta Mourão Kanashiro (2009), a modernização de instrumentos de trabalho no setor público ainda é interpretada como superação de atraso, ou seja, compensação de um tempo perdido. Por isso, dada a falta de debates públicos sobre o assunto, é difícil que a adoção de documentos semelhantes ao RIC e outras medidas como o uso da biometria nos novos passaportes, no caso do Brasil, sejam analisados como instrumentos de vigilância. Além disso, a unificação de bancos de dados, bem como a adoção da biometria, são defendidos a partir da premissa de que a alta tecnologia pode ajudar no combate ao terrorismo

(KANASHIRO, 2009). Estes dados nos favorecem na percepção de que as ações são desenvolvidas dentro de uma escala de domínio do poder despreocupada com a garantia de direitos de forma universal e igualitária, mas ocupada em potencializar lucros (pois os dados relativos à segurança estão sujeitos a apropriações por parte de corporações e interesses privados) e em manter as atuais relações de força.

Os indivíduos por sua vez, tendem a ceder a tais exigências de identificação sem questionamentos, pois as vantagens ilusórias de ser um indivíduo modernizado não nos permitem refletir sobre o fato de que desconhecemos quem detém o controle sobre nossas informações pessoais. Assim, o que está em jogo com a manipulação das informações produzidas com as novas tecnologias de comunicação é que

os indivíduos sob vigilância não são num primeiro momento pessoas com uma identidade, uma personalidade que se conheça de antemão. Esta identidade vai ser ‘composta’ num segundo momento, através do processamento e do cruzamento de um conjunto de dados e informações inicialmente impessoais - ‘populações’, ‘categorias’, ‘contextos’ (BRUNO, 2004).

Portanto, a vigilância além de cercear as liberdades individuais acentua as desigualdades sociais, que no Brasil, são tão perceptíveis, potencializando assim a invisibilidade e marginalização de grupos minoritários que serão apenas um número de série no ciberespaço.

3 Ambivalências em evidência: um novo registro para cidadania e controle

Embora as informações sobre os procedimentos

técnicos e de implantação do RIC tenham sido pouco divulgadas e em consonância, pouco debatidas, uma página virtual foi criada a fim de prestar esclarecimentos à sociedade quanto aos objetivos da implantação de um registro civil unificado. Pode-se encontrar, dentre as informações divulgadas, a afirmação feita pelo SINRIC (Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil), de que o RIC deveria ser “instrumento de cidadania a partir da identificação civil de todo brasileiro, tornando suas relações com o Estado e a sociedade mais seguras e eficazes”.

A cidadania plena, “que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico” (CARVALHO, 2002, p.9). Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais, tal como observa Marshall (1967) ao considerar o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra. O modelo de cidadania inglês considera a cidadania em seu estado pleno ao favorecer a participação do cidadão na sociedade nas dimensões civil, política e social. Esta é a ordem cronológica das conquistas dos direitos pelos ingleses. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos, o que faz daqueles que dispõe apenas alguns desses direitos cidadãos incompletos.

O historiador José Murilo de Carvalho (2002) enfatiza a complexidade do caso brasileiro ao considerar que a sequência lógica e cronológica apontadas por Marshall (1967) seguiram ordem inversa no Brasil e, conseqüentemente apresentou resultados diferentes, pois

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra (...) ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. Na sequência inglesa, havia uma lógica que reforçava a convicção democrática. (...) Mas é razoável supor que caminhos diferentes afetem o produto final, afetem o tipo de cidadão, e, portanto, de democracia, que se gera. Isto é particularmente verdadeiro quando a inversão da sequência é completa, quando os direitos sociais passam a ser a base da pirâmide. Quais podem ser as conseqüências, sobretudo para o problema da eficácia da democracia? Uma conseqüência importante é a excessiva valorização do Poder Executivo. (CARVALHO, 2002, p.219).

São estes aspectos históricos não superados que recaem sobre a figura do Estado brasileiro e legitimam sua ação através de propostas como o RIC. A nossa democracia ainda tão jovem caminha lado a lado de uma cidadania pouco consolidada. É justamente o caráter frágil da cidadania construída no Brasil que propicia o distanciamento dos indivíduos de espaços de tomada de decisões tão abrangentes e significativos para a sociedade civil como a alteração do que se tem como forma de identificação dos brasileiros. A aquisição dos direitos civis posterior aos direitos sociais no Brasil confere debilidade à consciência nacional do que seja a democracia para além das urnas eleitorais, bem como da cidadania enquanto um conjunto de direitos e deveres.

Porquanto, foge da compreensão dos cidadãos brasileiros a percepção de que a cidadania ultrapassa a obediência a um conjunto de normas que regem a

vida social. Ao contrário, se estende à participação e ocupação dos espaços de decisão onde tais normas são elaboradas. Entretanto, seria demasiadamente ingênuo crer que a aquisição de direitos no Brasil tal como vimos, não aconteceu de maneira estratégica. Antes, é preciso considerar que o poder não está no vácuo, próprio do que é imaterial, mas adquire forma e se concretiza como lugar jamais desocupado. Em consonância ao proposto por Carvalho (2002, p.13), pode-se afirmar que “o enfrentamento dessa complexidade pode ajudar a identificar melhor as pedras no caminho da construção democrática”.

Contudo, ser reconhecido como cidadão brasileiro através do registro civil é importante para o desenvolvimento do indivíduo em sociedade, bem como o acesso aos seus direitos e o exercício pleno de seus deveres. O que está em questão, por ora, é a maneira como o registro civil unificado será apropriado pelo poder público depois de ser inserido nas relações cotidianas de milhões de brasileiros.

Ademais, não se pode desconsiderar os possíveis benefícios que a unificação de dados apresenta a cidadania brasileira, como a diminuição de identidades falsas. Outro cenário é possível se considerarmos que o cruzamento de dados poderia ser utilizado como instrumento de avaliação do alcance de políticas públicas uma vez que sua operacionalização é virtual e os dados dos indivíduos serão unificados, facilitando e aprimorando o que já existe em termos de controle de acesso dos indivíduos ao Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo.

Entretanto, o distanciamento da população em relação aos processos de implantação do registro

civil unificado, bem como ausência de assembleias e demais espaços que propiciem a atividade democrática, evidenciam as fragilidades na proposta de fomento à cidadania através do RIC, divulgadas pelo Ministério da Justiça. Demonstrações de incentivo à consolidação de uma consciência nacional cidadã seriam, dentre outras maneiras, a garantia da participação dos indivíduos em espaços decisórios, a publicização das informações que tangem os procedimentos de adesão do RIC ou quaisquer novas formas de identificação civil para que estas se tornassem acessíveis aos cidadãos.

Sendo assim, não propomos a não identificação dos indivíduos, mas pretendemos questionar a unificação da identificação civil, visto que o novo modelo em questão está associado às práticas de vigilância e controle, além de representar interesses hegemônicos em detrimento do exercício democrático. Afinal, para além da proposta de segurança nacional que justifica a adoção do registro civil unificado, é preciso considerar que

máquinas, estruturas e sistemas da moderna cultura material podem ser precisamente julgados não apenas pela sua contribuição à eficiência e produtividade e pelos seus efeitos colaterais ambientais, positivos e negativos, mas também pelos modos pelos quais eles podem incorporar formas específicas de poder e autoridade (WINNER, 1980).

Não é necessário que o registro de identidade civil brasileiro unificado comece a ser utilizado para que identifiquemos, em seus trâmites legais, tais características. As tentativas de esvaziamento das práticas democráticas começam desde o processo de implantação. A esse respeito, Kanashiro (2009) afirma que “o aspecto tecnocrático do

processo praticamente impossibilita qualquer tentativa de oposição, como se esse sistema de identificação já viesse isento de quaisquer características obscuras ou negativas”. Como tendemos à racionalização acentuada e, segundo Weber (1966), a burocracia é a atualização da racionalização, consideremos que a burocracia tanto pode ser um instrumento de democratização, quanto de centralização de poderes através da racionalização e desse modo, superar a democracia. Porquanto, o viés de fomento à cidadania do RIC é atravessado por inúmeras controvérsias. Não é difícil perceber que “muitos sistemas tecnológicos grandes e sofisticados são de fato altamente compatíveis com controle gerencial e hierárquico” (WINNER, 1980), capazes de reunir, concentrar e usar além do poder, os dados de quem está sob este poder.

No bojo da ambivalência do RIC, estão as prerrogativas para o fomento à cidadania e à segurança pública. É sabido, diante do exposto, que a cidadania foi tratada de maneira simplória em sua aplicação ao RIC, mas em que esfera a segurança pública foi considerada? A segurança se tornou um pressuposto para a construção da sociedade de controle. Diz-se “construção”, pois existem elementos que moldam significativa e lentamente a consciência coletiva para que a garantia de segurança seja fator primordial nas relações sociais. Embora seja inegável a necessidade de garantir a segurança pública, especialmente nos grandes centros, os meios de comunicação potencializam esta necessidade de tal modo que as oportunidades de garantia de segurança são aceitas sem análises profundas. Pode-se dizer que “estamos entrando na sociedade de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e

comunicação instantânea”, como dito por Deleuze (1992). Portanto, ainda que uma das justificativas para a unificação de dados na identificação civil seja a garantia de segurança pública aos cidadãos brasileiros, há uma função latente na escolha de registros civis digitais, que é a vigilância e controle. Ao passo que o seu viés de propulsor da cidadania fica obscurecido, à sombra do clarão da segurança nacional. Não é difícil optar pela segurança em detrimento da cidadania em um país marcadamente desigual como o Brasil.

Ademais, é possível aspirar ao uso alternativo das tecnologias que se assemelham ao RIC através da proposta de democratização da tecnologia pensada por Feenberg. Seu instrumento para tal façanha é a “racionalização subversiva” (FEENBERG, 2010) como uma forma inteligente de democratizar a tecnologia e aplicá-la de maneira diferente da que fora planejada em sua produção para que se perceba que “o que importa não é a tecnologia em si, mas o sistema social ou econômico no qual ela está inserida” (WINNER, 1980). Os interesses hegemônicos favorecem o uso autoritário da tecnologia, ou seja, as pessoas estão distantes das decisões que estipulam o desenho técnico de determinado instrumento e sua aplicação, por exemplo. Por isso a necessidade de uma racionalização subversiva, segundo a qual a democracia deve se estender para além de seus domínios tradicionais, para dentro dos domínios tecnicamente mediados da vida social.

Portanto, a racionalização subversiva consiste em ressignificar as técnicas aplicadas e a inserção da tecnologia no nosso cotidiano. É ao mesmo tempo, um protestoracional contra a hegemonia que impõe formas

de uso pensadas a fim de manter uma hierarquia social, portanto, desigual e autoritária. É possível pensar em resistência se considerarmos que

Na França, o computador foi politizado tão logo o governo tentou apresentar um sistema de informação altamente racionalista ao público em geral. Os usuários “manipularam” a rede na qual eles foram inseridos e alteraram seu funcionamento, introduzindo a comunicação humanizada em uma escala onde apenas a distribuição centralizada de informações havia sido planejada (FEENBERG, 2010,p.96).

Se não há democracia no planejamento do objeto, bem como de seu desenho técnico é possível democratizá-lo através de novas formas de uso. A racionalização subversiva torna-se uma rede de ação coletiva capaz de reivindicar a aplicação tecnológica e propor novas práticas. Trata-se de um contraste àqueles que ignoram a necessidade da participação democrática nas decisões quanto ao uso da tecnologia, uma vez que esta não está condicionada a esfera profissional da vida do indivíduo, mas se estende às suas relações pessoais. A racionalização subversiva por sua vez, potencializa o exercício da cidadania ao passo que revoga a organização da sociedade civil como elemento crucial para a democratização da tecnologia.

4 Considerações finais

São vários os apontamentos pertinentes no campo das Ciências Sociais acerca da utilização do RIC, ou de outras formas de registro civil unificado, como nova forma de identificação. Da política associada a este artefato decorrem estratégias de manutenção do poder em convergência com processos de constituição de

subjetividades na sociedade de controle. A adesão ou mesmo a proposição de um novo documento para identificação civil em território nacional através de aparatos tecnológicos conotam preocupações expressas do poder público em avançar rumo à superação das reminiscências do “arcaico” e do “atraso” que marcam a subjetividade brasileira. Sendo assim, em termos institucionais o RIC demarca uma nova forma de atuação política, ao passo que na esfera das relações sociais aponta para um novo modo de vida. Da simbiose entre ambos os aspectos, tanto institucionais, quanto relacionais, surgem as contribuições sociológicas no que tange à ciência e tecnologia. Frente às novas transformações que os avanços tecnológicos apresentam à sociedade, a sociologia se ocupa em desnudar a normalidade para desnaturalizar o progresso tal como está posto na modernidade ocidental. Além disso, desnaturalizar o progresso é perceber que as escolhas políticas realizadas numa esfera macro, impactam as relações cotidianas de quem está na periferia das decisões, ou seja, numa escala micro de notoriedade.

Não obstante, o domínio da técnica que envolve o processo de produção de aparatos tecnológicos medeia relações de poder que operam para a constituição gradual da sociedade de controle. Travestida, ora em defesa da segurança pública, ora como fomento à cidadania, a sociedade de controle lança seus prenúncios através de aparatos como o RIC. Desse modo, compreender o registro de identidade civil enquanto aparato para a vigilância e controle nos possibilita ampliar a percepção de que há na vida social elementos caros à manutenção de poder. Ao apregoar o RIC enquanto aparato potencial para a prática cidadã o Governo Federal mantém, não ao acaso,

concepções errôneas constituídas historicamente acerca da cidadania que a relacionam unicamente ao acesso de serviços concedidos pelo Estado.

Porquanto, a partir da análise dos processos de implantação do RIC torna-se possível identificar os riscos da sobreposição do controle à cidadania. Outrossim, se a técnica embutida no RIC ordena tanto ao controle quanto à cidadania, ela também nos convida à uma releitura do objeto pelo seu avesso. Do avesso das possibilidades políticas emergem as estratégias de resistência, de ressignificações. A proposta de democratização da tecnologia pensada por Feenberg (2010) nos oferece subsídios para articular uma nova cidadania frente ao futuro imediato que é próprio das sociedades que se aventuram na imersão tecnológica. No contrauso do RIC, por sua vez, está a racionalização subversiva (FEENBERG, 2010) que se dá no jogo relacional de usos e apropriações dos sujeitos para com a tecnologia. Para a subversão é necessário a associação entre indivíduos de interesses comuns, prática cara ao exercício da cidadania. Portanto, inferimos que ao mesmo tempo em que o RIC se apresenta indissociável das práticas de controle, sua inserção na sociedade poderia viabilizar, a partir dos indivíduos, a extensão da cidadania para além dos direitos sociais.

NOTAS

*Graduanda pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

[1] Esta análise se estende às novas proposições de identificação civil que substituíram o RIC, como o Projeto de Lei do Registro Civil Nacional (RCN) e, posteriormente, a Identificação Civil Nacional (ICN), pois a ideia de unifica-

ção de dados, o desenho técnico, e o fomento à cidadania (elementos que estão diretamente relacionados ao presente estudo), foram mantidos nas novas propostas. O escopo da legislação que rege o documento de Identificação Civil Nacional o descreve como uma carteira digital, habilitada para o cruzamento e unificação dos dados de brasileiros natos ou naturalizados, tal como o RIC. Assim, as considerações sociológicas a respeito da implantação do RIC não caem na obsolescência em função dos novos documentos propostos, mas ao contrário, subsidiam reflexões aplicáveis às propostas repaginadas que objetivam a identificação civil dos cidadãos brasileiros a partir da unificação de dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BRASIL. Lei nº 13444 de 11 de maio de 2017. Dispõe Sobre A Identificação Civil Nacional (ICN). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13444.htm>. Acesso em 14 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.454 de 7 de abril de 1997. Institui o número único de Registro de Identidade Civil. Oriunda do Projeto de Lei (PL) 2.319 de 1996 ou PLS 32 de 2005, ambos de igual teor e autoria do Senador Pedro Simon (Anexo II). Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19454.htm>. Acesso em 14 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Página RIC. Disponível em: <<http://justica.gov.br/Acesso/governanca/ric>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

C MARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 1.775,

de 28 de maio de 2015. Dispõe sobre o Registro Civil Nacional – RCN. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1346691&filename=Avulso+-PL+1775/2015>. Acesso em 14 de abril de 2020.

BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. Revista FAMECOS (Online), n. 24, p.110-124, 2004.

BRUNO, F. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. Revista FAMECOS (Online), nº 36, p.10-16, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1992.

FEENBERG, Andrew. “Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia”. In: NEDER, Ricardo T. (org.). Ciclo de Conferências Andrew Feenberg, 2010.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. 25. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

KANASHIRO, Marta Mourão. Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância. Revista brasileira de Ciências Sociais, vol.24, nº 71, p.42-54, 2009.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. In: Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, p.57-114. 1967.

WEBER, Max. Os Fundamentos da Organização Burocrática: uma Construção do Tipo Ideal. In: CAMPOS, Edmundo (organização e tradução). Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, p. 16.1966.

WINNER, Langdon. Do Artifacts Have Politics? Daedalus, v. 109, n.1, pp. 121-136, winter, 1980.

MÍDIA E PARLAMENTO: O CASO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

MEDIA AND PARLIAMENT: THE DILMA ROUSSEFF'S IMPEACHMENT CASE

*Aryell Calmon

Recebido em: 09/09/2019

Aceito em: 26/12/2019

Resumo

A pesquisa, a qual este trabalho se refere, centra-se na relação entre a mídia e o parlamento. Analisa-se os discursos proferidos pelos Deputados Federais da 55ª legislatura da Câmara dos Deputados do Brasil, durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, tendo como foco a frequência com que as matérias produzidas pelos três jornais nacionais mais influentes (Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo) foram utilizadas em seus pronunciamentos. Tem-se, portanto, a ausência de uma clara definição de que a atuação da mídia, dada de forma enviesada a favor da retirada de Dilma, foi um fator determinante para que o deputado definisse o seu voto ou se empenhasse em convencer os seus pares. O uso da informação midiática acontece, majoritariamente, para satisfazer as necessidades retóricas do parlamentar.

Palavras-chave: Mídia; Política; Parlamento; Impeachment; Dilma Rousseff.

Resume

The research, to which this paper refers, focuses on the relationship between the media and the parliament. The speeches given by the Federal Deputies of the 55th legislature of the Brazilian Chamber of Deputies during the impeachment process of former President Rousseff are analyzed, focusing on the frequency with which the articles produced by the three most influential national newspapers (Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo) were used as sources to support their pronouncements. Therefore, there is a lack of a clear definition that the media's bias towards Dilma's withdrawal was a determining factor. The use of media information happens, mostly, to satisfy the rhetorical needs of the parliamentarian.

Key words: Media; Politics; Parliament; Impeachment; Dilma Rousseff.

1 Introdução

O pós-eleitoral de 2014 iniciou um momento no Brasil de extrema tensão política. A recondução de Dilma Rousseff à Presidência da República esteve rodeada de denúncias de corrupção envolvendo o seu partido — dos Trabalhadores — e aliados, além do acirramento de narrativas de desestabilidade econômica e a ausência de

apoio majoritário no parlamento. Todas estas circunstâncias foram acompanhadas e alimentadas por informações emitidas pelas televisões, jornais e portais de notícias nacionais. A possibilidade de retirar a presidente eleita, como alternativa para sanar a instabilidade, reanimou os mercados financeiros, fortaleceu a oposição derrotada

nas urnas e unificou setores do Congresso Nacional.

Compreender os fatores que determinaram o fim antecipado do segundo mandato[1] da ex-presidente Dilma Rousseff e, conseqüentemente, o término de uma sequência de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) não é uma tarefa fácil. Desde agosto de 2016, quando o Senado Federal aprovou o impedimento da petista, diversos sociólogos, cientistas políticos, jornalistas e intelectuais vem tentando desbravar a história, no sentido da compreensão do referido processo e torná-lo menos suscetível a polarizações interpretativas. Uma tarefa nada fácil.

Os estudos que se debruçam na relação entre mídia e política estão majoritariamente alocados em compreender a interferência de uma atuação midiática na opinião pública. Diferentemente, esse trabalho aborda o reflexo da mídia no campo de atuação dos agentes políticos. Conforme salientam Miguel e Máximo (2015), “a interface entre os meios de comunicação e o campo político é mais ampla”.

(...) como disse Hallin (1994, p. 13), um fórum de debate para as elites políticas; ou ainda, segundo a formulação de Cook (1998), são uma verdadeira instituição de governo, garantindo o fluxo de informações entre seus diferentes ramos e instâncias. Em particular, cabe observar que o ambiente de representações do mundo social construído pelos meios de comunicação age tanto sobre os cidadãos comuns quanto sobre os líderes partidários, parlamentares e governantes. Em suma, a mídia contribui significativamente para formar o universo de referências a partir do qual os integrantes das elites políticas constroem suas ações” (MIGUEL; MÁXIMO, 2015, p. 1).

Com isso, o objetivo desse artigo é apresentar

de que forma os meios de comunicação de massa estavam presentes nos discursos dos parlamentares sobre o impeachment de Dilma Rousseff, isto é, sendo apenas referenciada, embasando uma ideia, elogiada ou criticada. É fundamental, ainda, compreender que, embora haja uma crescente tentativa de condicionar a atuação parlamentar à pura formulação de leis e demais mecanismos regulatórios, deputados e senadores também são responsáveis por construir um imaginário sociais e representações simbólicas de um ambiente social. Justamente por isso, a análise de seus discursos se faz relevante. É bem verdade que esses pronunciamentos são, inúmeras vezes, direcionados, in loco, aos próprios pares, no entanto, atingem uma gama variada de público, a saber: os meios de comunicação, expectadores específicos, eleitores e interlocutores temáticos afins.

2 A Pesquisa

A pesquisa, a qual este artigo se refere, centrou-se em buscar elementos nos discursos dos parlamentares no Plenário Ulysses Guimarães[2] e na Comissão Especial do Impeachment[3] durante o período dado entre a autorização de abertura do processo pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha[4], em 2 de dezembro de 2015, até a aceitação pela Câmara em 17 de abril de 2016, que justificassem uma direta utilização da mídia jornalística (Folha de S.Paulo, ‘O Estado de São Paulo’ e ‘O Globo’) para embasar posicionamentos e justificar posições, sejam a favor ou contra o impeachment.

Na identificação do tipo e da frequência de acesso a mídias jornalísticas entre os deputados da legislatura em foco, fez-se uso de um banco de dados secundários

oferecidos pelo Instituto FSB Pesquisa[5] através do Relatório anual denominado Mídia e Política[6]. Foi elegido o banco de dados[7] produzido em 2016, com informações coletadas nos dias 8 e 9 de março desse mesmo ano, no intento de haver correspondência com os mesmos Deputados Federais que votaram para aceitação da denúncia em 17 de abril de 2016. Fundamentalmente, buscou-se saber de que forma a informação chega até os Deputados Federais. Para isso, foi analisada a resposta à pergunta “Qual é sua principal fonte de informação? Jornais, internet, telejornais, rádios ou revistas?” contidas no relatório Mídia e Política 2016. Os dados demonstram que 43% da amostra utilizada prefere jornais e logo em seguida, 32% preferem a internet.

Mesmo com o impressionante crescimento da leitura de notícias em tablets e celulares, ainda se faz majoritária entre os deputados, a leitura no formato em papel dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo e mesmo considerando que todos esses possuem edições que podem ser acessadas virtualmente. Apesar do relatório utilizado como base dado demonstrar a preferência por essa leitura em papel, vale considerar que os deputados respondem dessa maneira a fim de conferir mais credibilidade a sua fonte de informação. Somando-se as diferentes formas de acesso virtual, tem-se que 57% da amostra, já em 2016, lê jornal em telas.

Em estudo monográfico publicado em 2018[8], detalha-se a forma como a informação chega ao parlamentar resultando em um acesso digital à mídia tradicional e, ainda, a profusão de mídias específicas que corroboram com o posicionamento do parlamentar. Ou seja, um deputado lê, ao mesmo tempo, a grande

imprensa e sites afeitos a sua linha ideológica. Contudo, o que é pretendido aqui é verificar a referência aos jornais supracitados e, havendo referência, o teor dela e de que forma interferiu na compreensão pelo Deputado e por seus pares do processo de impeachment.

Tendo por base que 42% da amostra de Deputados Federais preferem a leitura de jornais em papel, buscou-se a referência de quais jornais eram os prediletos. Eis, portanto, que surgiu o recorte que figura nesta pesquisa. Apesar dos jornais ‘Correio Braziliense’ e ‘Valor Econômico’ aparecerem dentre os cinco prediletos, apenas os três mais citados, de abrangência nacional, foram priorizados, a saber: Folha de S. Paulo, com preferência de 65%; O Estado de S. Paulo, 41%; e o O Globo, 31%.

Com posse destas informações, seguiu-se para a busca de menções aos jornais priorizados dentro dos discursos no Plenário e na Comissão Especial. Para tal, foi utilizada a busca no portal de notas taquigráficas[9] da Câmara dos Deputados em duas etapas gerais: i) a partir de termos[10] pré-definidos, no Plenário diante do período selecionado; ii) pesquisou-se também os termos em cada reunião da Comissão Especial, a qual ocorreu dentro do período de recorte. Obteve-se um total de 90 discursos mencionando os jornais preferidos por deputados de diversas legendas partidárias, em variados dias e a partir de diferentes oportunidades.

Dos 2.374 discursos (100%) sobre o impeachment no período em análise, apenas 91 (3,8%) elencam os jornais aqui em discussão e 2.284 (96,2%) não fazem referência alguma a estas mídias. Isso não quer dizer que a informação de determinado jornal não tenha sido um fator determinante na construção do voto, afinal, parla-

mentares podem ter feito referência a notícias publicizadas por eles sem necessariamente mencioná-los em seu discurso. Nesse sentido, somente a análise quantitativa não apresentaria subsídios que contemplassem a uma compreensão geral do processo. Mesmo com uma baixa expressividade, foi preciso analisar os discursos daqueles deputados que mencionam os jornais para entender em que direção estava a fala e de que forma a informação destas mídias chega aqueles que são os tomadores de decisão.

Antes disso, é preciso dimensionar em qual direção estavam as publicações dos três jornais em questão nesta pesquisa durante dezembro de 2015 e abril de 2016, período desde a abertura do processo de impeachment até a aceitação da denúncia pela Câmara. Com a base de dados produzida pelo Manchetômetro[11] é possível identificar que existe uma inegável condução midiática em sentido pró-impeachment.

A Folha de S.Paulo é o jornal com maior quantidade de menções negativas a ex-presidente Dilma, ao mesmo tempo em que apresenta a maior quantidade de matérias neutras, isto é, sem valências positivas ou contrárias a ex-presidente. Esta dicotomia pode ser explicada pelo caráter plural na linha editorial da Folha, de forma que, como ver-se-á a seguir, este jornal é o citado tanto pelos parlamentares a favor do impedimento quanto pelos que se posicionam contrários. Ao mesmo tempo, o jornal O Globo é o mais radical em críticas a ex-presidente e o menos utilizado nos discursos investigados dos deputados.

3 Resultados

Os 91 discursos investigados foram pronunciados por 60 deputados diferentes, uma média de menos de

duas aparições por parlamentar. A Folha de S. Paulo é o jornal mais citado pelos deputados em 47,3% dos discursos, seguida pelo Estado de S. Paulo (37,3%) e O Globo (15,4%). Os números estão de acordo com o resultado da pesquisa do relatório Mídia e Política 2016 (FSB, 2016). Os oradores mais frequentes foram a deputada Erika Kokay (PT-DF) e o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que falaram por 6 vezes cada e mencionaram os três jornais estudados. Ambos são de partidos que fizeram forte campanha contra o impedimento de Dilma Rousseff. As legendas que mais fizeram uso da tribuna foram PT e PSDB com, respectivamente, 46% e 12% das aparições. Esses dois partidos estavam no centro do debate de narrativas à época em decorrência da derrota do candidato Aécio Neves (PSDB-MG) para Dilma Rousseff no pleito presidencial de 2014 e, não obstante, ao papel de oposição ferrenha que o partido do então senador adotou.

Com os votos para autorização da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, tem-se que a maioria dos oradores votou contra (60%). Conforme demonstra Miguel e Máximo (2015, p. 6), “o comportamento dos parlamentares muda de acordo com o período”. Em pesquisa desenvolvida por esses autores, verificou-se que a mídia é mais utilizada com frequência por parlamentares que estão na oposição em decorrência da oportunidade de denúncias ao governo:

Os parlamentares do PT mencionam a mídia muito mais durante a 52ª legislatura (1999 a 2002), que corresponde ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso – isto é, quando estavam na oposição. Os meios de comunicação são mencionados em 46% dos discursos de deputados petistas no período, contra apenas 34,6% na 53ª legislatura (primeiro mandato de

Luiz Inácio Lula da Silva). Já com o PSDB e o PFL acontece o inverso. É um indício de que a referência à mídia ocorre, em alguma medida, pelas denúncias que ela veicula. (MIGUEL; MÁXIMO, 2015, p. 6).

Neste caso específico acontece o oposto: o PT, partido de base do governo à época, mencionou mais os veículos de comunicação em seu discurso do que a oposição - que somada corresponde a 40% dos pronunciamentos. Para tanto, é preciso investigar a forma como a mídia está alocada nesses discursos – seja como crítica, reconhecimento ou referência.

Com o objetivo de compreender de que forma a informação midiática estava posta na ação política, foram considerados três tipos de menção à mídia, a saber: crítica, reconhecimento ou referência. Essa última está presente em 85,3% dos pronunciamentos, seguida por uma menção crítica em 18,6% dos casos e de reconhecimento em 17,3% - com a observação de que eram possíveis respostas múltiplas, isto é, o parlamentar poderia referenciar um veículo de imprensa e ainda destacar, no mesmo discurso, a sua importância. Com isso, tem-se uma menção de referência e reconhecimento ao mesmo tempo.

A menção de referência foi assim definida por caracterizar um uso da informação midiática apenas para alcançar um ponto central do discurso, como exemplo, tem-se o pronunciamento do deputado Paulo Teixeira (PT-SP):

Janína Paschoal, em petição direcionada ao presidente da Câmara dos Deputados, solicita a juntada ao processo já deflagrado da íntegra da colaboração premiada firmada entre a Justiça Federal e o senador Delcídio do Amaral. Ela diz no jornal O Estado de S.Paulo desse final de semana que não aditou porque tem pressa. Ora, pressa de atropelar a Lei.

Intrinsecamente, a menção de referência pode carregar, em alguns casos, a ideia de mídia enquanto provedora de verdade, credibilidade e narrativa de uma versão do fato. Mesmo que haja um reconhecimento dessas funções da imprensa, não é possível classificar o discurso enquanto menção de reconhecimento pois não há citação expressa nesse sentido. Para tornar mais evidente essa diferença, eis o pronunciamento do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), onde há um reconhecimento expresso das qualidades da mídia:

Eu quero agora fazer uma homenagem à imprensa brasileira. A homenagem que eu faço à imprensa tradicional e às novas mídias é ler um pequeno trecho do editorial de hoje do Estado de S.Paulo (...).

Por último, a menção crítica aos jornais estudados é destacada quando há no pronunciamento o interesse de destacar um valor negativo da mídia, seja para desmenti-la ou provocar a desconfiança dos interlocutores com o conteúdo midiático, como é o caso do discurso do deputado Afonso Florence (PT-BA):

Não causa surpresa o editorial do jornal O Globo, que apoiou o golpe de 64 e depois de décadas fez uma autocrítica de cinco segundos, agora reiterar a mesma prática de sempre, a prática conservadora que apoia golpistas.

Ainda é possível identificar casos em que há fusão dos tipos de menção, isto é, em um mesmo pronunciamento, o deputado pode referenciar a mídia para atingir um ponto localizado de seu discurso, reconhecer a importância do veículo jornalístico e ainda criticá-lo, como fez o deputado Silvio Costa (PTdoB-PE):

Ontem à noite eu li, e vou dizer o nome do jornal, o jornal Folha de S. Paulo. Quando eu acordei de manhã havia um placar: Governo só tem 118. À noite havia a seguinte notícia: Oposição não conseguirá mais fazer impeachment. Mas a Folha de S. Paulo eu admiro, sabem por quê? Porque ela teve a dignidade de assumir que é de oposição. Aliás. Eu acho que a função da imprensa é ser investigativa sim, tem que investigar. Acho que a imprensa tem vocação de oposição e tem que ser. Agora meu irmão, tem que fazer com seriedade, tem que fazer oposição séria. Por exemplo, as três revistas semanais passadas, e eu não li as de agora, bateram pesado na presidente Dilma dizendo que tinha feito um balcão de negócios que era um shopping.

Com as nuvens de palavras abaixo, é possível inferir com qual frequência os termos apresentados aparecem nos discursos dos deputados considerando o seu voto. Os termos mais utilizados nos discursos dos parlamentares que votaram “sim” para o prosseguimento do processo de impedimento de Dilma Rousseff dizem respeito, em fundamental, àquilo que é considerado relevante para este grupo dentro do debate. À vista disso, coube aqui verificar o que é menos priorizado por este grupo. Narrativas como a da ideia de “golpe” não são utilizadas nem em sentido crítico, firmando a posição convicta de que o que estava em curso se tratava de um processo legítimo dada a condição de “terrível tragédia” descrita.

Apesar do jornal O Globo, dentro dos pesquisados, ser o veículo que mais publicou matérias contrárias a ex-presidente Dilma Rousseff – conforme levantamento do Manchetômetro[11] –, não é utilizado pela então oposição para validar suas ideias. Este fator é fundamental para ser inserido na ótica de uma adoção das mídias aquém de posições ideológicas. Isso está posto de maneira mais

evidente na hipótese de usos e satisfações da mídia, isto é, “mesmo a mensagem do mais potente mass media não pode influenciar o indivíduo que não faça uso dela no contexto sociopsicológico em que vive” (KATZ, 1990, p. 2).

Entre os governistas, à época, é possível identificar, com base na quantificação de seus discursos a importância em denunciar o processo enquanto um “golpe”. E para tanto, o uso de jornais que difundem uma narrativa contrária a ex-presidente Dilma é presente. Nesse sentido, não existe somente o fator crítica, ou seja, a menção aos jornais para criticá-los, acontece em maior escala a adoção das mídias para fortalecer a narrativa de golpe. É raro que haja uma construção que deslegitime a importância destes veículos. Mesmo a Folha de S. Paulo tendo assumido em editorial[12] a necessidade de retirar a presidente do cargo - segundo discurso da deputada Jandira Feghali em plenário - permanece como canal de informação importante para caracterizar, por exemplo, os desmandos de Eduardo Cunha na presidência da Câmara.

Isso demonstra, em grande medida, que a prioridade dos discursos, neste caso em análise, não estava direcionada para justificar os votos a partir do que foi exposto pela grande mídia, mas sim em utilizá-la com o objetivo de confirmar o respectivo ponto de vista.

A importância do Jornal Folha de S. Paulo pôde ser mensurada também por meio da produção de classes dentro dos discursos. Isto é, conforme demonstra a imagem III, os segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes, foram unificados a fim de identificar padrões e dissonâncias (CAMARGO, 2005).

Pode-se notar que os discursos estão divididos em

4 eixos temáticos principais, sendo os dois mais relevantes aqueles referentes ao jornal Folha de S.Paulo (classe 2) e ao jornal O Estado de São Paulo (classe 4). As classes 1 e 3 apresentam, respectivamente, uma discussão sobre a conduta do então presidente da Câmara dos Deputados e com relação às manifestações que vinham sendo financiadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Destrinchando as classes é possível inferir de que forma os discursos estão dados e a que eles são associados. Na classe 2, da Folha de S.Paulo, há uma eminente discussão de natureza mais política ao mostrar “Lula” e “impeachment” de forma expressiva em comparação à classe 4, encabeçada pelo Estado de S.Paulo, onde o debate está mais voltado para uma natureza informativa e crítica ao governo Dilma. O que se tem da classe 1, liderada por Eduardo Cunha, é uma tentativa de diversos parlamentares, principalmente contra o impeachment, de caracterizar o processo aberto por Cunha como indevido, dado que o ex-presidente da Câmara estava sendo denunciado no Conselho de Ética pela existência de contas[10] não registradas na Suíça. Por fim, a classe 3 é também usada por parlamentares que apoiavam Dilma Rousseff no intento de demonstrar que as manifestações de rua, estampadas na capa de diversos jornais à época, eram financiadas pela FIESP e, portanto, não possuíam o “real” caráter de uma mobilização popular.

Analisando o quadro a seguir, é possível identificar como os discursos presentes nas classes 1 e 3 são relativos a parlamentares com votos “não”, contrários ao prosseguimento da denúncia e os discursos das classes 2 e 4 estão mais próximos, dialogam mais entre si, e referem-se a parlamentares do voto “sim”, a favor da denúncia seguir para o Senado Federal. É possível observar a

predominância no 2º quadrante dos discursos das classes 2 e 4, conforme demonstra a imagem III. Isso significa que os discursos dos parlamentares presentes também neste mesmo quadrante possuem uma similaridade.

Nesse sentido, os dois exemplos a seguir são elucidativos para compreender a mídia na discussão do impeachment majoritariamente como fator de referência e não como definidora da agenda de debate. A deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) (*suj_43), mesmo votando “não”, tem um discurso extremamente próximo ao deputado Danilo Forte (PSB-CE) (*suj_40) do núcleo pró-impeachment. Já os dois sujeitos mais destacados, os deputados Ivan Valente (PSOL-SP) (*suj_13) e Paulo Pimenta (PT-RS) (*suj_17), ambos pró-Dilma, figuram em campos discursivos muito distantes entre si. A razão desses paradoxos é simples: independe do espectro ideológico o uso da informação midiática, isto é, parlamentares que se opõem quanto à matéria impeachment podem utilizar os recursos midiáticos de formas semelhantes para atender aos seus interesses.

No quadro, “*v_1” corresponde aos votos pró-impeachment e “*v_2” fazem referência aos votos dos parlamentares pró-Dilma. Dado isso, não é possível observar uma evidente oposição direta dos discursos. Os discursos dos votos “sim” estão centrados no 2º quadrante, enquanto os discursos dos votos “não” estão no extremo oposto, o 4º quadrante, no entanto, com relativa proximidade. Essa fraca separação possibilita encontrar sujeitos[11] que passeiam pelos quadrantes opostos ao seu voto, dado exemplo supracitado. Quanto maior o tamanho que o sujeito se expressa no quadro, maior é a sua relevância para discussão dentro da temática da classe. Na classe

1, o Deputado Ivan Valente (PSOL-SP) é o “*suj_13”, portanto, ele é o responsável por grande parte do debate que busca descaracterizar o processo de impeachment por este estar sendo conduzido por Eduardo Cunha. Eis seguimentos do discurso do deputado Ivan Valente:

**** *suj_13 *v_2

o_globo deu que eduardo_cunha tem 13 contas no exterior a maioria na suíça a procuradoria_geral_da_república já levantou quatro contas e a carioca a tabela da carioca engenharia mais nove contas

**** *suj_13 *v_2

na verdade o presidente desta casa já tem 13 contas registradas fora do país em nome de offshore são paraísos fiscais o escritório de advocacia que criou uma das empresas offshore de eduardo_cunha também criou duas offshore para jorge_zelada para movimentar propinas

Quando observa-se a similitude das palavras – uma análise baseada na teoria dos grafos (MARCHAND & RATINAUD, 2012) que é utilizada frequentemente por pesquisadores das representações sociais (cognição social) e possibilita identificar as concorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação – dentro dos discursos daqueles deputados que são a favor do impeachment, pode-se notar mais uma vez a grande relevância do jornal Folha de S.Paulo ligado às ideias que reforçam a tese do impedimento defendidas pelo grupo do “sim”. Este jornal funciona tanto para os parlamentares contrários quanto para os parlamentares a favor da ex-presidente como um banco de dados para reforçar as suas teses na defesa dos seus pontos de vista.

De forma a agregar na compreensão conjuntural do problema que se trava nesta pesquisa, foram realizadas

entrevistas aleatórias com Deputados Federais que são considerados “cabeças do Congresso Nacional” na presente Legislatura[12], segundo publicação do DIAP[13] e com assessores parlamentares que trabalham na liderança de dois partidos fundamentais na discussão do impeachment de Dilma Rousseff, o PT e o PSDB. Essas entrevistas apresentam respostas que podem ser entendidas como uma possível conclusão para as questões que foram aqui levantadas.

Deputados, que podem ser chamados de elite parlamentar pela posição de prestígio que ocupam e ocuparam em suas carreiras (MESSENBURG, 2002), afirmam que o conteúdo produzido pela grande mídia é questionável e não é utilizado por eles e por seus pares na definição de votos, assim como não foi no processo de impeachment aqui colocado. Os dados confirmam esta afirmação ao demonstrar o uso a bel-prazer da mídia, sem qualquer demonstração de vínculo ideológico maior.

Nas respostas dadas pelos assessores das lideranças partidárias, tem-se um ponto que dialoga com as respostas destas elites. É dito que a mídia não é o guia das ações, ou mesmo o fator determinante para aquele deputado que ocupa a liderança do partido. As empresas que financiam a legenda, juntamente com o lobby empresarial, conseguem convencer mais o parlamentar a um voto em específico do que os artigos de opinião, capas e os editoriais produzidos pelos três jornais que foram analisados aqui.

4 Conclusão

Não há, portanto, uma definição de que a atuação da mídia, dada de forma enviesada a favor da retirada de Dilma, foi um fator determinante para que o deputado definisse o seu voto ou se empenhasse em convencer os seus

pares. O que se tem de fato é um manejo das informações, seja utilizando-as como base argumentativa ou como base para crítica, de forma a conduzir o debate à contemplação dos interesses defendidos pelo parlamentar. Ou seja, o deputado opta por um determinado conteúdo de certo jornal com a finalidade de comprovar os seus posicionamentos.

Notadamente, esses resultados não indicam a inexistência do que afirma a teoria agenda setting, na qual a mídia seleciona os temas que serão postos em discussão na sociedade (ARMAND; MATTERLART, 2012), mas confirmam que o parlamento não atende diretamente a essa lógica e responde a mecanismos de valoração próprios do campo político.

Os jornais são utilizados de forma a dar maior veracidade à informação que o parlamentar transmite na tribuna, como por exemplo, citando a nomeação do ex-presidente Lula para Ministro da Casa Civil ou a existência de contas de Eduardo Cunha na Suíça. O primeiro discurso tenta reforçar a necessidade do impedimento, enquanto o segundo está voltado para questionar a abertura do processo. Ambos são tidos no jornal Folha de São Paulo.

O conteúdo produzido, seja contrário ou neutro, não é utilizado pelos deputados pró-impeachment com a finalidade de autorizar a instauração do processo de impedimento. A forma como determinada publicação é empregada pelo parlamentar em seu discurso diz sobre o senso comum que se tem, ou seja, a forma como o jornal é visto sempre, independentemente de suas publicações no processo de impeachment.

Neste sentido, o aprofundamento no estudo de dois elementos é fundamental para compreender qual a racionalidade do voto dos parlamentares: i)

a elite parlamentar, dado que este grupo seletivo é que conduz a agenda de debates no legislativo; ii) a opinião pública, concebendo-a aqui como construída pela mídia, visto que as abordagens já produzidas nesta área, especificamente sobre a sua influência no parlamento por razões eleitorais, podem elencar pontos invisíveis a esta análise (LIPPMANN, 2008).

A ação parlamentar vinculada diretamente à influência da mídia não é uma hipótese que pode ser descartada por completo, mesmo com os elementos trazidos nesta pesquisa. Para tanto, no debate sobre a denúncia a ex-presidente Dilma, o conteúdo, produzido pela Folha de S.Paulo, O Globo e Estado de S.Paulo, possuem fracas evidências no sentido em que possam ter influenciado o voto dos parlamentares, ainda que o impeachment tenha sido uma matéria de altíssima relevância em seu próprio sentido institucional e como passível de uma categorização do deputado diante da opinião pública.

Esta pesquisa figura, portanto, como uma instigante construção para se pensar mais investigações voltadas para a presença de dois agentes que são considerados em geral inseparáveis: a ação da mídia e a atuação parlamentar.

NOTAS

* Licenciado e bacharel em Ciências Sociais com habilitação em sociologia pela Universidade de Brasília - UnB.

[1] O segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff foi alcançado através da vitória em eleição direta realizada em outubro de 2014. A petista alcançou 51,6% dos votos contra 48,3% de Aécio Neves (PSDB). Algumas

explicações sugerem que a instabilidade do Governo Dilma II (2015-2016) começou em decorrência da pequena diferença entre os candidatos no segundo turno e da, já presente à época, baixa popularidade. (Fonte: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-e-reeleita-presidente-e-amplia-para-16-anos-ciclo-do-pt-no-poder.html> - Acesso em 29/07/17).

[2] O Plenário é o órgão máximo de deliberação da Casa. Nele, os representantes do povo, reunidos em sua totalidade, discutem e votam soberanamente as proposições em tramitação, no cumprimento da função constitucional conferida ao Poder Legislativo de elaboração do ordenamento jurídico e de fiscalização financeira e orçamentária.

[3] A Comissão Especial do Impeachment foi um colegiado de Deputados Federais criado com a finalidade de emitir parecer sobre a denúncia contra a então Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

[4] Eduardo Cunha, até a finalização desta pesquisa, em 30 de julho de 2017, continuava preso desde 19 de outubro de 2016 por decisão do juiz Sérgio Moro no processo em que Cunha é acusado de receber propina de contrato de exploração de Petróleo no Benin, na África, e de usar contas na Suíça para lavar o dinheiro. (Fonte: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html> - Acesso em 29/07/2017).

[5] FSB Pesquisa é um instituto especializado na produção de estudos para decisões estratégicas, com foco em resultados de alto valor. Com inovação permanente, a FSB Pesquisa

concentra sua experiência em diagnósticos de imagem e desenho de cenários a partir de levantamentos com líderes de opinião, autoridades, público interno e sociedade em geral. (Fonte: <http://www.institutofsbpesquisa.com.br/> - Acesso em 29/07/17)

[6] O Mídia e Política é hoje o maior e mais completo banco de dados desse gênero no país, tendo como foco central avaliar como se informam os tomadores de decisão no legislativo nacional. (Fonte: Mídia e política 2016: hábitos de informação e monitoramento político; 6. – Brasília: FSB Comunicação, 2016.)

[7] As pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto FSB Pesquisa na Câmara dos Deputados são desenvolvidas com amostras de 200 a 220 deputados federais, entrevistados pessoalmente nas dependências do Congresso Nacional, com autorização da Primeira Secretaria da Mesa Diretora. Os parlamentares são entrevistados aleatoriamente, observando-se a proporcionalidade das bancadas partidárias. Para a edição do Mídia e Política selecionada, foram entrevistados 230 deputados federais, de 26 partidos, nos dias 8 e 9 de março de 2016.

[8] BORGES, Aryell Calmon Gonzaga. Da redação ao gabinete: o caminho e a utilização da informação midiática pelos líderes partidários na Câmara dos Deputados. 2018. 86 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

[9] Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>.

[10] Nas taquigrafias produzidas de cada sessão do Plenário e da Comissão Especial dentro do período recortado buscou-se pelos termos: “folha de são paulo”,

“folha de s.paulo”, “folha”, “estado de são paulo”, “estado de s.paulo”, “estadão”, “o globo” e “globo”. Estes termos estavam inseridos dentro da temática “impeachment” pré-escolhida na ferramenta de busca no portal da Câmara. Isto é, foram captados todos os discursos que faziam referência ao processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e mencionavam os termos alocados. A variação destes termos se deu de forma a obter todas as formas possíveis de referência aos jornais. Na busca por “globo” houve a seleção dos pronunciamentos concernentes ao jornal ‘O Globo’ diante das referências à Rede de Televisão Globo. Em função da impossibilidade de identificar qual veículo de comunicação estava sendo referido, descartou-se a busca por termos isolados como “imprensa”, “jornal” e “mídia”.

[11] O Manchetômetro é um site de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). O LEMEP tem registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e é sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Manchetômetro não tem filiação com partidos ou grupos econômicos.[12] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>.

[12] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1688952-suica-encontra-quatro-contas-bancarias-atribuidas-a-eduardo-cunha.shtml>.

[13] Os sujeitos podem ser identificados em observância à tabela I.

[14] O objetivo da série “Os Cabeças” do Congresso

Nacional – produto de acompanhamento permanente e sistemático do DIAP desde 1986 – é fornecer ao movimento social e sindical uma radiografia dos principais INTERLOCUTORES e definidores da agenda legislativa do Congresso Nacional. São “Cabeças” do Congresso Nacional 100 parlamentares que na visão do DIAP atuam, influem e decidem a agenda do Parlamento. (Fonte: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes> - Acesso em 29/07/17).[15] O DIAP é o Departamento Intersindical De Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, estruturado para atuar nos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional e, excepcionalmente, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora. (Fonte: <http://www.diap.org.br/index.php/diap/o-que-e7> - Acesso em 29/07/17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, B. V. ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In Moreira, A. S. P.; Camargo, B. V.; Jesuíno, J. C.; Nóbrega, S. M. (Eds.) Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais (pp. 511-539). João Pessoa: Editora da UFPB. (2005).

FSB COMUNICAÇÕES. Mídia e Política 2016: hábitos de informação e monitoramento político; 6. – Brasília: FSB Comunicação, 2016.

KATZ, Elihu. A propos des médias et de leurs effets. In: SFEZ, Lucien; COUTLÉE, G. (orgs.), Technologies et symboliques de la communication, PUG, Grenoble, 1990.

LIPPMANN, W. Opinião Pública. Petrópolis, RJ: Ed.

Voices, 2008.

MANCHETÔMETRO. Disponível em: < [http:// www.manchetometro.com.br/](http://www.manchetometro.com.br/) > Acesso em 29 de julho de 2017.

MARCHAND, P.; P. RATINAUD. L’analyse de similitude appliqué aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l’élection présidentielle française. Em: Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles. JADT 2012. (687–699).

MATTELART, M. História das teorias da comunicação. São Paulo: Ed. Loyola Jesuítas, 12ª edição, 2012.

MESSENBURG, Débora. A Elite Parlamentar do Pós-constituinte: Atores e Práticas. Ed. Brasiliense, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; MÁXIMO, Helena. Ecos da mídia no discurso parlamentar. Revista Sul-Americana de Ciência Política, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2015.

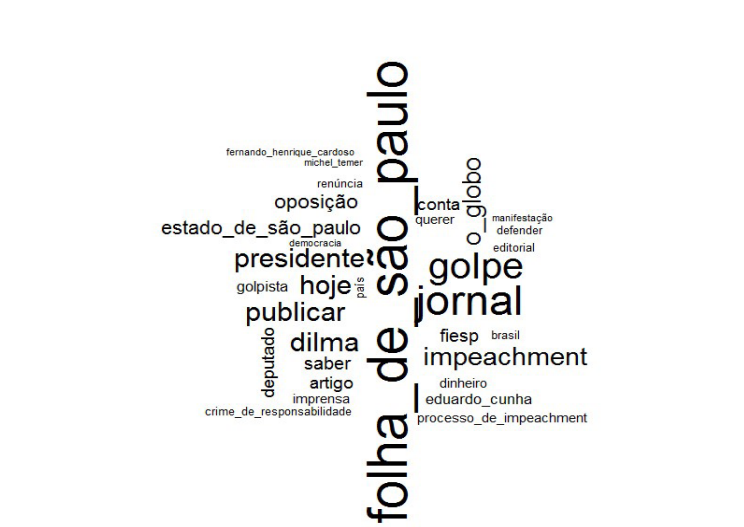
ANEXOS

IMAGEM I – Nuvem de palavras dos discursos dos Deputados a favor do impeachment.



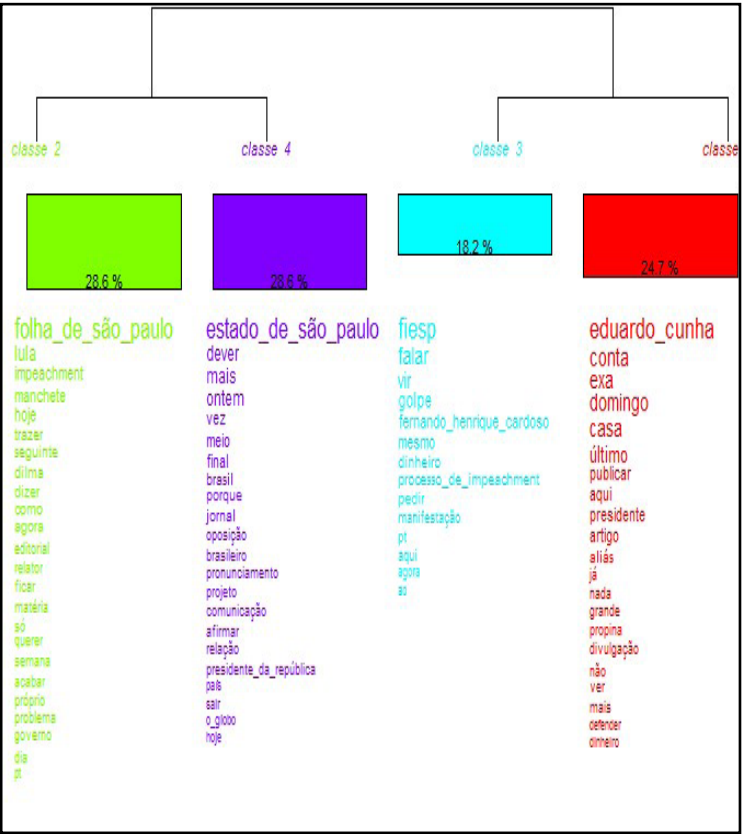
Fonte: Elaboração própria através do programa Iramuteq

IMAGEM II – Nuvem de palavras dos discursos dos Deputados contra o impeachment.



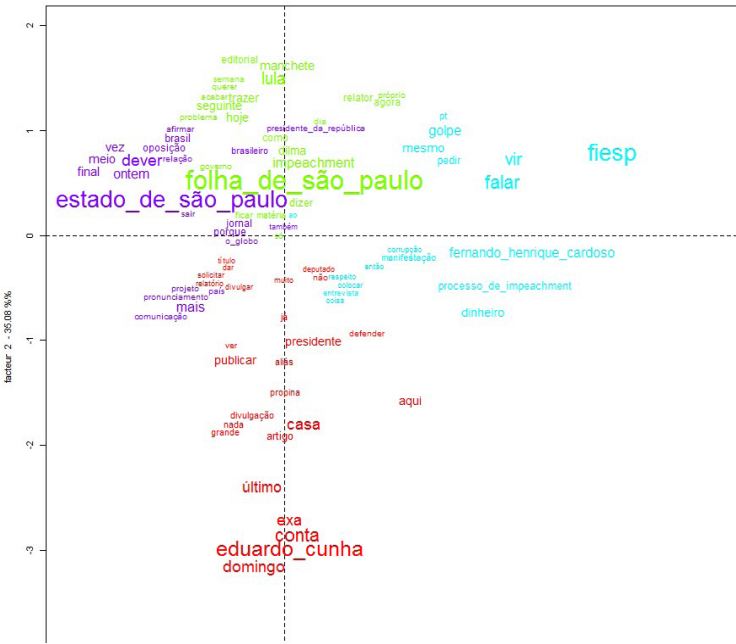
Fonte: Elaboração própria através do programa Iramuteq

IMAGEM III – Classes temáticas dentro dos discursos dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria através do programa Iramuteq.

QUADRO I – Distribuição dos votos e sujeitos em quadrantes de similitude.



Fonte: Elaboração própria através do programa Iramuteq

QUADRO II

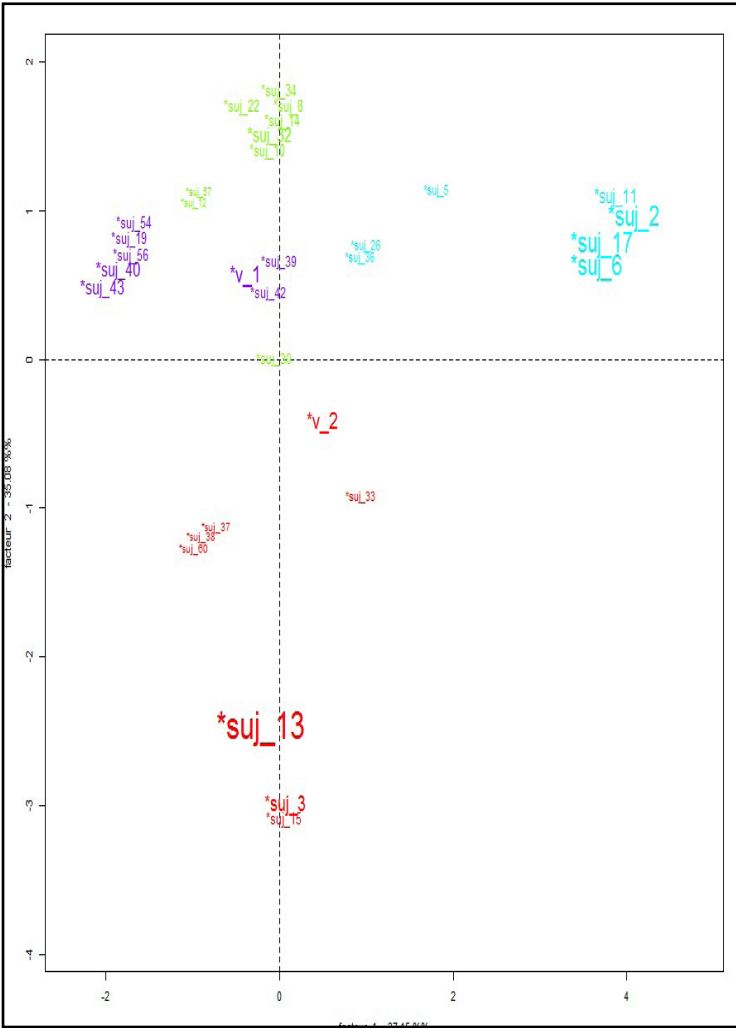


Gráfico I

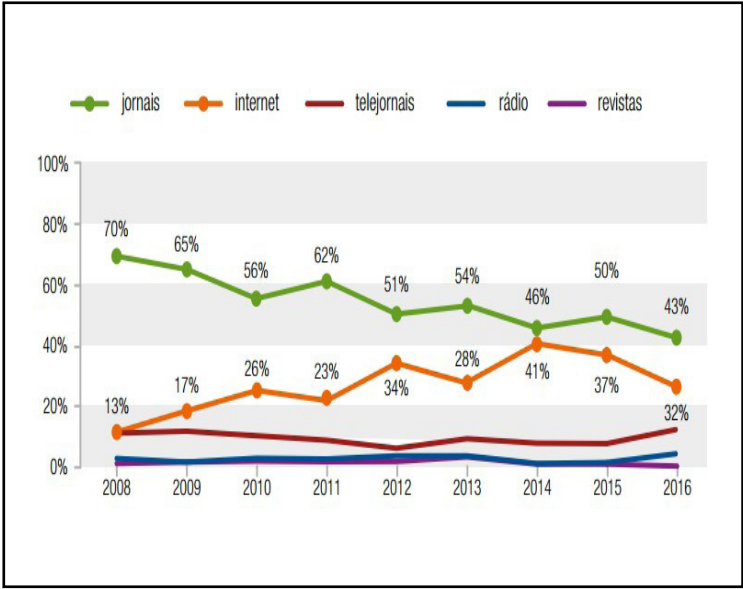


Gráfico II

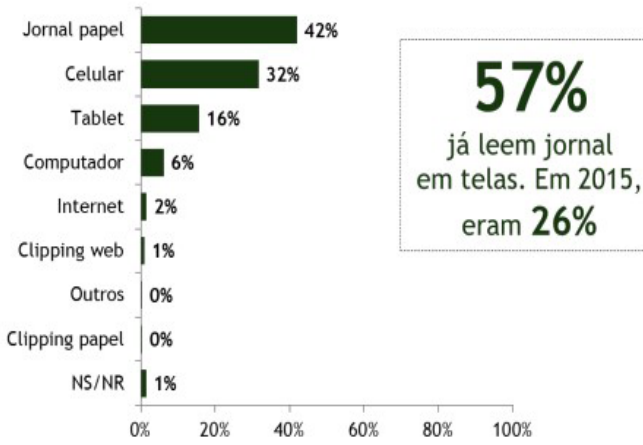


Gráfico III

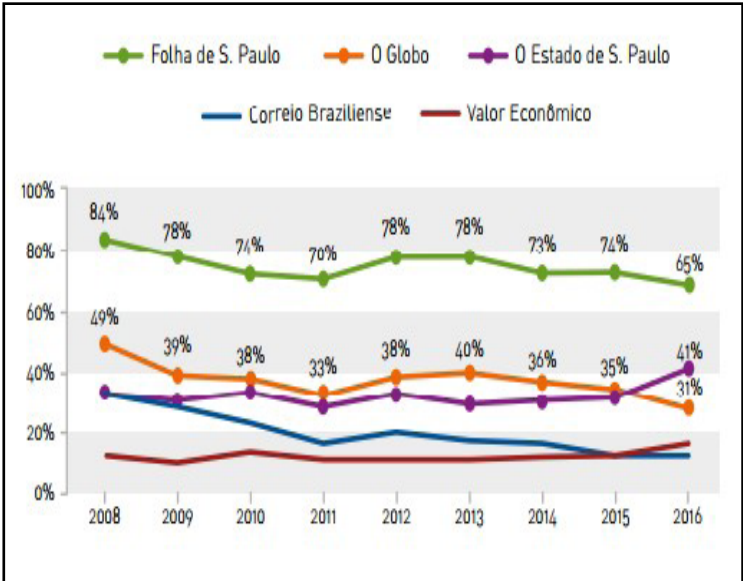


Gráfico IV

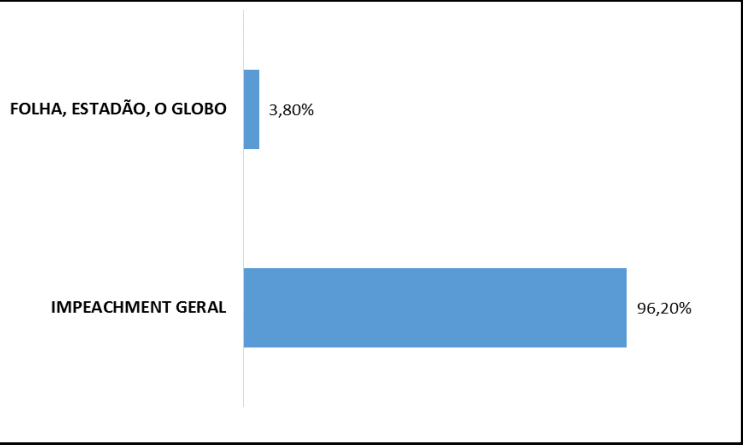


Gráfico VI

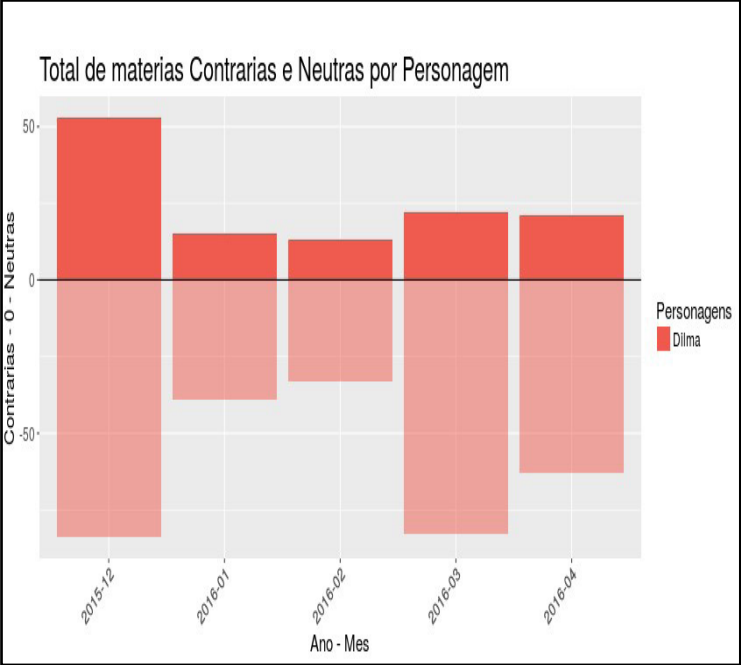


Gráfico V

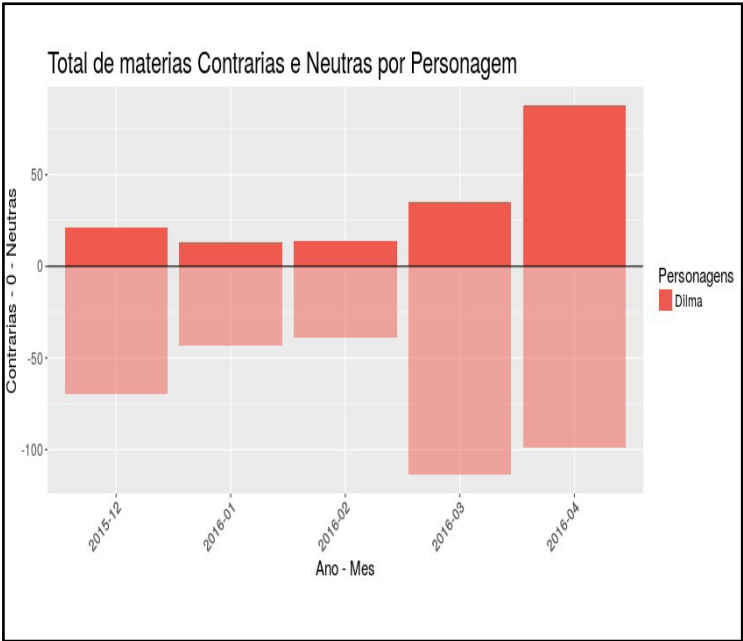
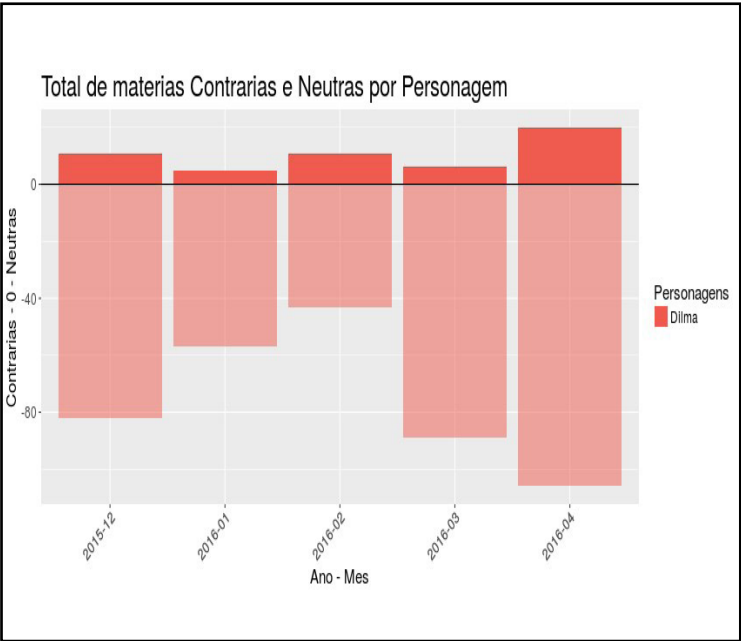


Gráfico VII



O DESAPARECIMENTO CIVIL DE PESSOAS: INCONGRUÊNCIAS NARRATIVAS ENTRE A POLÍCIA E A FAMÍLIA

THE CIVILIAN DISAPPEARANCE OF PEOPLE: NARRATIVE INCONSISTENCIES BETWEEN THE POLICE AND THE FAMILY

*Luiza Baó Sobreira

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 19/05/2020

Resumo

Este estudo tem por objetivo discutir o desaparecimento civil de pessoas. Enquanto fenômeno com entendimentos difusos, o desaparecimento é compreendido a depender de quem o enxerga e quem são os agentes que dele participam. Desse modo, Família e Polícia assimilam o desaparecimento e, por consequência, o desaparecido de formas distintas. O trabalho de campo realizado nas dependências de instituições policiais do Distrito Federal revela que a ausência de uma delegacia especializada para tratar destes casos, ao contrário do que se verifica em outros estados brasileiros, os tornam insignificantes mediante outras ocorrências e são resumidos a registros com informações incertas e lacunas em branco.

Palavras-chave: desaparecidos civis, segurança pública, delegacia especializada, família, pessoas desaparecidas.

Abstract

This study aims to discuss the civilian disappearance of people. As a phenomenon with diffuse understandings, disappearance is understood to depend on who sees it and who are the agents who participate in it. In this way, Family and Police assimilate the disappearance and, consequently, the disappeared in different ways. The fieldwork carried out on the premises of police institutions in the Federal District reveals that the absence of a specialized police station to deal with these cases, unlike what occurs in other Brazilian states, makes them insignificant through other occurrences and is summarized in records with information uncertain and blank gaps.

Key words: missing civilians, public security, specialized police station, family, missing people.

1 Introdução

Para compreender o desaparecimento civil de pessoas é necessário entender que o fenômeno é permeado de significados contextualizados, ou seja, depende de quem o enxerga e quem são os agentes que dele participam. O primeiro tópico deste artigo, O não-lugar material, aborda, em suma, as nuances que fazem

parte das narrativas desse acontecimento. Família e Polícia compreendem o desaparecimento e, por consequência, o desaparecido de formas diferentes. Em As imprecisões enquanto narrativa do desaparecimento, menciono os múltiplos sentidos que são acionados perante o desconhecimento sobre o tema, o que abre

espaço para diferentes interpretações acerca do fenômeno.

Em seguida, busco compreender o desaparecimento sob as óticas da Polícia e da Família a partir das suas narrativas, em *O desaparecimento civil na narrativa policial* e *O desaparecimento civil na narrativa familiar*. O que se percebe são duas teses opostas e as responsabilidades são diluídas entre ambos os grupos. A polícia assume uma narrativa que envolve problemas familiares. Em suma, a pessoa está desaparecida somente em relação aos seus pares, mas não corre perigo. Para os agentes do Estado, os desaparecidos são adolescentes que querem morar com namorados e namoradas e, para isso, fogem de casa, ou até mesmo maridos que deixam suas famílias. Por outro lado, as famílias e, principalmente as mães (Leal, 2014), alegam o despreparo do Estado para atuar com esse fenômeno, pois são desacreditadas diante de suas narrativas. Enxergam o desaparecimento a partir do tráfico de pessoas ou como resultado da violência urbana. Além disso, percebem que não há um sistema integrado de comunicação entre as polícias brasileiras, tampouco uma legislação efetiva para tratar desse problema tão invisível, mas que coleciona números exorbitantes.

Logo após, em as ações (in)suficientes, busco olhar como o desaparecimento de pessoas é gerido no Distrito Federal (DF). Para isso, ilustro comparações com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, pois são estados que disponibilizam serviço especializado, ao contrário do que se encontra no DF. Por fim, *O desaparecimento* como uma morte continuada descreve o importante e necessário trabalho feito pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) com famílias e seus parentes desaparecidos, a fim, também, de ajudar

o Estado a delinear planos para lidar com o fenômeno.

O presente artigo, dessa forma, é resultado de reflexões e dúvidas que surgiram durante as minhas leituras e da realização do campo up (NADER, 1972) que busquei etnografar em 2018, quando comecei minha pesquisa para a elaboração da monografia de graduação no bacharelado em Antropologia. Adentrei o campo a partir de contatos que estabeleci com amigos e conhecidos da maioria de meus interlocutores, delegados e peritos alocados nas dependências da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal. As conversas e entrevistas com esses profissionais aconteceram em seus respectivos locais de trabalho, onde pude conhecer internamente as estruturas físicas e materiais.

O campo, que foi de difícil acesso, faz parte de um estudo necessário para compreender as dinâmicas burocráticas de instituições policiais e seus procedimentos mediante o desaparecimento de pessoas. Diante de tantos relatos de familiares em busca de seus parentes desaparecidos que vemos, ouvimos e lemos, seja em noticiários, na internet ou até mesmo nos pedidos de ajuda contidos nas contas de água e luz, me questionei sobre o trabalho policial e como são geridos os desaparecimentos de pessoas pelos agentes do Estado. Desse modo, parto do depoimento de Gleigiane dos Santos sobre sua irmã, Diullyane, desaparecida em 2016 no estado do Espírito Santo.

2 O não-lugar material

A última vez que eu vi a Diullyane foi exatamente no dia 14, de dia, quando eu vim de moto aqui ver a minha mãe. Ela estava feliz, estava esperando as aulas, empolgada, doida querendo fazer os quinze anos dela. Que ela tinha aquele jeitinho assim...

tinha não, tem. Eu prefiro falar que ela tem esse jeito, né? Na cabeça da gente, cada dia que passa, passa a mesma coisa. Se a gente vai encontrar, de que jeito a gente vai encontrar. [...] Minha mãe me ligou de novo e eu voltei para cá, porque ela falou assim: “sua irmã não está em casa, sua irmã sumiu”. [...] Nós começamos a fazer busca na rua. Quando amanheceu o dia, nós fomos para a [polícia] civil. Nós procuramos por uma semana. Nós saíamos de casa cinco horas da manhã e chegávamos às sete horas. [...] Não tem como a gente esquecer né. [...] às vezes, eu vou lá na delegacia. No início eu ia de manhã e ficava lá na porta até de tarde. Só que chega um tempo que a gente viu que a gente já estava atrapalhando eles. [...] O que a minha mãe quer, o que a gente quer é ter uma resposta, porque a gente não sabe realmente se ela está viva, se ela está morta, o que fizeram com ela, se foi por livre e espontânea vontade. Quando uma pessoa desaparece na família da gente, que a gente ama, é como se a gente estivesse vivendo um velório sem pessoa como se fosse um enterro todos os dias, porém sem a pessoa. (SILVA, 2016).

No ano de 2016, a Gazeta Online [1] apresentou uma série de reportagens intitulada Onde está você agora? sobre o desaparecimento de pessoas no Espírito Santo. O material narra a história de pessoas que tiveram suas vidas colocadas ao avesso após o desaparecimento de parentes queridos sem quaisquer explicações: “são histórias de quem foi ali e não voltou, de pessoas que não deixaram qualquer notícia, nem sequer um corpo. Só dor e espera”. Relata-se em vídeos, textos e infográficos, a angústia sobre a falta de respostas e informações difusas acerca dos casos, pois “enquanto na morte o luto progride, no desaparecimento isso não acontece”.

O depoimento descrito é de Gleigiane dos Santos, de 32 anos, irmã de Diullyane, desaparecida em 14 de fevereiro de 2016, no estado do Espírito Santo. A incerteza e a dúvida sobre o paradeiro da irmã e seu bem-estar

são elementos explícitos na fala da entrevistada, que, angustiada, busca por respostas insistentemente. Leal (2014) compreende o sofrimento das famílias como parte integrante e central no problema do desaparecimento. Nesse sentido, há dimensões conflitivas relacionadas à construção de uma memória do desaparecido, assim como transformações no âmbito familiar.

Diante dessas tensões, o fenômeno do desaparecimento civil pode ser estruturado em um presente estendido, tempo que configura a suspensão de uma continuidade – mas não uma ruptura –, ao mesmo tempo que estabelece um futuro incerto diante da falta de informações. Estas características são parte de um conjunto de aspectos centrais no desaparecimento, interpretado como evento intersticial, saturado de incertezas que se traduz na esperança (FERREIRA, 2011). Sendo assim, nessa busca por respostas de Gleigiane – “o que a gente quer é ter uma resposta, porque a gente não sabe se ela está viva, se ela está morta, o que fizeram com ela” –, há a esperança do reencontro – “que ela tinha aquele jeitinho assim, né... tinha não, tem”. Desse modo, familiares de desaparecidos buscam por uma pessoa e não por um corpo; e enquanto não houver um corpo, não há um morto. Assim, “a busca familiar reivindica o encontro com a pessoa desaparecida ou mesmo o esclarecimento sobre o desaparecimento” (LEAL, 2014: 4).

Como é possível definir um fenômeno que carrega consigo tantas incertezas e, desse modo, definir metodologias de investigação? Segundo a definição do Novo Dicionário de Língua Portuguesa, desaparecimento significa “ato de desaparecer” e “falecimento”. O desaparecido, por sua vez, é aquele que “desapareceu”, configurando o desaparecer

como aquilo que “deixa de ser visto”, englobando conceitos como “sumir(-se), perde-se, morrer, retirar-se, afastar-se, apagar-se, ofuscar-se, obscurecer(-se), ocultar-se, esconder-se, esquivar-se furtivamente”. É preciso, contudo, reconhecer que estas categorias expressas pelo dicionário não traduzem o universo do desaparecimento ao que se entende no senso comum e que há atores e contextos para além do simples ato de “sumir(-se)”.

Nesse sentido, o desaparecimento é frequentemente definido pelo desconhecimento; é “quando não se sabe aonde uma pessoa está, não se pode assegurar se ela foi vítima de crime, se optou por deixar o local e o círculo social em que habitualmente se encontra ou se sofreu algum acidente” (FERREIRA, 2011: 4). Oliveira (2007: 18) define o fenômeno a partir do que compreende como desaparecido civil [2], ou seja, a pessoa que saiu de um determinado local de convivência familiar ou grupo de referência emocional-afetiva sem anunciar sua intenção de partir e sem retornar; “sem motivo aparente, sumiu sem deixar vestígio”. Na tentativa de decifrar a situação, buscam-se por respostas referentes a questionamentos direcionados a saber o que aconteceu, saber o que fazer e saber a quem recorrer.

Todavia, as fronteiras para conceituar o fenômeno são frágeis, uma vez que não há uma sistematização de informações e, portanto, perpassa outras definições [3], além do que se compreende no imaginário social sobre a questão. Ainda assim, o desaparecimento pode ser configurado tão logo a pessoa fuja da rotina. O delegado José Lopes, chefe da Divisão de Homicídios no estado do Espírito Santo, revela ao Gazeta Online que não espera 48 horas para realizar o registro e iniciar a procura, como muito ainda se faz em delegacias

brasileiras (OLIVEIRA, 1999), sendo a espera uma das recomendações policiais. É importante estabelecer rotinas:

Ora, tem um ano que ela chega para trabalhar por volta de uma hora. Tenho notícias que ela saiu de casa. São quatro e meia da tarde e ela não chegou ainda. Essa pessoa já pode ser considerada, tecnicamente, um desaparecido. Por que isso é importante? Porque, às vezes quando se esperava 48 horas para fazer uma ocorrência, você já não tinha mais o que fazer. Então, as medidas mais importantes são as mais precoces [4].

Outro desafio imposto na definição do desaparecimento é seu próprio sujeito determinante: o desaparecido. A falta de propostas e ações em busca de soluções e políticas públicas por parte do Estado deixa à margem esses milhares de brasileiros [5] que somem devido múltiplas causas. A figura jurídica do desaparecido – em seu entendimento comum – traduz-se no conceito de ausente, caracterizado como aquele “que está afastado de suas obrigações cotidianas e em local desconhecido” (OLIVEIRA, 2007: 59). Segundo o sociólogo, a condição do ausente surge de dois modos à justiça brasileira: em um primeiro momento, é designada a partir de uma sentença judicial, enquanto, em um segundo momento, admite-se motivação econômica, porquanto supõem-se que o ausente deixou bens. Ao evocar a ideia do ausente não há a certeza de morte, logo seus bens ficariam sob gerência de outra pessoa.

Por sua vez, o desaparecido, sob entendimento do Código Civil brasileiro, compreende todo o indivíduo cuja morte é certa; neste caso, presume-se a morte. Ao desaparecido, que se assume a morte, mais do que a gerência dos bens, há sua própria transferência. O artigo 7º do Código

Civil estabelece que “a declaração de morte presumida” é assumida em casos de morte extremamente provável e de desaparecido em campanha ou feito prisioneiro e “somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento”. Importante considerar os apontamentos de Leal (2014: 12) sobre esta categoria estabelecida pelo Estado brasileiro, uma vez que “fere as expectativas familiares, pois presume a morte do desaparecido. Isso significa que o problema se situa em um ‘limbo’ jurídico, que também prejudica o andamento da vida dos familiares”.

Ao propor a nomenclatura de desaparecidos civis, Oliveira (2007) procura evitar confusões no entendimento do termo e lança novos desafios. Esta categoria cunhada pelo sociológico, circunscreve o universo do que se convencionou chamar de desaparecidos. A partir dessas condicionantes, Oliveira (2007: 64) descreve desaparecidos civis como

... pessoas que são notificadas publicamente por meio de registros em boletins de ocorrência (BOs) sendo que a situação se caracteriza pelo desconhecimento (alegado pelos denunciante) dos elementos intervenientes do desaparecimento, de sua condição de vida ou morte da pessoa desaparecida, assim como de seu possível paradeiro.

Nesse sentido, o termo civil é central, uma vez que diferencia do que juridicamente se entende por um desaparecido – e, portanto, também de um ausente –, além de distinguir o entendimento sobre um contexto ditatorial (o desaparecimento forçado de pessoas) ou de fuga, por exemplo.

É preciso, ainda, admitir que, a princípio, o desaparecimento não configura crime, pois não

constitui materialidade, isto é, “o conjunto de elementos objetivos que materializam ou caracterizam um crime ou contravenção, um ilícito penal” (FERREIRA, 2004: 1292): “quando a gente fala em responder perguntas, para o perito, isso significa falar da materialidade do crime” [6]. Desse modo, Diullyane, enquanto desaparecida, é configurada deste modo a partir da ausência de seu corpo – portanto, de sua materialidade – à sua irmã, Gleigiane, e seus outros familiares. E sob a ótica estatal é somente isso: uma simples ausência.

Por não apresentar caráter criminal, ao desaparecimento não é possibilitada a abertura de inquérito policial; se não há crime, não há investigação criminal (CLAUDINO, 2014: 35). Portanto, a gestão deste fenômeno se dá mediante processos administrativos (FERREIRA, 2011) compostos por informações incertas, pela falta de metodologias e pela inexistência de uma legislação específica e efetiva. Nesta carência do indício criminal, a maior parte dos casos registrados acaba sendo ignorado pela Segurança Pública e, conseqüentemente, resulta na falta do processo investigatório. Por isso, “a maioria esmagadora dos desaparecimentos, por essência de mistério causal, está no limbo jurídico, sofrendo por analogia, de um esquecimento e/ou descaso na fase de registro” (CLAUDINO, 2014: 20). Isto posto, provas materiais são essenciais; ao contrário, somente há especulações; “até que as circunstâncias do desaparecimento tenham sido descobertas nós temos apenas o desaparecimento” (LEAL, 2014: 20).

[...] trata-se de um corpo ausente, um corpo ao qual não se tem acesso, a não ser a partir de outros índices. Estes índices são igualmente fornecidos à

polícia pelos familiares e podem ser divididos de acordo com a ausência ou presença de materialidade. Para familiares e polícia, trata-se de ter, quando no momento do registro, algo a dizer e algo a mostrar sobre esses corpos ausentes (REZENDE, 2012: 127).

Todavia, é necessário considerar que, mesmo não havendo constituinte criminal, o desaparecimento é condição de risco em potencial, principalmente aos que são indicadores de vulnerabilidade: crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência mental (REZENDE, 2012).

2.1 As imprecisões enquanto narrativa do desaparecimento

A inconsistência das informações é aspecto presente e recorrente nos registros policiais. Familiares não sabem informar com precisão a hora, o local, ou a roupa que o indivíduo trajava no momento em que desapareceu – nada mais evidente ao se tratar de desaparecimento. Leal (2014) menciona que a data, as circunstâncias e as hipóteses sobre as causas do desaparecimento são requisitos básicos acerca da narrativa. Ao fim e ao cabo, são estas informações difusas e incertas que compreendem a construção de uma narrativa do desaparecimento, além de constituir a memória sobre aquele que sumiu e sobre as transformações que passam a tomar conta do cotidiano familiar.

A delegada da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP) [7], com quem conversei em uma de minhas visitas ao Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal, menciona que a maioria dos desaparecimentos são voluntários, ou seja, as pessoas deixam seus locais de moradia e seus familiares por escolha própria – cerca de

75% a 80%, segundo o Núcleo de Psicologia e Serviço Social (NUPSS). Para a delegada, estas pessoas estão desaparecidas somente em relação a seus pares e não se encontram em perigo – são pessoas, então, que decidiram deixar seus círculos sociais por variados motivos, exercendo, portanto, o direito de ir e vir assegurado pelo artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal de 1988.

Não obstante, para Rezende (2012), o termo voluntário é ambíguo, uma vez que não são explícitas as reais motivações para o afastamento, dada a multiplicidade de causas envolvidas (LEAL, 2014). Portanto, é importante considerar que há vários aspectos compondo o desaparecimento. Este problema social configura a ineficiência e a insuficiência de múltiplos agentes, assim como os profusos modos de interpretá-lo.

No entrelaçamento de tantas ausências, tecido pelo embate e pelas responsabilizações cruzadas entre esses agentes, o “problema” do desaparecimento é construído como um vazio plural, no qual está inscrita também, mas não apenas, a ausência do desaparecido (FERREIRA, 2011: 227).

2.2 O desaparecimento civil na narrativa policial

Para policiais, considerando o caráter não criminal do desaparecimento civil, o fenômeno não constitui um problema policial, o que, na visão de Andrés Patiño [8], essa contextualização configura-se como uma “banalização do problema”. Desaparecidos, geralmente, não deixam pistas. Na narrativa desses agentes do Estado, os desaparecidos são, frequentemente, adolescentes que fogem para viver com namoradas e namorados, assim como maridos que abandonam suas famílias, idosos com

problemas de memória ou deficientes mentais. Desse modo, o desaparecimento, aos olhos da Polícia, não passa de conflitos intrafamiliares, o que acaba por delimitar o conjunto de “problemas” que se pode acessar e intervir, como demonstra Ferreira (2011), assim como pude perceber durante minhas entrevistas com os delegados. São “problemas de família” e, portanto, devem ser geridos pelos próprios familiares, sustentando que a resolução do problema se encontra fora das repartições policiais e, por conseguinte, no âmbito privado.

Segundo Oliveira (2007) e Ferreira (2011), os fatores principais para a produção do desaparecimento, sob a ótica policial, compreendem o conflito familiar, enquanto separações, brigas e violências no ambiente doméstico; a busca por liberdade, principalmente nos casos de homens desaparecidos; assim como o consumo de drogas e bebidas. Estas questões são corroboradas nas falas de meus interlocutores da Polícia Civil.

Ao se analisar o desaparecimento como uma transgressão da norma, seria um crime e o desaparecido o sujeito sobre o qual deveriam recair as punições previstas. Isto, no entanto, não resolveria o problema. Afinal, o desaparecido pode ser a vítima. O problema aqui é que não se sabe qual é a sua condição. Ele não cometeu um crime nem foi vítima. Não é sujeito ativo nem passivo das leis. Não há um crime de imediato. Assim, não há um motivador para o início da investigação. Tem-se, portanto, um novo problema. Se não há um crime, então não há razão para que o Estado se mova. (OLIVEIRA, 2007: 63)

Outrossim, a polícia afirma que não sabe lidar com o fenômeno, uma vez que desconhece causas e não é treinada para lidar com familiares, assegurando, muitas vezes, a falta de entidades responsáveis para lidar

com estes casos, como assistentes sociais e psicólogos disponíveis, como afirmado por dois interlocutores, um lotado no Instituto Médico Legal do Distrito Federal (IML/DF) [9] e outro, na Polícia Federal [10], ao serem questionados sobre os procedimentos policiais referentes ao desaparecimento de pessoas. Fala-se da ausência do tema na formação das Academias de Polícia e a inexistência de métodos de investigação – os interlocutores declararam que não poderiam adentrar detalhes de casos de investigação referentes a desaparecidos, uma vez que “cada caso é um caso”.

Nesse sentido, não se trata do desempenho individual dos policiais nos trabalhos de investigação, mas sim de problemas estruturais. Ao considerar o desconhecimento de policiais sobre o fenômeno, a falta de instrumentos legais e dos meios de investigação necessários (como computadores, viaturas e sistemas de informação) e preparação/treinamento para lidar com estes casos, tem-se um problema de infraestrutura coexistente ao problema do desaparecimento – queixa que se apresenta entre órgãos policiais de diferentes unidades federativas (OLIVEIRA, 1999). Ao evocar, portanto, a figura do Estado, policiais se eximem da culpa.

No Espírito Santo verifica-se a mesma situação. O delegado entrevistado pela Gazeta Online menciona a falta de viaturas e policiais, assim como a ausência da assistência social e de um psicólogo capazes de assistir às famílias. Nesse entendimento administrativo, alguns agentes denominam seus trabalhos como atividades realizadas em “delegacias de papéis” em referência ao ato de preenchimento de fichas, assinaturas, carimbos e autorizações, configurando ocorrência desimportante

dentre os fatos que são investigados em repartições policiais, gerando as chamadas subnotificações.

2.3 O desaparecimento civil na narrativa familiar

Para obter uma resposta mediante ao questionamento sobre o que fazer diante do desaparecimento de uma pessoa, nada mais evidente do que recorrer às estruturas legais, visto que o acontecimento ocorreu em ambiente público. Todavia, recorrer à polícia torna-se um obstáculo aos familiares de desaparecidos. Uma das maiores queixas é a falta de assistência e o tratamento da polícia em relação ao fenômeno: a assistência que deveria ser prestada pelo Estado e a atuação sensível e adequada por parte da polícia são inexistentes. Familiares afirmam que o desaparecimento é resultado da ausência de um Estado que disponibilize assistência social de qualidade e serviços policiais sensíveis a fim de atender, prevenir e solucionar estes casos.

A demanda das famílias se dá por uma legislação pertinente e efetiva, regulando métodos de trabalho e o enfrentamento ao fenômeno; a elaboração e construção de um banco de dados nacional – e, com isso, um banco de DNA e um sistema de envelhecimento de fotografias –, além de um serviço social de qualidade.

Mães queixam-se de serem desacreditadas pela polícia, pois enquanto esta compreende o fenômeno como problema de família, aquelas percebem o desaparecimento como tráfico de pessoas, de órgãos e/ou de drogas, como resultado da violência urbana. Desse modo, ao assimilar o desaparecimento à violência, policiais narram elementos circunscritos à esfera local, culpabilizando famílias (OLIVEIRA, 2007).

A soma de problemas evidencia o sofrimento continuado das famílias e um Estado ausente, iniciando um processo no qual “a ausência de qualquer explicação, ou até mesmo de um corpo, paralisa a vida dos parentes de pessoas desaparecidas. E isso é apenas o primeiro passo rumo a um abismo emocional sem fim” (SILVA, 2016). Claudino (2014: 21) coloca que

[...] o desaparecimento é pior que a morte, pois a culpa, a incerteza do bem-estar do seu filho e o tempo são torturas diárias e presentes principalmente em datas que normalmente marcamos pela felicidade da família reunida e por uma vida construída ao lado de quem se ama.

Ao compreender o sofrimento das famílias como ponto central no fenômeno do desaparecimento, Leal (2014) observa a experiência de ingresso de mães nos espaços públicos em decorrência da ingerência do problema. Mães entendem-se, ainda, como vítimas do desaparecimento e demandam soluções do Estado, para além de querer chamar a atenção também da sociedade civil. Ao mencionar a história de Sandra, uma de suas interlocutoras, Leal (2014: 16) narra:

Ela prossegue: “eu vivi até 2009” [em decorrência da data de desaparecimento da filha Ana Paula], e comenta que quando alguém liga de um telefone diferente “antes de atender você gela”. Sandra diz que sempre espera que a filha chegue pelo portão de casa, mas não sabe como reagiria. Quando Ana Paula for encontrada não é apenas a vida da filha que é nova, mas também as transformações decorrentes da militância: a busca incessante a partir de uma investigação própria, o desemprego, o aprendizado dos recursos da internet, a busca pela exposição do desaparecimento da filha, as viagens e participações em universidades, eventos públicos e o contato com delegacias e gestores públicos.

As famílias, ao procurarem as delegacias, dão seus depoimentos e informam suas narrativas; contudo, na perspectiva dos policiais, revelam detalhes quase sempre imprecisos. Não sabem com certeza a hora e o local que viram o desaparecido pela última vez, assim como não sabem descrever as vestes que a pessoa trajava, ou o que fazia, como dito anteriormente. Ainda assim, o desaparecimento, para configurar-se como tal, precisa ser demandado. O desaparecimento de Diullyane, assim como tantos outros que ocorrem diariamente no Brasil, é fenômeno relacional (LEAL, 2014), pois só faz sentido dentro de uma configuração familiar, isto é, um indivíduo que não é reclamado em seu lugar ou posição social não é um desaparecido. Em outras palavras, o desconhecimento é a inacessibilidade a alguém, configurado ao desejo de busca sob condições específicas.

Ao demandar a pessoa desaparecida, registra-se o desaparecimento em delegacias policiais, qualifica-o de forma objetiva sob nova condição particular: “a de continuar a ser sem estar, a presença de uma ausência, com a qual aqueles que ficam têm de lidar” (REZENDE, 2012: 97).

Para constituir alguém como “desaparecido” é preciso que os policiais consigam, junto com a família do ausente, elaborar um perfil desta pessoa e de seu problema, saber se a ausência é voluntária ou não, se foi motivada pelo desejo de sair de alguma situação ou de sair para outra; enfim, objetificar um caso (REZENDE, 2012: 122)

A condição social e jurídica acerca do desaparecido é modificada e, por isso, há uma atualização de status, a partir desta demanda, do preenchimento de fichas e documentos, além da própria busca pela pessoa. Ademais, é preciso considerar que há

garantias de direitos a familiares de desaparecidos.

2.4 As ações (in) suficientes

É a partir da construção burocrática de um registro de ocorrência, por meio da demanda e da busca adequada, que o ausente ganha um meio de existir enquanto tal. Isto é feito a partir de um registro de ocorrência (FERREIRA, 2011) na delegacia. No Rio de Janeiro, o Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) é o departamento que investiga casos de desaparecimento de pessoas registrados nas delegacias distritais. Após quinze dias do registro na delegacia, não sendo solucionado, o caso é encaminhado ao SDP, que abrirá sindicância para o processo administrativo de investigação. Os procedimentos, além disso, configuram a comunicação com delegacias e a checagem por telefone.

Já no estado do Espírito Santo, local em que Diullyane desapareceu, há somente uma Delegacia Especializada de Pessoas Desaparecidas (DEPD), situada em Vitória, que responde aos casos de desaparecidos na região metropolitana (SILVA, 2016) e que atende a um protocolo específico, o preenchimento do Formulário do Núcleo de Pessoas Desaparecidas (NUPED), segundo Oliveira (1999). Além disso, há a checagem por telefone e um possível cruzamento de informações com outros estados, quando a investigação indica a possibilidade de ser inter-regional, assim como visitas à hospitais e ao instituto médio legal (OLIVEIRA, 1999).

Com relação às demais cidades, os casos de desaparecimento misturam-se com as demais ocorrências. Diferente do Rio de Janeiro, no geral, Vitória não possui comunicação efetiva entre as delegacias. Com a DEPD funcionando somente em horário comercial, os

registros de desaparecidos são feitos nas delegacias que funcionam 24 horas, dificultando a captura e síntese de informações de todo o estado, uma vez que cada delegacia cuida, separadamente, dos casos registrados. Contudo, recomenda-se nova realização de registro na delegacia especializada, para que o caso seja inserido no sistema.

Diferente do que é apresentado nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, na capital do país, não há uma delegacia especializada para tratar do problema. A delegada da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) [11] do Distrito Federal explica que em Brasília quase não há casos de desaparecimento de crianças e que os desaparecimentos de adolescentes são tratados como fuga. Os casos de desaparecimento, na verdade, são tratados com espera.

Quando a ausência é persistente, o caso é transformado em um possível crime e, por conseguinte, torna-se foco da atenção policial. Isto é, o desaparecimento transforma-se a “cara do homicídio” e, à vista disso, em ocultação de cadáver e, “via de regra, o desaparecimento vira inquérito policial”. Essa configuração dos casos de desaparecimento no Distrito Federal dá uma nova roupagem ao protocolo que deve ser seguido; associados a uma questão criminal, a uma morte violenta, mencionados eventos são dirigidos à CHPP. A delegada explica: “A delegacia pode ficar com a ocorrência, esperar um pouco e entrar em contato com a família para verificar se a pessoa voltou. Caso não, acaba virando um desaparecimento que tem cara de homicídio e é instaurado um inquérito”.

Para tanto, a Divisão de Repressão ao Sequestro do Distrito Federal é o órgão mais próximo para lidar com o fenômeno. O desaparecimento, quando tratado como

fuga, reforça a leitura de policiais sobre o evento, ao assimilá-lo a um problema familiar, eximindo-se de uma responsabilidade policial e, seguramente, visto como um afastamento voluntário. Essa contextualização sob a ótica policial faz com que o desaparecimento seja administrado a partir de procedimentos de pré-inquérito, isto é, por meio de um conjunto de atividades relacionadas à checagem por telefone, à visita a familiares e amigos, ao local de trabalho ou escola, além do cruzamento de informações com as demais delegacias da região e ao Instituto Médico Legal – mas, ao tornar-se uma provável ocultação de cadáver abre-se uma investigação criminal e, somente assim, o caso passa a ser, de fato, investigado. Vale ressaltar que nem todas as delegacias, ou melhor, nem todos os estados brasileiros trabalham com os procedimentos listados.

No Distrito Federal, os registros podem ser realizados em qualquer delegacia, sendo encaminhados a uma unidade especializada após a suspeita de crime. Oliveira (1999) menciona que o então diretor da Polícia Civil – na época, Dr. Teodoro – revela que não há um formulário específico próprio para os casos relacionados ao fenômeno na capital, diferentemente do que se vê no Espírito Santo. Os procedimentos, contudo, adotados referem-se ao pré-inquérito.

Em visita à Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa do Distrito Federal, tive acesso ao sistema integrado do DF. O delegado da unidade [12] e um de meus interlocutores, mostrou-me todas as ocorrências registradas em diferentes regiões do DF. Ao ter admissão à plataforma, o delegado exhibe as ocorrências realizadas e os registros dados como solucionados. Ao acessar os dados da Ceilândia, região administrativa do Distrito

Federal com maior incidência de desaparecimentos, o policial mostra que somente em janeiro de 2019 já havia sido realizados diversos registros de ocorrências de desaparecimentos, mas alguns já dados como solucionados.

Apesar de integrado regionalmente, o sistema não possui parceria com as demais delegacias brasileiras; a comunicação, no caso, ocorre informalmente entre os demais policiais: por e-mails, mensagens de celular ou ligações. Os procedimentos, portanto, são tomados dependendo das circunstâncias e informações apresentadas por cada caso. Desse modo, a polícia começa a agir de fato caso haja indícios criminais.

O sítio eletrônico da Secretaria de Estado e Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) apresenta uma página para informar sobre pessoas desaparecidas:

Para comunicar o desaparecimento de alguém, não é preciso aguardar 24 horas. A orientação é procurar a delegacia de Polícia mais próxima e registrar um boletim de ocorrência, assim que perceber algo diferente na rotina da pessoa, por exemplo, quando geralmente ela chega em determinado horário em casa e no dia não retornou e não informou sobre algum imprevisto. Os casos mais registrados no Distrito Federal envolvem desaparecimentos voluntários (quando a pessoa foge por conflitos familiares, violência doméstica, para usar drogas, entre outros), ou involuntário, como é o caso de vítimas de crimes como restrição da liberdade, acidentes ou crise psiquiátrica [13].

Em fevereiro de 2019, uma reportagem do DFTV, intitulada Como funciona a divulgação de desaparecidos nas contas de água e luz [14], trouxe dados da Secretaria de Segurança do DF sobre a amostragem de desaparecidos e encontrados com vida ou não, nos anos de 2017 e 2018. No primeiro ano, foram 2.657 ocorrências de

pessoas dadas como desaparecidas; destas, 2.437 foram encontradas. Já no segundo ano, 1.976 pessoas foram localizadas, dos 2.410 desaparecimentos registrados. Na mesma reportagem, é mencionada a Progressão de Idade, método de envelhecimento utilizado para atualizar fotos de crianças e adolescentes desaparecidos há algum tempo, já utilizado pela perícia e cada vez mais veiculado.

O serviço de divulgação de fotos de desaparecidos nas contas de água e luz ocorre desde 2002. As fotos utilizadas são retiradas do banco de dados da Polícia Federal.

O GDF explicou que a CEB e a CAESB pegavam essas imagens de um banco de dados alimentado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e pela Polícia Civil e que o governo tem interesse em retomar o fluxo de serviço. Ou seja, admitiu que o trabalho não está sendo atualizado. Já a Polícia Civil disse que, enquanto isso, tem divulgado nas próprias redes sociais vídeos de um trabalho bem interessante chamado “Progressão de Idade”, muito válido para crianças desaparecidas.

Todavia, é necessário olhar com atenção os dados sobre casos solucionados, uma vez que muitas famílias não voltam às delegacias para retirar as ocorrências. Segundo os delegados da CHPP e o perito antropólogo forense do IML/DF, já citados anteriormente, o desaparecido, ao ser localizado ou ao voltar para casa, deve ir à delegacia retirar o registro de ocorrência, o que não ocorre sempre, resultando em uma amostra saturada e poluída, atrapalhando, assim, o trabalho policial e o cruzamento de dados, como também as possíveis investigações.

A Gazeta Online (SILLVA, 2016) menciona que, em média, no estado do Espírito Santo, em 5% dos casos, as famílias não dão retorno às autoridades sobre o aparecimento

do parente. Ferreira (2011) pontua o mesmo problema no Rio de Janeiro: famílias que não notificam a polícia sobre a volta de seus parentes até então desaparecidos tornam-se casos abertos que deveriam ser dados como solucionados, resultando em amostras estatísticas sempre inadequadas.

Ainda assim, é interessante considerar o que Cardoso de Oliveira (2004: 2-3) registra em seu estudo sobre Honra, dignidade e reciprocidade, ao levar em conta que “a relação entre dignidade, identidade e sentimentos indica a importância da alteridade ou do caráter dialógico do reconhecimento”, que, ainda que expresso no plano formal de burocracias e procedimentos, é necessário entender a dimensão simbólica sobre “manifestações mútuas de consideração e apreço”. Ou seja, ainda que o trabalho de Cardoso de Oliveira se estenda à área do Direito, é possível aplicá-lo também ao presente estudo, quando consideramos a alteridade das mães e das famílias sobre o fenômeno de desaparecimento, isto é, quando damos o devido valor à demanda pelo reconhecimento, e quando há, de fato, a atuação da polícia e do Estado. Como coloca Leal (2014), a noção de reconhecimento é imprescindível para compreender a politização do sofrimento de mães e familiares.

2.5 O desaparecimento como uma morte continuada

Baseado em histórias reais.

Um segundo, dois, três, quatro. O que? Te incomoda esperar? Voltar todas as semanas durante cinco anos para que não arquivem um caso. Isso é esperar?

- Minha mãe reúne forças todos os dias para ir me buscar. Entra nos bairros mais perigosos, em prostíbulos, morgues. Tentam convencê-la de deixar de me buscar ou

escolher um lugar para colocar flores. Isso não é esperar.

- Perdeu o seu trabalho porque saía para me buscar. Vendeu tudo para pagar as dívidas. Mas veja o meu quarto, continua intacto. [...]

- Você já cavou um buraco em um morro no meio da noite? Ela sim. Disseram que viram gente enterrada. O que ela iria fazer? Esperar? É incrível o que uma mãe pode fazer por um filho. Por isso, na próxima vez que vir alguém em uma sala de espera, com uma foto, não se engane, não pense que está esperando, está buscando [15].

Os trechos transcritos fazem parte da campanha realizada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e acompanham toda uma pesquisa realizada pelo órgão [16]. Nela, discute-se a questão da espera, jamais vivenciada pelas famílias e logo convertida em buscas, expectativas e mudanças. Por sua vez, a espera é aspecto creditado por polícias como prerrogativa da investigação. Ao registrar a ocorrência e encontrar falhas no sistema policial, as famílias transformam a espera em ação. Esperar não resulta em uma solução razoável. São ativas no enfrentamento do desaparecimento. Ao mesmo tempo, a polícia, que registra o processo administrativo, postula a espera pelo aguardo do retorno do familiar desaparecido.

A CICV contabilizou, em dez anos – de 2007 a 2017 – o número de 786.071 casos de desaparecimentos no Brasil. Somente no ano de 2017, as notificações contabilizadas somaram 82.684 casos e, além disso, revela-se, a partir de uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 2017, que 17% dos brasileiros tem algum amigo, parente ou conhecido desaparecido. Ao pensar em modos práticos de cooperação às famílias, o Comitê propõe certas atividades:

No Brasil, o CICV acompanha os familiares de pessoas desaparecidas, a fim de compreender suas necessidades. Conjugando o conhecimento da realidade local com a experiência global, são feitas recomendações às autoridades brasileiras. Também são oferecidas capacitações em diferentes áreas, trabalhando em conjunto com autoridades e com a sociedade civil para auxiliar na melhora das respostas dadas aos familiares e na busca de pessoas desaparecidas.

O fenômeno do desaparecimento abrange diferentes e divergentes ideias e pontos de vista. Envolvem-se, nesse acontecimento, a pessoa desaparecida, os familiares, a polícia—que administra, ou deveria administrar, a ocorrência— e, contextualmente, o Estado — que deveria prover recursos humanos e materiais, além de políticas públicas e auxílio. Ao tratar dos casos de desaparecimentos, cada ator compreende suas causas de forma difusa, dificultando a comunicação e a busca por soluções. O registro administrativo impede a abertura de um inquérito policial devido ao caráter não criminal do fenômeno e é imposto às famílias realizarem a própria busca, causando mudanças estruturais e psicológicas. Nesse sentido, é preciso pensar — urgente e coletivamente — em ações diretas de enfrentamento, seja a criação de um banco de dados nacional de pessoas desaparecidas, ou na elaboração de políticas públicas, por exemplo, investigando os elementos que envolvem e recobrem o desaparecimento civil de pessoas.

3 Considerações finais

Discorri sobre o tema ao partir de reflexões que me ajudaram a formular questões, de obras escritas e audiovisuais, que me ofereceram uma realidade ampliada sobre a problemática por diferentes vieses. Além disso,

o trabalho etnográfico neste campo up (NADER, 1972) resultou em conversas e entrevistas com meus interlocutores; um campo quase inacessível, mas de estudo muito necessário, no intuito de compreender as diversas dinâmicas burocráticas de instituições policiais. Apresento, portanto, minhas considerações iniciais sobre um tema tão complexo. Não concluo, mas problematizo o fenômeno do desaparecimento que pode — e deve — ser discutido nos meios acadêmico, social e político.

Como lidar com o desaparecimento de pessoas, visto que mal se conhece o tema e quase não se discute nas instâncias policiais, em Academias de Polícia, e em instâncias estatais, no âmbito das políticas públicas? O desaparecimento civil, enquanto problema social, não configura aspecto criminal, mas não devemos perder de vista essa potencialidade. Diante disso, qual o limite de procurar por alguém que não quer ser encontrado e que está apenas exercendo seu direito de ir e vir, e a possível concretização de um crime, como um sequestro ou ocultação de cadáver? Como reconhecer problemas familiares nesse contexto moderno, como a violência doméstica e a fuga de crianças e adolescentes, por exemplo, ou a crescente individualidade que nos impede de enxergar o próximo e nos aparta da empatia e do altruísmo?

Contabilizados em vida, os desaparecidos resumem-se em registros com informações incertas e lacunas em branco. O sofrimento de mães e familiares demanda ajuda pública, mas acusados de serem os causadores da fuga de jovens, esquece-se da violência urbana, do medo das hierarquias sociais, da pobreza. Diluem-se responsabilidades: a culpa é do outro. São mais de 80 mil desaparecimentos no Brasil, segundo Andrés Patiño.

Todavia, há casos não registrados e há casos solucionados dentro desse expressivo número contabilizado. As estatísticas são inseguras e imprecisas, apresentadas mediante a falha de métodos e técnicas de apuração do fenômeno.

Desaparecidos são guardados em gavetas institucionais e, em muitos casos, assim permanecem. Os documentos preenchidos nas delegacias, especializadas ou não, atualizam o status social dessas pessoas, que, sem ter a oportunidade de explicar suas versões, são destinadas ao arcabouço de registros policiais. Às famílias, contudo, restam a dor, o sentimento de espera e a procura.

Com o intuito de transformar a realidade de mães e familiares de desaparecidos civis, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), desenvolveu uma campanha voltada para o desaparecimento de pessoas e, com isso, estabeleceu algumas recomendações para aprimorar o debate sobre o tema.

1. Cumprir com a obrigação de esclarecer o destino e o paradeiro das pessoas desaparecidas e respeitar o “Direito de Saber” dos familiares.
2. Estabelecer um mecanismo nacional para tratar do tema de pessoas desaparecidas e dos seus familiares, que deve liderar e coordenar iniciativas, centralizar e compartilhar informações em relação às pessoas desaparecidas no Brasil.
3. Realizar uma reforma legislativa para definir de forma clara o status jurídico da pessoa desaparecida, bem como os direitos dos familiares das pessoas desaparecidas a política de atenção às suas necessidades (de modo que possam resolver problemas legais ou administrativos relacionados ao desaparecimento).
4. Criar política pública de atenção psicológica e psicossocial, com uma rede nacional de profissionais capacitados, de modo a responder essas necessidades dos familiares de pessoas desaparecidas,

5. Promover coordenação interinstitucional eficiente capaz de realizar uma gestão de dados centralizada e estandardizada sobre pessoas desaparecidas e pessoas falecidas não identificadas ou não reclamadas, assim como identificados e não reclamados de acordo com padrões internacionais.

O “Estado deve construir uma plataforma operacional que permita uma divulgação mais eficiente dos dados das pessoas desaparecidas, mas uma política de divulgação dos dados na mídia local e nacional” (OLIVEIRA, 2007: 203). Deveria, portanto, o Estado auxiliar em políticas públicas e na construção de metodologias para a resolução de casos ou para o manejo burocrático, por uma integração civil e um debate aberto. Como coloca Andrés Patiño: “a prioridade é começar a buscar e lidar com todas essas barreiras metodológicas e burocráticas para fazer a busca mais direta e abrangente em tempo real”.

NOTAS

*Graduanda em antropologia pela Universidade de Brasília- UnB.

[1] SILLVA, Guilherme. Desaparecidos. Gazeta Online, Vitória, 20 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://especiais.gazetaonline.com.br/desaparecidos/>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

[2] Há outras conotações para o uso do termo desaparecido, como, por exemplo, o desaparecido em catástrofes e o fugitivo da polícia. Adoto, neste trabalho, somente a conceituação de desaparecido civil, assim como sua problemática. Para ver mais: Oliveira, 2007.

[3] Oliveira (1999) trabalha com os conceitos de perseguido, fugitivo, foragido, sequestrado, raptado,

indigente e migrante.

[4] Entrevista realizada com perito médico-legista, que tem sua identidade preservada, sobre protocolos de registro de pessoas desaparecidas em 06/04/2019, na Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

[5] Entrevista realizada com Andrés Patiño, coordenador forense regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que contabiliza, anualmente, em média 80 mil desaparecimentos no Brasil. Em 24/05/2019, em São Paulo, Brasil.

[6] Entrevista realizada com policial federal, que tem sua identidade preservada, sobre a investigação de homicídios, em 07/05/2019, no Instituto Nacional de Criminalística (INC), Brasília, Brasil.

[7] Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil do Distrito Federal, que tem sua identidade preservada, sobre protocolos de registro de pessoas desaparecidas em 18/01/2019, na Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP) Brasília, Brasil.

[8] Andrés Patiño é coordenador forense regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Entrevista sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil, em 24/05/2019, em São Paulo, Brasil.

[9] Entrevista realizada com perito antropólogo forense, que tem sua identidade preservada, sobre protocolos de registro de pessoas desaparecidas, em 05/09/2018, no Instituto Médico Legal do Distrito Federal (IML/DF), Brasília, Brasil.

[10] Entrevista realizada com policial federal, que tem sua identidade preservada, sobre protocolos de registro de pessoas desaparecidas em 07/05/2019, no Instituto

Nacional de Criminalística (INC), Brasília, Brasil.

[11] Entrevista realizada com delegada da Polícia Civil do Distrito Federal, que tem sua identidade preservada, sobre protocolos de registro de pessoas desaparecidas em 18/01/2019, na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Brasília, Brasil.

[12] Entrevista realizada com delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, que tem sua identidade preservada, sobre protocolos de registro de pessoas desaparecidas em 18/01/2019, na Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP), Brasília, Brasil.

[13] SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Pessoas desaparecidas, 2018. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/pessoas-desaparecidas/>>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

[14] GLOBOPLAY. Como funciona a divulgação de desaparecidos nas contas. Brasília, 27 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7415656/>>. Acesso em: 27 de fev. de 2019.

[15] DESAPARECIDOS o Brasil e América Latina: famílias não param de buscar, nós não paramos de ajudá-las. Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV, 2019. 1 vídeo (1min. 41seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Ulj2EP89Ok>>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

[16] COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Pessoas desaparecidas o Brasil: o trabalho da CICV. Disponível em: <<http://pessoasdesaparecidas.cicv.org.br/>>. Acesso em: 04 de maio de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Honra, dignidade e reciprocidade. In: Martins, P.H. & Nunes, B.F. (orgs). A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CLAUDINO, Marcus Roberto. Mortos sem sepultura: O desaparecimento de pessoas e seus desdobramentos. Florianópolis: Palavra com Editora, 2014, 380 p.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Pessoas desaparecidas o Brasil: o trabalho da CICV. Disponível em: <<http://pessoasdesaparecidas.cicv.org.br/>>. Acesso em: 04 de maio de 2019.

DESAPARECIDOS o Brasil e América Latina: famílias não param de buscar, nós não paramos de ajudá-las. Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV, 2019. 1 vídeo (1min. 41seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Ulj2EP89Ok>>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120 p.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Uma etnografia para muitas ausências: O desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. 2011. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GLOBOPLAY. Como funciona a divulgação de desaparecidos nas contas. Brasília, 27 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7415656/>>. Acesso em: 27 de fev. de 2019.

LEAL, Eduardo Martinelli. “Todas as portas que eu encontrei fechadas”: a política do sofrimento na ‘ausência’ e no ‘desaparecimento’ de pessoas no Brasil. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives

gained from studying up. In: Reinventing Anthropology (Dell Hymes ed.). New York : Pantheon Books, 1972 [“Los de arriba”: nuevos horizontes de la antropología. Clásicos y Contemporáneos en Antropología, CIESAS-UAM-UIA].

OLIVEIRA, Dijaci David de; GERALDES, Elen Cristina. Cadê você. [Brasília]: Movimento Nacional de Direitos Humanos, [1999]. 122 p.

OLIVEIRA, Dijaci David de. Desaparecidos civis: conflitos familiares, institucionais e segurança pública. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2007. 317p.

REZENDE, Patrick Arley de. Corpos sem nome, nomes sem corpos: Desconhecidos, desaparecidos e a constituição da pessoa. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Pessoas desaparecidas. 2018. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/pessoas-desaparecidas/>>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

SILVA, Guilherme. Desaparecidos. Gazeta Online, Vitória, 20 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://especiais.gazetaonline.com.br/desaparecidos/>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

NA ESTEIRA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL ESTADUNIDENSE: DESREGULAMENTAÇÃO ECONÔMICA E PUNIÇÃO SOCIAL

IN THE WAY OF NORTH AMERICAN NEOLIBERAL CAPITALISM: ECONOMIC DEREGULATION AND SOCIAL PUNISHMENT.

*Matheus Guimarães de Barros

Recebido em: 06/05/2020

Aceito em: 30/05/2020

Resumo

Objetivando ressaltar o neoliberalismo incrustado nas políticas brasileiras de segurança pública, o presente artigo remonta o contexto social estadunidense de desregulamentação econômica somada ao encarceramento massivo de pobres e minorias étnicas. A metodologia concerniu à revisão bibliográfica de autores que refletiram sobre a correlação entre afrouxamento do Estado no âmbito do mercado e o recrudescimento estatal na esfera penal, em especial Loïc Wacquant e Angela Davis. Este trabalho diagnosticou a importação do discurso neoliberal norte-americano, o que culmina na intensificação da desigualdade social e do racismo que historicamente assolam o Brasil. Conclui pela necessidade de uma reconceitualização de segurança, desvinculando-a da punição e do cárcere.

Palavras-chave: Neoliberalismo; desregulamentação econômica; encarceramento; segurança.

Abstract

Aiming to highlight the neoliberalism embedded in Brazilian public security policies, this article goes back to the North American social context of economic deregulation added to the massive incarceration of the poor and ethnic minorities. The methodology concerned the bibliographic review of authors who reflected on the correlation between loosening of the State in the market and the state's upsurge in the penal sphere, especially Loïc Wacquant and Angela Davis. This work diagnosed the importation of North American neoliberal discourse, which culminates in the intensification of the social inequality and racism that historically plague Brazil. It concludes by the need for a reconceptualization of security, detaching it from punishment and imprisonment.

Key words: Neoliberalism; economic deregulation; incarceration; security.

1 Introdução

Este trabalho investiga criticamente a importação pelo Estado brasileiro de políticas estadunidenses de “tolerância zero” pautadas no drástico aumento de aprisionamentos, em especial devido à venda e uso de substâncias ilícitas. Assim como nos Estados

Unidos, constata-se no Brasil o recrudescimento de atuações estatais punitivas, aqui focadas na população pobre e preta, ao passo que o mercado tem se tornado cada vez menos regulamentado.

Paulatinamente, o estado penal amplia-se na medida

em que diminui o estado de bem-estar social (welfare state). Aliás, difícil admitir que, em algum momento histórico, o país desfrutou de um legítimo estado de bem-estar social. De todo modo, a desregulamentação econômica anda de mãos dadas com o encarceramento em massa de miseráveis.

Assim sendo, a primeira parte do artigo discute a caracterização do capitalismo neoliberal, buscando ressaltar como o seu modo de (des)organização social contribui para o fenômeno do encarceramento massivo. Em seguida, o trabalho desenvolve argumentos sobre a inexistência de correlação necessária entre crime e castigo, demonstrando que o aprisionamento pode advir de outras forças distintas da prática delitiva, como o anseio racista de segregação. No terceiro momento, discute-se a maneira como a “política” de guerra às drogas foi imposta na década de 1980 por Ronald Reagan nos Estados Unidos, seus impactos sociais, e a sua reverberação no contexto brasileiro. Por fim, argumenta-se acerca da fundamentalidade de reconceitualização da noção de segurança e de debates sobre a abolição das prisões.

A metodologia empregada no presente texto foi a revisão bibliográfica de autores e autoras, especialmente Loïc Wacquant e Angela Davis, que se propuseram a pensar a correlação entre desregulamentação econômica e punição social enquanto atributos fundamentais da época neoliberal. Tais reflexões são relevantes para a percepção de que o neoliberalismo é capaz de ultrapassar fronteiras geográficas e produzir efeitos mesmo em países periféricos, como o Brasil.

2 Carcterizando o Neoliberalismo: Um “Estado-Centauro”

O neoliberalismo pode ser assim retratado: na fixação de um “estado-centauro”, que é liberal no topo e paternalista na base. Mas não apenas isso. Ele também é composto por faces diametralmente opostas nas duas extremidades da hierarquia social, esbanjando simpatia e gentileza às classes média e alta, a despeito do claro horror à classe baixa (WACQUANT, 2012a).

Nas palavras de Loïc Wacquant (2012b, pp. 512-513), “o neoliberalismo realmente existente exalta o ‘laissez faire et laissez passer’ para os dominantes, mas se mostra paternalista e intruso para com os subalternos”.

Nos Estados Unidos, talvez o maior expoente do capitalismo neoliberal, intervenções na economia, regulação das relações de emprego e promoção de políticas públicas de cunho social praticamente inexistem, ao passo que seu estado penitência, pautado numa atividade punitiva de larga escala, é hipertrofiado. Nesse sentido, o diagnóstico de Wacquant (2008) torna-se bastante adequado: a mão livre no setor mercadológico soma-se ao punho de ferro do estado no âmbito criminal.

Mas toda essa onda punitiva, respaldada pelo senso comum cuja adesão à barbárie é estimulada insistentemente pela grande mídia (BATISTA, 2012), possui um alvo preferencial bastante evidente: os próprios sujeitos afetados pela precarização das relações de trabalho, desemprego, sub-empregos, falta de assistência estatal. Em suma, pela ausência de concretização de direitos sociais.

Ao lado da desregulamentação econômica e da retração do estado de bem-estar social, um aparato penal expansivo e proativo constitui o neoliberalismo. Aparato este que atua fundamentalmente sobre os desvalidos com o escopo de conter as desordens ocasionadas pela

difusão da insegurança social e pela intensificação da desigualdade que, de fato, decorrem em larga medida da própria lógica de desregulamentação na economia e de desmanche do welfare state (WACQUANT, 2012a).

Sinteticamente, conforme Wacquant (2012b), o Estado neoliberal, ao mesmo tempo que alavanca os recursos e expande as opções de vida dos detentores de capital econômico e cultural, restringe e pune as populações desestabilizadas pelo aprofundamento da desigualdade e pela insegurança do trabalho.

O neoliberalismo auxilia na criação das suas próprias vítimas. Inegavelmente, trata-se da parcela mais pobre e negra da população. São as pessoas negras constantemente empurradas para celas superlotadas. Tudo isso com o apoio macro de discriminações pautadas na cor tanto de burocracias policiais quanto judiciárias (WACQUANT, 2011).

Assim sendo, nesse movimento circular do neoliberalismo, basta ser negro e pobre para ser estigmatizado. A criminalização da pobreza e negritude virou sua regra. O sacrifício da democracia e dos direitos humanos seu fim. “Os Estados Unidos prendem um percentual maior de sua população negra do que a África do Sul na época do apartheid” (ALEXANDER, 2017, p. 42).

Isso é importante pois denota a maneira pela qual o estado neoliberal lida com seus cidadãos marginalizados. Ora, o panorama conjuntural do capitalismo contemporâneo favorece as classes abastadas ao mesmo tempo que contribui na produção sempre crescente de lixo humano, isto é, de pessoas totalmente descartáveis pelo fato de não conseguirem jogar o jogo da concorrência. O sumiço desses sujeitos não faz falta

alguma ao Capital. Pelo contrário, a ausência dos mesmos representa um tipo de vitória em face da “turbulência social”, do “tumulto”, da “desordem” que simbolizam.

Segundo Wacquant (2019), existem ao menos três estratégias principais para controlar populações indesejáveis. A primeira delas consiste na socialização, ou seja, no manejo das estruturas e mecanismos coletivos que produzem e reproduzem a condição precária. Por exemplo, pode-se construir ou subvencionar alojamentos, assegurar um emprego ou rendimento mínimo, como formas de solução para populações sem domicílio fixo que “sujam” a paisagem urbana.

A segunda estratégia diz respeito à medicalização, isto é, considerar que as populações indesejáveis padecem de doenças individuais, necessitando de tratamentos por profissionais da saúde. Seguindo o raciocínio do exemplo anterior, os moradores de rua seriam considerados doentes, de modo que a falta de domicílio fixo decorreria da dependência ao álcool, vício em drogas ou problemas mentais (WACQUANT, 2019).

A terceira e última estratégia atrela-se à penalização. Neste caso, para Wacquant (2019), as populações indesejáveis são etiquetadas como delinquentes, devendo e merecendo ser punidas com mão de ferro. Os sem-teto do exemplo se tornam bandidos, deixando de integrar o contingente de pessoas que não possuem moradia fixa quando colocados atrás das grades.

Consoante Wacquant (2019, p. 21), a penalização funciona como técnica de invisibilização dos problemas sociais que o Estado “não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os desejos

humanos da sociedade de mercado”. Não restam dúvidas de que o neoliberalismo privilegiou esta via.

Desse modo, os sujeitos “descartáveis” são rigidamente administrados pelo alto. A administração, por sua vez, se dá mediante a dilatação de um aparato penal invasivo e proativo. É por isso que Wacquant (2014) entende a gestão punitiva da pobreza e negritude como componente constitutivo do neoliberalismo. As cadeias transformaram-se em máquinas destinadas a varrer a precariedade social, limpar aqueles que são tidos como indesejáveis na comunidade (WACQUANT, 2008).

Zygmunt Bauman (2005), em diálogo com Loïc Wacquant, retrata como o capitalismo contemporâneo criminaliza suas populações marginais, frágeis e significativamente precárias, jogando-as em celas de prisão que não mais funcionam como reciclagem humana, mas enquanto meros depósitos de lixo.

Conforme Bauman (2005), todo “lixo” é compreendido como potencialmente venenoso, podendo contagiar e perturbar a ordem adequada das coisas, o que justificaria seu confinamento. Posto isso,

Se reciclar não é mais lucrativo, e suas chances (ao menos no ambiente atual) não são mais realistas, a maneira certa de lidar com o lixo é acelerar a ‘biodegradação’ e a decomposição, ao mesmo tempo isolando-o, do modo mais seguro possível, do hábitat humano comum (BAUMAN, 2005, p. 109).

No Brasil, essa (ir)racionalidade parece ter ganhado força. Nas palavras de Juliana Borges (2019, p. 116), sobre a realidade brasileira, “as prisões são depósitos do que a sociedade marginaliza e nega”. Ora, estatísticas da população carcerária nacional são reveladoras quanto a isso.

O Conselho Nacional de Justiça registrou que há pelo menos 812 mil presos no país, sendo que 41,5% não têm condenação (BARBIÉRI, 2019). Dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2017) retrataram que, em 2016, 75% dos presos sequer haviam chegado ao ensino médio e 64% eram negros.

Segundo o Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP 2.0, 2018), das mais de 600.000 pessoas privadas de liberdade, 27% foram apenadas por roubo e 24% por tráfico de drogas; crimes amplamente imputados à parcela mais pobre da população. Sobre o contingente de mulheres encarceradas, que entre os anos 2000 e 2014 aumentou em 567,4%, conforme Borges (2019), 68% são negras, 50% são jovens e 50% não concluíram o ensino médio.

De fato, o Brasil está na esteira do capitalismo neoliberal estadunidense. E tem se aproximado cada vez mais dos norte-americanos. Discursos punitivistas de “tolerância zero” aliados ao desejo de libertar o mercado de qualquer tipo de amarras tornaram-se “lugares comuns”. Basta pensar, a título exemplificativo, na Reforma Trabalhista:

As corporações do capitalismo transnacional se expandem e buscam novos territórios com mão de obra mais barata possível. Interferem para que direitos trabalhistas sejam negados e suprimidos, causando imensa vulnerabilidade nas comunidades. Esse ciclo reforça o superencarceramento que não é um fenômeno apenas brasileiro, mas que desponta em um contexto global (BORGES, 2019, p. 119).

Essa situação é, no mínimo, preocupante. Compartilhando a inquietação de Angela Davis (2019b,

p. 24), “o capitalismo também revela continuamente sua inabilidade de crescer e de se desenvolver sem expandir e aprofundar a exploração humana”.

3 Crime e Castigo: Correlação Necessária?

Não existe correlação necessária entre crime e castigo. Segundo Angela Davis (2019b, p. 38), “o castigo pode ser consequência de outras forças, e não uma consequência inevitável da execução do crime”. Portanto, é preciso expurgar o pensamento simplista de que o encarceramento massivo ocorre em razão do aumento exorbitante da criminalidade.

Para Davis (2019b), a punição pode ser vista muito mais como resultado da vigilância racial. Nesse sentido, comunidades objetos de incessantes patrulhas policiais possuem maiores chances de lançar indivíduos para a indústria da punição. Indústria esta que corresponde a solução punitiva para vários problemas sociais complexos que não são trabalhados adequadamente por instituições sociais que deveriam ajudar os sujeitos a conquistarem uma vida mais satisfatória.

Esta é a lógica do que tem sido chamado de farra de aprisionamento: em vez de construírem moradias, jogam os sem-teto na cadeia. Em vez de desenvolverem o sistema educacional, jogam os analfabetos na cadeia. Jogam na prisão os desempregados decorrentes da desindustrialização, da globalização do capital e do desmantelamento do welfare state. Livre-se de todos eles. Remova essas populações dispensáveis da sociedade. Seguindo essa lógica, as prisões tornam-se uma maneira de dar sumiço nas pessoas com a falsa esperança de dar sumiço nos problemas sociais latentes que elas representam (DAVIS, 2019b, p. 39).

Se existe alguma correlação específica, trata-se daquela entre punição e racismo. Segundo Davis (2018), não é possível o funcionamento do sistema de justiça criminal sem esse tipo de discriminação. Uma sociedade sem racismo implicaria uma sociedade sem prisões; despida do policiamento vivenciado hoje. Afinal, no mundo todo o racismo permeou as práticas de cárcere: “seja nos Estados Unidos ou na Austrália, ou mesmo na Europa, você descobrirá um número desproporcional de pessoas de cor e de pessoas do Sul Global encarceradas em cadeias e presídios” (DAVIS, 2019b, p. 66).

Parece que a escravidão permanece existindo em instituições contemporâneas, como a prisão. Ora, a democracia para os negros foi contida justo no instante de sua promessa: na abolição da escravidão. A partir dela, negros deixaram de ser escravos, mas tornaram-se criminosos aos olhos do Estado.

Breves incursões históricas são valiosas neste ponto. Na década de 1980, os Estados Unidos vivenciava a chamada “Era Reagan”. O então presidente Ronald Reagan fez um enorme esforço para construir mais prisões bem como encarcerar cada vez mais pessoas.

O discurso em voga refletia uma suposta necessidade de manter comunidades livres da criminalidade. Surgia, assim, um “complexo industrial-prisional”, que ainda hoje se mantém, tendo em vista as vultosas quantias direcionadas a construção e administração das prisões – da indústria da construção ao fornecimento de alimentos e cuidados médicos.

Não obstante, o encarceramento em massa nesse período não teve praticamente nenhum efeito

sobre as estatísticas oficiais de criminalidade, como bem destaca Angela Davis (2019a). Além disso, ao invés de tornar comunidades mais seguras, o fortalecimento do aparato punitivo consolidou uma verdadeira ditadura sobre os desvalidos urbanos a partir da banalização do aprisionamento. Prisões multiplicavam-se em mais prisões (DAVIS, 2019a).

Ademais, embora a demanda por maior rigor punitivo tenha sido apresentada em termos simplistas como resultado do aumento da criminalidade, variados estudiosos demonstraram que, quando o crescimento da construção de prisões teve início, as taxas de criminalidade estavam caindo (DAVIS, 2019a).

Essa discussão ficará mais clara no tópico seguinte. Por ora, basta o reconhecimento de que um número elevado de presos não implica necessariamente a existência de um elevado índice de criminalidade.

4 Guerra às Drogas e Segregação Racial

Em 1982, nos Estados Unidos, Ronald Reagan anunciou oficialmente a política de Guerra às Drogas. Interessante notar que, naquele momento, o uso de drogas ilegais estava em declínio. O crack ainda não havia se tornado assunto na mídia nem uma crise nos bairros habitados por pessoas pobres e negras.

Apenas alguns anos depois que essa guerra foi declarada, o crack começou a se espalhar de modo rápido pelos bairros de Los Angeles onde moravam negros pobres e, em seguida, em cidades por todo o país. No ano de 1985, Reagan chegou a contratar uma equipe para dar publicidade à emergência do crack.

Praticamente da noite para o dia, a mídia estava saturada de imagens de ‘putas do crack’, ‘traficantes de crack’ e ‘bebês do crack’ – imagens que pareciam confirmar os piores estereótipos raciais a respeito dos moradores das regiões empobrecidas dos centros das cidades (ALEXANDER, 2017, p. 40).

Consoante Alexander (2017), para participar na Guerra às Drogas, foi preciso o desvio de recursos de crimes mais sérios, como assassinato, estupro, roubo e agressões, que eram uma preocupação bem maior para a maioria das comunidades do que o uso de drogas ilícitas. Por isso houve certa resistência a essa “política”, inclusive nas corporações policiais.

Com o escopo de fazer a guerra funcionar efetivamente, Reagan destinou dinheiro para que polícias e órgãos estaduais e locais dessem prioridade absoluta à Guerra às Drogas. Além disso, concedeu aos órgãos estaduais e locais autoridade para se apropriar, para uso próprio, da vasta maioria do dinheiro e de bens que apreendessem nessa guerra.

Logo, de repente, os “departamentos de polícia eram capazes de aumentar o tamanho de seus orçamentos substancialmente apenas tomando dinheiro, carros e casas de pessoas suspeitas de usar ou vender drogas” (ALEXANDER, 2017, p. 133). Frise-se: como a maioria dos afetados por esses procedimentos eram pessoas pobres ou com recursos escassos, muitas das vezes não tinham condições de contratar advogado ou arcar com custas processuais consideráveis (ALEXANDER, 2017).

A Guerra às Drogas já surgiu com viés racista e de classe. Para piorar, manteve-se e desenvolveu-se dessa maneira; continuando a etiquetar como

inimigos as populações mais vulneráveis de pobres e negros. Vale lembrar, contudo, que a disparidade racial nos aprisionamentos não pode ser explicada pelas estatísticas de criminalidade ligada às drogas.

Segundo Alexander (2017), pessoas de todas as cores usam e vendem drogas em taxas similares. Inclusive, pesquisas sugerem que brancos, em especial jovens, guardam mais propensão a se envolverem em crimes ligados a drogas do que não brancos. As penitenciárias e cadeias, no entanto, transbordam pretos e pardos presos por delitos ligados a substâncias ilícitas.

Isso ocorre pois, o consumo de drogas, longe de ser a principal motivação para a guerra, é sua justificativa. “A Guerra às Drogas nunca teria sido declarada nos Estados Unidos se não fosse pela raça e pela classe daqueles rotulados como inimigo” (ALEXANDER, 2017, p. 22). Em razão disso a guerra continua, mesmo depois de quase 40 anos de fracasso.

Desde o início, a Guerra às Drogas poderia ter sido travada principalmente em subúrbios predominantemente brancos ou em campi universitários. As equipes da Swat poderiam ter saltado de rapel de helicópteros em ricos condomínios fechados e invadido casas de jogadores de lacrosse de ensino médio conhecidos por sediar festas com cocaína e ecstasy depois das partidas. A polícia poderia ter confiscado televisões, móveis e dinheiro de casas de fraternidades com base em uma dica anônima de que alguns baseados ou um estoque de cocaína poderiam ser encontrados escondidos na gaveta de cômoda de alguém. As donas de casa suburbanas poderiam ter sido colocadas sob vigilância e submetidas a operações secretas destinadas a flagrá-las violando as leis que regulam o uso e a venda de receitas para a compra de ‘estimulantes’. Tudo isso poderia ter acontecido como uma rotina nas comunidades brancas, mas não aconteceu. [...] Em vez disso, quando a polícia sai para procurar

drogas, ela procura na ‘comunidade’. Táticas que seriam suicídio político em um condomínio de luxo de brancos não são nem dignas de notícia em comunidades de pretos e pardos pobres. Enquanto as prisões em massa se concentram em áreas urbanas empobrecidas, os chefes de polícia têm poucas razões para temer uma reação política, não importa quão agressivos e militaristas sejam os esforços (ALEXANDER, 2017, p. 190).

Nesse contexto, a taxa de encarceramento nos Estados Unidos cresceu muito, ao passo que em outros países com índices de criminalidade parecidos a referida taxa permaneceu estável ou declinou.

Conforme Alexander (2017), entre 1960 e 1990, a título de exemplo, os índices oficiais de criminalidade na Finlândia, na Alemanha e nos Estados Unidos eram basicamente idênticos. Apesar disso, a taxa de encarceramento estadunidense quadruplicou, a finlandesa caiu 60% e a alemã permaneceu estável. Outrossim, os números de crimes violentos estão historicamente baixos no país, apesar da impressão em sentido contrário, haja vista a tremenda repercussão midiática que delitos graves possuem, o que alimenta o senso comum de que tais crimes estão sem freio e aumentando cotidianamente. O encarceramento massivo não tem sido impulsionado por crimes violentos, mas por apreensões e condenações por crimes de drogas.

Muitos países, como o Brasil, importaram a “política” de Guerra às Drogas estadunidense. Deixando de lado o esforço de lidar com o consumo de drogas e dependência química como um problema grave de saúde pública e investir apropriadamente em tratamento e prevenção, governos diversos preferiram guerrear com seus próprios cidadãos, investindo em punição e combate (ALEXANDER, 2017).

No Brasil, para Borges (2019), essa guerra marca uma era de criminalização, militarização e punitivismo, representando a maior causa de genocídio do negro brasileiro. Ressalta-se: “a cor branca, poucas vezes explicitada, é sempre uma alusão, quase uma benção; um símbolo dos mais operantes e significativos, até os dias de hoje” (SCHWARCZ, 2012, p. 11).

5 Necessidade de Reconceitualização de “Segurança” e a Democracia da Abolição

A prisão é comumente encarada como aspecto inevitável e permanente da vida social. Parece impossível conceber uma sociedade organizada na qual inexistia a instituição carcerária. A dependência dessa ameaça de enclausurar pessoas em ambientes horrendos atingiu seu grau mais elevado. “Aqueles que defendem o fim das prisões são rejeitados como idealistas e utópicos cujas ideias são, na melhor das hipóteses, pouco realistas e impraticáveis e, na pior delas, ilusórias e tolas” (DAVIS, 2019a, p. 10).

Os sujeitos, todavia, relacionam-se com a prisão de um modo ambivalente. É como se a instituição prisional estivesse sempre presente, já que considerada natural, mas ao mesmo tempo sempre ausente, devido à relutância e ao medo em enfrentar a realidade escondida dentro dela (DAVIS, 2019a).

Como regra, segundo Davis (2019a), compreende-se o cárcere enquanto destino reservado a outros, aos “malfeitores”. Esses outros, obviamente, são idealizados no imaginário coletivo como pessoas de cor em razão do poder ativo do racismo.

A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global (DAVIS, 2019a, pp. 16-17)

Davis (2018) alerta sobre a utilização cada vez mais intensa do aprisionamento estrategicamente para desviar o foco de problemas sociais subjacentes, como racismo, pobreza, desemprego, falta de educação, dentre outros. Não há, segundo a autora, um debate sério a respeito de tais temáticas.

Em razão disso é preciso reconceitualizar a noção de “segurança”, o que implica uma mudança de prioridades. Da militarização e punição, a atenção deve migrar para questões como saúde pública, educação, habitação, por exemplo. Nisto consiste o projeto de abolição das prisões: “reimaginar as instituições, ideias e estratégias, e criar novas instituições, ideias e estratégias que tornarão os presídios obsoletos” (DAVIS, 2019a, p. 71).

Por óbvio, não se trata de atacar literalmente os muros dos presídios, destruindo-os, mas reivindicar novas instituições democráticas que viabilizem discussões acerca dos problemas que jamais são discutidos pelos presídios de modo adequado. Trata-se, para Davis (2019a), de buscar resolver os problemas sociais que colocam os sujeitos no caminho da prisão, contribuindo na obsolescência do cárcere.

Existe uma conexão direta com a escravidão: quando a escravidão foi abolida, os negros foram libertos, mas lhes faltava acesso a recursos materiais que lhes possibilitariam moldar vidas novas, livres. As prisões prosperaram no último século precisamente por conta da falta dessas estruturas e pela permanência de algumas estruturas da escravidão. Elas não podem, portanto, ser eliminadas, a não ser que novas instituições e recursos estejam disponíveis para essas comunidades, que fornecem, em grande parte, os seres humanos que compõem a população carcerária (DAVIS, 2019a, pp. 90-91).

“Prisões coisificam e desumanizam seus habitantes” (DAVIS, 2019a, p. 66). Estão bem longe de cumprir seu dito papel ressocializador. Aliás, a cadeia enquanto mecanismo de resgate da honestidade de criminosos já foi em larga medida desmentida por Michel Foucault.

Para Foucault (2017), a prisão culmina ou na fabricação de novos “delinquentes” ou no aprofundamento destes na criminalidade. No cárcere impera o processo de prisionalização dos internos: os presos são encorajados à absorção e prática de hábitos inerentes ao contexto penitenciário (ARGUELLO, 2005). A violência é a marca distintiva da instituição prisional; violência que se renova e se fortalece a cada aprisionamento.

Em razão de tantos problemas institucionais, como violência e opressão generalizadas, muitos ativistas lutam por reformas no sistema carcerário. Todavia, como bem expõe Davis (2019a), abordagens pautadas unicamente em reformas contribuem na reprodução da ideia absurda de que não há qualquer alternativa às prisões. Ou seja, tais abordagens auxiliam a normalização das prisões. “Debates sobre estratégias de desencarceramento, que deveriam ser o ponto principal de nossas discussões sobre a crise do sistema, tendem a ser marginalizados quando a

reforma ocupa o palco principal” (DAVIS, 2019a, p. 22).

A questão mais urgente, hoje, diz respeito a pensar mecanismos de prevenção de um aumento ainda maior de populações carcerárias e em como conduzir tantos presos e presas quanto possível para o “mundo livre”. Discutir a descriminalização do uso de drogas, assim como raciocinar acerca de estratégias sérias de justiça reparadora em vez de justiça exclusivamente punitiva, por exemplo, são assuntos primordiais.

Para que uma democracia da abolição possa existir, é preciso questionar:

Estamos dispostos a relegar um número cada vez maior de pessoas de comunidades racialmente oprimidas a uma existência isolada, marcada por regimes autoritários, violência, doenças e tecnologias de reclusão que produzem severa instabilidade mental? (DAVIS, 2019a, pp. 10-11).

6 Conclusão

Diante de todo o panorama exposto, verifica-se que o Brasil importou em larga medida o discurso capitalista neoliberal estadunidense. Essa importação tem surtido efeitos preocupantes, principalmente pelo fato do país já ser caracterizado por gigantista desigualdade social e racismo. Tudo isso contribuiu para um cenário alarmante de violência e desrespeito deflagrados contra pretos e pobres; cujo cume pode ser percebido no hiperencarceramento.

Sendo assim, debates sobre a abolição das prisões são imprescindíveis. Importa pensar nos mais de 40% encarcerados brasileiros que estão presos provisoriamente, sem julgamento. É preciso colocar em pauta a real periculosidade da esmagadora parcela de prisidiárias e prisidiários que respondem por microtráfico não violento, assim como refletir acerca da

disparidade racial gritante entre a população carcerária.

Enfim, deve-se desmascarar o cárcere enquanto ferramenta eficiente e necessária de contenção das desordens sociais e confrontar a conexão das ideologias punitivista e racista. O enfrentamento do capitalismo neoliberal nunca foi tão urgente.

NOTAS

*Graduando pela Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ARGUELLO, Katie. Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem. In: 1º CONGRESSO PARANAENSE DE CRIMINOLOGIA. Londrina, 2005. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Artigo-Katie.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES – BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos, Conselho Nacional de Justiça, Brasília, agosto de 2018.

BARBIÉRI, Luiz Felipe. CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não têm condenação. Brasília, 17 de julho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: _____ (org.). Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p.

307-318.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Estarão as prisões obsoletas?. Rio de Janeiro: Difel, 2019a.

_____. A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: Difel, 2019b.

DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações penitenciárias: InfoPen – junho 2016, Ministério da Justiça, 2017.

FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: MACHADO, R. (org.). Microfísica do poder. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 213-233.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

WACQUANT, Loïc. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. As prisões da miséria. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, V.M. (org.). Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012a. p. 11-42.

_____. Três etapas para uma antropologia históri-

ca do neoliberalismo realmente existente. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, setembro/dezembro, 2012b.

_____. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. Tempo social: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-164, novembro, 2014.

_____. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3. ed. 4. reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

ENTRE ALUNOS E PROFESSORES: PERCEBENDO OS NÍVEIS DE REALIDADE DA DEMOCRACIA

ENTRE ALUMNOS Y PROFESORES: PERCIBIENDO LOS NIVELES DE REALIDAD DE LA DEMOCRACIA

*Melissa Bevilaqua Sampaio Contreiras

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 24/06/2020

Resumo

A partir da observação etnográfica do conselho de classe participativo de uma escola da rede pública do DF, deseja-se compreender como os princípios de gestão democrática previstos na legislação educacional traduzem-se para a prática cotidiana da escola. Ou seja, como princípios constitutivos do direito à cidadania estruturam e são estruturados por um ambiente marcado pela existência de diferentes universos simbólicos permeados por relações de poder derivadas de uma hierarquia calcificada nas escolas.

Palavras-chave: escola; gestão democrática; cidadania.

Resumen

Por medio de la observación etnográfica del consejo de clase participativo de una escuela pública en el Distrito Federal, se pretende entender cómo los principios de gestión democrática previstos en la legislación educativa se traducen en la práctica diaria de la escuela. O sea, se busca entender como los principios constitutivos del derecho a la ciudadanía se estructuran y son estructurados en un contexto marcado por la existencia de distintos universos simbólicos permeados por las relaciones de poder derivadas de una jerarquía calcificada en las escuelas.

Palabras-clave: escuela; gestión democrática; ciudadanía.

1 Introdução

A observação etnográfica foi realizada durante a minha atuação em uma escola da rede pública do Distrito Federal no Recanto das Emas - bairro localizado na chamada região periférica de Brasília - durante o período de setembro de 2018 a abril de 2019 como integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). As semanas atípicas nas quais ocorrem os conselhos acontecem no fim de cada bimestre e precedem

o período de recuperação. Ele é chamado de conselho de classe participativo, pois diferentemente de como se organizam regularmente os conselhos de classe, esse é um momento em que é permitida a participação dos alunos. No dia em que ocorre, não há aula, mas os alunos devem comparecer à escola para a atividade, que dura cerca de duas horas, totalizando duas turmas por tarde para cada grupo de professores. Refiro-me a grupo de professores,

pois acatando o sistema de semestralidade, cada professor acompanha determinada turma por um semestre, já que, no seguinte, terão aulas dos componentes curriculares que não foram ofertadas no primeiro. Isso não se aplica à disciplina de Português nem à de Matemática, cujos professores continuam atuando anualmente com cada turma.

A existência desse conselho pode ser justificada pela intenção da escola de aplicar os princípios democráticos indicados na legislação como base estruturante da educação. Espera-se conseguir criar um ambiente com um canal de comunicação aberto entre alunos e professores, onde críticas e sugestões possam ser feitas e comportamentos e relações, conversados. Entretanto, pude perceber que, na prática, o principal objetivo do conselho participativo ainda é o mesmo de um que os alunos não estariam presentes: discutir o desempenho escolar de cada aluno com base nas suas notas e no seu comportamento em sala de aula.

Destarte, nesse artigo desejo tentar iluminar, a partir da observação etnográfica do conselho de classe participativo, como os princípios de gestão democrática previstos na legislação educacional traduzem-se para a prática cotidiana da escola. Ou seja, como princípios baseados na máxima de igualdade constituem e são constituídos por um ambiente marcado pela existência de diferentes universos simbólicos permeados por relações de poder derivadas de uma hierarquia solidificada.

2 O conselho de classe participativo

O conselho teve lugar em uma das salas de aula da escola. O espaço foi reorganizado a fim de que todos os adultos presentes - professores daquele semestre,

o diretor e uma funcionária do Serviço de Orientação Educacional (SOE) - sentassem, enfileirados, à frente dos alunos. Todos os matriculados na sala devem participar do conselho. E ocupam suas posições nas cadeiras organizadas de forma apertada em três fileiras, de frente para seus professores. Quando o conselho de uma turma acaba, os professores permanecem, os alunos se retiram e os da outra turma tomam seus lugares.

Os alunos entraram em sala acanhados e quietos, atitude nada usual para pessoas de 15 anos e especialmente dessa turma que eu acompanhava há três semanas. Era uma turma muito unida e o nervosismo que sentiam ficava claro ao perceber que quase todas as meninas apertavam a mão de alguma colega. Para os professores, aquele era só mais um dia de entregar notas e fazer discursos impessoais sobre o mau rendimento dos alunos. Para aqueles adolescentes, esse era um dia visto como um divisor de águas - afinal, já estavam no final do ano e o mau rendimento nesse bimestre poderia levá-los à recuperação final, temida por todos.

Observei o conselho de classe participativo de duas turmas do primeiro ano do Ensino Médio, os dois estruturados da mesma forma. Por meio de uma sequência de ações ordenadas e predeterminadas, pude perceber um aspecto ritualístico e performático do evento. O primeiro que fala é o professor conselheiro da turma - professor responsável por acompanhar a turma durante o ano, devendo ajudá-los e orientá-los. Uma análise geral do comportamento da turma é realizada e, logo em seguida, a própria turma faz uma auto-avaliação. Todos os comentários giraram em torno de uma suposta desordem da turma e desinteresse nos conteúdos a serem transmitidos.

Antes do conselho acontecer, o professor

conselheiro reúne-se com a turma para que possam fazer uma avaliação de cada professor e da estrutura da escola, atribuindo-lhes notas de 0 a 5, em quesitos como: método avaliativo, relação com os alunos, uso do tempo da aula e didática. Essas notas, juntamente com reclamações e elogios da turma, são expostas pelo professor conselheiro. A razão de ser assim é que os professores e a direção da escola entendem que os alunos não se sentem à vontade para avaliar os professores na frente deles, por mais que seja isso que os professores fazem com os alunos logo em seguida.

A próxima etapa acontece da seguinte forma: o diretor fala em voz alta o nome de um aluno, em seguida cada professor fala se o aluno ficou ou não de recuperação na sua matéria, podendo fazer comentários sobre o comportamento do aluno. É nesse momento, também, que a funcionária do SOE faz seus comentários sobre o aluno, caso tenha algo a falar. Depois que todos os adultos falam, é dada a palavra ao estudante alvo. Esse formato remete à ideia de que o aluno está ali para ser “julgado”.

Após serem expostas as “acusações”, o aluno pode tentar se justificar, sendo ele seu próprio “advogado de defesa”, dentro da perspectiva de um “júri”. Esse é o momento de extrema ansiedade para os alunos, e muitos choram. No conselho de uma das turmas, uma aluna participativa e tranquila precisou sair da sala e ir pra casa, pois estava passando mal de ansiedade. Não é somente a organização que faz lembrar um “julgamento”, mas o sentimento, perceptível pelos corpos, de que os alunos - como “réus” - fizeram algo de errado e os professores - como “advogados de acusação” e “juízes” - estão ali para apontar esse erro e decidir se por causa dele o aluno ficará ou não de recuperação.

Tal postura por parte do corpo docente ilumina o quão contraditórias e injustas são essas posições assumidas

A primeira fala de um dos professores chamou-me a atenção. O conteúdo da fala dirigida à turma como um todo era que o conselho de classe participativo era um espaço democrático e que os alunos deviam sentir-se à vontade para falar, sempre prezando por uma postura respeitosa ao se dirigirem aos seus professores. Entretanto, o que pude perceber é que chegado esse momento dos alunos falarem, eles não o faziam. O silêncio, a postura retraída e cabisbaixa e o choro deixaram entrever que esses alunos, quando não sentiam um embaraço diante dos comentários tecidos a seu respeito na frente de toda a turma, sentiam-se extremamente acanhados. Como resultado, os professores não recebiam retorno algum. Eu tinha ciência, devido a conversas informais anteriores, que os alunos tinham muitas críticas a respeito de alguns professores e, nos conselhos das duas turmas que acompanhei, ouvi apenas uma crítica sendo feito por parte de um aluno.

Ainda no início, enquanto o professor conselheiro anunciava as notas dadas aos outros professores, todos eles procuravam justificar-se, em uma tentativa de invalidação das notas recebidas - caso fossem baixas - e das reclamações feitas pelos estudantes. O conteúdo deste movimento de invalidação era basicamente o mesmo, de que a turma era difícil - seja pela existência de conversa paralela ou da falta de interesse por parte dos alunos - e que isso impedia o professor de realizar um bom trabalho. Isentando-se, assim, de autorreflexões acerca de sua prática pedagógica. E a turma ouvia calada.

Nas avaliações individuais de cada aluno, no momento que lhes era permitido falar, alguns justificavam

as atitudes apontadas pelos professores, reportando problemas que estavam tendo em casa ou com sua vida pessoal de forma geral. Muitos problemas graves foram expostos, em alguns momentos até por insistência dos professores que perguntavam incisivamente qual tinha sido o motivo do baixo rendimento do aluno. Toda coragem necessária ao aluno para expor certos aspectos íntimos de sua vida na frente de toda a sua turma e de todos os seus professores não era acolhida, na medida em que os professores ouviam com desdém e, ao final, afirmavam: “Eu também tenho problemas pessoais, mas você não vai me ver trazendo eles aqui para escola. Você tem que aprender a separar as coisas, sua vida em casa não pode afetar seus estudos.”[1]. E depois delegavam a responsabilidade de resolução desses conflitos para a funcionária do SOE.

Além disso, o único aluno que vi fazer uma crítica a um professor, naquele momento, pediu licença para fazê-la e, uma vez terminada a sua fala, recebeu uma resposta absurda. A crítica foi direcionada ao método didático do professor e, em sua resposta, que foi dada de forma extremamente grosseira e agressiva, o professor afirmava que era dever do aluno ir atrás de tirar suas dúvidas e que ele não podia esperar que o professor “mastigasse” tudo para ele[2].

Uma vez avaliados todos os alunos, alguns professores fizeram algumas colocações finais sobre a importância do estudo em suas vidas na forma de discursos um tanto quanto genéricos e impessoais. O conteúdo da fala do professor de sociologia, o qual posso afirmar que é compartilhado por todos os professores, foi extremamente enfática no sentido de atrelar a importância da educação à aprovação no vestibular, para que assim pudessem ganhar muito dinheiro, e em afirmar que

aqueles que se esforçassem e estudassem muito, iriam conseguir. Não nego a função social que adquire a escola, principalmente para os familiares e/ou responsáveis dos adolescentes, como veículo para o alcance da mobilidade social. Especialmente, por se tratar de adolescentes que residem em uma região periférica. Entretanto, o discurso do professor faz chegar aos alunos a ideia de que devem frequentar uma universidade para, quase que exclusivamente, enriquecer, alinhando a educação a um discurso meritocrático de caráter liberal.

3 Possibilidades do olhar etnográfico localizado entre a discência e a docência

Como integrante do PIBID, fazia parte de um grupo de oito estudantes da graduação, todas nós matriculadas na habilitação Licenciatura em Ciências Sociais. O objetivo do programa, resumidamente, é familiarizar o estudante aspirante a professor com a prática da docência em Sociologia. Acompanhamos o professor de Sociologia do turno vespertino em suas aulas. No início, apenas assistíamos às aulas e realizávamos observações e levantamentos que geravam discussões em momentos posteriores de reunião junto ao nosso orientador. Como o nosso objetivo era primeiramente entender como funcionava a escola - sua organização e como se davam as relações nesse espaço - e observar o professor em ação em sala de aula, sentávamos junto aos alunos, geralmente nas cadeiras do fundo da sala.

Essa postura fez com que eu detivesse minha atenção para a posição que eu estava assumindo dentro da sala de aula e como isso repercutia na minha relação com os agentes sociais presentes na escola. Pressupondo

a relação hierárquica que existe entre quem exerce o ato de ensinar e quem exerce o de aprender, nesse primeiro momento, no qual assumíamos atitudes típicas de um estudante - como sentar na carteira e observar e fazer anotações sobre a aula - mostrávamos para os alunos que estávamos ali para aprender e não para ensinar. Fato que, sob o olhar dos adolescentes, afastava-nos da posição de professores, aliado com a questão geracional - afinal, no quesito etário, estávamos mais próximos dos alunos do que dos professores. Assim, tivemos uma ótima oportunidade de nos aproximarmos dos estudantes e percebi, vindo deles, uma maior vontade de se aproximar de nós, do que de muitos de seus professores. O que materializava o nosso objetivo: que eles soubessem que não estávamos ali assumindo o papel de seus professores e substituindo-os. Dessa forma, obtínhamos acesso, com facilidade, às suas inquietações, tanto com relação à matéria quanto com atitudes de professores, em conversas particulares, uma vez que - como eles mesmos afirmavam - não se sentiam à vontade para expor o que pensavam em sala de aula.

Concomitantemente, também não éramos enxergadas como adolescentes e nem estudantes do Ensino Médio. No momento em que nos colocamos à disposição para explicar o conteúdo, caso restassem dúvidas de alguma aula que tivesse sido dada, e em que passamos a ser responsáveis pela correção das atividades, isso ficou ainda mais evidente. Estávamos nos apropriando do ato de ensinar, nos afastando do papel que assumiam os alunos. Dessa forma, mostrávamos, igualmente, que não estávamos ali para nos tornarmos alunas da escola.

Não éramos nem alunas nem professoras ao mesmo tempo em que éramos alunas e professoras. Na

trajetória da discência à docência nos encontrávamos no meio do caminho, em um ponto privilegiado onde podíamos observar o encontro dessas duas posições sociais. Além disso, ao não fazer parte de um grupo social específico do espaço escolar, tínhamos acesso tanto ao mundo dos adolescentes, por meio dessas várias conversas, quanto ao mundo dos adultos, ao permitir que nós participássemos de reuniões exclusivas e frequentássemos a sala de professores.

Inspiro-me no trabalho de Flavia Pires (2007) sobre ser adulto e pesquisar crianças para refletir sobre essa minha posição e pensar como ela se relaciona com o foco deste trabalho - embora eu não tenha estado na escola em questão como pesquisadora:

De uma perspectiva antropológica, o pesquisador deve ser capaz de observar a comunidade de uma perspectiva interna. Isso não quer dizer que ele deva transformar-se em nativo, mas, sim, que as suas dessemelhanças em relação aos nativos não sejam um impeditivo para a relação. Um dos desafios do pesquisador é conseguir manejar sua presença no campo, de modo que respeite as normas de interação social reinantes e as especificidades daquela comunidade, ao mesmo tempo em que consiga se inserir de maneira efetiva a fim realizar sua pesquisa satisfatoriamente. (PIRES, 2007, p. 255)

A autora explicita que ao longo de sua pesquisa etnográfica pôde perceber que, em Catingueira[3], crianças e adultos são vistos como ontologicamente diferentes, habitantes de mundos que não devem se misturar. Realizando um diálogo com as conclusões obtidas por Pires (2007) em seu campo, concluo que, na escola, esses mundos também não se misturam, embora, obrigatoriamente

se entrecruzem. E é nesse entrecruzamento de diferenças que se percebe como se formam as relações de poder e hierarquia entre professor e aluno.

Os sujeitos que se relacionam na escola possuem referenciais simbólicos diversos e atribuem sentidos diferentes à experiência escolar. Assim, posso afirmar que utilizei a posição ocupada por mim na escola como facilitadora do meu acesso a esses símbolos e sentidos particulares de cada grupo.

A percepção da existência de diversos universos simbólicos que interpretam a realidade e atuam nela através do corpo de forma a se diferenciarem, é, antes de tudo, visual e espacial. Não é que a organização espacial, do conselho em questão seja diferente do que se vê na esmagadora maioria das salas de aula pelo Brasil, o que importa aqui é entender como esses diversos corpos se portam diante de uma atividade escolar delineada para o exercício e consolidação da democracia.

O fato dos professores, no conselho, se posicionarem à frente e a forma como se comportavam - todos com seus computadores ou folha de avaliação dos alunos, falavam alto e davam risada, mostrando tranquilidade e descontração - quando em comparação com a forma que os corpos dos alunos se portavam, nota-se uma evidente diferença do significado desse evento para o grupo dos adultos e para o grupo dos adolescentes. O medo que os alunos sentem em criticar as aulas para os próprios professores é mais um sinal da destoante posição que assumem esses dois grupos.

4 Construindo o Estado democrático

A partir da década de 1980, pôde-se observar, no Brasil, um movimento em prol da consolidação da

democracia e do retorno do Estado de direito, após longos anos de ditadura. Entende-se que a construção de um Estado democrático requer a imposição de certos princípios e o estabelecimento de práticas que impliquem em sua concretização. É possível percebê-los por meio da linguagem que se desenvolve no âmbito legal, uma vez que esse processo é acompanhado e constituído pelo poder legislativo. No momento em que são redigidas as novas legislações que acompanham o processo de redemocratização do Estado brasileiro, torna-se evidente a afirmação das ideias necessárias à democracia e as orientações dadas às instituições para que se adequem ao contexto democrático.

Dessa forma, percebe-se os processos de reformulação legal como momentos adequados para o entendimento da constituição da noção de indivíduo de determinada sociedade - no caso, a brasileira. A educação aparece como um importante foco desse processo de reformulação legal, sendo repensada a partir dos princípios de democracia e cidadania. Acatando essa perspectiva, como exemplos dessas modificações, em uma tentativa de adequação da legislação ao contexto democrático, aparecem a própria Constituição Federal, promulgada em 1988, e leis inspiradas em legislações de proteção aos direitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996.

A importância da escrita dessas leis, para o presente artigo, não está em iluminar as novas regras e procedimentos, mas em informar maneiras de imaginar a realidade que dão significado às práticas empregadas na constituição do que é ser um indivíduo, ou melhor,

um cidadão do Estado democrático brasileiro. Falar de cidadania é falar dos direitos e dos deveres de um indivíduo em uma sociedade organizada na forma de Estado. Tais direitos e deveres, para além de serem formalmente estabelecidos, são incorporados por agentes específicos[4]. Isso significa - como fica evidente na descrição das relações constituídas no âmbito escolar feita acima - que em domínios sociais particulares, haverá referenciais simbólicos diferenciados articulando-se em constante luta pela própria definição de sentido que esses direitos e deveres explicitam.

É esse ângulo de visão acerca dos sentidos que os direitos assumem em contextos específicos que possibilita a constituição do que talvez seja a principal contribuição antropológica: a passagem da análise dos princípios formais para as práticas cotidianas da constituição dos direitos, de seus sentidos, usos, apropriações e reformulações na particularidade das experiências sociais. (SCHUCH, 2006, p. 58-59)

Dessa maneira, concluo que as transformações, que impulsionam esse momento de reformulação legal, nos sentidos atribuídos aos direitos e deveres e, conseqüentemente, nas relações de poder - derivadas dessa luta pela definição de sentido - são evidenciadas no momento em que as leis são colocadas em prática. Assim, ao refletir sobre a experiência do conselho de classe participativo, pretendo realizar uma tentativa de compreender como essas leis se traduzem na prática, ou seja, quais os significados esses conceitos assumem quando incorporados pelos diferentes agentes sociais que ocupam um papel no contexto escolar e o sentido que tomam os direitos e os deveres associados às práticas educativas.

Pensar sobre a promulgação de certos direitos vai muito além da percepção de como se expressam valores humanitários, ilumina a existência de filosofias incorporadas por agentes diversos que se articulam em constante disputa. É nesse contexto que são mobilizadas discussões nacionais que tem como resultado o ECA, no que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e a LDB, no que diz respeito à proteção do direito e à disciplina da educação escolar.

Para a compreensão dos efeitos sociais que surgem como consequência do momento de mudança legal e das legislações pensadas a partir disso, é necessário destacar como essa transformação de princípios é expressa nas relações entre diversos agentes estatais com as crianças e adolescentes e seus familiares e/ou responsáveis. A institucionalização dessa reestruturação legal em órgãos específicos e a consolidação da criança como um sujeito de direitos[5] direcionam o foco dessa discussão para as diversas práticas observadas nas escolas.

Historicamente, as escolas ocuparam um papel de socializar o conhecimento sistematizado e organizaram-se de forma excludente, principalmente no Brasil, onde se percebem os traços de uma herança colonial e jesuítica, além de uma displicência para com a escolarização das massas. O que torna evidente um duplo movimento da educação de resumir legados culturais de gerações precedentes e preparar para as exigências do futuro (PENIN; VIEIRA, 2002).

É perceptível a fluidez das práticas que conduzem o processo educacional, no momento em que se entende que quaisquer mudanças significativas nas bases sociais de uma sociedade exigem novas atribuições à escola. Assim, com base no que foi dito, o momento

de transformações que se inicia com o fim da ditadura militar no Brasil, atua de forma a exigir mudanças estruturais significativas nas escolas, uma vez que, passa-se a cobrar dessas instituições que se organizem sob princípios democráticos e de cidadania e em consonância com o ideal de infância que vinha sendo discutido.

Uma vez que, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal de 1988 são a materialização desse processo de reformulação legal e que, em seus discursos, estão expressos os valores que a educação deve possuir, reitera-se, conseqüentemente, que em sua construção estão definidos os fins da educação brasileira. A democracia, como valor, está presente nas leis, e como processo, se explicita no cotidiano escolar. Para que os princípios democráticos se estabeleçam como um ideal de sociedade é necessário que permeiem as relações construídas no espaço escolar gerando a aprendizagem do exercício da cidadania. Sendo a escola um lugar de coabitação de diferentes agentes sociais esses princípios são incorporados e vivenciados de diferentes formas, que entram em confronto através das relações de poder estabelecidas.

5 A performance ritual: da legislação à prática

A escola, como foco da presente análise etnográfica, possui uma importância, em articulação com a democracia, para além de iluminar o modo como as leis - ou valores do Estado - transmutam-se em práticas cotidianas através das relações entre professores, alunos, gestores etc. A relevância da escola, nesse sentido, é

que além de ser responsável por ensinar o exercício da cidadania, deve ensinar os princípios da convivência democrática como um todo, tornando-se essencial para o Estado democrático de direito na promoção da paz, no respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Consolida-se, dessa forma, o papel da educação, que deveria se dar na democracia e para a democracia.

O processo que tem como objetivo a consolidação dos valores democráticos se materializa através de práticas que assegurem a prevista condição de igualdade a todos. A gestão democrática aparece no art. 3º da LDB como um princípio básico da organização do ensino público e se traduz em experiências que viabilizam a participação. E é com essa evidente intenção que se realiza o conselho de classe participativo.

A gestão pode ser compreendida como um conjunto de ações que constituem um processo que vai desde a tomada de uma decisão até sua consolidação em práticas concretas. Caracteriza-se por uma série de procedimentos que visam a atingir os objetivos da escola em dois eixos. O primeiro, os instituídos pelas normas legais e definidos pelo Estado. O segundo, os oriundos no contexto sociocultural e político no qual se dão relações específicas em uma determinada escola (DE OLIVEIRA; LIBÂNEO; TOSCHI, 2017).

Observa-se a existência de diversas concepções de gestão escolar, que refletem os papéis sociais e as posições políticas dos sujeitos que constituem o espaço escolar. A escolha de determinado modo de organização e a forma como é posto em prática possui uma dimensão pedagógica, uma vez que, traz a lume o compromisso da escola com a conservação ou transformação social. Na concepção de uma gestão democrática, é de suma importância que

os objetivos específicos da escola sejam assumidos por todos, não somente pelos adultos, mas também pelos alunos, visto que, são membros desse sistema e não apenas usuários do serviço promovido pela instituição escola. Assim, é essencial a participação ativa dos agentes sociais em âmbito escolar considerando-se suas subjetividades (DE OLIVEIRA; LIBÂNEO; TOSCHI, 2017).

Nesse sentido, a escola possui a função social de mediar o acesso dos alunos às competências para a participação na vida social, econômica e cultural, a fim de não ensejar novas formas de divisão social. A participação aparece como o principal meio de assegurar a gestão democrática. Em uma perspectiva de afastar a escola de uma concepção técnico-científica[6] baseada no poder e na autoridade, que é o modelo mais comum na realidade educacional brasileira (DE OLIVEIRA; LIBÂNEO; TOSCHI, 2017).

A opção por realizar a descrição do conselho participativo para focalizar a problemática em questão advém desse entendimento de que esse evento enfatiza os valores de igualdade, liberdade e paz necessários à prática cidadã e democrática nas escolas. É um evento que por mais que seja considerado atípico pelos agentes educacionais, faz parte da rotina da escola etnografada, dada sua constância e centralidade para a implantação de uma convivência democrática. Aproximando-se, dessa forma, da definição de ritual teorizada por Tambiah (1985)[7] e podendo ser comparado, em certo nível, à noção de espetáculo de Geertz (1980) desenvolvida a partir do estudo do Negara. Uma vez que, assim como os espetáculos do Estado balinês, o conselho de classe não se define como um meio para que se alcance determinado

fim, ele é o próprio fim. Em outras palavras, já que, uma sociedade democrática como finalidade máxima das ações institucionais, implica afirmações de intenções e manifestações que a concretize, o conselho de classe participativo não é instrumental para que se alcance uma sociedade democrática, ele é a própria sociedade democrática em funcionamento (SCHUCH, 2006).

Na medida em que o significado incorporado que a convivência democrática assume é diferente, a atividade é vivenciada de forma diferente. A democracia pressupõe igualdade, e faz sentido que professores e alunos estejam nesse espaço, que tem como função consolidar a convivência democrática, com objetivos diferentes? Ao entrar na sala que ocorria o conselho de classe à primeira vista entendia-se o que aquele posicionamento espacial significava: uma reafirmação da hierarquia do saber. Os professores, à frente, mostravam que continham informações que os alunos não. E os alunos temiam essas informações, era quase como se estivessem esperando o veredicto de um “júri”. Fica evidente o entrecruzamento entre poder e significado que estrutura as relações de sala de aula, num claro tom de desigualdade. Compreende-se que a escolha pela gestão democrática não é o suficiente, na medida que, na prática, acabam sendo reproduzidas formas de organização e gestão mais convencionais.

As reações dos professores nos momentos em que os alunos relataram seus problemas pessoais e lhes atribuíram notas baixas ou criticaram suas metodologias, demonstram que a prerrogativa da igualdade é definida pelos adultos, ou seja, são os professores que definem em que momento os alunos serão tratados como iguais e em quais não o serão. O professor ter comparado o seu

modo de lidar com problemas pessoais com o dos alunos e esperar que eles deixem esses problemas, que na maioria das vezes são extremamente complicados, de lado, é, no mínimo, desleal. Uma enorme diferença socioeconômica e etária tem que ser levada em consideração nesse caso em que os dois grupos foram tratados como iguais.

E quando a questão é o respeito, modo com o qual se deve tratar todas as pessoas sem distinção, isso é cobrado de forma completamente desigual. Dos alunos exige-se um respeito que não é dado pelos professores, mascarando uma relação que na verdade é de autoridade e submissão. Percebe-se como as noções de cidadania são sentidas e revertidas em práticas a partir do universo simbólico dos professores logo, dos adultos. Cobra-se um senso de dever e responsabilidade do adolescente ao mesmo tempo em que não se proporciona um acesso pleno aos seus direitos por não ser adulto e por estar ocupando a posição social de aluno. Aqui mais um princípio é questionado quando posto em prática na convivência democrática: o da liberdade. A liberdade de expressão, prevista como um princípio democrático, é incorporada pelos professores de modo a ser amplamente utilizada por eles e cerceada dos alunos, através da coação.

O pressuposto do Estado democrático de que todos são iguais é amparado na ideia de uma universalidade ontológica, tal concepção protagoniza a garantia dos direitos da cidadania e da infância. Entretanto, principalmente quando tratamos de um país com histórico colonial não se pode negar a existência de uma multiplicidade de atores, histórias e categorias, que são excluídas pela ideia de indivíduo universal. Dessa forma, infere-se do momento ritual observado que ao mesmo tempo em que

os professores constantemente reafirmam seus direitos enquanto cidadãos pertencentes a um Estado democrático, os alunos não integram esse ideal de indivíduo universal portador de direitos fundamentais. Esses adolescentes encontram-se, assim, numa posição decisiva, pois, seguindo-se a lógica apreendida no conselho de classe, se conseguirem entrar em uma universidade - e ganharem dinheiro - podem ter a chance de, finalmente, ter acesso aos seus direitos. Fica evidente, então, o alinhamento do ser cidadão ao ensino para o enriquecimento. O que pode ser traduzido por uma frase comumente reproduzida para os alunos: “estude para ser alguém na vida”.

E, para além disso, a passagem da responsabilidade do alcance desses direitos para o adolescente, quando, na verdade, sabe-se que chegar e manter-se em uma universidade pública no Brasil não é uma tarefa fácil para um jovem da periferia. A democracia em articulação com o exercício da cidadania e com a qualificação para o trabalho pressupõe uma igualdade que não é real, mas é incorporada pelos agentes sociais em seus discursos e ações.

6 Conclusão

Concluo, assim, que uma vez que, a igualdade aparece como requisito fundamental da prática democrática, todos os outros valores serão incorporados e aplicados de forma diferente para determinados grupos sociais, pois essa igualdade não existe. Destarte, afirmo que os princípios sob os quais a escola é construída são os de hierarquia calcificada e obediência à autoridade. Alunos e professores não são diferentes apenas em suas posições sociais, no caso de uma escola de ensino fundamental e médio, eles se diferenciam, também, por

serem adolescentes e adultos. Em níveis de realidade diferentes, a cidadania e a democracia assumem diversos sentidos. Na escola, elas são colocadas em prática cotidianamente da forma como são incorporados esses princípios pelos adultos. Se, a escola, prezando pela democracia deve praticá-la e ensiná-la e é através do sentido que assume no universo simbólico dos professores que isso é feito, são esses sentidos que aos poucos vão sendo incorporados também pelos alunos, criando um ciclo de reprodução mascarada das desigualdades[8].

Como consequência, afasta a educação daquele que deveria ser o seu objetivo: capacitar e libertar. O conselho, um espaço que poderia ser usado para se pensar em conjunto uma maneira do aprendizado se tornar libertador, é usado para a execução de rituais de controle e exercício injusto do poder (HOOKS, 2013). Poder-se-ia dizer, então, que o conselho de classe participativo pode ser um exemplo de como a Unidade Escolar em questão está falhando no momento de transmissão e vivência de valores democráticos formalmente construídos para a prática cotidiana. Mas, desejo ir além e pensar que expressa em suas manifestações de democracia e cidadania a realidade sob a qual os princípios orientadores do nosso Estado de direito e, conseqüentemente, a nossa legislação, foram pensados. Uma vez que o ritual pode ser caracterizado como um momento no qual estruturas e papéis sociais se iluminam ao mesmo tempo em que se mantém o controle social. Encena-se a igualdade a fim de renovar a hierarquia.

NOTAS

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília.

[1] Transcrição de uma fala que testemunhei proferida por um dos professores presentes no conselho após um aluno ter feito um relato de um problema que estava passando em casa e que o atrapalhava de focar nos estudos.

[2] Tal atitude pode ser entendida, por uma visão de que a falta de conformidade com o método utilizado pelo professor por parte dos alunos era vista como um gesto vazio de desafio cujo objetivo é mascarar um trabalho abaixo do padrão que se espera (HOOKS, 2013).

[3] Cidade na qual PIRES (2007) realizou seu estudo de campo.

[4] Uma das chaves do conhecimento antropológico é a admissão de que as categorias existem em contexto, isto é, são temporal e espacialmente referidas (CHAVES, 1996).

[5] O que pode ser explicado observando-se o contexto internacional e a recém criação de instituições - como a Organização das Nações Unidas e seu órgão especializado em crianças e adolescentes, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - que difundiam a todo vapor a ideia de indivíduo portador de direitos fundamentais, acima de qualquer identidade atribuída.(SCHUCH, 2006)

[6] A concepção técnico-científica, a nível de projeto pedagógico, baseia-se na racionalização e na eficiência e, a nível de organização, na hierarquia de cargos e funções. É uma forma de administração conservadora, na qual podem ser observados princípios do que seria uma administração empresarial (DE OLIVEIRA; LIBÂNEO; TOSCHI, 2017).

[7] Ritual enquanto sistema de comunicação simbólica (TAMBIAH, 1985).

[8] Aqui, resalto assim como CHAVES (1996) que para

operar, o esquema conceitual de apreensão do mundo simbólico demanda estabilidade, não nego, entretanto, sua propensão à dinamização do significado decorrente da interação social própria dos eventos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DE ALENCAR CHAVES, Christine. Eleições em Buritis: a pessoa política. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1996.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GEERTZ, Clifford. Negara. Princeton University Press, 1980.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, p. 13-45, 2002.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. Revista de Antropologia, v. 50, n. 1, p. 225-270, 2007.

SCHUCH, Patrice. Direitos e sensibilidades: uma

etnografia das práticas de justiça da infância e juventude. Antropologia e direitos humanos, v. 4, p. 57-120, 2006.

TAMBIAH, Stanley J. A Performative Approach to Ritual. In: Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.



Resenhas e Ensaaios

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: IMPLICAÇÕES, PERSPECTIVAS E SINGULARIDADES

CIENCIAS HUMANAS Y SOCIALES: IMPLICACIONES, PERSPECTIVAS Y SINGULARIDADES

*João Daniel de Lima Simeão

Recebido em: 21/04/2020

Aceito em: 10/06/2020

Resumo

A resenha consiste num resumo e crítica sobre o livro *Introdução à Metodologia da Ciência* de Pedro Demo (2012), que discorre sobre metodologias em pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Objetivamos, neste espaço, suscitar no campo acadêmico, sobretudo entre os iniciantes, reflexões acerca dessa importante parcela do fazer científico que é a metodologia. A obra, além de indicada realiza o debate com qualidade e comunicabilidade.

Palavras-chave: Metodologia; Pesquisa; Ciências.

Abstract

La reseña consiste en un resumen y una crítica sobre el libro *Introducción a la Metodología de la Ciencia* de Pedro Demo (2012), que hace una análisis metodologías a cerca de investigación en las áreas de Ciencias Humanas y Sociales. Nuestro objetivo, en este espacio, es plantear en el campo académico, especialmente entre los principiantes, reflexiones sobre esta parte importante del hacer científico que es la metodología. El trabajo, además de ser indicado, lleva a cabo el debate con calidad y comunibilida.

Key words: Metodología; Encuesta; Ciencias.

Introdução

O filósofo Pedro Demo, autor do livro *Introdução à Metodologia da Ciência*, é Doutor em Sociologia pela Universität Des Saarlandes (Alemanha) e Pós Doutor em Ciências Humanas pela UCLA (Estados Unidos). Professor aposentado da Universidade de Brasília (UnB). Tem como área de pesquisa central e de vasta produção bibliográfica problematização sobre metodologia científica no contexto da teoria crítica e pesquisa qualitativa.

O autor inicia sua obra discorrendo sobre duas concepções quanto aos métodos de pesquisa em Ciências

Naturais e Ciências Sociais. Há a defesa de que as Ciências Sociais devam desenvolver métodos próprios e específicos, enquanto outros pesquisadores defendem que podem valer-se de métodos das Ciências Exatas. Todavia, a centralidade inicial em Demo (2012) é reconhecer a diferença e singularidade do objeto de estudo das Ciências Humanas e Sociais, distando das outras ciências.

Frente a isso, tem-se como particularidade das Ciências Humanas e Sociais o objeto de estudo que possui uma história, onde “nascem, crescem,

amadurecem, envelhecem e morrem” (2012, p. 16) e não simplesmente um desenvolvimento ou persistência cronológica, pois além disso, o referido objeto junto ao pesquisador reconhece sua história. Ademais, concebe-se que é imprudente negligenciar a relação entre identidade, sujeito e objeto, ao perceber que o cientista social realiza uma pesquisa sobre sujeitos inseridos numa cultura. Portanto, os dados oferecidos para problematização estão postulados de forma qualitativa e não exata, o que não pode ser motivação para falta de rigor científico. Todavia, para o pesquisador, o hiato principal entre Ciências Humanas/Sociais das outras ciências centra-se no que expõe: “O objeto das ciências sociais é intrinsecamente ideológico, porque a ideologia está alojada em seu interior, inevitavelmente. Faz parte do objeto” (2012, p. 17).

Desta forma, o autor compreende metodologia como o caminho necessário no fazer científico, que delimita a criatividade do pesquisador, sendo um espaço da pesquisa que atenta aos procedimentos e ferramentas que permitirá a coleta dos dados, tal como, a interpretação analítica dos elementos da investigação, todavia, o autor disserta que “o que realmente interessa é a pesquisa. Esta é a maior finalidade básica da ciência. A metodologia é somente instrumento para chegarmos lá” (2012, p. 22).

Quanto o que entende como o ato de pesquisar, Demo (2012), parte da concepção de que a realidade não está postulada, cabendo ao investigador desvendá-la, atividade considerada como pesquisa, ou seja, prática pela qual se descobre a realidade. Desta forma, quatro são as formas de pesquisa, sendo elas: Teórica, que se refere ao estudo conceitual, bibliográfica, especialmente, nos cânones da ciência; metodológica, que trata dos

instrumentos de captação e manipulação da realidade; empírica, que problematiza os dados concretos tendo sua importância por permitir trazer teoria para o campo prático, observável, por fim, prática que se refere a aplicação conceitual, investigada na observação.

No capítulo segundo o autor lança o que chama de autocrítica quanto as Ciências Humanas e Sociais ao traçar reflexões sobre as determinações e limites da demarcação científica. Por demarcação científica entende-se como “esforço de separar o que é e o que não é científico” (2012, p. 30). Assim, há diferenciação entre o saber comum, tomado como acrítico, do saber científico. Demo (2012) ressalta que as inquietações do senso comum instigam o desejo investigativo no cientista.

No tocante às proposições anteriores o autor aprofunda o debate ao retomar que o cientista social não deixa de ser participante da observação ao conceder sua interpretação ao observável, visto que, “o dado não fala por si” e, desta maneira, se assenta numa ideologia, por vezes, pertencente àquela da estrutura dominante. Todavia, não compete ao raciocínio afirmar que a Ideologia é sempre a finalidade da ciência.

Isto posto, o autor apresenta os passos essenciais e fundamentais do trabalho científico, sendo eles: levantamento da hipótese de trabalho, momento que lança-se suspeitas explicativas para os problemas que inquietam o trabalho; posteriormente configura-se a fase da elaboração do roteiro do trabalho ocasião que se realiza revisão bibliográfica a respeito do que fora produzido, tal como, suas conclusões e planejamento da organização das seções/capítulos do desenvolvimento do trabalho, ou seja, tem-se uma estruturação do caminho; seguidamente, efetiva-se o

teste de hipótese findando com as conclusões que será posta em paralelo com a hipótese inicial. É o momento do trabalho científico que mostra-se nos resultados, proposições, fundamentando-se nas reflexões teóricas e empíricas.

Em todo o momento, segundo Demo (2012) o pesquisador deve valer-se da imaginação e criatividade. Nesse sentido, ele tem à frente as tarefas básicas para construção da ciência que é proceder com clareza, propriedade, anulação de dúvidas e ambiguidades, transparência, classificações nítidas, sistematizadas e ordenadas. Entendemos que por se tratar de saberes humanísticos o autor poderia ter apontado que o objetivo dos cientistas sociais se associa, de modo geral, a conferir interpretações e leituras sociais e não conclusões fechadas, contudo os apontamentos do autor são essenciais e bem fundamentados o que o leva no terceiro capítulo deparamo-nos com reflexões epistemológicas sobre a produção científica. As ciências, mesmo que social, tendem a ter postura determinista ou dogmática, sobretudo, por analisar demonstrações regulares da sociedade e da cultura. Assim, os condicionamentos sociais devem ser considerados e observados quando problematiza-se o indivíduo e a sociedade.

O objeto de estudo destas referenciadas ciências têm uma história que é (re)feita perenemente com os conflitos e reconfigurações das estruturas. Dimensões estas que encontram-se numa realidade postulada a qual deve fundamentar-se a pesquisa social, segundo o autor, tem-se a realidade como “a mestra verdadeira da ciência” e é partindo dela que reflexões, conclusões, autores e pensamentos devem pautar-se. Estas condições, portanto, potencializam tais produções científicas para que não sejam

apenas artifícios dialógicos eruditos. Entendemos ser essa um posicionamento prudentemente crítico do autor.

A quinta seção da obra traz a problematização sobre a dimensão e relação entre teoria e prática, sendo uma das características principais das Ciências Sociais, além do mais, sendo a prática o critério da verdade teórica (2012), por ser o espaço da pesquisa no qual se tem a aplicabilidade ou sustentação no discurso, na reflexão daquilo que é apontado pela teoria. Inclusive, permitindo que os trabalhos aqui produzidos intervenham no campo investigado, levando a mesma para um compromisso social. O estudo apenas teórico está condicionado à reprodução de axiomas que a prática pode contrapor ou desmitificar. Desta forma, conclui propondo que “nada é tão proveitoso para uma teoria como uma boa prática, e vice-versa” (2012, p. 82). É cabível reconhecer que o autor aponta positivamente para a função social das pesquisas sociais e reconhece a indissociabilidade entre teoria e prática; reflexão e cotidiano.

No tocante ao desenvolvimento da pesquisa Demo (2012) realiza autocrítica às Ciências Sociais ao colocar que estes pensadores estão diretamente inseridos na elite social e/ou intelectual da sociedade que compõem o espaço de Ensino Superior, ocupado massivamente por aqueles que possuem méritos sociais, políticos ou econômicos. Esta condição, portanto, faz com que os conhecimentos encontrados nestas produções sirvam em prol de projetos de alienação e disseminação de ideologias hegemônicas.

Considerada como a metodologia ideal, ou ainda por ser uma “metodologia social” (2012, p. 85) para Ciências Sociais, o sexto capítulo é destinado à problematização, caracterização e crítica sobre a Dialética. Inicialmente, o autor apresenta que são

várias as abordagens, aplicabilidades e classificações da dialética, sendo a marxista a mais conhecida.

Todavia, propõe como basilar perceber que a mencionada metodologia se fundamenta em privilegiar o estudo ou análise crítica da estrutura social expressa nas transformações históricas, ao passo que, está ligada à contradição, no sentido de perceber que o total tem dois polos distintos que se repelem e se atraem concomitante. Portanto, tem-se na dialética uma metodologia que prioriza o ser histórico em constante mudança. Interpretamos que o movimento de realçar a dialética condiz com a proposta do livro que é apontar metodologias habituais e que mais se vincula com a proposta científica das Ciências Humanas e Sociais.

O autor expõe que esta metodologia possui uma alma sendo ela a antítese, propiciando ao investigador social o diálogo constante. Essa é caracterizada por diversos aspectos, entre eles, ser cabível de permitir a relação sujeito e objeto além de propiciar a criatividade neste trânsito; é adaptável à análise clínica do fato histórico, inclusive, permitindo um recorte na pesquisa, por não almejar ter conclusões generalizadas, tal como nas ciências exatas e naturais, apesar de dialogar com as outras ciências, inclusive, admitindo suas metodologias. Especialmente, tem-se a convivência com a consciência histórica, visões de mundo, ideologias e, portanto, vê-se forçada a aprofundar a pesquisa, afim de não condicionar reflexões conclusivas sustando-se em exposições superficiais que a realidade pode mostrar de forma imediata.

No sétimo capítulo é feito debate sobre metodologias de pesquisa consideradas pelo autor como importantes. São elas: Empirismo e

Positivismo, Estruturalismo e Sistemismo. A primeira é se fundamenta na conclusão (de forma indutiva ou dedutiva) através da observação, no que o teste experimental permite constatar, muitas vezes de forma reducionista ou simplória. Complexidade maior é desenvolvida no Positivismo, usual nas ciências exatas e naturais, projeta como finalidade o estabelecimento de verdades definitivas, leis gerais e universais, ao passo que, a ciência é tomada como a solução para o mundo. O estruturalismo, disseminada pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss, propõe que é importante o estudo da estrutura que é invariável e determinante no contexto social. Já o funcionalismo fundamentou o Sistemismo, que admite a sociedade como organismo ordenado, que segue estruturas e funcionalidades determinadas.

Conclusão

De forma conclusiva o último capítulo do livro apresenta alguns exercícios e exemplos da aplicabilidade e desenvolvimento de metodologias, assim como, de momentos essenciais para o fazer científico nas áreas humanas e sociais.

Desta forma, pode-se considerar que a obra resenhada é uma produção com qualidade. O livro propõe-se a refletir sobre elementos que compõem a pesquisa no campo das ciências sociais, além de uma reflexão introdutória e fundamental sobre Dialética, considerada a mais importante ou aplicável nos estudos sociais. A obra é objetiva e instiga o despertar para aprofundamentos em outras fontes bibliográficas. A importância dela deve-se também ao ser tomada como dicionário de pesquisa social, onde de forma sistemática e didática são expressos conceitos

e orientações importantes para a pesquisa. Finalmente, o livro é recomendável a estudantes e pesquisadores das áreas das Ciências Humanas e Sociais, especialmente, aos que estão na condição de iniciantes neste campo de pesquisa.

NOTAS

*Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SUICÍDIO ENTRE JOVENS E O MUNDO DIGITAL: A POTENCIALIDADE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

YOUTH SUICIDE AND THE DIGITAL WORLD: THE POTENTIALITY OF TECHNOLOGICAL ADVANCES

*Camila Penaforte

Recebido em: 23/12/2019

Aceito em: 12/05/2020

Resumo

O presente trabalho visa abordar os avanços tecnológicos e suas potencialidades, tanto positivas quanto negativas, sobre o suicídio entre jovens no Brasil. Desde a década de 1980, a taxa de suicídios na faixa etária de 15 a 29 anos tem crescido exponencialmente no país, e embora não possamos dizer que o mundo digital tenha relação direta com a morte autoinfligida nesta população, seria um erro nem ao menos considerar suas potencialidades sobre o fenômeno. O advento da internet e, posteriormente, das redes sociais, influenciou e influencia fortemente o modo como se dão as relações interpessoais atualmente, provocando certo afrouxamento das relações sociais. Nesse ínterim, o mundo virtual pode funcionar como válvula de escape das adversidades encontradas no mundo real, entretanto, a falta ou a pouca regulação sobre ele, permite que jovens que já se encontram em uma situação de vulnerabilidade possam seguir caminhos dos quais não conseguirão sair depois, podendo mesmo serem influenciados ou incentivados ao suicídio.

Palavras-chave: Internet; Jovens; Suicídio; Relações sociais; Morte autoinfligida.

Abstract

This paper aims to address technological advances and their potential, both positive and negative, about suicide among young people in Brazil. Since the 1980s, the rate of suicides in the 15-29 age group has grown exponentially in the country, and although we cannot say that the digital world is directly related to self-inflicted death in this population, it would be a mistake not even to consider it their potentialities on the phenomenon. The advent of the internet and, later, social networks, influenced and strongly influences the way interpersonal relations occur today, causing some loosening of social relations. In the meantime, the virtual world may act as a way to overcome real-world adversity, but the lack or little regulation of it allows young people already in a vulnerable situation to follow paths they won't be able to leave later, and may even be influenced or encouraged to commit suicide..

Key Words: Internet; Young; Suicide; Social relationships; Self-inflicted death.

1 Introdução

Desde os tempos mais remotos, o suicídio parece sempre ter sido uma questão para a humanidade, gerando tanto posições favoráveis quanto contrárias. De acordo com o filósofo Albert Camus, em seu ensaio O Mito de

Sísifo (1941), só há um problema verdadeiramente sério: o suicídio.

A relação do homem com a morte autoinfligida tem mudado ao longo da história. Entre os gregos antigos,

havia aqueles para os quais o suicídio estava relacionado ao valor supremo da liberdade, onde o indivíduo poderia decidir sobre sua vida ou morte, pois a vida só merecia ser vivida enquanto fosse um bem que proporcionasse mais prazeres do que males. Era considerado “loucura” insistir em uma vida que só trouxesse desprazeres. Por outro lado, os pitagóricos eram contrários ao suicídio, pois acreditavam que a vida deveria ser vivida até o fim para que a alma pudesse ser expiada, já que o corpo é oriundo do “pecado original” (SILVA, 2009).

Os antigos romanos, de forma geral, apresentavam uma visão mais favorável sobre a morte voluntária, embora houvesse divergências de um período a outro, de acordo com categorias sócio-políticas. Assim sendo, escravos e soldados eram proibidos de cometer suicídio. Os primeiros eram considerados “propriedade privada”, e os segundos estavam passíveis à sanções pelo exército caso sobrevivessem (ibidem).

Segundo SILVA (2009), a partir do século IV, A Igreja e o Direito Civil agiram conjuntamente a fim de tomar medidas práticas para impedir a morte voluntária, que consistiam em confisco de bens, revalorização do casamento, condenação à formas de contracepção e proibição do infanticídio, criando uma moral que fez do ato [o suicídio] um crime contra deus, contra a natureza e contra a sociedade.

Para a Igreja só havia dois motivos para que alguém cometesse tal ato: loucura ou possessão. No primeiro caso, o indivíduo era absolvido e sua família destituída de qualquer culpa. No segundo caso, ao desprezar as autoridades eclesiásticas rejeitando a penitência, o sujeito só poderia estar possuído pelo diabo. Em um momento

que a prática da confissão individual era exigida pela Igreja, a pessoa que se matava não merecia perdão, pois ao negar a confissão, negava também o perdão dos pecados e a reconciliação com deus (ibidem).

A partir do século XVIII o debate se torna público graças aos escritos de filósofos no período do Iluminismo. Passa-se então a notar um recuo na condenação à morte voluntária. Na França e Inglaterra, por exemplo, a prioridade passa a ser a discrição. A partir do século XIX, a explicação filosófica-moral-religiosa vai cedendo espaço a uma explicação social e científica, cada vez mais pautada em uma individualização dos casos (ibidem).

Partindo desse contexto de individualização dos casos de suicídio, o presente trabalho tem cunho ensaístico e abordagem exploratória, e visa discutir a questão do suicídio entre jovens, mais especificamente entre 15 e 29 anos, seguindo a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS)[1], considerando-se os avanços tecnológicos que tem tanto seu lado positivo quanto negativo. O suicídio é um fenômeno complexo e multicausal, e o mundo ainda desconhecido da internet e suas potencialidades é cheio de “armadilhas”, com as quais é preciso ter cuidado.

Em uma cartilha preparada para professores e educadores[2], a OMS (2000), esclarece que a ideação suicida entre jovens não é anormal, pois nessa fase os mesmos enfrentam várias crises existenciais decorrentes da passagem da infância para a adolescência, pelas quais perpassam o significado da morte. Entretanto, não é normal enxergar a morte como a única solução para os problemas. Nesse ínterim, certos espaços e conteúdos produzidos nas redes on-line constituem-se como potencializadores ou gatilhos para o suicídio entre jovens, como no caso do

jogo Baleia Azul, em 2017.

Os jovens de hoje podem ser considerados “nativos digitais” por pertencerem a uma geração fortemente conectada às mídias sociais, mais do que a geração de seus pais e avós. Muitas de suas interações com outras pessoas se dão de forma on-line, o que representa tanto uma praticidade proporcionada pela revolução tecnológica, mas também, de certo modo, um afrouxamento das relações sociais através do tempo e do espaço.

Logo, o objetivo do trabalho é discorrer sobre a ocorrência de suicídio entre jovens e sua relação com os avanços tecnológicos, tendo em mente que esta não é a causa, mas está inserida no contexto mais amplo de vivência destes, sendo mais um dos componentes para ajudar a compreender o fenômeno do suicídio nessa faixa etária de 15 a 29 anos.

2 Metodologia

Este ensaio foi desenvolvido como trabalho final para a disciplina Perspectivas antropológicas sobre o suicídio, ministrada pela Professora Karenina Vieira Andrade, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Desse modo, a bibliografia usada para o desenvolvimento deste trabalho foi a disponibilizada na ementa da disciplina, e também outros textos para complementação procurados de forma aleatória, pela presente autora, na plataforma de buscas online Google Scholar, mediante palavras-chave como “suicídio entre jovens”, “suicídio e internet”, “suicídio e mundo digital”.

3 Suicídio entre jovens

Segundo KUCZYNSKI (2014), a ideia de que a morte também pertence ao imaginário de uma criança e que pode ser uma escolha racional feita por ela, é quase inimaginável entre os adultos, o que impede que seja dada a atenção necessária à questão.

O manual de prevenção ao suicídio para professores e educadores, organizado pela Organização Mundial da Saúde (2000), aponta que o pensamento suicida entre jovens não é anormal. O anormal é quando o suicídio parece se tornar a única solução para os problemas enfrentados.

Os principais fatores de risco listados pelo manual são transtornos psiquiátricos como: depressão, transtornos de ansiedade, abuso de drogas lícitas e ilícitas, transtornos alimentares, e transtornos psicóticos, tais como esquizofrenia e bipolaridade. O manual ainda destaca que fatores sociais, culturais, econômicos e políticos podem ter pesos diferentes em contextos diferentes. LEMOS e SALLES (2015) também ressaltam a relevância desses fatores, pois eles interferem nos contextos de desenvolvimento dos jovens, como as relações parentais, escolares e comunitárias.

As autoras também falam sobre como é importante desconstruir a ideia de que mesmo crianças - em faixa etária inferior à abordada neste ensaio - não cometem ou não pensam em suicídio, destacando “problemas acadêmicos, uso abusivo de álcool e outras drogas, pobre acesso a tratamentos específicos e fácil acesso a meios letais, eventos traumáticos, maus-tratos, carência de afeto e de segurança, entre outros”, como fatores de risco para o suicídio na infância (LEMOS E SALLES, 2015 apud PALACIOS-ESPINOZA et al., 2007).

Também é importante salientar que o tratamento

destinado à crianças em sofrimento psíquico é ainda muito atrelado à correção de “comportamentos disfuncionais” ou à intensa medicalização, o que representa uma herança da própria história de cuidados dispensados à elas (LEMOS e SALLES apud GUARIDO, 2007).

O jogo Baleia Azul, que ganhou ampla repercussão no Brasil em 2017, trouxe à tona a necessidade de se discutir sobre o suicídio entre os jovens brasileiros. Embora o jogo e também a série 13 Reasons Why, lançada no mesmo período, tenham chamado a atenção para o tema, o suicídio entre os jovens brasileiros já apresentava um crescimento expressivo bem antes dessa data. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, entre a população de 15 e 29 anos, considerando o período histórico de 1980 até 2014, a taxa de suicídios cresceu cerca de 30%[3].

A psiquiatra da infância e da adolescência, Sheila Cavalcante Caetano, afirma que existem vários fatores associados a esse crescimento, dentre eles: uma maior facilidade de acesso a drogas (lícitas e ilícitas), um estilo de vida mais agitado e com menos horas de sono, e também os jovens estão se dedicando cada vez mais a atividades solitárias como o videogame, o que diminui os laços sociais e afetivos destes indivíduos com outras pessoas[4].

VIEIRA, FREITAS, PORDEUS et al. (2009), apontam a fragilidade dos vínculos sociais, conjugais e também da estrutura familiar dos jovens como fatores de influência para o suicídio entre os mesmos, bem como o sofrimento psíquico.

De acordo com LEMOS e SALLES (2015, p. 40), o termo sofrimento psíquico tem sido usado por permitir uma ampliação da compreensão do adoecimento entre jovens, proporcionando que novas análises possam ser

pensadas:

[...] o termo tem sido usado em detrimento das classificações nosológicas clássicas, como o autismo, a psicose, a perversão ou neurose, que pouco tem oferecido para a compreensão da diversidade de formas de existência e mesmo de sintomas que se tem percebido atualmente.

Segundo KUCZYNSKI (2014), mesmo que esses jovens não estejam desejando explicitamente a morte, o envolvimento em atos com elevados graus de risco à sua integridade física se constituem como atividades “parassuicidas”, ou seja, “atos deliberados que mimetizam o suicídio, mas não resultam em desenlace fatal, independentemente da gravidade médica ou intencionalidade psicológica” (ibidem, p. 249). Tais condutas parassuicidas, de acordo com KUCZYNSKI, estão aliadas à desvalorização da vida seja por transtornos do humor e/ou por falta de perspectivas quanto ao futuro.

Segundo BOTECA, WERLANG, CAIS et al. (2006), o sentimento de pertença, seja à uma comunidade, grupo religioso ou étnico, etc, é muito importante como fator de prevenção ao suicídio, pois há uma correlação entre o fenômeno da morte autoinfligida com sentimentos de solidão e desesperança.

Ainda segundo os autores, para a prevenção do suicídio, faz-se necessário o reforço dos fatores protetores e a diminuição dos fatores de risco. “Entre os primeiros podemos citar bons vínculos afetivos, sensação de estar integrado a um grupo ou comunidade, religiosidade, estar casado ou com companheiro fixo, ter filhos pequenos” (BOTECA, WERLANG, CAIS et al., 2006 apud SOUMINEM et al., 2004).

De acordo com a escritora, repórter e documentarista Eliane Brum (2018)[5], apesar de cada caso ter suas especificidades, esses jovens estão inseridos em um mesmo contexto histórico e social mais amplo, cujas perspectivas para o futuro, sejam econômicas, políticas ou ambientais, não se apresentam como as melhores.

Além do mais, segundo Brum, estes jovens vivem sob o “imperativo da felicidade”, presos a uma realidade virtual que oferece uma falsa imagem de “vida perfeita”, onde todos(as) parecem estar felizes o tempo todo. Essa realidade não oferece espaços para que angústias, tristezas ou outros “problemas” sejam expostos. Os jovens estão cada vez mais conectados ao mesmo tempo em que parecem, também, estarem cada vez mais isolados. O mundo cobra desses indivíduos que sejam fortes e valentes, mas não os ensina a lidar com as perdas e derrotas, que são umas das certezas da vida.

3.1 Suicídio e Mundo Digital

OLIVEIRA e SILVA (2015) expõem que a partir do fim da década de 1980, quando a tecnologia da internet deixou de ser de interesse exclusivamente militar[6], e mais especificamente a partir de 1993, com a disseminação de seu acesso pelo mundo, rapidamente começaram a surgir redes sociais virtuais, como o facebook, que são utilizadas tanto como ferramentas de trabalho como para formação e manutenção de relações sociais, em tempo imediato. A pouca regulação sobre o ambiente virtual e a possibilidade de anonimato proporcionam um espaço ideal para ações consideradas ilegais, inclusive o induzimento e instigação ao suicídio, que se constituem como condutas passíveis de pena, de acordo com o artigo 122 do Código Penal

Brasileiro[7].

Embora não possamos afirmar com certeza que a rede mundial de computadores tenha ligação direta com o aumento da taxa de suicídios entre os jovens no Brasil, seria omissivo nem ao menos considerar o seu impacto sobre esse aumento.

Segundo JÚNIOR e LIMA (2017), a internet pode funcionar como um gatilho para o ato suicida em casos de vazamentos de fotos e vídeos íntimos, sem o consentimento da pessoa. E também em casos de cyberbullying, um dos principais potencializadores no mundo digital (OLIVEIRA e SILVA, 2015, p. 575 apud SILVA, 2010, p. 187).

JÚNIOR e LIMA ressaltam ainda que, além dos exemplos supracitados, a área de alcance proporcionada pela internet é tão ampla que uma simples busca no google com os dizeres “como faço para me matar”, por exemplo, oferece ampla gama de sites e fóruns voltados a tal finalidade.

Contudo, isso não implica que qualquer jovem que inserir tais termos, ou outros semelhantes, em sites de busca vai, necessariamente, tirar a própria vida, a não ser que já esteja propenso a fazê-lo. Muitas vezes as redes sociais on-line acabam por substituir espaços de interação social reais, que a depender do modo como são mobilizados podem tanto induzir e instigar o suicídio quanto fazer com que a pessoa mude de ideia.

De acordo com ABREU e SOUZA (2017), os conteúdos sobre suicídio na internet estão cada vez mais ligados ao público jovem, justamente por esses sujeitos serem considerados nativos digitais, ou seja, terem muito conhecimento sobre as ferramentas digitais, além de permanecerem muito tempo nas redes on-line[8]. Ainda

segundo os autores:

É por meio da internet que adolescentes praticam e são vítimas de agressões e/ou exposições, que são fortes causas de isolamento social e depressão, ou ainda buscam informações sobre a prática do suicídio ou ajuda emocional nos momentos de ideação suicida como tentativa de sair desse quadro (ibidem, p. 167).

Os autores também falam sobre como as relações sociais e interpessoais são fortemente impactadas pelos avanços das mídias virtuais. As potencialidades da internet podem afetar as relações entre as pessoas de modo positivo, mas também negativo.

Sentimentos de desesperança, depressão e ideação suicida podem surgir associados a fatores sociais externos ou internos (tais como fatores fisiológicos de ordem hormonal ou psicológicos) quando seus círculos sociais e sua rede de apoio estão desfalcados. É nesse momento que a internet atua como uma janela para outro mundo, onde as informações surgem de todos os lados, sem filtro qualitativo, e são facilmente tomadas como verdades por esses adolescentes (ibidem, p. 170).

Assim, o mundo digital oferece toda uma gama de suportes para esses jovens, sejam eles de incentivo ao suicídio ou de ajuda e aconselhamento para que mudem de ideia.

4 Considerações Finais

Como vimos, a ideia de que crianças podem eventualmente pensar em suicídio é, ainda hoje, quase inconcebível entre os adultos, mesmo quando estudos, como o manual realizado pela OMS, mostrem que isso

não é anormal. No entanto, quando elas optam pela morte voluntária e sobrevivem, são frequentemente tratadas como se possuíssem algum transtorno mental e, nestes casos, o tratamento costuma ser a base de altas doses de medicamentos que, por si só, não são suficientes como solução. Como já dito, o suicídio é um fenômeno complexo, logo, o tratamento e acompanhamento dos que sobrevivem não se reduz a um único meio.

O modo como os jovens são tratados historicamente os coloca como seres incapazes, ainda em formação, logo têm de ser protegidos das maldades mundanas até que atinjam a idade a partir da qual poderão se defender sozinhos. No entanto, essa proteção exacerbada pode deixá-los despreparados e sem saber como lidar com as decepções inevitáveis da vida, desde os problemas considerados mais corriqueiros até outros mais complexos.

Além do mais, atualmente as famílias optam cada vez mais por um número reduzido de filhos, e muitas vezes seus cuidados são delegados a terceiros, pois os pais estão ocupados no trabalho. A ausência ou frouxidão dos laços afetivos, que reduz e por vezes elimina a rede de apoio mais imediata desses jovens, faz com que muitos deles se voltem para as redes sociais on-line em busca de pessoas com quem podem ter relações amorosas e/ou de amizade, e é nesse espaço que pode residir o perigo.

Ao se sentirem desamparados, a internet pode ser ao mesmo tempo uma forte fonte de apoio para os jovens, como também pode levá-los a caminhos obscuros sobre os quais não possuem muito controle. E no caso daqueles que já possuem ideação suicida, é fácil encontrar na internet grupos de conversas e fóruns on-line com pessoas dispostas a ajudá-los a seguir em frente com a decisão de

tirar a própria vida.

Ademais, estamos em uma era onde questões políticas, sociais e ambientais afetam fortemente a vida desses jovens, que muitas vezes passam a não ter esperanças e perspectivas de um futuro melhor. Nesse contexto, assim como ressaltado por Brum (2018), o que assusta nem é pensar que a taxa de suicídio entre jovens tenha crescido consideravelmente ao longo dos anos, mas sim pensar por que ela não cresceria, considerando o modo de vida ao longo desses mesmos anos.

Nesse sentido, a internet surge como uma válvula de escape para outro mundo, mundo esse ainda desconhecido e com potencialidades e atores os mais diversos, que podem agir tanto positivamente quanto negativamente sobre os jovens. Dada a área de alcance e o envolvimento dos jovens com a internet, suas potencialidades podem e devem ser usadas como rede de apoio a esses sujeitos em sofrimento. Dessa forma, longe de pretender esgotar o assunto ou propor uma solução única, uma maior regulação sobre o mundo virtual se faz necessária, uma vez que o seu impacto sobre esses jovens e, conseqüentemente, sobre suas famílias e pessoas próximas, pode ser devastador e sem reversão.

NOTAS

* Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

[1] Fonte: Folha informativa - Suicídio. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informatia-suicidio&Itemid=839>. Acesso em 28 de maio de 2020.

[2] Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/

[prevention/suicide/en/suicideprev_educ_port.pdf](https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_educ_port.pdf)>. Acesso em 3 de dezembro de 2019.

[3] Fonte: Crescimento constante: taxa de suicídio entre jovens sobe de 10% desde 2002. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39672513>>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

[4] Fonte: Baleia azul: o misterioso jogo que escancarou o tabu do suicídio juvenil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493305523_711865.html>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

[5] Fonte: O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/opinion/1529328111_109277.html>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

[6] A internet nasceu nos Estados Unidos e, durante a Guerra Fria, foi usada como instrumento de estratégia militar (OLIVEIRA e SILVA, 2015).

[7] Fonte: Jusbrasil. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625219/artigo-122-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

[8] Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), adolescentes que ficam mais de cinco horas em redes sociais e na internet têm 10 vezes mais chances de cometer suicídio. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/e4032f2a-e82d-4ff2-8ff9-c17034551ef3>>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Thales de Oliveira; SOUZA, Marjane Bernardy. A influência da internet nos adolescentes com ações suicidas. Revista Sociais & Humanas, Santa Maria, v. 30, n. 1,

p. 158-173, 2017.

BOTEGA, WERLANG, CAIS et al.. Prevenção do comportamento suicida. *Psico*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 213-220, 2006.

JUNIOR, Irineu Francisco Barreto; LIMA, Marco Antonio. Suicídio e o jogo da baleia azul analisados na perspectiva de Émile Durkheim. *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 121-136, 2017.

KUCZINSKY, Evelyn. Suicídio na infância e na adolescência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 25, n. 3 p. 246-253, 2014.

LEMOS, Milena Fiorim de Lima; SALLES, Andréia Mansk Boone. Algumas reflexões em torno do suicídio de crianças. *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 38-42, 2015.

OLIVEIRA, Diego Bianchi de; SILVA, Ricardo Guilherme Silveira Corrêa. O viés digital do suicídio. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI – UFMG/FUMEC/ DOM HELDER CÂMARA, 24., 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: CONPEDI, 2015. p. 563-581.

SILVA, Maria do Carmo Mendonça. Renúncia à vida pela morte voluntária – o suicídio aos olhos da imprensa no Recife dos anos 1950. Recife, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco.

VIEIRA, FREITAS, PORDEUS et al.. Amor não correspondido: discursos de adolescentes que tentaram o suicídio. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1825-1834, 2009.

O CONTO DA AIA: AS CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADE E FEMINILIDADE BASEADAS NA RELIGIÃO

THE HANDMAID'S TALE: THE CONSTRUCTION OF MASCULINITY AND FEMININITY BASED ON RELIGION

*Victória Moura

Recebido em: 13/04/2020

Aceito em: 05/06/2020

Resumo

Esse ensaio busca compreender a relação entre a religião e a construção social dos papéis de gênero no livro O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1995). Em um futuro distópico, um grupo fundamentalista cristão autodenominado “Filhos de Jacó” articula e executa um golpe de Estado contra o governo dos Estados Unidos e estabelece a República de Gilead. Neste novo regime totalitário se estabelece uma rígida estrutura social fundamentada em uma interpretação tendenciosa da Bíblia, que categoriza e normatiza os comportamentos de gênero. As novas funções sociais, estabelecidas através de uma autoridade social, moral e legal, reforçam os papéis de gênero, sacralizando a dominação masculina e justificando a submissão feminina em uma paródia da unidade familiar de Jacó, Raquel e Bila.

Palavras-chave: Religião, Papéis de Gênero, O Conto da Aia.

Abstract

This essay intends to understand the connection between religion and the social construction of gender roles in The Handmaid's Tale, by Margaret Atwood (1985). In a dystopian future, a Christian fundamentalist group self-proclaimed “Sons of Jacob” articulates and executes a coup d'état against the United States government and establishes the Republic of Gilead. In this new totalitarian regime, a rigged social structure is established based on a biased interpretation of the Bible, that categorizes and standardizes gender performances. The new social roles, established by a social, moral and legal authority, enhance the gender roles, turning the male domination into a sacred element and justifying the female submission in a family unit parody of Jacob, Rachel and Leah.

Key Words: Religion, Gender Roles, The Handmaid's Tale.

1 Introdução

O conto da Aia (The Handmaid's Tale) é um romance distópico escrito por Margaret Atwood e publicado em 1985. O livro é narrado por Offred, uma Aia na nova República de Gilead, que descreve a nova organização social depois da tomada de poder nos Estados Unidos

por uma religião fundamentalista cristã autointitulada “Filhos de Jacó”. Essa organização acreditava que a nova ordem social, na qual os homens de fé controlam a sociedade e as mulheres regressam ao lar após as diversas ondas do feminismo nos Estados Unidos, era uma

forma de remediar os altos índices de infertilidade de acordo com os preceitos religiosos patriarcais.

Para estabelecer a República de Gilead, os “Filhos de Jacó” articulam e executam um golpe de Estado, agindo de forma lenta para instituir, sem muita resistência por parte da população, um governo totalitário fundamentado na religião. Essa transição do governo democrático estadunidense para o Estado totalitário e teocrático de Gilead é descrito por Offred, como uma mudança gradual, já que “Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte sem se dar conta.” (ATWOOD, 2017, p. 71). Através do dismantelamento da democracia, com a suspensão da Constituição, o assassinato de líderes políticos e a retirada gradual dos direitos, se estabelece um novo governo e uma nova organização social que divide a população em castas rígidas com funções e vestimentas determinadas.

Ao pensar a sociedade em O conto de Aia, Kouhestani (2012) afirma que a história une ironicamente ideologias extremistas: (i) o direito puritano, em que o lar seria o lugar apropriado para as mulheres, tidas como propriedade dos homens, (ii) o feminismo, que protesta contra a objetificação das mulheres e de seus corpos, e (iii) o fundamentalismo religioso extremista, que deseja controlar todos os aspectos da vida dos indivíduos através de governos totalitários.

O fundamentalismo religioso de Gilead não se baseia apenas nos princípios cristãos, mas sim em uma agregação de ideias de religiões ocidentais, unindo o patriarcado do Velho Testamento com o Puritanismo Protestante e com os valores tradicionais da nova Direita. Essa união de valores é então utilizada para reforçar os papéis de gênero, garantindo a hegemonia masculina

que controla o corpo das mulheres e estabelece como norma os costumes heteronormativos (MICELI, 2018).

Offred descreve, além de acontecimentos da sua vida pessoal antes e depois da tomada de poder, a nova estrutura social, hierárquica e baseada na divisão sexual da sociedade e os comportamentos determinados pela religião. Essa nova hierarquia social da República de Gilead é baseada em castas e justificada pela Bíblia, como a existência e funções das Aias, explicada pela passagem em Gênesis 30:1-3,

1 Vendo Raquel que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã, e disse a Jacó: Dá-me filhos, se não morro.
2 Então se acendeu a ira de Jacó contra Raquel, e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre?
3 E ela disse: Eis aqui minha serva Bila; coabita com ela, para que dê à luz sobre meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela.

Estas seriam, portanto, representações da serva Bila, a única capaz de trazer filhos a Jacó e Raquel, correspondentes aos Comandantes e suas Esposas. Segundo Miceli (2018), nessa sociedade o patriarcado define a vida pública e pessoal dos indivíduos, construindo um novo arranjo familiar formado pelo Comandante, Esposa e Aia, em uma paródia dessa unidade familiar bíblica.

Essa passagem bíblica é interpretada e utilizada para justificar a exploração sexual de mulheres férteis (MICELI, 2018) em um período histórico de infertilidade provocada pelo uso de medicamentos e comprimidos pelas mulheres e por fatores externos a elas, como a explosão de usinas atômicas, pulverização e uso excessivo de substâncias químicas.

O regime totalitário da República de Gilead coloca as

mulheres em uma posição de vítimas da própria sociedade, que abusa dos valores religiosos e os coloca como base para estabelecer as normas sociais (KOUHESTANI, 2012). Essa sociedade se sustenta na noção bíblica de que os homens são mais importantes que as mulheres, sendo eles os detentores dos poderes político e econômico por meio do qual controlam todas as áreas da vida dos indivíduos. Gilead, governada por esse regime totalitário, possui uma rígida estrutura social formada por diversas castas, que determinam funções, comportamentos e vestimentas dos indivíduos pertencentes. A divisão dessa estrutura social se dá especialmente por gênero, com funções atribuídas específicas à posição dos indivíduos na sociedade.

Os homens estão divididos em 5 classes, sendo elas:

(i) Comandantes dos Fiéis, formada pelos governadores da República de Gilead que estão no topo da hierarquia social e impõem as normas sociais a todas as outras castas, (ii) Olhos de Deus, formada pelos homens da polícia secreta de Gilead, responsáveis por manter a ordem e punir infiéis e traidores, (iii) Anjos, formada pelos homens do serviço militar que servem na linha de frente nas guerras de Gilead, (iv) Guardiões da Fé, formada por homens que funcionam como força policial nas cidades, não sendo realmente soldados, e (v) os homens comuns, que não possuem uma função específica e são casados com as Econoesposas.

Já as mulheres estão divididas em: (i) Esposas dos Comandantes, formada pelas mulheres da classe mais alta que desfrutam de muitos privilégios, mas ainda submissas aos homens na hierarquia social, (ii) Tias, formada pelas mulheres responsáveis pelo treinamento das Aias, execuções e partos, (iii) Marthas, formada pelas empregadas domésticas das famílias mais ricas

de Gilead, (iv) Aias, formada pelas mulheres férteis que “auxiliam” os Comandantes e Esposas a terem filhos, (v) Econoesposas, formada pelas mulheres dos homens comuns que não possuem apenas uma função específica e atuam em todas elas, e (vi) Não-mulheres, formada por mulheres dissidentes que são enviadas às Colônias, onde são forçadas a realizar trabalhos manuais árduos, ou ao bordel, no qual são forçadas à prostituição e denominadas “Jezebéis”. Todas as mulheres, com exceção das Tias, são proibidas de ler e escrever. Essa proibição é tão extrema que até mesmo os letreiros das lojas e títulos de filmes são retirados e censurados.

2 A influência religiosa sobre os ideais sociais de gênero

Na República de Gilead, a religião exerce uma grande influência na “[...] constituição e manutenção da representação social do homem e da mulher.” (LE MOS, 2008, p. 11) e das funções atribuídas à estes gêneros. As construções da feminilidade/masculinidade e as funções específicas impostas aos gêneros e castas são justificadas pela interpretação da Bíblia pelo grupo dominante, que manipula e impõe sua própria compreensão de certo e errado no contexto religioso.

Todas as pessoas que habitam Gilead estão sujeitas à influência legal e coercitiva da Igreja, que permeia seus discursos com idealização das relações sociais de sexo e impõe funções sociais através desta, realizando a manutenção da sociedade através de ideais sociais de gênero (LE MOS, 2008). Essa manutenção se dá, portanto, através da imposição da reprodução do ethos religioso (SOUZA, 2008) por todos os indivíduos da sociedade,

mesmo por aqueles que não possuíam previamente um vínculo formal com a religião agora dominante, agora se adequando às novas normas sociais como uma estratégia de sobrevivência nessa forma de organização social.

A religião nas relações de dominação pode ser compreendida como uma fonte de poder próprio, poder sagrado, e como uma fonte de poder secular, que influencia a sociedade não apenas nos âmbitos culturais, políticos e econômicos mas também de forma sociopessoal (WOODHEAD, 2013). Nesse sentido, a religião reforça e transforma as relações de dominação de gênero, legitimando e sacralizando a repartição sexuada do poder e a desigualdade entre os sexos (WOODHEAD, 2013).

O fundamentalismo religioso de Gilead se encaixa na definição de religião da diferença de WOODHEAD (2013), de forma que o poder é concentrado e controlado, distribuído na organização social e religiosa hierarquicamente. Dessa forma, a religião coloca como norma social a dominação por parte dos homens, sacralizando o poder masculino na sociedade e na religião e garantindo a ordem sexuada dominante (WOODHEAD, 2013).

Os valores promovidos nessa sociedade hierárquica e dominada por homens reforça a desigualdade entre homens e mulheres na medida em que defende uma divisão tradicional dos papéis de gênero, fundamentado na supremacia do chefe de família, exemplificado em Gilead pelos Comandantes, e na vocação doméstica da mulher, exemplificado pelas Esposas, Marthas e Aias (WOODHEAD, 2013).

2.1 A construção da masculinidade pela religião

Segundo Fernanda Lemos (2008), um dos determinantes da masculinidade é a religião, além da época, lugar e sociedade. A construção da masculinidade em O conto da Aia também está intimamente ligada a esses determinantes, especialmente à religião, que dita comportamentos, hábitos, roupas e funções sociais de acordo com o gênero/sexo e categoria social. Essa construção de masculinidade, sistematizada através de símbolos, é eficaz na medida em que a sociedade, baseada na religião e interpretação própria da Bíblia, deposita expectativas nas funções desempenhadas por cada um (LE MOS, 2008).

A construção da masculinidade é desenvolvida em relação com a feminilidade, em que cada representação é estruturada na tensão, conflito e oposição entre o comportamento esperado de homens e mulheres (LE MOS, 2008). Isso pode ser percebido na oposição entre as funções atribuídas às mulheres, sempre voltadas para o lar, seja na função de Aia, Martha ou Esposa, e aos homens, seja na função de Comandante, Olho ou Anjo, voltadas para o âmbito público.

Segundo Lemos (2008), os discursos e práticas religiosas dão ao homem uma “[...] semelhança eterna com a divindade, desde que exerça a masculinidade imposta na religião.” (LE MOS, 2008, p. 4). Isso se traduz na ficção de Margaret Atwood (2017) na associação dos Comandantes como chefes e donos da casa, de forma que tudo é dele “para possuir e manter sob controle” e todos que a habitam são “pertencentes à casa” (ATWOOD, 2017, p. 99). A autora também afirma que a religião mantém a masculinidade como uma “categoria universal sacralizada”, legitimada pelas ciências biológicas e imposta como um ideal hegemônico (LE MOS, 2008). Os

comportamentos de gênero, no contexto de O conto da Aia, se apresentam como uma estrutura legal (LEMOS, 2008), de forma que os indivíduos desviantes dessa norma são severamente punidos com base nas normas impostas.

A representação de Deus marcada por atributos “masculinos” supervalorizados auxiliam socialmente (LEMOS, 2008) na construção da masculinidade e na hierarquia social dominada por homens em Gilead, conferindo aos homens, especialmente aqueles que instituíram a nova ordem social, um status divino, de chefe responsável por manter sob controle seu lar e a sociedade. A imagem do homem como provedor, baseado no ideal cristão de masculinidade, é também justificativa para a permanência das mulheres no lar, de forma que essas são responsáveis apenas pelo cuidado e afastadas dos espaços de poder e decisão.

2.2 A construção religiosa da feminilidade

De acordo com Souza (2008), o sistema simbólico-religioso é um importante mecanismo na construção da subjetividade humana, atuando de maneira estruturada e estruturante na organização de uma nova estrutura social. O gênero, sendo “[...] um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana.” (SOUZA, 2008, p. 19), associa-se com as relações sociais marcadas pelas diferenças entre o feminino e o masculino, concepções naturalizadas e sacralizadas pela construção de masculinidade e feminilidade baseada na religião (SOUZA, 2008). A religião exerce então uma função de produção e reprodução de sistemas simbólicos, com

influência direta sobre as relações sociais de sexo, atuando na conformação das identidades de gênero (SOUZA, 2008). O sistema religioso constrói uma cosmovisão orientadora aos indivíduos, indicando os papéis por gênero em uma sociedade norteadas pelo fundamentalismo religioso.

Nesse contexto, as mulheres são obrigadas a abandonarem suas antigas funções sociais, sendo relegadas agora para o lar e para a (possibilidade de) família. Após a retirada gradual dos direitos das mulheres conquistados pelos movimentos feministas, elas retornam à condição de donas de casa, sem possibilidades de entrarem para o mundo do trabalho ou de terem liberdade de decisão. As categorias de liberdade são definidos e distinguidos por Tia Lydia no livro, afirmando a perda da “liberdade para”, que possibilitava às mulheres a decisão de fazer ou não fazer algo, e o ganho da “liberdade de”, que “livra” as mulheres de alguma coisa, como o assédio e o desrespeito dos homens, de forma que agora não teriam de andar nas ruas com medo.

Porém, essa “liberdade de” implica, e justifica, inúmeras outras proibições, que afetam e transformam completamente a vida das mulheres que habitavam os Estados Unidos antes de se tornar a República de Gilead. A religião, sendo um sistema simbólico, implica em transformações sociais e na criação de novas relações de poder, de classe e de gênero (SOUZA, 2008), resultando em um sistema cultural baseado na oposição entre as funções de gênero, impondo às mulheres uma vida restrita à esfera privada enquanto os homens teriam liberdade para transitar na esfera pública. Esse reforço do lugar social da mulher baseado na religião exalta especialmente a maternidade como uma “vocação natural”, definindo por meio disso a própria identidade das mulheres (ROSADO-NUNES,

2015), exemplificado pelas Esposas e Aias em Gilead.

As Esposas, como Serena Joy, apoiaram o movimento fundamentalista religioso, ainda que este lhe fosse retirar direitos quando instaurado. Esse apoio é explicado por Woodhead (2013), que afirma uma atração das mulheres pelo ideal doméstico da célula nuclear, que as protegeria do perigo das rupturas familiares. Às mulheres é facultada a responsabilidade do que seria impossível aos homens, de impor limites, como afirmado por Tia Lydia que “Toda carne é fraca. [...] Deus os fez assim, mas Ele não as fez assim. Ele as fez diferente. Cabe a vocês impor os limites.” (ATWOOD, 2017, p. 57). Elas deveriam então ser os seres racionais, que teriam uma virtude divina de reconhecer o certo e errado e de impor limites aos homens no que se diz respeito ao corpo.

Caberia também às mulheres a capacidade ou não de ter filhos, de forma que os homens nunca poderiam ser considerados estéreis e sim elas que, por lei, estavam divididas entre “mulheres que são fecundas” e “mulheres que são estéreis” (ATWOOD, 2017), pertencendo apenas a elas a responsabilidade de prover filhos aos maridos, seja por si mesma ou por meio das Aias.

2.3 Aias: a infantilização e objetificação das mulheres reprodutoras

Além de todos os estereótipos associados às mulheres em O conto da Aia, existe ainda uma classe de mulheres que sofrem opressões mais específicas: as Aias. Estas mulheres são tratadas de forma infantilizada e objetificada, em que sua única relevância social se dá pela sua capacidade reprodutiva. Essa reificação é exemplificada pela fala de

June, que afirma que seu corpo, antes um instrumento para realizar suas próprias vontades, agora é “[...] uma nuvem, congelada ao redor de um objeto central, [...] que é duro e mais real do que eu” (ATWOOD, 2017, p. 90).

O valor dessas mulheres está, portanto, apenas em seu útero e na possibilidade de gerar outra vida, de forma que a cada vez que não conseguem engravidar, são consideradas fracassos e falhas em “[...] satisfazer as expectativas dos outros” (ATWOOD, 2017, p. 90), sendo estes não apenas Comandante e a Esposa, mas toda a sociedade de Gilead, em que as crianças são vistas como um milagre divino.

Devido ao valor dado ao corpo das Aias, a sociedade de Gilead não permite que estas os corrompam de qualquer forma, alienando-as completamente de sua natureza e identidade e tirando o direito de controle do próprio corpo (KOUHESTANI, 2012). O corpo dessas mulheres passa a ser visto, portanto, como um corpo de produção e como propriedade da nação, de forma que seriam consideradas “uma riqueza nacional” (ATWOOD, 2017, p. 80), cujo objetivo seria a multiplicação, ordem divina dada por Deus.

A violação do corpo das Aias se dá através da “Cerimônia”, realizada uma vez por mês na intenção de resultar em filhos para a casa e expressa o papel social dos indivíduos envolvidos (MICELI, 2018). A Aia, totalmente vestida, é deitada com a cabeça entre as pernas da Esposa para a concepção, de forma a simbolizar que são “[...] uma mesma carne, um mesmo ser.” (ATWOOD, 2017, p. 114), mas esse ato significa o controle do processo e do produto da ação (MICELI, 2018) por parte da Esposa e do Comandante.

A opressão dessas mulheres se dá de diversas maneiras, de forma a garantir a submissão e aceitação do lugar que agora ocupam na sociedade. O afastamento é um

desses métodos, sendo que as Marthas, mais próximas das Aias na hierarquia social por também serem servas da casa, são proibidas de confraternizar com estas (ATWOOD, 2017). Aos Comandantes também é vedado qualquer contato fora da Cerimônia, já que as Aias são apenas para fins de “procriação” (ATWOOD, 2017, p. 165), não devendo interagir de qualquer forma e se distanciando das categorias de concubina. As Esposas, pela posição que ocupam na organização social, enxergam as Aias como “[...] uma vergonha; e uma necessidade.” (ATWOOD, 2017, p. 22), de forma que o contato entre essas é também improvável.

Devido a todo esse afastamento, Offred afirma querer estar com alguém, já que “[...] ninguém morre por falta de sexo. É por falta de amor que morremos.” (ATWOOD, 2017, p. 125), revelando a efetividade do isolamento dessas mulheres. A única forma de contato permitida é o diálogo entre as Aias, especialmente entre as duas companheiras de compras quando estas saem para a tarefa obrigatória diária: ir ao mercado. Entretanto, nesse contexto, ambas são percebidas como espiãs, de forma que se alguma destas escapar, a outra será considerada responsável (ATWOOD, 2017).

Além do isolamento, as Aias sofrem também um processo de infantilização, sendo afastadas do mundo adulto e do conhecimento de qualquer coisa além da realidade por elas vivida. Esse processo é relatado por Offred quando esta não tem suas perguntas respondidas por uma Martha, afirmando que “Sou uma criança por aqui, há coisas que não me devem ser contadas.” (ATWOOD, 2017, p. 67).

Outra forma de opressão sofrida é a culpabilização dessas mulheres por assédios e estupros sofridos antes da tomada de poder, especialmente durante os

treinamentos. Tia Lydia afirma que com o comportamento das mulheres nos tempos passados, que andavam de costas, ombros e pernas nuas em público, “[...] não é de se admirar que aquelas coisas costumassem acontecer” (ATWOOD, 2017, p. 69), se referindo às coisas desagradáveis, ofensivas, obscenas ou horríveis demais para serem ditas. Esse argumento é reforçado pela noção de responsabilidade apenas da mulher, já que os homens, de acordo com o fundamentalismo religioso pregado pelas Tias, não tem limites e cabe às mulheres a imposição deles (ATWOOD, 2017) e pela noção de que Deus permitia que essas coisas terríveis acontecessem para “ensinar uma lição” (ATWOOD, 2017, p. 88).

As Aias teriam, em tese, uma escolha entre servir ou não nessa posição. Entretanto, a alternativa dada é serem colocadas na categoria de Não mulheres e servir nas Colônias, onde as condições de vida são precárias e as mulheres poderiam “[...] morrer de fome e Deus sabe o que mais” (ATWOOD, 2017, p. 18).

Todos esses processos resultam na perda da identidade dessas mulheres, simbolizada pela proibição do uso do seu nome verdadeiro, substituído pelo nome do Comandante da casa que lhe foi atribuída. Essa atribuição remete ao homem como a origem e a mulher como diferente, mas ainda pertencente ao homem (MICELI, 2018). As Aias passam então a serem chamadas pelo prefixo “Of-” seguida do nome do Comandante dos Fiéis a quem serve, indicando sua condição de propriedade deste.

3 Conclusão

A religião fundamentalista cristã, pilar da sociedade de Gilead, categoriza e normatiza os comportamentos por

gênero, transformando-os em tradições sociais (LE MOS, 2008). Essa naturalização é exemplificada por Tia Lydia, que afirma que as Aias são “[...] uma geração de transição. [...] Para as que vierem depois de vocês, será mais fácil. [...] Porque não vão querer coisas que não podem ter.” (ATWOOD, 2017, p. 143-144). Isso revela tanto a tentativa de normalização das funções sociais das Aias neste momento, quanto uma naturalização progressiva que será passada para as próximas gerações de mulheres em Gilead.

Segundo Maria José Rosado-Nunes (2015), a religião utiliza da sua autoridade social e moral, e no caso da República de Gilead também da autoridade legal, para legitimar situações de dominação e exploração fundamentadas no gênero, além de criar suas próprias formas de opressão. Em *O conto da Aia*, a religião mantém, portanto, a ideia de inferioridade da mulher mesmo diante de mudanças políticas e sociais (ROSADO-NUNES, 2015), sendo o fundamentalismo religioso de Gilead responsável pelo retorno à submissão completa das mulheres após as diversas ondas do feminismo nos Estados Unidos.

NOTAS

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

KOUHESTANI, Maryam. Sexual oppression and religious extremism in Margaret Atwood’s *The Handmaid’s Tale*. *International Proceedings of Economics Development and Research*, 56, 129-133. 2012.

LE MOS, Fernanda. A representação social da masculinidade na religiosidade contemporânea. *Revista Netmal*, 2008.

MICELI, Barbara. Religion, gender inequality, and surrogate motherhood in Margaret Atwood’s “*The Handmaid’s Tale*”. *Comparative Studies in Modernism*, 12, 95-108. 2018.

SOUZA, Sandra Duarte de. A relação entre religião e gênero como um desafio para a Sociologia da Religião. *Caminhos*, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 13-32, jan./jun. 2008.

WOODHEAD, Linda. As diferenças de gênero na prática e no significado da religião. *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara v.18 n.34 p.77-100 jan.-jun. 2013.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e experiência religiosa das mulheres. In *Corporeidade, etnia e masculinidade: Reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião* / [Organização de] André S. Musskopf e Marga J. Ströher – São Leopoldo: Sinodal, 2015.

